

PESQUISA EM LINGUÍSTICA: abordagens contemporâneas

Volume II

**Geralda de Oliveira Santos Lima
João Paulo Fonseca Nascimento
Thiago Gonçalves Cardoso
(Organizadores)**



Criação Editora

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira Menezes
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

CONSELHO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (PPGL/UFS)

Afonso Henrique Fávero
Ana Maria Leal Cardoso
Antônio Fernando de Araújo Sá
Antônio Ponciano Bezerra
Cleide Emília Faye Pedrosa
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Elias Verdiani Tfouni
Geralda de Oliveira Santos Lima
Jacqueline Ramos
Jeane de Cássia Nascimento Santos
Lêda Pires Corrêa
Leilane Ramos da Silva
Lilian Cristina Monteiro França
Luiz Eduardo Meneses de Oliveira
Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto Barros
Maria Leônia Garcia Costa Carvalho
Mariléia Silva dos Reis
Raquel Meister Ko. Freitag
Romana Castro Zambrano
Wilton James Bernardo-Santos

Geralda de Oliveira Santos Lima
João Paulo Fonseca Nascimento
Thiago Gonçalves Cardoso
(Organizadores)

PESQUISA EM LINGUÍSTICA: abordagens contemporâneas

Volume II



Criação Editora

Aracaju | 2018

Todos os direitos reservados aos organizadores

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei em vigência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do autor, título da obra, editora, edição e paginação. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.619/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Capa © Kchungtw | Dreamstime.com
Projeto gráfico: Adilma Menezes

Pesquisa em linguística: abordagens contemporâneas /
Geralda de Oliveira Santos Lima; João Paulo Fonseca
Nascimento; Thiago Gonçalves Cardoso (Organizadores). –
Aracaju: Criação, 2018.

270 p.

ISBN. 978-85-60102-01-3

Volume II

1. Linguística - Ensino 2. Análise do discurso 3. Multiletramento 4. Formação de Leitor 5. Produção textual

I. Título II. Geralda de Oliveira Santos Lima (Org.)

III. Assunto

CDU 821.134.3:372.41

APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, as várias perspectivas e abordagens teórico-metodológicas da Linguística têm nos ensinado muitas coisas novas para o empreendimento de diversas pesquisas em âmbito intra, inter e/ou transdisciplinar, proporcionando, cada vez mais, um intenso diálogo entre as ciências da linguagem, com toda a sua pluralidade, e práticas sociodiscursivas nas mais distintas Instituições de Ensino Superior (IES) do país. No contexto da Universidade Federal de Sergipe (UFS), investigações científicas de diferentes ordens, embora convergentes em múltiplos níveis de análise linguística, têm sido encampadas, para buscar atender às demandas sociais atuais da educação e do contexto sociocultural e político.

Partindo desse panorama, o objetivo primordial desta obra, multidisciplinar, intitulada *Pesquisa em linguística: abordagens contemporâneas*, consiste em tornar pública a produção acadêmica dos/as discentes e docentes do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (UFS), bem como de discentes de outros departamentos dessa instituição. Os textos que compõem esta coletânea, sob uma perspectiva sociocognitivo-interacional e discursiva, são frutos de pesquisas diversas realizadas nos últimos anos, no âmbito de cursos de Letras tanto da graduação, como da pós-graduação.

A presente obra, editada em três volumes, destina-se não só a estudantes e profissionais vinculados/as aos estudos da linguagem, mas também às demais pessoas interessadas em compreender o funcionamento desse fenômeno em seus mais diversos matizes, contextos e práticas socioculturais cotidianas. Este segundo volume, com dezesseis capítulos, reúne contribuições sobre texto, discurso, processos de referenciação, estratégias de argumentação, ethos discursivo, gêneros digitais, multimodalidade, heterogeneidade e ensino. Numa visão de conjunto, os textos aqui presentes elegem diversos *corpora* sob a ótica de distintas categorias teórico-analíticas da linguística contemporânea, envolvendo aspectos linguístico (e não linguístico), cognitivo e vivência sociocultural.

Convém ressaltar que esta publicação só se tornou viável graças ao Auxílio Financeiro a Projeto Educacional e de Pesquisa – AUXPE 88881.157416/2017-1, do EDITAL CAPES/FAPITEC Nº 11/2016 – PROEF, o qual vem contribuindo para o fortalecimento do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, e para tornar pública a produção acadêmica de seus discentes, fruto de pesquisas científicas diversas, não só de alunos ativos, mas também de egressos. Além de resultados de investigações de alunos de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), visto que a coletânea proposta articula trabalhos de pesquisa desenvolvidos no contexto da Graduação desta mesma Instituição de Ensino Superior.

Ademais, gostaríamos de agradecer à Editora Criação pela oportunidade de divulgação e avaliação desses trabalhos produzidos na área da Linguística, com ênfase nas propostas analítico-descritivas em estudos da linguística contemporânea, no âmbito da UFS. Trabalhos estes que reúnem uma significativa produção científica do Grupo de Pesquisa “Laboratório em Estudos de Texto e Tecnologia” – LETTEC/UFS. Sem sombra de dúvidas, muito têm a contribuir para compartilhamento e discussão acerca de questões linguísticas e sociopolíticas da contemporaneidade.

Os organizadores

Novembro de 2018

SUMÁRIO

Os rastros de Lampião: construções de imagens discursivas	09
Isabela Marília Santana Geralda de Oliveira Santos Lima	
“Amistad”, tensão entre memória e acontecimento: a cristalização de discursos de liberdade estadunidense	29
Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto Barros José Eduardo Santos Tavares de Jesus; Mateus de Sá Barreto Barros	
Argumentação, intertextualidade e referenciação: recategorização de referentes e direcionamento argumentativo no caso do <i>détournement</i>	55
Elayne Santana França; Samuel de Souza Matos	
Argumento pragmático: o ethos discursivo dos pescadores de Gararu	69
Iara Melo dos Santos	
A condição da mulher: pedofilia e assédio enquanto acontecimento midiático discursivo	89
Wilton James Bernardo-Santos	
A dimensão argumentativa na atividade discursiva dos aprendizes	1403
Isolina Bôto Corrêa; Antônio Ponciano Bezerra	
As faces do mito e do bandido: processos de (re)construção de sentidos em relatos episódicos	121
João Paulo Fonseca Nascimento; Geralda de Oliveira Santos Lima; Thiago Gonçalves Cardoso	

Desafios de usos de gêneros digitais no ambiente escolar	135
Januária Pereira da Silva; Renato Ezequiel Noia	
Estudo de uma crônica produzida por um estudante em sala de aula	153
Maria Leônia Garcia Costa Carvalho; Genilma Dantas Andrade	
Lampião: bandido ou herói é somente uma questão de referenciação	171
Ozéias Pereira da Conceição Filho	
Multiletramentos e globalização no ensino de espanhol como LE	185
Tarcízio Reis de Jesus; Maria Leônia Garcia Costa Carvalho	
Norma, exclusão e biopolítica: um olhar sobre os discursos em torno da morte de pessoas trans no Brasil	199
Ygor Santos de Santana; Emilly Silva dos Santos	
O discurso sobre Donald Trump em capas de revista de grande circulação	221
Fabio Elias Verdiani Tfouni	
O uso de estratégias argumentativas para a construção do ethos tobiense no cordel “na feira dos campos”	231
Flávio Passos Santana	
Relações cognitivas instauradas por uma metáfora	243
Daniela Cynthia de Sá Rocha	
“Um ídolo do povo; um terror”: diálogos entre referenciação, construção argumentativa e polifonia	255
Samuel de Souza Matos; Thiago G. Cardoso; João Paulo F. Nascimento	
Os autores	273



Os rastros de Lampião: construções de imagens discursivas

▲ *Isabela Marília Santana*
Geralda de Oliveira Santos Lima

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Todo ato de tomar a palavra implica em construir uma imagem de si ou de algum objeto do mundo como também uma imagem coletiva a partir da construção e reconstrução de uma realidade. É através da linguagem que o locutor se apresenta, expõe suas crenças, seus pontos de vista, realiza seu projeto linguístico motivado por intencionalidades e experiências variadas. Essa linguagem e essas imagens (re) construídas podem também se apresentar sob várias formas, além de elementos linguísticos na materialidade textual, identificamos, também, inferências, elementos extralinguísticos e/ou discursivos, opiniões implícitas, competências linguísticas e enciclopédicas, estilo, dentre outros.



A língua é instrumento de manifestação histórica, social e cultural além de poder representar a realidade de um ser, de um povo. Proporciona, interativamente, ao ser humano a capacidade de exercer influência sobre o outro e pode ser aliada nas propostas de convencimento e persuasão, reconstruindo, assim, a realidade a partir de uma intenção, de um propósito e como resultado de experiências, desta forma, podemos dizer que linguagem é uma atividade discursiva. Ferreira (2010) assinala que o modo como tratamos a palavra e como organizamos o discurso pode ser fundamental para encontrar o caminho do convencimento/persuasão.

Diante desses fatos e afirmações, o presente trabalho se propõe a refletir e analisar as construções socio-discursivas e/ou argumentativas, no interior de fontes orais (Lima, 2008), sobre o referente Lampião, grande cangaceiro nordestino e representação importante da cultura de um povo, no caso em questão, do povo do interior sergipano (moradores da cidade de Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória, municípios do estado de Sergipe). Hipotetizamos que, dentro dessas interações orais – entrevistas nas quais os moradores das cidades mencionadas buscam contar histórias que envolvam a figura de Lampião ao mesmo tempo em que emitem juízos de valor, de acordo com suas experiências, sobre esse cangaceiro, seus feitos e sua importância cultural e histórica – ao argumentar e agir socialmente através da linguagem e dos processos referencias para a reconstrução da realidade, os sujeitos dão pistas linguísticas para a construção de uma imagem discursiva e/ou de um imaginário popular (transparecendo o *pathos*, ou seja, as emoções da população que conviveu com seus feitos), uma imagem coletiva, suscitando valores e hierarquias desse cangaceiro, as quais podem contribuir para demonstrar uma tentativa desses locutores de construir o *ethos* coletivo dessas comunidades a partir de uma *ethos* de Lampião, uma idealização de um possível *ethos* construído e deixado por esse cangaceiro a partir do que falava e/ou fazia na época em que dominou o sertão nordestino. Pois, como diz Maingueneau (2008), o *ethos*

é algo que gera confiança no auditório e que estimula uma identificação. Como também para reforçar essas imagens presentes na história que é contada ao longo do tempo sobre Lampião em diversas pesquisas e estudos no Brasil.

O problema se pautará em analisar estas imagens através de estratégias textuais discursivas e argumentativas que os locutores constroem durante suas intervenções persuasivas. Essas ações persuasivas podem ser representativas das suas personalidades, das suas experiências, dos lugares empíricos que ocupam, das crenças e expectativas do auditório (a entrevistadora e a sua pesquisa) e das verdades, valores e hierarquias que consideram mais importantes e, também, podem representar um coletivo. Essas ações são, assim, elencadas nos modelos textuais através de marcas linguísticas que servem a esses oradores e são instrumentos de reconstrução da realidade.

Desta forma, será trazida a hipótese de que o imaginário popular – assim também como a imagem transmitida de Lampião – se mostra em um *ethos* simbiótico que transita entre moral e estratégico, entre o individual e o coletivo, entre o bem e o mal, assim essa (re) construção da imagem (ou imagens) de Lampião é negociada dentro de um imaginário pessoal e um social, entre realidade e texto (realidade (re) construída) e entre valores e/ou hierarquias.

Partimos com a problemática de que as estratégias de referenciação, de (re)construção da realidade são desenvolvidas pelos sujeitos do discurso nas suas práticas sociais e não só relembram e trazem para a atualidade fatos e feitos do cangaço e de Lampião, como também trazem opiniões e pontos de vista diversos acerca desses atos para construção de uma imagem discursiva.

A lembrança é uma imagem construída por aquilo que está, agora, à disposição dos homens no universo de representações que povoa a consciência atual desses indivíduos. Os feitos de Lampião, suas palavras, seu estilo, enfim, todos os aspectos que compõem um determinado ser, contribuíram para a construção dessas imagens e continuam presentes na memória discursiva

e social do povo nordestino, principalmente nas dos moradores dos locais pelos quais ele passou, sendo, no caso, estas cidades do interior de Sergipe, estado no qual ele foi capturado e morto.

Diante dessa multiplicidade de informações e visões, dessa referencialidade e pelo que se conhece da história do cangaço nordestino e de Virgulino Ferreira da Silva (Lampião), percebe-se, inicialmente, uma imagem discursiva polarizada, podendo assim dizer, composta de várias vozes sociais, as quais ora se complementam ora são divergentes, ora exaltam valores de bondade do cangaceiro (herói), ora de maldade (bandido), ora de ambos, dentre outras complexidades e ambiguidades da sua imagem pública.

Objetivamos contribuir, assim, para o reconhecimento da importância da figura de Lampião para a cultura regional e como os estereótipos e valores construídos através do cangaço repercutem até hoje nas personalidades e nos hábitos dos sujeitos. Como também demonstrar a contribuição das estratégias de referência e argumentação para a construção de imagens discursivas para, assim, garantir a manutenção do cangaço no imaginário popular, o que não deixa de ser uma questão polêmica que dicotomiza e polariza realidades. Fundamentamos nosso trabalho em: AMOSSY (2016); CAVALCANTE (2010; 2012; 2014); FERREIRA (2010); PERELMAN (2005); PLANTIN (2008); MONDADA E DUBOIS (2003).

ARGUMENTAÇÃO E A CONSTRUÇÃO TEXTUAL-DISCURSIVA

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a argumentação é entendida como uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas preexistentes. Assim, também é a referência que transforma os objetos de mundo em *objetos de discurso* de acordo com a intencionalidade do seu produtor a partir dos seus princípios básicos – de recategorização da realidade, negociação e o sociocognitivo (CAVALCANTE et al, 2014).

As interações humanas mediadas pela linguagem são baseadas em trocas retóricas, em que ambas as partes negociam e constroem a argumentação, a tessitura textual e o entorno discursivo. Quando falamos na argumentação e no seu movimento textual-discursivo, não podemos esquecer as partes que compõem esse processo. Nesse caso, é importante destacar o triângulo retórico proposto por Aristóteles e retomado posteriormente por vários autores que lidam com a arte de persuadir.

Esse triângulo é formado pelo *ethos*, *pathos* e *logos*. O primeiro é composto pelos elementos que compõem o orador, tais como, seu caráter, suas intenções, suas maneiras de ver o mundo e de reconstruí-lo a partir de determinado objetivo argumentativo. “O *ethos* é o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem essa confiança” (REBOUL, 2004, p. 48).

Já o *pathos* diz respeito ao conjunto de emoções e sensações que são despertadas no auditório pelo orador através do seu discurso e de suas ações discursivas e de construção e compreensão do mundo. Para mover o auditório, ou seja, levá-lo a ação (persuasão), é necessário comovê-lo, convencê-lo, haver um acordo, um jogo de interesses de ambas as partes para que seja instaurado um jogo discursivo-persuasivo.

Por conseguinte, o *logos* fica no âmbito da razão, compreende o próprio discurso, os argumentos que são dados como provas ou exemplos para que determinado pressuposto ou intenção argumentativa seja levada em consideração. “O discurso pode revestir-se de diversas tipologias, numa dependência direta da questão subjacente ou expressamente colocada.” (FERREIRA, 2010, p. 17).

Assim, é a partir do convívio social e da cultura, em que estão imersas, que opiniões, personalidades e convicções são formadas. Por isso, o orador mobiliza, ao construir seu projeto linguístico, não apenas aspectos culturais para que seu discurso seja aceito, como também funções sociais e conhecimentos diversos.

A cultura transparece através dos modelos discursivos, e a partir deles ela, também, é reafirmada, por isso, os discursos devem estar relacionados com o meio cultural tornando os sujeitos sensíveis à dimensão local e específica das práticas sociais.

O que podemos destacar como objeto de crença ou adesão do indivíduo? Aquilo que é verdade absoluta ou o que é conveniente? Ou o que é obtido a partir das vivências desses sujeitos? E qual a verdade absoluta? Diante desses questionamentos e com base em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), agrupamos as premissas em duas categorias, a dos elementos *reais* e dos *preferíveis*. Na categoria do *real*, estariam os fatos, as verdades científicas e as presunções e, na outra, estariam os valores, as hierarquias e os lugares desta categoria.

O que pode ser verdadeiro, *real*, uma verdade absoluta, irá depender muito do ponto de vista filosófico ou modo de vida de cada ser humano. Por essa razão, cada indivíduo possui suas “verdades” e suas crenças que variam de acordo com seu caráter ou com o que convive. No entanto, há pretensões estabelecidas pela humanidade e pela ciência, são categorias aparentemente estáveis para garantir a civilização humana e organização social (Mondada e Dubois, 2003). Diante disso, podemos dizer que essas verdades e crenças são elencadas como verdades universais, como concepções adequadas aos contextos ou aos projetos de dizer e dignas de serem seguidas.

Já as premissas da categoria *preferível* vão depender da intenção discursiva e pessoal de cada orador, estão ligadas a um ponto de vista determinado que só transitam livremente dentro de um auditório particular. O *preferível* é o conveniente citado acima, é aquilo que satisfaz os anseios de um grupo de indivíduos que pensa da mesma forma e/ou possui os mesmos anseios.

Na construção de uma imagem discursiva, seja de si ou de alguma realidade do mundo, os sujeitos utilizam aspectos textuais e discursivos a seu favor, essa imagem pode ser moral, refletir um sujeito empírico e/ou real, ou pode ser estratégico. É como afirma Amossy “a necessidade que o orador tem de se adaptar a

seu auditório, portanto, de fazer uma imagem dele e, correlativamente de construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribui aqueles que o ouvem” (AMOSSY, 2016, p. 19).

OS RASTROS DE LAMPIÃO: DAS PISTAS LINGUÍSTICAS REFERENCIAIS A UMA IMAGEM DISCURSIVA POLARIZADA

A escolha do corpus foi baseada no arsenal de informações e de fatos que são contados e recontados a todo momento sobre esse fenômeno do cangaço, são depoimentos que revelam a autovisão do homem nordestino, com destaque para a figura de Lampião, ícone nordestino que supera o tempo e permanece presente no imaginário popular, engrandecendo a cultura local e regional, quiçá, nacional. Selecionamos alguns fragmentos dos modelos textuais colhidos da tese de doutorado da professora doutora Geralda Lima (2008), os quais mobilizam fatos, presunções, valores e avaliações que constroem e reconstroem a imagem de Lampião ora enaltecendo-o, considerando-o um herói, ora depreciando-o, considerando-o como um vilão.

A construção desse referente se dá a partir da mobilização de argumentos universais e particulares, de fatos contados, de seus valores e hierarquias, que exaltam contextos, estabelecem acordos e trocas sociais, culturais e discursivas, o que será de grande valia para a proposta de estudo em questão por se tratar de uma análise a qual trata da rememoração de acontecimentos passados que tentam confirmar o *ethos* e/ou a imagem que esse cangaceiro construiu em/a seu tempo, a partir da coletividade, baseando-se nos discursos alheios dos sujeitos investigados em outros lugares e tempo, sendo assim necessário identificar através de pistas linguísticas e inferenciais (na maior parte das vezes) esses valores e hierarquias familiares ao contexto buscado e ao que Lampião deixou transparecer nas suas falas, ações, comportamentos, concepções e o que deixou de herança ao imaginário popular da localidade em questão.

Além disso, a fabricação da realidade (Mondada e Dubois, 2003) trabalhada aqui baseia-se na construção e reconstrução trazida pela Linguística Textual e suas estratégias de referência, nas quais os sujeitos sociais recategorizam seus objetos de mundo textual-discursivos, transformando-os em *objetos de discurso* (MONDADA; DUBOIS, 2003) de acordo com um projeto de dizer levando-se em conta a relação entre sujeito, percepção, língua e mundo.

Segundo Mondada e Dubois (2003), essas categorias são conduzidas em um *continuum* das experiências humanas que encaminha os sentidos para uma variabilidade de significações possíveis, ou seja, cada entidade construída possui um fim determinado e está de acordo com um contexto, ela serve de hipótese, de algo que possa encaixar naquela proposta de sentido. Podemos comparar essa adequação a um determinado contexto ou a uma situação com a verossimilhança, pelo fato de a adequação e a estabilidade estarem de acordo com aquilo que pode se tornar possível, são hipóteses, são construções que podem se encaixar em um dado ambiente. Desse modo, “[...] observa-se que o que é habitualmente considerado como um ponto estável de referência para as categorias pode ser ‘deategorizado’ tornado instável, evoluir sob o efeito de uma mudança de contexto ou de ponto de vista” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 27).

E é a partir das experiências de cada morador desta cidade que percebemos a concepção e a imagem que cada sujeito possui desse cangaceiro chegando ao ponto de as memórias oscilarem entre duas concepções: a de Lampião herói e a de Lampião bandido. Inferimos, assim, que estas concepções e avaliações que oscilam brotam de experiências particulares e vivências diferentes que cada sujeito e/ou cada família dessas localidades adquiriu a partir do contato, ou das histórias que te contaram, com o cangaceiro.

Encontramos no imaginário brasileiro e, principalmente, no nordestino, Lampião como uma figura que carrega uma história muito importante que evidencia vivências, crenças, costumes,

personalidades e a própria cultura do povo brasileiro. A relação do nordestino e, como nos casos que veremos adiante, dos sergipanos em questão com o cangaço vai muito além de importância e preservação histórica, essa relação determina o caráter dessa população, propaga estereótipos e discursos morais cristalizados, interfere nas suas ações e nos seus modos de ver o mundo.

Analisemos os primeiros exemplos retirados do corpus de pesquisa da tese de Lima (2008):

(1)

Fragmento 21

Eu acredito que Lampião foi um homem de justiça. Agora eu acredito que quando começou essa vida dele de entrar no cangaço, Lampião teve seus motivos. Ele era um jovem digno. Lampião era um homem novo, um rapazinho que negociava com redes e outras coisas, até em Sergipe ele vendia. [...] Um sujeito direito tava ali. Lampião toda vida foi um sujeito sério. [...] Quando ele mandava um recado pra alguém, podia demorar, mas ia, comparecia mais cedo ou mais tarde, não deixava de ir, ele sempre foi um homem de compromisso, um homem de palavra. Eu acredito que Lampião é que fez justiça com as suas próprias mãos. Ele foi um justiceiro, e se nada disso tivesse acontecido, ele não tinha feito aquilo, ele não ia ter aquele sofrimento. Ele chegou, em combate, a segurar de um olho (JAS, Entrevista 10, p. 284-5 apud LIMA, 2008, p. 12)

Notamos no fragmento textual-discursivo uma série de expressões referenciais que recategorizam a figura de Lampião e que dão pistas da imagem que Lampião demonstrava através de seu discurso e de suas ações, tais como: “homem de justiça”, “jovem digno”, “homem novo”, “rapazinho” (o qual mesmo com pouca idade já trabalhava como vendedor de redes no estado podendo inferir que era um homem trabalhador, lembrando, assim, uma das lógicas universais de que “o trabalho dignifica o homem”), “um sujeito direito”, “um sujeito sério”, “homem de compromisso”, “homem de palavra”, “um justiceiro”.

Percebemos, assim, que o processo de recategorização textual – reconstrução dos referentes, dos objetos de mundo, das realidades dispostas – acontece levando em conta os valores e as hierarquias (Perelman e Tyteca, 2005) encontrados à disposição

dos falantes, baseados nas suas experiências (ou de outras pessoas/familiares próximos que lhes contavam) obtidas em relação ao cangaceiro e nas crenças culturais e sociais em que vivem e em que acreditam, para, assim, compor seus projetos argumentativos e discursivos demonstrados nestes modelos textuais compartilhados.

Em relação a tentativa de construção e/ou confirmação do *ethos* de Lampião, vemos que é constatada uma tentativa de *ethos* heroico, através dessas estratégias referenciais e evidenciada no imaginário da população e no acúmulo de “*causos*” contados, vivenciados no passado e, até mesmo, projetados para o presente e futuro, já que essa população vive, em boa parte, do turismo do cangaço e possui parte de sua identidade representada por esse contexto, pois, como afirma Amossy (2016, p. 09), “[...] não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si” para que o *ethos* discursivo seja construído, seja transmitido, pois é a partir do que é mostrado (*ethos* mostrado) sob diversas formas (formas linguísticas, ações, discursos, dentre outros), diversos modos de dizer.

(2)

Fragmento 22

Os cangaceiros andaram muito por aqui [Nossa Senhora da Glória], mas [...] ninguém acoitava bandido, não! Lampião também não gostava de mentira não. Pai dizia que Lampião era um homem muito verdadeiro e honesto que ele respeitava quem respeitasse ele. Pai falava muito que Lampião era um grande estrategista, era um homem muito inteligente a ponto de ser chamado pelo povo de o grande general do sertão. (MVA, Entrevista 13, p. 297 apud LIMA, 2008, p. 12).

Valores como honestidade (“honesto”, “não gostava de mentira”), lealdade e respeito (“respeitava quem respeitasse ele”), inteligência (“homem muito inteligente”) e estratégia (“grande estrategista”) são categorizados e recategorizados, através de expressões referenciais e elementos linguísticos diversos, evidenciando a valorização e a necessidade dessas características para quem está ou pode estar apto a ser um grande membro do

contexto militar (“grande general do sertão”). Logo, fortalecendo uma nobreza, respeito e hierarquização do contexto militar, algo extremamente controverso e polêmico no contexto atual, como também no contexto do cangaço, da época, por evidenciar o embate entre os cangaceiros e as volantes.

Verifica-se, portanto, que a rememoração de acontecimentos passados constrói e reconstrói a imagem mítica desse personagem da nossa história, a partir do uso de um conjunto de estratégias de referência, que constitui uma cadeia coesiva que retoma outras cadeias referenciais enunciadas por outros sujeitos, em outros lugares e tempos. (LIMA, 2008, p. 10)

Desta forma, depreendemos uma relação lógica de causa e consequência que não deixa de satisfazer a argumentação retórica nem deixa de tentar construir, mais uma vez, uma imagem positiva desse cangaceiro, pois é na interação argumentativa, na ação de argumentar e na tentativa de construção discursiva que *pathos* (paixões, interlocutores) e *logos* (elementos linguísticos) se entrelaçam e que as imagens discursivas são evidenciadas, e podemos, portanto, inferir um possível *ethos* de bravura, honestidade, esperteza, lealdade desta figura tão emblemática do sertão nordestino como também da população nordestina, do homem nordestino. Lampião, em vista disso, despertava esses valores e sentimentos (*pathos*) na população, nesse jogo interpessoal e de ações que acontecia a partir de um jogo de interesses e relações de poder.

(3)

Fragmento 19

Nesse combate [de Serra Grande, em Pernambuco, em 1926], Lampião contava com menos de cem cangaceiros, mais mesmo em desvantagem derrotou de maneira triunfal as três volantes. Foi uma vitória estrondosa, sem dúvida, a maior vitória do homem mais famoso do cangaço que depois dessa vitória escreveu uma carta ao governador de Pernambuco fazendo uma proposta para ser o governador do sertão (AC, Entrevista 01, p. 253 apud LIMA, 2008, p. 176)

Seguindo uma mesma linha de raciocínio, outros valores são elencados nesse fragmento, tais como: poder e força (“derrotou

de maneira triunfal”, “vitória estrondosa”), fama (“homem mais famoso do cangaço”), influência e visibilidade políticas (“escreveu uma carta para o governador”) evidenciados e rememorados a partir das ações e estratégias de combate de Lampião através do legado que ele deixou no imaginário popular, estratégias essas que culminam e caracterizam, desta vez, o poder político institucional (“governador do sertão”). O que nos faz lembrar, por ora, uma das formas de fazer política em contextos locais interioranos, o que conhecemos como a política do coronelismo, em que as figuras políticas são personificadas como heróis, salvadores como consequência do seus assistencialismos em suas comunidades.

(4)

Fragmento 27

[...] Sabe, meu pai gostava muito de falar das histórias do cangaço e da vida de Lampião e de como os acontecimentos se sucediam aqui na redondeza de Glória e em outros lugares. Meu pai falava sempre que Lampião era *uma figura que marcou muito a vida do sertanejo*. O povo do sertão diz ainda que Lampião foi *um gênio militar* e ele tinha o apoio da população, *a vida de Lampião era contada e cantada pelos violeiros nas feiras* isso eu me lembro ainda muito bem eu ainda mocinha ia pra feira e ouvia aqueles homens cantando e contando as histórias de Lampião, do bando, e de sua companheira Maia Bonita aí juntava muito gente só pra ver e ouvir e aí o povo saía dizendo: “Lampião era mesmo *um herói*”. O povo reconhecia mesmo o seu heroísmo. Para muita gente, Lampião não esquecia suas promessas. (MVA, entrevista 13, p. 297 apud LIMA, 2008, p. 190).

Neste fragmento, destacamos o heroísmo explícito e afirmado (na expressão “um herói” no final do texto) de Lampião através do conjunto de qualidades evidenciadas ao longo do modelo textual discursivo (a partir dos trechos “figura que marcou muito a vida do sertanejo”, “gênio militar”, “a vida de Lampião era contada e cantada pelos violeiros nas feiras”).

(5)

Fragmento 29

Lampião não foi um bandido não. Pra mim, o estrategista Lampião foi um justiceiro, um herói realmente. Teve gente aqui, em Poço Redondo, que melhorou de vida no tempo de Lampião. A gente conheceu aqui a finada Dó. Ela foi uma das pessoas que o temido Lampião deu dinheiro, aí, ela pegou esse dinheiro e construiu uma bodega com que viveu até o fim da vida. (MA. Entrevista 14, p. 299 apud LIMA, 2008, p. 193)

Este fragmento (5) também traz a questão do heroísmo em Lampião, mas o que merece ser destacado, em especial, neste modelo textual é a constatação de como a realidade pode ser construída e reconstruída a partir da linguagem e a partir do conhecimento de mundo (sejam enciclopédicos ou interacionais) que possuímos sobre as coisas, sobre os referentes. O excerto serve para ilustrar que as reações dos moradores demonstradas nos fragmentos, a partir dos seus projetos argumentativos, são ocasionadas pelas experiências que cada um obteve com Lampião (como já foi dito anteriormente), algumas positivas, nobres, heroicas, outras nem tanto (como veremos em fragmentos posteriores).

Vejam como o morador, no fragmento 5, traz a situação de “dona Dó” (uma conhecida de todos na cidade) para exemplificar, como prova argumentativa, a bondade de Lampião e para justificar os seus atos, os quais poderiam (e realmente são) ser interpretados por outras pessoas de forma maldosa e pejorativa, confirmando, desse modo, sua justificativa (construída através da linguagem), sua opinião, sua avaliação sobre Lampião. O autor traz o heroísmo, a estratégia e a justiça (“o estrategista Lampião”, “justiceiro”, “herói”) como valores universais e aceitos por todos e traz também um fato (o caso de “Dona Dó”) como tentativa de trazer veracidade a questão, já que pode ser comprovado, e que, para ele, não há como Lampião ser bandido (“Lampião não foi bandido não”). Ele usa uma situação específica e particular para tentar confirmar o *ethos* de uma figura popular, bondosa e heroica, para construir uma imagem discursiva individual de herói com vistas a uma imagem coletiva.

Em relação aos auditórios universal e particular trazidos por Perelman e Tyteca (2005) é importante colocar em discussão a afirmação dos autores no tocante a aparente despreensão dos sujeitos ao argumentar e construir imagens discursivas trazendo teses universais para se chegar ao particular, ou até mesmo para se dirigir a um auditório particular e se utilizar de teses mais universais para isso, o que os autores chamam de “truque retórico”. Sendo assim, “a busca de uma objetividade, seja qual for sua natureza, corresponde a esse ideal, a esse desejo de transcender as particularidades históricas ou locais de modo que as teses defendidas possam ser aceitas por todos.” (PERELMAN E TYTECA, 2005, p. 29)

Ao lado dos fatos, das verdades e das presunções, caracterizados pelo acordo do auditório universal, cumpre incluir, em nosso inventário, alguns objetos de acordo acerca dos quais se pretende apenas a adesão de grupos particulares: os valores, as hierarquias e os lugares do preferível. Estar de acordo acerca de um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação, sem se considerar, porém, que esse ponto de vista se opõe a todos. A existência dos valores, como objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre modos particulares de agir, é vinculada à ideia de multiplicidade dos grupos. Para os antigos, os enunciados concernentes ao que chamamos de valores, na medida em que não eram tratados como verdades indiscutíveis, estavam englobados, com toda espécie de afirmações verossímeis, no grupo indiferenciado das opiniões. (PERELMAN E TYTECA, 2005, p. 83-84)

(6)

Fragmento 41

Dizia que virou um cangaceiro porque o pai dele foi assassinado por causa de briga de terra com a família dos Nogueira e de Zé Saturnino [...] aí ele dizia: “agora, a gente vai se vingar de quem matou meu pai”, aí, invadiram a cidade de Vila Bela [...]. Aí, eles entraram no quartel e quebraram tudo e contam os mais velhos que o bandido e seu bando mataram três soldados e levaram as armas deles. Esse cangaceiro malvado deixou muita história pra ser contada por esse sertão afora e a gente sabe de outras histórias desse bandido malvado porque a gente ouvia sempre as pessoas falando de Lampião e sua gente. Foi aí que começou então a raiva de Lampião que judiou e matou muita gente por esse mundo de Deus. Lampião era um homem muito vingativo [...] na minha opinião, ele era um homem muito mau e pelas suas malvadezas o capitão era caçado pela polícia porque só vivia escondido nos matos como um bicho. Por isso tinha a volante atrás dele (Entrevista 11, JAO, p.289 apud LIMA, 2008, p. 218)

Ao contrário dos fragmentos anteriores, vemos aqui um modelo textual construído de forma antagônica, exaltando valores amorais em relação a este cangaceiro. Lampião agora é bandido malvado. Atentemos para o trecho do fragmento acima que diz: “*Esse cangaceiro malvado deixou muita história pra ser contada por esse sertão afora e a gente sabe de outras histórias desse bandido malvado porque a gente ouvia sempre as pessoas falando de Lampião e sua gente*”, comprovando, assim, que as opiniões da população sempre nortearam e foram norteadas por histórias que ouviam, por conhecimento interacional e de mundo. Levamos em consideração, assim, o fato de que somos sujeitos sociais, somos frutos das nossas experiências as quais são comprovadas pelas nossas narrativas ao longo das situações comunicativas vividas, além de podermos afirmar que fragmentos linguísticos elucidam e polarizam opiniões de um povo, de várias comunidades, de um imaginário popular. Portanto, Van Dijk (2012) diz que “não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele) mas a maneira como os participantes definem essa situação.” (VAN DIJK, 2012, p. 11). Ou seja, é o indivíduo, seus aspectos (inter) subjetivos e suas interações enquanto membros de grupos e comunidades que constroem o contexto a partir de seu conhecimento de mundo acumulado e processado sociocognitivamente.

Temos, no fragmento abaixo, uma imagem discursiva construída de maneira oposta, com presença e constância dos mesmos mecanismos textuais dos fragmentos anteriores, mas que evidenciam valores e hierarquias contrários à ordem social que os sujeitos sociais daquelas localidades julgam éticos e engrandecedores da moral humana. Lampião agora é recategorizado como um bandido, como alguém maldoso e é perceptível que ele próprio deixava essa imagem transparecer ou que suas ações eram interpretadas de forma negativa. Vejamos:

(7)

Fragmento 40

Lampião era um criminoso sem igual. Um homem muito cruel. Não existia em tempo algum atrás alguém pior do que Lampião. [...] Lampião era um capeta, em vida, fez muita gente sofrer. Naquele tempo, foi um tempo de muito sofrimento [...]. Quando Lampião veio aqui levou tantas coisas de nós. Se precisava ver que o comportamento daquele homem não era de gente não, ele agia como um bicho, ele era um verdadeiro demônio, aí, o povo vivia assustado com ele e aí quando se sabia que ele estava por perto todo mundo se escondia no mato, fugia, às vezes, pra bem longe com medo dele [...] Ele, como os outros cangaceiros, pintou e bordou... Né? Por esse sertão afora, é, afinal ele era um bandido malvado, sabe! Nesse tempo do cangaço muito gente penou porque Lampião era um cara muito vingativo, sempre procurava se vingar de quem lhe negava alguma coisa ou não lhe respeitava ou ainda mexia com alguém que ele gostava [...]. Lampião era um homem malvado, né? Mais não precisava acabar com aqueles cangaceiros daquele jeito, não. (ES, entrevista 5, p 268-9-70 apud LIMA, 2008, p. 217)

Percebemos nesses excertos uma outra avaliação a respeito do comportamento e da figura de Lampião, pois, agora, ele é um “criminoso sem igual”, “um homem muito cruel”, “um capeta”, “agia como um bicho”, “verdadeiro demônio”, “bandido malvado”, “vingativo”. Lugares da quantidade e da qualidade (Perelman e Tyteca, 2005) são utilizados como máximas argumentativas para recategorizar o cangaceiro e sua imagem, afinal, além de elucidar que suas ações não eram nobres, também há uma preocupação pela intensidade e constância com que Lampião fazia atrocidades e fazia as pessoas sofrerem (“fez muita gente sofrer”, “tempo de muito sofrimento”, “levou tantas coisas de nós”, “o povo vivia assustado”, “pintou e bordou”, “muita gente penou”).

Um dos princípios hierarquizantes mais usuais é a quantidade maior ou menor de alguma coisa. Assim é que teremos, ao lado das hierarquias de valores baseadas na preferência concedida a um desses valores, hierarquias propriamente ditas baseadas na quantidade de um mesmo valor: o grau superior é caracterizado por uma maior quantidade de certo caráter. (PERELMAN E TYTECA, 2005, p. 91)

Essas expressões comprovam a tese de que Lampião era um bandido e uma pessoa ruim além de não trazer nenhum benefício para a comunidade, demonstrando e evidenciando, assim, uma polêmica, uma controvérsia, um campo argumentativo de diferentes pontos de vista. Os lugares da qualidade são escolhidos para mostrar que as ações e falas de Lampião não era dignas de um ser humano, pertencia a alguém que servia ao mal e que fazia atrocidades com as pessoas, as quais são intensificadas pelos lugares da quantidade que demonstram as repetidas vezes que esses fatos aconteciam, pois eram constantes e arrancavam o sossego da população da época.

Diante dessas pequenas análises e elucidações sobre as construções discursivas e argumentativas do universo do cangaço, através dos testemunhos desses moradores, percebemos, portanto, a quantidade de significações que produzem construções históricas, cristalizam discursos, pontos de vista, estereótipos, a partir da vida dos cangaceiros e de suas práticas sociais, os quais permanecem por toda a história dessas sociedades e acabam por determinar práticas outras, sejam morais ou não, como jogos de interesse e poder, de dominação, políticos e institucionais, que trazem, de fato, uma riqueza simbólica, mas, por vezes, também contribuem para preservar um sistema desigual, opressor e exploratório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, o trabalho procurou suscitar, a partir dos testemunhos que revelam uma visão do homem sertanejo, de seus valores morais e da população local, a importância das estratégias referenciais e argumentativas para a construção de imagens discursivas e para a consequente construção da memória coletiva de determinado lugar e de figuras culturais marcantes, como no caso a de Lampião, a fim de manter a perpetuação dessas práticas sociais e culturais na vivência dessas comunidades.

Concluimos que vários são os impactos das ações e discursos de Lampião na população como um todo, inclusive para a população que vivenciou mais de perto sua jornada, como é o caso dos moradores das cidades em questão, Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória, no interior de Sergipe. E, assim, como todo processo que envolve linguagens e intencionalidades em ação, observamos uma polarização de opiniões e uma dicotomização (Amossy, 2016) da construção do referente Lampião, obtidas a partir das cadeias de referências que cada sujeito estabelece ao longo do processo de construção de memórias discursivas como também ao longo do processo de construção textual imediato. Trazendo para esta reflexão os contextos a que se referiu Hanks (2008), o social e o imediato:

Hanks ainda define dois vieses para todo esse arsenal de concepções em torno do contexto: a emergência e a incorporação. O primeiro está associado ao chamado tempo real da produção do enunciado, o momento da interação e de trocas comunicativas, de coprodução. Já a incorporação descreve o momento do enunciado num contexto mais amplo, mais duradouro e que interfere no discurso sócio-histórico. (SANTANA, 2015, p. 33)

Por relacionarmos argumentação e intencionalidade, contextos emergentes e sociais/incorporados e por considerar as es-

estratégias de construção textual-discursiva dos modelos textuais como integrantes do processo argumentativo, é que trazemos para a reflexão a clivagem do sujeito para nos ajudar a entender as motivações que os indivíduos produtores dos fragmentos textuais acima tiveram ao construir seus textos com tentativas a recategorizar a imagem de Lampião e de do imaginário local. Esses sujeitos, apesar de estratégicos linguisticamente e intencionalmente, são atravessados por discursos morais, valorais, hierarquizantes como também são influenciados pelas suas vivências e experiências com as realidades do mundo, neste caso com a figura de Lampião e com tudo o que ele representava, carregava e fazia.

Consideramos, por fim, uma cadeia e/ou rede de referências (MATOS, 2018) que se movimentam no processo de argumentação textual-discursiva considerando a recategorização como uma transformação que vai acontecendo aos poucos e vai lançando pontos de vista na progressão referencial com vistas a um projeto argumentativo, que possa buscar persuadir o outro também, mas, acima de tudo, procura expor suas concepções a partir da reconstrução de um (uns) referente (s) com vistas a construir uma imagem discursiva pautada em conhecimentos de mundo e visando um imaginário coletivo.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. *Coerência, referenciação e ensino*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. *Revista do GELNE*. Piauí, v.12, n.2, 2010. P. 56-71.

FERREIRA, L. A. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

HANKS, W. F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdier e Bakhtin*. Organização: Anna Christina Bentes, Renato C. Rezende, Marco Antônio Rosa Machado; revisão técnica: Anna Christina Bentes, Maurizio Gnerre. – São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, G. O. S. *O rei do cangaço, o governador do sertão, o bandido ousado do sertão, o cangaceiro malvado: processos referenciais na construção da memória discursiva sobre Lampião*. 304 f. Tese (doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, 2008.

MATOS, J. G. *As redes referenciais na construção de notas jornalísticas*. 2018. 259f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2018.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-29.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In CALVACANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A.; (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, C. *A argumentação: história, teorias, perspectivas*. São Paulo: Parábola, 2008.

REBOUL, O. *Introdução à retórica*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTANA, I. M. *O acordo retórico e a construção textual da persuasão: o discurso político*. Dissertação (Mestrado em Letras). 93 f. Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, 2015.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Tradução Rodolfo Ilári. São Paulo: Contexto, 2012.



“Amistad”, tensão entre memória e acontecimento: a cristalização de discursos de liberdade estadunidense

▲ *Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto Barros*
José Eduardo Santos Tavares de Jesus
Mateus de Sá Barreto Barros

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente capítulo resulta de um projeto submetido a dois editais: o primeiro, para credenciamento de professores de Análise do Discurso no Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFS); o segundo, pesquisa em iniciação científica (PIBIC/UFS), com bolsa do CNPq. Realizamos uma análise arquegenealógica (FOUCAULT, 1997, 2012) do filme *Amistad* (1997). Este filme, dirigido por Steven Spielberg, narra a prisão do navio negreiro de mesmo nome, em terras estadunidenses. A história remonta ao ano de 1839; é baseada em fatos verídicos ocorridos, não só a bordo do navio como na história americana.

No navio *La Amistad*, havia 53 negros, aprisionados na África e levados para a América, para serem vendidos neste continente. A temática do filme consiste, então, na *retomada* da luta desse grupo de africanos escravizados, abordando desde a sua revolta, ainda no interior do navio, até o aprisionamento deste, o consequente julgamento dos negros em terras estadunidenses e, por fim, a sua libertação. A trama problematiza não só a questão da escravidão dos negros como também as relações entre os poderes executivo e judiciário estadunidenses, de meados do século XIX. Nesse sentido, ele põe em perspectiva as primeiras medidas para a abolição da escravatura nesse país¹.

No que diz respeito ao título desse filme, observamos um jogo *irônico* de sentidos entre o nome do navio e a sua função: o *La Amistad*, ao contrário do que a tradução do nome sugere², trafica negros africanos. Consoante o *dicionário de Análise do Discurso* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 291), na *ironia*: “[...] há um efeito de *não assumir* a enunciação por parte do locutor e de *discordância* em relação à fala esperada em tal tipo de situação” (*grifos dos autores*). Por conseguinte, a partir do próprio título, observamos o caráter polifônico do filme, sobre o qual discutimos. Quanto a esse caráter, percebemos ainda que ele apresenta duas perspectivas investigadas: uma diz respeito ao discurso perpassado pelo/no fato histórico, propriamente dito; o outro, como a mídia cinematográfica (re)significa esse fato, na medida em que o traz à tona um século e meio depois. Como bem

1 Trazemos à baila a doutrina do destino manifesto, segundo a qual o povo americano foi eleito por Deus para civilizar a América. À luz de tal doutrina, esse povo realizou uma expansão territorial na América do Norte, durante o século XIX. Tal expansão resultou no deslocamento de tribos indígenas, aquisição de territórios e na anexação de novos Estados. A partir de tal expansão, surgem conflitos entre o sul agrário e o norte industrializado, sobre os direitos dos estados e a expansão da escravidão. Esses conflitos resultaram na Guerra da Secessão (1861 a 1865). O Norte venceu essa guerra, impedindo a separação do país, exterminando (em tese) a escravatura nesse país. No final do século XIX, sua economia tornou-se a maior do mundo, e o país expandiu-se para o Pacífico. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Estados_Unidos).

2 amigável; amigo; amistoso, em espanhol. MICHAELIS. Pequeno Dicionário Espanhol – Português; Português – Espanhol: São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1996.

defende Gregolin (1997, p. 56), “[...] a interpretação de temas ressignificados mostra que o discurso, a história e a memória constroem movimentos de sentidos”.

Quanto a esse processo de (re)significação, questionamos, inicialmente, quais movimentos de sentidos podem ser (re)construídos ou cristalizados pela mídia cinematográfica, na medida em que ela traz à tona os discursos *ditos e esquecidos*. Tal questionamento surge em decorrência da constante *reatualização*³ dos fatos históricos, em geral; em particular, da escravidão, uma vez que o próprio diretor de *Amistad* já havia (re)discutido esse tema, quando dirigiu *A Cor Púrpura* (1985), doze anos antes do filme objeto de nossa análise. Entendemos, então, que a mídia cinematográfica é responsável tanto pela *movência de sentidos* quanto pela *cristalização deles*. A movência consiste em trazer para o âmbito do *intradiscurso* (discursos no eixo da atualidade) os discursos armazenados no eixo do *interdiscurso* (discursos já ditos e esquecidos). Tais discursos, entretanto, são (re)significados, produzindo, então, grandes movimentos de sentidos. Quanto à *cristalização desses sentidos*, ela está relacionada aos movimentos parafrásticos dos discursos: mesmos discursos retomados várias vezes; consiste no retorno aos mesmos espaços do dizer; na homogeneização dos discursos (FOUCAULT, 1999). São discursos que se encontram ‘engessados’ na teia discursiva. Tais movimentos, cristalização de sentidos revelam uma tensão necessária entre polissemia e paráfrase. Nesse caminho, questionamos os efeitos da *naturalização* dos discursos perpassados nos/pelos fatos históricos. Analisamos igualmente a *naturalização* das relações de poder, do suplício dos corpos.

Outra pergunta de pesquisa está relacionada à construção de imagens concernente ao ideal de *democracia americana*, haja vista o jogo das relações entre os poderes executivo e judiciário

3 Empregamos esse termo de acordo com Foucault (2009 [1969], p. 284), para quem a “reatualização” consiste na “[...] reinserção de um discurso em um domínio de generalização, de aplicação ou de transformação que é novo para ele”.

americanos, de meados do século XIX, e a consequente *lição de democracia* perpassada no/pelo discurso fílmico. Na película em análise, essa imagem corrobora o dualismo entre o bem (no caso, Estados Unidos da América, Inglaterra) *versus* o mal (a Espanha, Portugal). Entendemos que essa luta, por sua vez, figurativiza a superioridade do povo saxão sobre o latino.

Como arcabouço teórico, levamos em conta quatro áreas do saber: a Mídia Cinematográfica (KRISTEVA, 1999); a Análise Arqueológica do Discurso, a partir da qual estudamos a sociedade disciplinar, os conceitos de Arqueogenealogia, de controle dos discursos, dos corpos (FOUCAULT, 1997a, 1997b, 2003, 2008, 2009, 2012); a Filosofia e a História (ADORNO, HORKHEIMER, 1969 [1947]; GOULD, 2002; KUPER, 2008; ZEA, 1978, 2005), à luz das quais observamos a naturalização das desigualdades; a cristalização dos discursos sobre elas.

No que concerne à análise, elucidamos que, como bem define Foucault (2012 [1978], p. 248), o *discurso* deve ser tratado como “[...] uma série de acontecimentos, como acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado”. Ainda sobre o discurso, Foucault (2012 [1978], p. 248) assim esclarece:

Eu me dei como objeto uma análise do discurso, fora de qualquer formulação de ponto de vista. Meu programa não se fundamenta tampouco nos métodos da linguística. A noção de estrutura não tem nenhum sentido para mim. O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento.

Conseqüentemente, ao considerarmos o discurso como *uma série de acontecimentos*, estamos nos colocando, enquanto pesquisadores, na dimensão da história. Não assumimos um papel de historiadores, porém, tal como Foucault (2012 [1978], p. 231) argumenta, buscamos entender *por que e como se estabelecem*

relações entre os acontecimentos discursivos. Em decorrência disso, tal como as teorias *foucaultianas* propõem, buscamos ‘explicar a constituição do sujeito na trama da história’, colocando-o não como um sujeito dono de seu discurso, mas como um objeto historicamente constituído.

Ressaltamos também que a análise discursiva, pautada nesse filósofo, *não consiste em uma análise materialista⁴ do discurso*, uma vez que ele mesmo nega situar na base do sistema as forças produtivas; para ele, há relações muito mais complexas que ligam a tecnologia do poder e o desenvolvimento das forças produtivas (FOUCAULT, [1977] 2012). Ainda segundo esse filósofo, a análise do discurso não consiste em um desvelamento dos sentidos; ao contrário disso, ela aponta para o “jogo de re-afecção imposta”.

Nesse ponto, é importante esclarecermos que uma abordagem arqueológica e genealógica simultaneamente visa a responder à pergunta elaborada por Foucault: “quem somos nós”, cujo objetivo era realizar uma “ontologia crítica do presente” (REGOLIN, 2016). Nesse caminho investigativo, questionamo-nos a partir de quais discursos em circulação nos constituímos sujeitos, tentando compreender as identidades, as subjetividades no tempo presente; como ‘nós’ poderíamos nos transformar. Com fins de construir essa história do tempo presente, o arqueólogo busca, na descontinuidade da história, aquilo que os discursos possibilitaram a construção das subjetividades na atualidade. Dessa forma, entender como os discursos produzem os sujeitos é uma forma de pensar diferentemente.

Por conseguinte, a pesquisa arqueológica é utilizada com vistas a indagar como o homem constrói sua própria existência. Nesse sentido, os sujeitos, objetos são construídos discursivamente partindo-se do que se fala sobre eles. Uma análise arqueológica

4 Ao ser contrário a uma análise *materialista* do discurso, Foucault (2012 [1975]) está se opondo à Análise do Discurso de linha francesa, proposta por Pêcheux, segundo o qual há uma relação entre dominantes e dominados (ricos e pobres). Para Foucault (2012 [1975]), essa relação é marcada institucionalmente, não a partir de classes sociais.

diz respeito à relação entre o discurso, o enunciado, as formações discursivas, o arquivo (de uma época: tudo o que é dito em um momento histórico). Consoante Castro (2016, p. 43): “O arquivo é, [...], o sistema das condições históricas de possibilidades de enunciados”.

Consoante Foucault (1997b), é importante observarmos processos históricos nem sempre considerados mais relevantes, *mas tipos de acontecimentos de nível inteiramente diferente*. Com efeito, trazemos à baila a definição de Foucault (1997b, p. 32) acerca do enunciado:

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro, *abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro*; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (*grifos nossos*)

Ainda conforme a definição de Foucault (1997b), o *enunciado* é colocado em oposição a outras unidades, tais como a frase, a proposição, os atos de fala. Ele dá possibilidades para existência dessas unidades. Isso porque, para ele, as unidades elencadas (frase, proposição, atos de fala) só se configuram um enunciado através da *função enunciativa*. E conclui, assim, o conceito de enunciado: “[...] (o enunciado) não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, como conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (1997b, p. 105).

Com vistas à análise discursiva ora proposta, tomando o todo fílmico, efetuamos nove recortes de sequências de enunciados (*sequências enunciativas*, SE), levando em conta que o *enunciado*, tal como acima definido, inscreve-seno *campo da memória*, e sob a *forma de qualquer registro*. Como bem defende Gregolin (2011, p. 86): “[...] o ‘enunciado’, na análise arqueológica de Foucault, não é exclusivamente linguístico, tem natureza *semiológica*”. Em *As palavras e as coisas* (1999), Foucault, ao ler o quadro *Las meninas* (Velasquez), ensina-nos a analisar o olhar do pintor, a contemplação do seu (do pintor) próprio objeto de sua arte. Encontramos, então, no aporte teórico foucaultiano, bases para uma análise da materialidade fílmica. Consoante Gregolin (2011, p. 87): “[...] a ‘semiologia’ pensada por Foucault tem natureza essencialmente histórica”.

E, apesar de nos basearmos essencialmente em Foucault, expomos o ponto de vista de Pêcheux (1999), em *O papel da memória*, consoante o qual há uma *outra materialidade*, a imagem, a ser analisada, haja vista a emergência de múltiplas materialidades na contemporaneidade. Pêcheux, então, referindo-se às palestras do evento, revela-nos como outras materialidades discursivas; em particular, a imagem (*a recitação do mito*), são registradas na memória: “Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (1999, p. 50). A partir dessa relação, chega a considerar *a imagem como um operador de memória social* (p. 51). E continua: “Na transparência de sua compreensão, a imagem mostraria como ela se lê, quer dizer, como ela funciona enquanto diagrama, esquema ou trajeto enumerativo” (PÊCHEUX, 1999, p. 51). Nesse caso, ele considera a memória como *estruturação de materialidade complexa*, responsável pela movimentação parafrástica (o mesmo) e polissêmica (o diferente). Há, portanto, um jogo de força da memória no que diz respeito ao acontecimento. Entendemos que esse jogo é responsável tanto pela *movência de*

determinados sentidos (GREGOLIN, 1997), como pela *cristalização de outros*, como mencionado.

A escolha deste objeto de análise, então, decorre do fato de ele trazer à baila as discussões acerca da escravidão e a consequente produção de *outros sentidos* sobre o sistema socioeconômico baseado nela. Entendemos, então, que essa *movência de sentidos* não consiste em uma repetição, mas na promoção de *sentidos outros*, principalmente, quando nos deparamos com gestos ocorridos na atualidade, no que diz respeito à reiteração de discursos racistas. Compreendemos, enfim, a relevância deste estudo, na medida em que investigamos as complexas relações que ligam a tecnologia do poder, o desenvolvimento das forças produtivas, a *naturalização* do controle dos corpos, dos discursos, tudo isso mediatizado pelo cinema.

Afora essas considerações iniciais e as finais, este artigo está organizado em dois itens: 1. a mídia cinematográfica; 2. os discursos, os corpos, os processos de naturalização da escravidão. A seguir discutimos sobre a mídia cinematográfica, à luz de Deleuze (1996), Foucault (2008), Gregolin (2016), Kristeva (1999).

1 A MÍDIA CINEMATOGRÁFICA

No que concerne à mídia cinematográfica, atentamos, como mencionado, para o seu poder, ao *reatualizar* os discursos em geral; em particular, os discursos acerca da escravidão do negro, da *Guerra da Secessão*, da *democracia* estadunidense, atravessados no nosso objeto de análise: o filme *Amistad*. Nesse sentido, ela instaura novos discursos acerca de determinados objetos. Na mesma medida, ela também se esforça para a perpetuação de *mesmos discursos*, apontando para um movimento parafrástico dos sentidos.

Como bem argumenta Kristeva (1999, p. 410): “Vários sistemas significantes parecem existir sem se construírem necessariamente com o auxílio da língua ou a partir do seu modelo”. A referida linguista considera linguagens as seguintes materialidades:

a fotografia, a música, a imagem, a gestualidade, os sinais visuais e o cinema, pois elas se configuram como atividades sociais, cuja competência é estabelecer um diálogo através de um determinado enunciado. Este, por sua vez, é realizado por meio de sua linguagem particular, com uma forma peculiar de relacionar os seus signos, dentro de uma sintaxe que lhe é própria.

Ainda segundo essa estudiosa, à medida que o homem modifica o seu processo de dizer, a partir da escolha de uma dessas materialidades, o modo como a linguagem é colocada também é (re)significada. E se, nos primeiros momentos da constituição do ser humano, era constatada a primazia dos gestos para o ato de dizer algo, no mundo contemporâneo, verificamos também o gosto pelo visual. Foi desde a invenção do cinematógrafo que os sujeitos foram seduzidos pela concepção de se projetarem naquilo que pode ser visto e revisto; essa capacidade só foi permitida com a invenção da imagem em movimento, o cinema.

Ainda conforme Kristeva (1999), a fotografia, invenção anterior ao cinema, é determinada pela relação espacial-temporal, por um fato/objeto se estabelecer numa realidade anterior ao *agora*, num local diferenciado do *aqui*. Com efeito, a imagem fotográfica aparece como um documento de uma realidade distante de uma narrativa real, em relação ao tempo e ao lugar. A arte cinematográfica, por sua vez, apresenta uma outra produção de sentido. Como bem explicita Kristeva (1999, p. 436): “[...] o cinema, pelo contrário, provoca a projeção do sujeito naquilo que vê, e *apresenta-se não como a evocação de uma realidade passada, mas como uma ficção que o sujeito está a viver*” (*grifos nossos*).

Sabemos ainda que o cinema é um fato de linguagem, cuja competência é fomentar um discurso controlado por uma fonte geradora, materializada a partir de imagens e de sons em qualquer realidade, sempre de modo ficcional. E, por conta de sua particularidade de composição textual, o cinema está à procura da sua própria sintaxe. Além disso, o plano imagético caracteriza-se como uma ou várias frases, e a sequência delas formam um

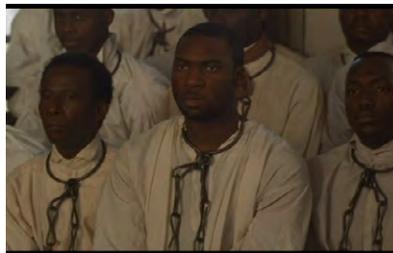
enunciado complexo do sistema discursivo. Não há, portanto, uma relação linear concernente à imagem.

Acrescentamos ainda o ponto de vista de Kristeva (1999, p. 436), segundo a qual: “O cinema não reproduz coisas; manipula-as, organiza-as, estrutura-as. E só na nova estrutura obtida pela montagem dos elementos é que estes ganham um sentido”. Nesse caminho, a mídia cinematográfica constrói saberes sociais, orienta os interlocutores, espectadores na constituição de *conhecimentos*, de *crenças*. No filme em análise, identificamos *valores*, *verdades* (re)construídas, a partir de uma linguagem própria. Essas *verdades* podem ser observadas nos recortes de sequências enunciativas do filme analisado: o primeiro recorte diz respeito ao *acontecimento* registrado aos 00:24:25 (vinte e quatro minutos e vinte segundos, SE₁): constitui o cenário do início do julgamento dos negros aprisionados pela marinha estadunidense. São levados aos Estados Unidos, onde sofrem acusações de assassinato, uma vez que haviam se rebelado contra os marinheiros do navio *La Amistad*, num movimento de *resistência* ao seu aprisionamento. Essa *sequência enunciativa* recupera a imensa diferença entre os habitantes do continente africano e os dos continentes europeu, americano do norte. Igualmente reitera o discurso segundo o qual os africanos são povos pobres, “esfarapados”⁵. Perpassam, enfim, o ideal de animalização do negro africano.

O recorte da *sequência enunciativa* 02 (dois, SE₂), em 01:26:16 (uma hora, vinte e seis minutos e dezesseis segundos), constitui parte do terceiro julgamento dos negros. Em contrapartida ao primeiro, observamos um gesto do branqueamento do negro, produzindo um sentido de humanização. Ao sermos expostos a esses enunciados, podemos entender que essa transformação se dá por os negros terem sido submetidos ao processo civilizatório estadunidense. E, na medida em que a mídia cinematográfica veicula essa verdade, o interlocutor é submetido à na-

5 Conforme adjetivação atribuída a eles pelo senador John Calhoun.

turalização dessa verdade, aceitando-a enquanto tal. Este consiste em um *movimento de cristalização* dos discursos acerca do poder político estadunidense, considerado como aquele que é capaz de humanizar o não humano. Nesse contexto, *a imagem* consiste em *um operador de memória social* (PÊCHEUX, 1999, p. 51).



Sequência enunciativa 01 (SE1 - 00:24:25) Sequência enunciativa 02 (SE2 - 01:26:25)

Consideramos ainda a mídia, em geral; a cinematográfica, em particular, como um dispositivo, à luz de Foucault (2008), de Gregolin (2016). Consoante esse filósofo (2008, p. 244), os dispositivos são heterogêneos, na medida em que “engloba(m) discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Dito de outro modo, o dispositivo engloba o dito e o não dito, o dizer e o fazer; o dispositivo constitui a rede que interliga todos esses elementos. Essas redes, por sua vez, estão relacionadas ao poder o qual, por seu turno, produz saber; corresponde a uma urgência histórica. O dispositivo é, pois, concebido como uma tática, uma estratégia que corresponde a uma certa necessidade histórica, de um certo momento histórico.

Deleuze (1996), revisando o conceito de dispositivo na obra de Foucault, defende que um dispositivo é caracterizado por três dimensões, apesar de toda heterogeneidade: a primeira refere-se ao conceito segundo o qual todo dispositivo tem suas *curvas de visibilidade*; o dispositivo precisa, então, ter visibilidade. A segunda dimensão refere-se à enunciabilidade: todo dispositivo

apresenta um aspecto de um dizer excessivo, na mesma medida em que o apaga obsessivamente. Esse jogo entre o dizer e o não dizer dos enunciados produz aquilo que o referido filósofo chama de *curvas de enunciabilidade*. A partir dessas duas dimensões, Deleuze (1996) afirma que os dispositivos têm seus regimes de luz, os de dizibilidade; têm uma certa maneira de tornar algo muito visível e, ao mesmo tempo, ocultar outras coisas. Nesse sentido, como todo dispositivo, aquilo que se diz e aquilo que se mostra são controlados pelos poderes. A terceira dimensão dos dispositivos são as *linhas de força*, como algo que controla a visibilidade e a dizibilidade; consistem nos poderes controladores daquilo que se pode ou não dizer. Conforme Gregolin (2016), tais linhas estão sempre atuando e produzindo as subjetividades. Como consequência dessas três dimensões, é produzida uma quarta dimensão: as *linhas de subjetivação*. A subjetividade surge como um efeito de todos esses jogos, de tudo isso que se diz, de tudo isso que se mostra e se oculta, por isso Foucault (2013) defende que as linhas de subjetividade são linhas de fuga. Ainda consoante Gregolin (2016), esses dispositivos vão produzindo a subjetividade como algo móvel, em curso, algo em que nós estamos nos tornando.

A partir desse estudo, entendemos que tais dimensões do dispositivo podem ser encontradas na mídia: as *curvas de visibilidade*, pela constante superexposição de discursos, tornando-os extremamente visíveis; a *enunciabilidade*, a dizibilidade, na medida em que a mídia veicula excessivamente determinados discursos, apaga outros. Observamos ainda as *linhas de força*, haja vista o controle dos discursos circulados por ela (a mídia); as *linhas de subjetivação*, por ser capaz de produzir subjetividades.

Como prosseguimento das discussões, no próximo item, traçaremos à baila os postulados teóricos acerca do controle dos discursos, dos corpos, do processo de naturalização do discurso.

2 OS DISCURSOS, OS CORPOS, OS PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO DA ESCRAVIDÃO

Consoante Foucault (2003), os discursos são controlados social e institucionalmente. Para ele, há procedimentos de controle externos e internos aos discursos, dentre os quais estão a interdição, a vontade de verdade (verdadeiro *versus* falso). A interdição corresponde à proibição da palavra. Em relação ao filme *Amistad*, observamos que a palavra do *negro* é interdita, silenciada, inclusive por brancos e negros não poderem se comunicar a partir das suas línguas. Consequentemente, o negro é classificado como selvagem, criminoso, falante de língua bárbara.

Quanto aos procedimentos de controles internos, Foucault (2003) afirma que, desde o século VI a.C., perpetua-se o discurso verdadeiro, pronunciado por quem de direito, segundo um ritual requerido. Essa vontade de verdade apoia-se em um suporte institucional (no caso do filme, no Estado, no poder da Realeza, do Supremo Tribunal). Por conta disso, exerce sobre os outros discursos uma espécie de pressão, de poder de coerção. Essa vontade de verdade é, inúmeras vezes, trazida à baila, durante a exibição do filme em estudo. Para efeito de análise, transcrevemos abaixo o recorte da *sequência enunciativa 3* (SE₃) (00:56:54), retirado da cena em que a Princesa Isabella II, da Espanha, lê a carta endereçada ao presidente estadunidense, Martin Van Buren (8º presidente dos Estados Unidos):

Como pode perceber, o senhor deve agir prontamente, antes que o caso dos africanos afete nossas nações. (...) Nossas grandes nações. Afinal, é comércio o que as grandes nações devem fazer. A escravidão é o esteio de nosso comércio no Novo Mundo. Sem isso, nossa benevolência e excelentes relações comerciais estarão em perigo. Sem isso, poderemos ter negada a glória de ter ajudado em sua rebelião contra os britânicos. Como nações escravocratas, devemos, juntas, defender nossos princípios. Falar pala-

vras humanitárias por nossos cidadãos, mas segurar firmemente o poder que os protege. Poder que, é claro, é sua riqueza. Os africanos nunca deverão ser libertados. Com a mais sincera admiração, Isabella II, rainha de Espanha. (grifos nossos)

Como afirmado, no âmbito deste artigo, consideramos que a *mídia cinematográfica* é responsável pela circulação dos discursos que corroboram *verdades predeterminadas*. Há, então, um gesto de fechamento do poder, no que diz respeito à produção dessas *verdades* para o exercício do próprio poder. É o que podemos observar na SE₃, quando a rainha espanhola considera as duas nações envolvidas como grandes nações, capazes de manterem o povo africano sob seu jugo. Esse é um discurso atravessado ao longo de toda a trama e, apesar da existência de um contra-discurso acerca da escravidão do negro, a superioridade do branco é igualmente reiterada. Essa superioridade é figurativizada pelo aspecto civilizatório do branco, tão bem retratado nessa película. Afora essa figurativização, observamos a *verdade* segundo a qual a escravidão é o sustentáculo do comércio, da agricultura. Daí a *necessidade* de sua perpetuação. Há, então, o fechamento do discurso, de acordo com o qual uma etnia (a negra) deve ser subjugada à outra (a branca), para que esta usufrua das benesses trazidas por esse processo.

Ainda segundo Foucault (2003, 2008), há o fechamento das regiões do discurso para alguns, com um preestabelecimento dos papéis dos indivíduos que falam. Em decorrência desse fechamento, surgem *as sociedades de discurso*, cuja função é preservar ou produzir discursos, os quais circulam em espaço fechado, com uma distribuição de discursos segundo regras restritas. São várias as sociedades de discurso: o segredo técnico ou científico, as formas de difusão e de circulação do discurso médico, a apropriação do discurso econômico, do político, religioso (FOUCAULT, 2003). Dessa forma, efetiva-se a perpetuação dos detentores desses mesmos discursos. Em relação à mídia cine-

matográfica, observamos a existência de múltiplas *sociedades de discurso*: os diretores, os roteiristas, os atores, as atrizes. Tudo isso dentro de um conjunto maior: a *indústria cinematográfica*.

Além desses procedimentos de controle, Foucault (2003) defende a existência dos princípios de rarefação do discurso, dentre os quais está o *comentário*, cuja função é dizer o que está articulado silenciosamente no primeiro texto. Quanto a esse conceito, observamos que a narração em foco consiste em uma *reatualização* de um episódio histórico. E, na medida em que esse fato vem à baila, traz em seu bojo *comentários* que condizem com os interesses da mídia cinematográfica. Consequentemente, só *determinados silêncios* entram no “jogo de rarefação imposta” (FOUCAULT, 2003) e não *outros*. Nesse sentido, observamos, durante toda a trama, a *reatualização* do discurso da democracia estadunidense, a partir da qual ocorre a *libertação dos negros*. Essa perspectiva de liberdade é enfatizada no argumento⁶ do (SE₄) *Senador John Quincy Adams* (02:15:50), quando este invoca a ajuda dos seus antepassados (presidentes estadunidenses), no *Supremo Tribunal*:

James Madison, Alexander Hamilton, Benjamin Franklin, Thomas Jefferson, George Washington, John Adams. Temos resistido por muito tempo a pedir ajuda. Talvez temêssemos que, ao fazê-lo, poderíamos reconhecer que nossa individualidade, que tanto reverenciamos, não é somente nossa. Talvez temêssemos que um apelo aos senhores pudesse parecer fraqueza. Mas chegamos à compreensão, finalmente, de que não é assim. Percebemos agora que fomos levados (...) a entender que quem nós somos é o que nós fomos. Nós, desesperadamente, precisamos que nossa força e sabedoria vençam nossos preconceitos, nós mesmos. Deem-nos a coragem de fazer o que é certo. E, se isso levar à guerra civil? Então, deixe que venha. E, quan-

6 Esse argumento está pautado na crença de Cinque, segundo a qual, em situação difícil, os negros não estão sozinhos, pois seus antepassados os protegem, uma vez que aqueles são o resultado destes.

do vier, que seja, finalmente, a última batalha da revolução americana. É tudo que tenho a dizer.

Entendemos que o argumento transcrito está igualmente no plano do *comentário*, uma vez que *Adams* utiliza, enquanto uma estratégia argumentativa, os argumentos de Cinque. E, na medida em que o *Senador* invoca o saber, a coragem dos seis presidentes defensores da democracia americana, enfatiza a *suposta* luta estadunidense pela liberdade, reiterando o discurso da doutrina do *destino manifesto*, segundo o qual o povo americano foi eleito por Deus para civilizar a América.

Além dessas observações acerca do controle dos discursos, Foucault (1997a) inaugura a discussão acerca do controle dos corpos, sob o jugo ora dos suplícios e torturas, ora da disciplina do comportamento. Grosso modo, defende que, na medida em que se exerce o poder disciplinar sobre os sujeitos, eles se tornam dóceis, produtivos ao sistema. O corpo está diretamente mergulhado num campo político; portanto, as relações de poder recaem sobre ele; o poder está intrinsecamente ligado ao corpo, na medida em que é sobre ele que as limitações, obrigações e proibições são impostas, através dos suplícios e torturas, ou da disciplina do comportamento.

Por conseguinte, para esse autor, a relação entre a disciplina e o corpo consiste em um estabelecimento de poder não só em relação ao sujeito, no âmbito de sua exterioridade, mas também quanto ao seu saber, haja vista tal disciplina produzi-lo, impossível de ser localizado em uma ‘instituição’, em ‘um aparelho do Estado’. Foucault (1997a) acrescenta que o exercício desse poder sobre o corpo é contínuo, tornando-se naturalizado e internalizado pelo sujeito. Contudo, é importante ressaltar que, para Foucault (1997a), o poder é “positivo”, por ele produzir sujeitos, discursos, modos de viver, através da transformação tática dos indivíduos (FOUCAULT, 1997a).

Como observado, poder e saber estão diretamente implicados. Trata-se, então, de uma *microfísica do poder*. Esta, por sua

vez, não está circunscrita a uma dominação de classes, mas ao resultado de suas posições estratégicas, tendo como efeito de dominação as manobras, as táticas, as técnicas, os funcionamentos. Essas relações de poder/saber, por sua vez, podem ser observadas no episódio histórico *reatualizado* em *Amistad*.



SE₅ (00:18:37): tortura do corpo de CinqueSE₆ (01:21:09): corpo do negro supliciado

Os recortes das *sequências enunciativas* acima expostas são exemplos de corpos supliciados, torturados. O suplício e a tortura disciplina o corpo do negro, a fim de que estes pudessem trabalhar na lavoura, nos países em que adotaram a escravidão como fator propiciador do plantio. Entretanto, essa disciplinarização do corpo não significa que ele se torne subserviente ao outro *ad infinitum*. Isso porque o próprio Foucault ([1978] 2012) prevê a *resistência*. Nesses termos, a *insurreição* no interior do *La Amistad* consistiu em uma forma de *resistência*.

É importante ainda reconhecermos que o poder disciplinar está em toda a parte, ‘silencioso’, ‘discreto’. Consequentemente, a disciplina torna os indivíduos ‘iguais’: todos se parecem. É preciso ainda trazer à baila a advertência de Foucault (1997a, p. 160), segundo o qual, não devemos evidenciar os efeitos negativos do poder, uma vez que este “[...] produz realidade, produz campos de objeto e rituais de verdade”. Tudo isso se refere a uma distribuição do capital, pois há a relação entre o aumento da população mundial e a necessidade de se estabelecer com ela uma relação de produtividade, de utilidade. Nesse contexto, os processos de acumulação de homens e do capital não

devem se separar, porque as técnicas de disciplinar os indivíduos os tornaram úteis à acumulação do capital.

Foucault (2012 [1978]), entretanto, aborda a questão da disciplinarização para demonstrar que nenhum poder é absoluto ou permanente, que os indivíduos não aceitam passivamente as determinações do poder. O poder, para Foucault (2012 [1978]), é transitório e circular, o que permite a aparição de fissuras e, conseqüentemente, formas de resistência. Segundo ele (2013c), se só existisse a escravização, a submissão e a passividade, seria o *fim da História*. Por isso, ao levar em conta as relações entre o sujeito e o poder, Foucault (2013c) está preocupado em analisar essas formas de resistência, as lutas que colocam em questão o estatuto do indivíduo; essas lutas constituem uma resistência aos efeitos de poder que se ligam aos saberes. Foucault (2013c) acredita ainda que essas lutas giram em torno da busca da identidade, de uma forma de poder que se exerce sobre a vida quotidiana imediata. Nesse sentido, no âmbito do filme em análise, os negros escravizados apresentaram diversas formas de resistência: a insurreição, o aprisionamento dos brancos espanhóis, no interior do navio; o culto aos mortos, na prisão; a manifestação oral, no tribunal.

Afora os aspectos analisados, no que diz respeito à disciplinarização dos corpos, à relação de poder/saber, investigamos os múltiplos discursos que nos remetem à naturalização da ideia de uma sociedade marginalizada, escravizada. E, para abordarmos esses múltiplos acontecimentos, trazemos à baila uma análise das relações entre sociedade e natureza, o que, em larga medida, é concernente à ciência e à religião.

Sabemos que são inúmeros e longos os debates realizados em relação à ciência e à religião, sobretudo no que se refere à separação dessas duas áreas, iniciada no Renascimento. Gould (2002) propõe uma unidade entre essas duas áreas, defendendo que a ciência relaciona-se a um mundo *empírico*; a religião, a questões de cunho moral. No entanto, acreditamos que essas duas áreas jamais se separaram ao longo do processo histórico;

nem mesmo quando a perspectiva era fazer o contrário. Como nos mostra Adorno e Horkheimer ([1947] 1969, p. 06), “[...] o esclarecimento ainda se reconhece a si mesmo nos próprios mitos”. Nesse sentido, o esclarecimento, ou mesmo o instrumento que o utiliza para empreender suas explicações (a ciência), ao procurar se distanciar dos mitos, dos medos e das ilusões, representações do mundo antigo, aproxima-se desses, forjando seus procedimentos, utilizações e verdades. Constatamos, então, que tanto a ciência vem dando bases à religião, incentivando em largo sentido um projeto civilizador, quanto a religião cristã alimenta o imaginário científico. Ou melhor, a ciência é parte desse imaginário. Pois, as ciências ou, ao menos, a maior parte delas, surgiram no centro de poder, e todas as outras sociedades, não possuidoras de qualquer forma semelhante de razão, eram tidas como selvagens, bárbaras, primitivas. Isso configura, de acordo com os referidos autores, o processo dialético do esclarecimento.

Um exemplo interessante da união e celebração entre as ciências e religião é a invenção dos continentes, revelando uma relação complexa entre geografia e epistemologia. Até o século XV, o mundo, de acordo com a cosmologia cristã, possuía uma divisão tripartite, dividido em Ásia, África e Europa. Após “a descoberta” das Américas, houve um esforço para estender o mapa do “novo continente”, como um braço da Europa. É nesse caminho que trazemos à tona Zea (1978), o qual faz uma análise sobre a colonização Ibera, do Projeto Ocidental e do Iluminismo, sob o olhar dos colonizados. Esse autor defende que o período das grandes navegações ocorre devido à crise do cristianismo, considerando que o mundo europeu já não podia se basear mais na ética aristotélica, na crença das diversas naturezas e espécies humanas.

Em se tratando da ética aristotélica, a desigualdade social é uma condição natural, a qual visa à conservação da espécie humana. Ainda consoante Zea (2005), o filósofo grego percebe os indivíduos segundo o seu grau de obediência. São eles: os aprendizes da obediência aos mandados, os possuidores de razão limi-

tados a obedecer ao mandado, os capazes de agir de acordo com o que lhes é ordenado (escravos, mulheres e crianças). Aristóteles afirma, assim, a superioridade grega, através do *logos*: palavra, razão.

No que diz respeito ao cristianismo, essa lógica não pode permanecer, por todos possuírem alma, serem iguais entre si (Deus criou o homem à sua imagem e semelhança). Com efeito, na colonização cristã, na perspectiva dos colonizadores, levam-se em conta os costumes e a moral. O cristianismo passa, então, a ser a fonte da constituição de um novo *logos*, a partir do qual se baseia o projeto de colonização. Nesse sentido, cristianizar torna-se, em largo sentido, equivalente a civilizar. Esse aspecto da cristianização é de pontual importância em relação ao nosso objeto de estudo, dada a contraposição existente entre o *cristianismo* e as religiões africanas. Nesse contexto, a igreja católica participa do processo de escravidão, inclusive, concedendo o batismo ao negro, purificando-os dos pecados do Éden. Isso pode ser observado nos recortes das *sequências enunciativas* 07 (01:18:30) e 08 (01:18:32), quando os negros são batizados ao adentrarem o navio português *Tecora*. O padre celebrante leva consigo a bíblia, fonte de *verdades predeterminadas*.



SE₇ (01:18:30): o batismo SE₈ (01:18.32): água benta e a bíblia, a purificação do negro

Igualmente, transcrevemos o discurso religioso *retomado* no recorte da SE₉ do filme (02:12:01), quando o então *Senador John Quincy Adams* (Anthony Hopkins) defendendo o caso dos negros na Suprema Corte americana, realiza a leitura da publicação da Revista executiva:

Nunca houve uma sociedade civilizada, na qual um segmento não prosperou com o trabalho do outro. Se voltarmos os nossos olhos para o passado, para tempos remotos, tempos bíblicos, a história prova isso. No Éden, onde somente duas pessoas foram criadas, mesmo lá, uma foi pronunciada subordinada à outra. **A escravidão sempre esteve entre nós e não é nem pecado nem imoral. Assim como a guerra e o antagonismo são condições naturais do homem, também a escravidão é tão natural quanto inevitável** (Revista Executiva / Gabinete da presidência dos Estados Unidos da América). (**grifos nossos**)

Ao naturalizar a escravidão, descriminalizando-a, o discurso religioso promove a isenção de culpa do branco, no que diz respeito ao subjuogo do outro, o negro. Consequentemente, de acordo com Kuper (2008), a justificativa religiosa no discurso científico almeja um fim, qual seja: a permanência de uma naturalização das desigualdades. Estas, por sua vez, discernem as classes presentes, caracterizando-as como diferentes espécies. A dicotomia atraso *versus* modernidade, tão bem implantada no pensamento da humanidade pelos europeus, é refutada pelos então considerados povos periféricos: os africanos, sul-americanos, latinos, de maneira geral. Tal dicotomia instaura o mito da Europa como centro do mundo, submetendo os povos à permanência do capital universal.

E, apesar da distância entre o fato histórico (1839) e a sua retomada (1997), entendemos que o *comentário* proferido pela mídia cinematográfica *reatualiza* esses discursos, trazendo à tona a *naturalização* do subjuogo do negro em relação ao branco. Quanto ao nosso objeto de análise, observamos que, na medida em que ela proporciona essa *naturalização* discursiva, corrobora a *crystalização* de discursos relacionados à discriminação entre etnias, neste caso, entre brancos com relação aos negros. Decorrem daí produções de inúmeros discursos relacionados à superioridade dos primeiros sobre os segundos.

BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma análise arquegenealógica do discurso fílmico (*Amistad*), tentamos entender a *reatualização*, a *cristalização* de discursos atravessados na película em análise. Compreendemos que o título do filme (*Amistad*) já traz em seu bojo um discurso de supremacia estadunidense sobre a espanhola. A ironia promovida por ele e, no decorrer do filme, a transformação por que passam os negros africanos em terras estadunidenses (SE₁ e SE₂), levam-nos a entender que, nos Estados Unidos da América, esse povo alcança a liberdade almejada. Essa compreensão é decorrente da *movência de sentidos*, na medida em que o fato histórico, enquanto tal, é *ressignificado* pela mídia cinematográfica. Nesse sentido, concordamos com Pêcheux (1999, p. 51), segundo o qual *a imagem é um operador de memória social*.

E, à luz de Kristeva (1999), observamos que o cinema é capaz de manipular discursos, sentidos, (re)organizando-os na ordem do dia. É nesse sentido em que ideal de luta pela liberdade e pela democracia é recuperado, como exemplificamos, na SE₄, em que o *Senador John Quincy Adams* (02:15:50) invoca a ajuda dos seus antepassados (presidentes estadunidenses), no *Supremo Tribunal*. Essa invocação, por sua vez, reitera o discurso da doutrina do *destino manifesto*, segundo o qual o povo americano foi eleito por Deus para civilizar a América.

Consoante Deleuze (1996), Foucault (2008), consideramos a mídia enquanto um dispositivo de poder, por apresentar as dimensões concernentes a ele: as *curvas de visibilidade*, pela constante superexposição de discursos, tornando-os extremamente visíveis; a *enunciabilidade*, a dizibilidade, na medida em que a mídia se refere excessivamente a determinados discursos, apagando outros. Observamos ainda as *linhas de força*, haja vista o controle dos discursos circulados por ela (a mídia); as *linhas de subjetivação*, por ser capaz de produzir subjetividades.

No que diz respeito à *naturalização* da escravidão, constatamos um gesto de fechamento do poder concernente à produção

dessas *verdades* para o exercício do próprio poder. É o que podemos observar na SE₃, quando a rainha espanhola considera as duas nações envolvidas como grandes nações capazes de manterem o povo africano sob seu jugo. Esse é um discurso perpassado em toda a trama e, apesar da existência de um contra-discurso acerca da escravidão do negro, a superioridade do branco é igualmente reiterada. Essa superioridade é figurativizada pelo aspecto civilizatório do branco, tão bem retratado nessa película. Afora essa figurativização, observamos a *verdade* instaurada, segundo a qual a escravidão é o sustentáculo do comércio, da agricultura. Daí a *necessidade* de sua perpetuação e a conseqüente *crystalização* desses discursos.

Observamos ainda, a partir das SE₅ e SE₆, que o suplício e a tortura provocaram a disciplina do corpo do negro, a fim de que este pudesse trabalhar na lavoura, nos países em que adotaram a escravidão como fator propiciador do plantio. Entretanto, essa disciplinarização do corpo não significa que ele se torne subserviente ao outro *ad infinitum*. Como bem defende Foucault (2012 [1978]), o corpo disciplinado é capaz de resistência. Nesses termos, a *insurreição* no interior do *La Amistad* consistiu em uma forma de *resistência*.

E, quando colocamos esses estudos, múltiplos olhares, em perspectiva com o presente, numa tentativa de responder ao questionamento foucaultiano sobre ‘quem somos nós hoje’, sobre ‘quais discursos’ promoveram a subjetivação dos indivíduos, observamos que ainda há uma oposição étnica, brancos em relação a negros. De igual modo, a supremacia europeia sobre os demais continentes ainda é percebida. Entretanto, como observado, há muitos movimentos de resistência. A mídia cinematográfica, nesse sentido, funciona como um dispositivo de poder, numa constante tentativa de *reatualizar* esses discursos. E, ao fazer isso, proporciona novos movimentos de *resistência*, estabelecendo um jogo constante entre paráfrase e polissemia.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. [1947]. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*, 1969. Disponível: http://www.nre.seed.pr.gov.br/umuarama/arquivos/File/educ_esp/fil_dialectica_esclarec.pdf (Acessado em 22 de fevereiro de 2015, às 13h19min)

AMISTAD. Direção de Steven Spielberg. Dream Works Home Entertainment. USA, 1997. [DVD] 148 min, colorido.

ARISTÓTELES. *Política* [Online]. Disponível: <http://copyfight.me/Acervo/livros/ARISTO%CC%81TELES.%20Poli%CC%81tica.pdf>

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Müller Xavier. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004, p. 291.

DELEUZE, G. "O que é um dispositivo?" In: *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega/Passagens, 1996, p. 83- 96.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1997a.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 1997b.

_____. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *A Ordem do Discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

_____. [1977] Poder e saber. In: MOTTA, M. de B. da (org.). *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 219 - 235.

_____. [1977] Poderes e estratégias. In: MOTTA, M. de B. da (org.). *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 236 - 246.

_____. [1978] Diálogos sobre o poder. In: MOTTA, M. de B. da (org.). *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 247 - 260.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273-295.

GOULD, Stephen Jay. **Pilares do tempo**: ciência e religião na plenitude da vida. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

GREGOLIN, M. R. V. Discurso e memória: movimentos na bruma da História. In: *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências*. Marília: UNESP, 1997, p. 45-58.

_____. Análise do discurso e semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 83 - 105.

_____. *Discurso, história e a produção de identidades na mídia*; 2016. Disponível em: <http://geadaararaquara.blogspot.com.br/2016/04/discurso-historia-e-producao-de.html>

KUPER, A. *A reinvenção da sociedade primitiva: transformações de um Mito*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

KRISTEVA, J. *História da linguagem*. São Paulo, 1999.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. (et al). *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ZEA, Leopoldo. *Filosofia de la historia americana*. Mexico: Fondo de cultura econômica, 1978.

_____. *Discurso desde a marginalização à barbárie*; seguido de a filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.



Argumentação,
intertextualidade e
referenciação:
recategorização de
referentes e direcionamento
argumentativo no caso do
détournement

▲ *Elayne Santana França*
Samuel de Souza Matos

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem por objetivo apresentar alguns resultados do projeto de pesquisa “Argumentação e intertextualidade: processos de recategorização explícita e implícita de referentes textuais”, cujo objetivo principal foi mostrar, a partir do embasamento teórico, o qual defende a nova concepção da referência, que é possível, por meio do processo de recategorização de refe-

rentes, construir argumentos, de forma persuasiva, evidenciando, sobretudo, o fenômeno da intertextualidade.

Nossa discussão se norteia pelos pressupostos teórico-analíticos advindos da Linguística de Texto (LT) que, atualmente, trabalha com a perspectiva sociocognitiva e interacional da linguagem, a qual concebe a língua não como um sistema de representação, de correspondência entre as palavras e as coisas do mundo, mas como um fenômeno de interação social (KOCH; ELIAS, 2008; CAVALCANTE *et al*, 2010). Sendo assim, a atividade de linguagem, aqui, é vista como ação social realizada cognitiva e discursivamente no âmbito das relações sociais.

No interior dessa perspectiva, com relação às contribuições para o ensino da leitura e da escrita no ambiente escolar, a posição teórica defendida aqui tem por base a referenciação, a argumentação e a intertextualidade, temas tão caros às pesquisas realizadas sobre o texto dentro da LT. A metodologia foi realizada, resumidamente, em três etapas, a saber: aprofundamento teórico e discussões; coleta de dados nas turmas do 9º ano do Colégio Ivo do Prado (antigo Colégio Governador Valadares), localizado em Aracaju/SE e análise dos dados coletados.

Ao procuramos trabalhar com noções de intertextualidade, evidenciamos, ao longo da explanação, o postulado dialógico bakhtiniano, em sentido amplo e *stricto sensu*. Acerca da intertextualidade *stricto sensu*, abordamos o caso do *détournement*, o qual constitui um tipo de intertextualidade implícita, contribuindo, assim, com a nossa perspectiva de estudo, que procura articular as relações intertextuais com o caráter argumentativo das anáforas recategorizadoras. Essas anáforas, tanto na atividade de leitura, quanto na de escrita, permitem os sujeitos sociais explicitarem seus pontos de vista em torno das relações que mantêm com o outro e com o mundo.



1 RECATEGORIZAÇÃO DE REFERENTES: RECURSO ARGUMENTATIVO E DIÁLOGO INTERTEXTUAL

Durante a trajetória dos estudos da Linguística Textual, diversas questões vêm sendo discutidas entre os teóricos dessa jovem e expoente disciplina, entre elas a referenciação, fenômeno dos mais relevantes para o estudo da compreensão dos fenômenos da linguagem. A referenciação, atualmente, vem sendo discutida como as várias formas de nos referirmos a toda e qualquer entidade concreta ou abstrata, como os objetos, as pessoas, os fenômenos da natureza, os sentimento, entre outros (CAVALCANTE, 2012). Este processo se desenvolve em toda e qualquer prática de linguagem como uma atividade sociocognitiva e interacional em que os sujeitos a partir de sua percepção/cognição constroem e reconstroem referentes em função de um querer dizer (KOCH; ELIAS, 2011). Assim, a realização de tal processo nos permite afirmar que os referentes (objetos de discursos), “longe de se confundirem com a realidade extralinguística, são escolhas realizadas pelo produtor do texto orientadas pelo princípio da intersubjetividade” (KOCH; ELIAS, 2011, p.134).

Tal princípio, obviamente, é responsável por criar condições – no desenrolar de um texto produzido – de nos referirmos ao mesmo objeto de diferentes formas. Por conseguinte, essa possibilidade de um referente passar por mudanças à medida que o texto vai progredindo constitui um dos mais importantes processos referenciais responsáveis pela construção dos significados, o qual Cavalcante (2011) denomina de recategorização de referentes. Em geral, esse fenômeno é concebido como um processo de transformações de referentes já introduzidos no texto explicitamente. Essas transformações, por sua vez, evidenciam o posicionamento do enunciador com relação à temática abordada. A título de exemplificação, observemos o texto a seguir:

(1)



Fonte: <<http://www.lolinternet.com.br/2013/09/a-mulher-vista-pelo-marido-filhos-e.html>>. Acesso em: 15 dez.2012.

A partir do exemplo apresentado, é importante ressaltar que, embora seja mais comum encontrar casos em que a categorização ou recategorização referencial se configure através de recursos linguísticos, é possível que tais processos também se realizem por meio de recursos não verbais. Dessa forma, como podemos observar em (1), o referente verbal “a Mulher”, é recategorizado por meio de referentes não verbais (RAMOS, 2012) que evidenciam oito recategorizações da mulher em função do olhar de quem a observa (marido, filhos, mãe, amigos do marido, ela mesma, etc.). Essas recategorizações apelam a modelos estereotipados socialmente para construir o efeito de humor do texto.

Vê-se, então, que a função da linguagem não é, como se costuma pensar, representar objetivamente uma realidade. Trata-se, na verdade, de propor interpretações para as

experiências vividas e percebidas. Esse é o primeiro aspecto da referenciação a ser destacado: *a realidade é submetida a reelaborações por parte dos sujeitos que se envolvem na interação*, sendo que uma mesma realidade pode dar origem a referentes distintos (CAVALCANTE, 2012, p.108, grifos nossos).

Esses processos estão muito presentes em nossas práticas linguageiras - ainda que realizados de modo inconsciente - atuando nas mais variadas funções textual-discursivas como a manutenção e progressão textual, na construção e organização do tópico discursivo, bem como na orientação argumentativa, um importante recurso a partir do qual se orienta a construção de sentidos do texto. No entanto, dentre essas várias funções textual-discursivas que os referentes podem desempenhar por meio do processo de recategorização (transformação), interessa-nos, aqui, a função que nos permite direcionar argumentativamente o texto. As razões que nos levam a tal escolha, como já dissemos, devem-se ao fato de que o direcionamento argumentativo efetuado através das diversas transformações sofridas pelo referente ao longo de uma produção textual contribui de modo relevante para a construção dos significados conforme a proposta enunciativa de seu produtor. Sendo assim, na atividade de linguagem, a língua é vista como “um lugar de confronto das subjetividades” (FERREIRA, 2010, p.27). Tal característica nos permite afirmar que as estratégias argumentativas utilizadas pelos interlocutores para convencer o outro de suas convicções não são aleatórias, pois “depende[m] da observação de um conjunto de regras que funcionam como parâmetros de intercompreensão e padrões convencionais de uso da linguagem” (MENESES, 2006, p. 89).

Todavia, além do já exposto até o momento, faz-se necessário destacar que quando falamos em argumentação a concepção com a qual trabalhamos não é aquela vista enquanto tipo textual e, sim, uma argumentação enquanto atividade construtiva e persuasiva inerente as mais diversas práticas comunicativas.

Porém, todo esse aparato de conhecimentos que permite os sujeitos opinarem, interferirem, rejeitarem, chamarem a atenção e persuadirem, entre outras ações, neste mundo verbalizado, é adquirido por meio do imbricamento entre a experiência de vida e um repertório de leitura “suficiente para fornecer uma cultura sólida e geral” (CAGLIARI, 1992, p. 132). Levando em consideração tal enfoque, podemos dizer que esse imbricamento só se torna possível porque “todas as pistas expressas no cotexto (isto é, na superfície do texto) e inferidas de nossos conhecimentos partilhados se articulam, tornam-se coesas, e nos ajudam a compor a coerência [do texto] que dialoga com outro texto, num processo de intertextualidade” (CAVALCANTE, 2012, p. 17).

Considerado um conhecimento de fundamental importância para compreensão e produção de sentido Koch (2011), a intertextualidade “constitui um dos grandes temas a que se tem dedicado a Linguística Textual” (KOCH, 2004, p. 145). Cavalcante e Brito (2011), em consonância com os estudos de Bakhtin (1997, p. 262), afirmam que o discurso não é nunca individual, pois durante a interação, não importa de que tipo seja, em cada enunciado, em cada palavra, ressoam duas vozes, a do eu e a do outro”. Tal característica nos permite afirmar em sentido amplo que “todo dizer remete sempre a outro(s) dizer(es), ou ainda que todo texto remete sempre a outros textos, sendo isso o que chamamos de intertextualidade: a relação estabelecida de um texto com outro anteriormente produzido que faz parte da memória social dos interlocutores (KOCH; ELIAS, 2011).

De acordo com os estudos de Koch, Bentes e Cavalcante (2008), podemos destacar diferentes tipos de intertextualidade, dentre as quais podemos citar: intertextualidade temática, intertextualidade estilística; intertextualidade explícita, intertextualidade implícita; intertextualidade intergenérica; intertextualidade tipológica. No entanto, como já é sabido, para o presente trabalho interessa-nos apenas um caso especial de intertextualidade implícita: *détournement*.



2 ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA E INTERTEXTUALIDADE IMPLÍCITA: O CASO DO *DÉTournEMENT*

Na seção anterior, tratamos do conceito de recategorização de referentes e do conceito de intertextualidade em sentido amplo, mostrando como tais conceitos, em uma relação de imbricamento, se articulam, dando coerência ao texto e, sobretudo, mostrando o quanto cada um desses aspectos, que constituem recursos ou estratégias argumentativas, são imprescindíveis para construir significados, orientando argumentativamente o texto.

Nesta seção, não será muito diferente. Trataremos de uma intertextualidade implícita específica (*détournement*) e de outras estratégias argumentativas utilizadas com finalidades semelhantes às já mencionadas.

Nas palavras de Koch, Bentes e Cavalcante (2008, p. 30), em sentido amplo, a intertextualidade implícita ocorre “quando se introduz, no próprio texto, intertexto alheio, sem qualquer menção explícita da fonte, com o objetivo quer de seguir-lhe a orientação argumentativa, quer de contraditá-lo, colocá-lo em questão, de ridicularizá-lo ou argumentar em sentido contrário”. Sendo assim, cabe ao leitor — a partir dos conhecimentos sociais, históricos, culturais, dentre outros adquiridos ao longo da vida por meio da interação — recuperar em sua memória discursiva o texto-fonte, caso contrário, a construção do sentido estará prejudicada.

O *détournement*, que é um tipo de intertextualidade *stricto sensu*, segundo postulam Grésillon e Maingueneau ([1984], p.114 *apud* KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008, p. 45), constitui um caso de produção intertextual “que consiste em produzir um enunciado que possui as marcas linguísticas de uma enunciação proverbial, mas que não pertence ao estoque de provérbios reconhecidos”. Ainda de acordo com essas autoras (2008, p. 105), a produção desses enunciados se dá por meio de “adições, subtrações, substituições [...]”, dentre outros.

No entanto, em uma acepção alargada, Koch ([2004] *apud* KOCH; ELIAS, 2011) defende que os casos de *détournement* po-

dem ocorrer não apenas em provérbios, mas em diversas práticas comunicativas como anúncios, *slogans*, títulos de filmes ou textos literários, poemas, charges e tiras, visto que, as alterações/adulterações que o produtor do texto realiza, na produção textual alheia, é um recurso muito usado na publicidade, no humor, na canção popular e na literatura, por exemplo. Dessa maneira, vale ressaltar que o *détournement* pode subsumir grande parte dos casos de intertextualidade implícita (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008; KOCH, 2011) como exemplificado no texto a seguir:

(2)



Fonte: <<http://soumaisenem.com.br/redacao/generos-textuais/o-texto-publicitario>>

Fonte: <<http://www.diversalia.com.br/top-10-filmes/>>

O exemplo acima é um anúncio de uma rede de hortifruti-granjeiros. Nessa peça publicitária, o autor do texto fez um jogo de palavras com o local onde o legume é cultivado, o tipo de produto que a empresa oferece e o título do filme “Tropa de Elite” cuja finalidade entende-se que é de promover um de seus produtos, nesse caso, o tomate. No entanto, além da parte verbal, verificam-se os aspectos multimodais compondo o anúncio que, como é possível observar, têm relação direta com a capa do filme: o tom marrom utilizado como plano de fundo, a formatação das letras e a boina constituem “recursos semióticos articulados que



auxiliam, juntamente com o texto verbal” (CAVALCANTE, 2012, p. 161) na recuperação do texto-fonte.

Nesse exemplo é possível verificar ainda que a frase de efeito do anúncio – “Se não for hortifruti, pede pra sair” – também constitui uma relação intertextual apontada por Genette ([1982] *apud* CAVALCANTE, 2012), a saber, a alusão, visto que o longa-metragem brasileiro é uma espécie de referência indireta onde o coenunciador, por meio das orientações deixadas no texto, deve apelar à memória discursiva para encontrar o referente não dito explicitamente. Por fim, é importante destacar também que o *détournement*, por esse aspecto, é uma intertextualidade por derivação, “já que parte de um texto preexistente, transformando-o e ressignificando-o” (CAVALCANTE, 2012, p. 160) de modo a convencer, persuadir o outro através do seu dizer.

3 ANÁLISE DO CORPUS

Neste tópico, selecionamos três textos, dentre muitos, que, por atenderem ou até mesmo superarem nossas expectativas diante de nossa abordagem teórico-metodológica, atendem aos nossos princípios de análise. Os pontos destacados em cada observação justificam-se pelo fato de que do ponto de vista da argumentação e da intertextualidade interessa-nos verificar, no dizer do produtor do texto, o modo como o estabelecimento das relações intertextuais orienta de modo significativo a construção dos argumentos, evidenciando, assim, seu ponto de vista diante da temática abordada. Vale ressaltar que, dos três textos selecionados, o texto (3) serviu de base para a produção textual dos alunos, exemplos (4) e (5). Passemos, então, a uma breve análise e reflexão dos dados obtidos.

(3)



Janeiro, com tantos assaltos, mortes por balas perdidas e gerando do medo, pânico e pavor nos habitantes da cidade e em quem a visita. E a Mn.ssa imagem pode também representar um pedido de providência por parte das autoridades competentes responsáveis pela segurança da população carioca, para que acabem com essa violência que está se alastrando cada dia mais forte por toda cidade, pondo em risco a vida de todos e a frase “Pai, se possível afasta de mim essas balas...” também lembra o texto da bíblia que Jesus fala “Pai, se possível afasta de mim esse cálice”.

Levando em consideração os estudos apresentados nas seções 1 e 2 sobre a importância do conhecimento de outros textos para construção dos significados, podemos dizer que, em (4), o conhecimento do aluno a respeito da violência no Rio de Janeiro, bem como do texto bíblico que remete ao sacrifício que Jesus, que segundo o evangelho, haveria de passar para salvar o homem da condenação, foi decisivo para a construção do ponto de vista desse aluno em relação ao descalço do governo para com a segurança da capital carioca. Tendo em vista tal enfoque, em (3), é possível evidenciar que a produção intertextual constituída pelos casos de *détournement* por intermédio da

substituição de palavras (“Pai, se possível, afasta de mim essas balas...”) subverte a orientação argumentativa do texto-fonte, o que permite construir novos significados e chamar a nossa atenção “para o fato de que, no processo intertextual, o produtor não só sinaliza para o leitor a que textos faz remissão, como também – e principalmente – o que pretende com a atividade intertextual” (KOCH; ELIAS, 2011, p. 108). Observemos, agora, o exemplo (5) a seguir:

(5) Prepara
Que agor
É a hora
Vai começar a copa

Que pena
Desordens
Afetam as escolas

Com as violências
Se tornam perigosas
Cadê as autoridades que não se importam

Prepara

Enquanto rola o jogo no estádio, tem
Gente protestando fora: - Educação não tem!
A saúde está um caos, pois sem remédio tem
Doentes morrendo em frente aos hospitais

Vai

Pra urnas protestar
Votando
Contra Dilma vamos votar
Outubro está chegando
Para o jogo pra vê-la
Dançando
Perdendo a eleição
Chegou a libertação, acabou a confusão, toda desordenação...

Como é possível observar, o texto (5), derivado da letra de uma música intitulada “Show das poderosas”, sofre diversas alterações/adultrações, constituindo um caso de *détournement*, por meio da substituição de palavras. Além disso, embora, em sua produção textual, o aluno não torne claramente explícita a fon-

te do texto citado, por meio dos recursos linguísticos, é possível recuperar o texto-fonte, visto que ele supõe que essa informação já faça parte da memória social dos interlocutores. Por conseguinte, podemos notar que, através desse diálogo intertextual, o aluno expõe seu ponto de vista, demonstrando a sua insatisfação e indignação diante da indiferença das autoridades governamentais em relação ao caos enfrentado no país, que envolve diferentes questões sociais, a saber: saúde, educação e segurança claramente evidenciadas, das linhas 4 a 15 do texto.

Feitas essas considerações, é possível confirmar, através dessas análises, que a retextualização configurada através do processo de recategorização num diálogo intertextual contribui de modo significativo para a construção do ponto de vista, numa orientação argumentativa conforme a proposta enunciativa de seu produtor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação entre os fenômenos de referenciação, os padrões de intertextualidade e a orientação argumentativa constitui um componente decisivo das condições de produção, pois permite ao sujeito social utilizar, ainda que inconscientemente, tanto na compreensão quanto na tessitura dos textos/discursos argumentativos, importantes estratégias que contribuem para o desenvolvimento das habilidades de leitura (como criticar, contradizer e avaliar as informações) e de escritura (como selecionar, relacionar, organizar e desenvolver os argumentos). Por essa razão, o uso das estratégias de referenciação na produção textual, de forma especial, a recategorização, sob uma perspectiva socio-cognitiva e interacional da linguagem, contribui para a construção de argumentos, de forma persuasiva.

Além disso, o uso consciente ou inconsciente da intertextualidade assume um importante papel na produção textual, não apenas por retomar outros textos, mas principalmente porque permite que o locutor se posicione criticamente diante deles com

propósitos comunicativos diversos, pois esse fenômeno é revestido de finalidade e significações (KOCH; ELIAS, 2011).

Portanto, no tocante às análises e reflexões realizadas, fica evidente a importância de se trabalhar a produção textual, em sala de aula, a partir dos processos aqui evidenciados, visto que eles contribuem de forma significativa para o domínio do uso dos conhecimentos prévios e de vários recursos disponíveis na língua, oferecendo condições necessárias ao desenvolvimento da capacidade intelectual dos alunos.

REFERÊNCIAS

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione, 1992.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* Dimensões textuais nas perspectivas socio-cognitiva e interacional. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Org.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 225-261.

CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Leitura, referenciação e coerência. In: ELIAS, V. M. (Org.). *Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita e leitura*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 183-195.

_____; BRITO, M. A. P. Intertextualidades, heterogeneidades e referenciação. In: *Linha d'Água*, n. 24(2), 2011. p. 259-276.

FERREIRA, L. A. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.



_____. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2011.

MENESES, W. A. Estratégias discursivas e argumentação. In: LARA, G. M. P. (Org.). *Lingua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática*. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

RAMOS, P. *A leitura dos quadrinhos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.



Argumento pragmático: o ethos discursivo dos pescadores de Gararu

▲ *Jara Melo dos Santos*

INTRODUÇÃO

Em cidades ribeirinhas, muitos grupos constroem suas histórias a partir da relação com o rio, como é o caso das cidades as margens do São Francisco, seja por motivos de trabalho seja por motivos de lazer como as lavadeiras, os pescadores, banhistas, nadadores, esportistas, participantes de festas religiosas, as pessoas que são transportadas de lanchas, além de praticantes de outras atividades. Dentro desse universo, em Gararu/SE, cidade banhada por esse rio, os pescadores representam uma das profissões mais tradicionais da região. O rio São Francisco, que faz parte dos relatos de tantos moradores da região, é um dos bens naturais mais preciosos do qual depende a população gararuense.

Os pescadores, de maneira geral, são pertencentes de uma dada cultura e colaboram com a estabilização de certos dizeres

populares. A imagem discursiva dos pescadores está atrelada a uma estereotipagem, conforme a representação coletiva cristalizada, que os constrói enquanto exagerados ao relatar suas histórias de pescaria e, por isso, seus relatos são nomeados, de maneira informal, como “conversa de pescador”.

Considerando os estudos de Amossy (2016) e Maingueneau (2008; 2016), a ideia prévia que se faz do locutor e a imagem de si que ele constrói no discurso podem ser confirmadas ou modificadas, a partir do que foi mostrado e dito na enunciação. Nesse sentido, buscamos aplicar essas teorias aos relatos de pescadores gararuenses.

Neste capítulo são demonstrados os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) que partem da retórica aristotélica, mas inovam com o estudo das técnicas argumentativas. O argumento pragmático baseado na estrutura do real por partir da relação entre um ato ou um acontecimento e a consequência que dele resulta, possibilita verificar a construção retórica do ponto de vista dos pescadores sobre a relação entre sua profissão e o rio, assim, perceber a concepção da noção de *ethos* construída em torno dele.

1 O ARGUMENTO PRAGMÁTICO BASEADO NA ESTRUTURA DO REAL

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o discurso é visto como um ato, pois não só o orador é ativo na argumentação, mas também o ouvinte, já que quando o orador coloca seu ponto de vista, o ouvinte, por sua vez, também quer dar sua opinião, de forma espontânea, acerca desse discurso, avaliando-o e determinando o devido crédito que lhe deve dar, a fim de tomar uma atitude a seu respeito. E nessa medida, ao ser um avaliador, passa a ser autor de novos argumentos espontâneos. Nessa troca, a maneira como os argumentos estão estruturados condiciona a persuasão diante do auditório acerca do valor que esses empregam no acordo, assim as estruturas, esquemas, são consideradas

lugares da argumentação. Lugares esses que são nomeados, por esses pesquisadores, como processos de ligação e dissociação.

Dentro de uma enorme lista de tipos de técnicas argumentativas, o que nos interessa, sobretudo, nesta pesquisa, é analisar o argumento pragmático, uma vez que o nosso objetivo não é só apresentar como se dispõe cada um desses tipos, mas analisar o modo como a técnica argumentativa do argumento pragmático é, estrategicamente, utilizada como meio de construção do *ethos discursivo*.

Dentro da caracterização das estruturas dos argumentos por ligação e dissociação, o primeiro é entendido como esquemas que aproximam elementos diferentes, permitindo estabelecer uma solidariedade que visa estruturar ou valorizar positiva ou negativamente um esquema pelo outro. Os processos de dissociação, por sua vez, são técnicas de ruptura, que visam separar, dissociar, desunir elementos que são considerados como um todo. Como reitera Azevedo (2016), a natureza dos processos de ligação e dissociação constitui duas técnicas complementares, pois ao tempo em que a articulação dos pensamentos é revelada, também, está associada às práticas discursivas que constituem o saber de uma época.

Os esquemas de ligação são divididos em três tipos: (i) os argumentos quase-lógicos, que compreendemos melhor aproximando-os do pensamento formal, matemático, lógico, em que há só uma aparência demonstrativa, apesar de próximos do pensamento formal não podem ser tomados em seu sentido estrito e, por isso, o uso dessa expressão (quase-lógico); (ii) os argumentos baseados na estrutura do real são apresentados, conforme a própria estrutura das coisas, a qual insere o argumento pragmático; (iii) os argumentos que visam fundar a estrutura do real são “os que estribam no caso particular, de analogia que se esforçam em reestruturar certos elementos do pensamento em conformidade com esquemas aceitos em outros campos do real” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 216-17). As técnicas de dissociação se caracterizam-se, sobretudo, “pelo remanejo que intro-

duzem nas noções, porque visam menos utilizar a linguagem aceita do que proceder a uma nova modelagem” (Op. cit. p. 217).

Para Reboul (2004), os argumentos do segundo tipo, que são baseados na estrutura do real, não tendem a implicar, mas sim a explicar, quanto mais fatos uma tese explicar, mais provável será, pois não se apoia na lógica, como os argumentos do primeiro tipo, mas na experiência. Dizer que os argumentos baseiam-se na estrutura do real, não é dizer que se trata de uma descrição objetiva do real, mas verificar como as opiniões que estruturam esse real estão apresentadas, pois podem ser tratadas como fatos ou como verdades ou como presunções.

Conforme Azevedo (2016), esse tipo de argumento está ligado às representações feitas em situações concretas vivenciadas no dia a dia; aos elos reconhecidos entre objetos, pessoas, interações sociais e aos juízos admitidos ou que se procuram promover. É importante, também, ressaltar o caráter de apropriação que um sujeito demonstra quando se dispõe a apresentar o objeto, pois parte de acontecimentos de uma determinada época que condiciona os arranjos discursivos. São argumentos admitidos pelo auditório como existentes e, por isso, aceitos pela sociedade como reais, implicando os fatos como verdade, crença e valor. Esses argumentos são aplicados a dois tipos de ligações: (i) a de sucessão, que une um fenômeno à suas consequências ou às suas causas; e (ii) a de coexistência, que liga uma pessoa a seus atos, um grupo aos indivíduos que dele fazem parte e, em geral, uma essência a suas manifestações.

Nesse tipo de discurso, encarado como realidade, o efeito argumentativo poderá variar, conforme a opinião que o ouvinte construirá sobre o significado atribuído à ligação argumentativa, o que justifica “portanto se o orador pretender que semelhante ligação seja coerciva, o efeito argumentativo poderá ser reforçado por isso; ou poderá ser diminuído se o ouvinte achar insuficiente e a rejeitar” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 299-300). Os autores dispõem três efeitos argumentativos quanto às ligações de sucessão: (i) as que tendem a relacionar dois aconte-

tecimentos sucessivos dados entre eles, por meio de um vínculo causal; (ii) as que, sendo dado um acontecimento, tendem a descobrir a existência de uma causa que o pode determinar; e (iii) as que, sendo dado um acontecimento, tendem a evidenciar o efeito que dele deve resultar.

O *argumento pragmático*, na subcategoria de ligações de sucessão, é “o que permite apreciar um ato ou um acontecimento em função de suas consequências favoráveis ou desfavoráveis” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.358). Esse argumento goza de tal verossimilhança que de imediato presume confiança a quem contesta, no entanto, o contestante deve justificar o motivo pelo qual se posicionou de tal forma.

O argumento pragmático, que permite apreciar uma coisa consoante suas consequências, presentes ou futuras, tem uma importância direta para a ação. Ele não requer, para ser aceito pelo senso comum, nenhuma justificação. O ponto de vista oposto, ao contrário, cada vez que é defendido, necessita de uma argumentação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 303).

As consequências, fonte do valor de evento que as acarreta, podem ser observadas ou simplesmente previstas, cabais ou puramente hipotéticas; a influência delas exercerá sobre a conduta ou unicamente sobre o juízo. “A argumentação pelas consequências pode aplicar-se quer às ligações comumente aceitas, verificáveis ou não, quer às ligações que são só conhecidas por uma única pessoa” (PERELMAN E TYTECA, 2005, p. 304). A partir do momento em que uma ligação *fato-consequência* é constatada, a argumentação se torna válida, seja qual for a legitimidade da própria ligação, sua autenticidade é dependente do próprio tipo do argumento. No geral, o argumento pragmático só pode se desenvolver a partir do acordo sobre o valor das consequências. O argumento pragmático é apresentado amiúde como uma simples avaliação de algo por meio de suas consequências.

2 NOÇÃO DE *ETHOS DISCURSIVO*

Para Amossy (2016, p.9), todo ato de tomar a palavra permite que se construa uma imagem de si. Essa imagem não é dependente de seu autorretrato, nem do detalhamento de qualidades que o locutor possa fazer de si mesmo. O estilo adotado, assim como as competências linguísticas, enciclopédicas e as crenças implícitas são suficientes para construir uma representação desse locutor. A apresentação de si não se limita a uma técnica apreendida, ela é efetuada nas trocas verbais corriqueiras e pessoais.

Já podemos perceber que o modo de conceber o *ethos* retórico e o *ethos discursivo* se configura com propósitos diferentes. Na retórica, o *ethos* diz respeito ao caráter do orador que é necessário para se conquistar a confiança do auditório mostrado no discurso. Dessa forma, o efeito do discurso é que determina o caráter moral do *ethos* ligado à enunciação e não a um saber extradiscursivo sobre o locutor, como acontece à maneira de Amossy (2016) e Maingueneau (2008 e 2016). Para este autor, é possível perceber que a noção de *ethos* foge do quadro da argumentação retórica, de modo que ultrapassa a situações necessariamente argumentativas. Ao estudar a incidência do *ethos* em textos escritos e falados os quais não apresentam nenhuma sequencialidade de tipo argumentativo, conclui-se, então, que a noção de *ethos* permite, de fato, refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a uma dada posição discursiva.

Para Maingueneau (2016), o saber extradiscursivo sobre o locutor está ligado não só àquilo que ele deve se conferir, mas também ao que é conferido ao destinatário, um certo *status* para legitimar seu dizer, uma posição institucional que marca sua relação com um saber qualquer. Da mesma maneira, o modo como se mostra na enunciação, instaura uma maneira de dizer. Pescadores do baixo São Francisco relatam-nos situações vivenciadas por eles, no desempenho de sua profissão, demonstrando um saber específico relacionado ao que viveram/vivem, de modo que esse saber legitima seu discurso numa posição institucional e

instaura uma maneira de dizer própria do grupo. Essa maneira de dizer está associada ao tipo de discurso que comporta uma distribuição preestabelecida de papéis.

Tanto Amossy (2016) quanto Maingueneau (2016) consideram a posição do locutor como ser empírico no campo em que ele se situa. Desse modo, Amossy (2016) associa a noção de *ethos* a construção de uma imagem de si em sua relação com a representação coletiva cristalizada e com a atividade de este-reotipagem. Considera, também, a noção de posição no campo intelectual, tomada de Bourdieu, para destacar a dimensão do *ethos prévio*, que é a imagem que o auditório faz do locutor no momento em que este toma a palavra. Em Maingueneau (2016), considera-se que o *ethos pré-discursivo* também está ligado à construção representativa que o público faz do *ethos* do enunciador antes que fale. Para designar como o coenunciador se apropria do *ethos* de um discurso, Maingueneau (2008, p. 18) apontam-se três regras indissociáveis sobre como se estabelece o que chama de “incorporação”:

- (i) A enunciação do texto confere uma corporalidade ao fiador, ela lhe dá corpo.
- (ii) O coenunciador incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem à maneira específica de relacionar-se com o mundo, habitando seu próprio corpo.
- (iii) Essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo, da comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso.

No caso dos relatos dos pescadores, a incorporação acontece quando o enunciador dispõe de representações sociais ligada à história cultural, em que o co-enunciador reconhece o conjunto de esquemas relacionados àquele mundo de maneira específica, o que o faz aderir ao mesmo discurso. Assim, a noção de tom está

articulada à noção de identidade. O tom específico possibilita a vocalidade estabelecida numa dimensão que faz parte da identidade de um posicionamento discursivo. Aquilo que se apresenta como as “ideias” remetem a uma maneira de dizer, a uma maneira de ser, à participação imaginária em um acontecimento.

Para Maingueneau (2016), o texto é uma enunciação direcionada a um coenunciador, que precisa se mobilizar para fazê-lo aderir “fisicamente” a um certo universo de sentido, não uma contemplação dele. A identificação do leitor com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados influencia, em boa medida, o poder de persuasão de um discurso. Nessa medida, se instaura a qualidade do *ethos*. A figura do “fiador” remete a uma identidade compatível com o mundo que se supõe surgir no discurso.

No interior dos estudos de Bourdieu (1982), citado por Amossy (2016), numa análise sociológica, o *ethos* não é construção discursiva, mas sim a autoridade exterior que goza o locutor. Nesse sentido, o autor desconsidera qualquer maneira de autorizar o discurso como legítimo nele mesmo, pois, a eficácia das palavras deriva da adequação entre a função social do locutor e seu discurso que é pronunciado por pessoa legitimada a pronunciá-lo em uma situação legítima, diante dos receptores legítimos. Assim, a “substância propriamente linguística” da palavra não ativa nenhum tipo de eficácia, já que as trocas simbólicas não se reduzem a relações de pura comunicação, o contrário disso, revela um caráter artificial.

Nos estudos desse sociólogo, a eficácia simbólica das palavras “só se efetiva quando aquele que a sofre reconhece aquele que a exerce como capacitado a exercê-la. A eficácia da palavra não depende do que ele enuncia, mas daquele que a enuncia e do poder do qual ele está investido aos olhos do público” (AMOSSY, 2016, p.121). Diante dessa abordagem, verificam-se duas perspectivas as quais tomam o discurso como interacional e institucional, na primeira a eficácia discursiva não pode ser compreendida fora das trocas dos participantes e, na segunda, essa troca é

indissociável das posições ocupadas pelos participantes no campo do interior do qual atuam.

Amossy (2016) retoma tanto o *ethos* dos pragmáticos, na linha de Aristóteles, construído na interação verbal e puramente interno ao discurso, quanto dos sociólogos, que se inscrevem em uma troca simbólica regrada por mecanismos sociais e por posições institucionais exteriores, para demonstrar essas duas abordagens como complementares. Sendo assim, (i) a construção discursiva que permite trabalhar a materialidade do discurso em termos de enunciação e de gênero discursivo na construção do *ethos*; (ii) o imaginário social que destaca a dimensão social do *ethos discursivo*; e (iii) a autoridade institucional que destaca sua relação com posições sociais exteriores, contribuem para estabelecer o *ethos* e a troca verbal da qual ele é integrante. A correlação entre *ethos* institucional e *ethos discursivo* é mútua.

Para demonstrar a importância do diálogo possível entre um orador e seu auditório, nos termos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Amossy (2016) investe na *doxa* comum a possibilidade do interlocutor compartilhar o conjunto de valores, evidências e crenças do auditório sob a interação que se efetua necessariamente por meio da imagem que um faz do outro. Ao desenvolver o pensamento desses autores, Amossy (2016, p.124) conclui que “o orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu auditório, isto é, das representações que o orador confiável e competente que ele crê ser as do público”. Dessa maneira, o que modela a empresa da persuasão não é sua pessoa concreta, mas, sim, a representação que o enunciador faz do auditório, as ideias e as reações que ele apresenta, sem adequação entre *ficção* e realidade.

Para um bom andamento da troca, é necessário que haja uma correspondência da imagem do auditório com uma imagem do orador, visto que a autoridade que goza o locutor é fundamental para estabelecer a ideia que seus locutários fazem de sua pessoa. A *doxa* compreende o *saber prévio* que o auditório possui sobre o orador. Ao tempo que o orador apoia seus argumentos sobre a

doxa compartilhada pelo público, modela seu *ethos*, pois assume as representações coletivas, que ocasiona no público um valor positivo, uma vez que demonstra que seu *ethos* é capaz de produzir uma impressão apropriada às circunstâncias (AMOSSY, 2016).

Diante disso, em consonância com a autora, faz-se necessário inserir nesse contexto o conceito de estereótipo, que está associado à ideia prévia que se faz do locutor e à imagem de si que ele constrói em seu discurso. Para que o locutor seja reconhecido pelo auditório, para parecer legítimo, é preciso que a ideia prévia e a imagem de si sejam assumidas em representações partilhadas, relacionadas a modelos culturais hegemônico, mesmo que sejam modelos contestatórios.

No nosso caso, os pescadores possuem o *ethos prévio* de que exageram ao contar histórias sobre a pescaria, de maneira que fazem ser reconhecidos como mentirosos. A estereotipagem é “a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado” (AMOSSY, 2016, p. 125). Nessa medida, os conteúdos globais do setor da *doxa* se situam nos modos de raciocínios próprios a um grupo, os quais o estereótipo permite designar. Assim sendo, a construção do auditório passa necessariamente por um processo de estereotipagem. Dependendo do perfil do seu auditório, o orador faz algumas adequações em “sua apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público-alvo” (AMOSSY, 2016, p.126), visto que é a construção dessa imagem de si, que confere ao discurso uma parte importante de sua autoridade.

Portanto, o processo de estereotipagem condiciona tanto o orador quanto o auditório a partir da imagem que um faz do outro. Com isso, a eficácia da palavra não é nem puramente exterior (institucional) nem puramente interna (linguageira). A associação da interlocução da interação verbal como troca simbólica e a posição institucional do locutor são fundamentais para o estabelecimento do *ethos discursivo*. Dessa forma, “a posição institucional do orador e o grau de legitimidade que ela lhe confere contribuem

para suscitar uma imagem prévia. Esse *ethos pré-discursivo* faz parte da bagagem *dóxica* dos interlocutores e é necessariamente mobilizado pelo enunciado em situação” (AMOSSY, 2016 p. 136-7), o qual pode ser confirmado ou modificado.

Entendemos e concordamos que as mesmas técnicas de argumentação são encontradas em todos os níveis de contextos, monitoradas ou não, seja em situações mais elaboradas, ou nas do dia a dia, pois, não há *a priori* a proposta de utilizar essas técnicas para argumentar sobre algo, contudo, ainda assim, acabam as utilizando. A importância do argumento está na qualidade dos espíritos que a ele aderem. Desse modo, mostramos nos relatos que os pescadores argumentam e se utilizam da técnica do argumento pragmático, mesmo sem especular sobre isso. No tocante ao argumento pragmático, sua autenticidade é comprovada via experiências oriundas de situações concretas do cotidiano e aceitas como reais, pois podem ser constatadas pelo auditório como existentes. Vejamos o relato a seguir

- (1) O arpão eu sou contra... A pescaria que chamam de espingarda, né? Na pescaria de bata, coloca a rede, faz um círculo e deixa o peixe doido, aí, os peixes correm pra um lado e pra outro, uma parte que vai pra rede o cara pega, a outra parte que foge ninguém vê mais, o que eu pesco é honesto, faço o certo, né?... Já eles não, estão colocando até veneno no rio, uma mulher pegou em Propriá um *piáu* [um tipo de peixe], estava lavando pano, levou pra casa e tratou pra comer e o marido disse pra ela não comer ainda estava meio vivo, ela disse que ia comer aí fritou o *piáu*, mas disse que não ia comer não, aí deu ao gato, o gato comeu, no outro dia o gato amanheceu ruim, se a mulher come o *piáu* tinha morrido, pronto, aí pra baixo ninguém quer comprar *piáu* mais, de Amparo pra lá, os caras que estão fazendo essas armadas é de lá, Amparo, Propriá, Colégio, pra cá não, em Gararu não, se alguém tiver fazendo isso aqui é que vem de lá, os traficantes do rio vem da praia, estão vindo de lá esculhambar com o sertão, se não tiver uma fiscalização, vai chegar ao ponto da gente querer pegar um peixe e não conseguir pegar. Já tem pouco e o pouco que tem já quer acabar, lá na banda da praia ninguém pega *piáu* não, porque o veneno onde passa acaba, aí eles não pegam lá e vem pra cá, pra esculhambar. Uma coisa que eu ainda queria ver era o rio cheio. né? Com muito peixe, o que eu quero ver é isso, acabar com esse movimento de arpão, a bata, arpão e esses venenos que estão colocando no rio para matar o peixe, né? ver esse rio cheio é uma bênção (Inf. 06).

O contexto (ou situação) exposto no relato (O1) se refere às práticas ilegais que têm sido presenciadas no rio São Francisco. Atividades essas que fazem parte da realidade da comunidade gararuense. A pescaria de arpão, por exemplo, vem sendo muito praticada por pescadores mais atuais (*O arpão eu sou contra... A pescaria que chamam de espingarda, né? Na pescaria de bata, coloca a rede, faz um círculo e deixa o peixe doido, aí, os peixes correm pra um lado e pra outro, uma parte que vai pra rede o cara pega, a outra parte que foge ninguém vê mais, o que eu pesco é honesto, faço o certo, né?...*). Isso prejudica a produção do peixe. Essa prática tem crescido, cada vez mais, por falta de fiscalização. Segundo o depoente, muitas pessoas compram os peixes pescados dessa maneira. Elas não fazem a diferenciação do tipo da pesca, justificado, na maioria das vezes, para não prejudicar financeiramente o pescador, já que não há muitas alternativas de garantir a renda mensal. Essa nova realidade se confronta com a realidade percebida em tempos passados ([...] *o peixe eu vendia no caldeirão, que o pessoal pescava até quando fechava as lagoas, pegava muito peixe, aí no caldeirão às vezes eu vendia seiscentos, oitocentos quilos de peixe, peixe de qualidade, era mandim, era surubim, era cumatá, mandim* (inf. 12), em que os esforços eram menores para encontrar peixes no rio. Esse contexto também diz respeito à *pescaria de bata*, menos praticada, mas, também, prejudica-os, devido ao desperdício provocado, pois nem todos os peixes atingidos são pegos. Mais grave, ainda, é o veneno colocado no rio que, além de todos esses prejuízos já citados, causa problemas de saúde aos consumidores e mata os peixes de forma mais avassaladora.

Dentro desse contexto, o orador (informante O6) se apropria de uma *doxa* comum entre os que valorizam o correto, evidenciando valores em comum entre ele e seu interlocutor (a partir da imagem que ele faz do *pathos*), e buscam estabelecer uma identidade com o auditório, a partir da ideia prévia que se faz dele. Para Amossy (2016, p. 123-4), “é mediante um trabalho sobre a *doxa* que o orador tenta fazer seu interlocutor partilhar seus pontos

de vista”. Dessa forma, podemos dizer que a *doxa* é um elemento indispensável às trocas verbais (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005) que realizamos diariamente tanto em situações institucionais quanto em contextos informais.

No fragmento (01), percebemos que a *pescaria de arpão e de bata* é realizada por pescadores gararuenses, no entanto, não é praticada por esse informante (06), pois a partir do *ethos* dito, que pesca honestamente, diz fazer o certo e, além disso, é contra esses tipos de pesca, ele busca ser avaliado positivamente (*o que eu pesco é honesto, faço o certo, né?...*), considerando que esses sejam, também, os princípios do *pathos*, além de utilizar a figura de presença, se coloca dentro do próprio texto/discurso. Por seu relato estar sendo inserido em um trabalho acadêmico de uma universidade, o locutor entende a entrevistadora como séria, avaliadora, por causa do propósito que a fez realizar esta entrevista, isto é, compartilha o conjunto de valores, evidências e crenças, do auditório. Essa maneira de dizer está atrelada a uma maneira de ser, que considerada na cena da enunciação, imprime uma verdadeira construção de uma imagem de si, modificando a estereotipagem de pescador mentiroso, pois legitima sua fala com um saber extradiscursivo que é inerente ao saber da profissão.

Quanto ao uso do veneno no rio, segundo o locutor, tal prática não é desenvolvida pelos pescadores de Gararu, mas por outros da redondeza, que acabam prejudicando a venda dos peixes e conseqüentemente a profissão de quem pesca, visto que, cada dia mais, se torna difícil pegar o peixe. Para o informante, *se alguém tiver fazendo isso aqui [Gararu] é que vem de lá [Amparo, Propriá, Colégio], os traficantes do rio vem da praia, estão vindo de lá “esculhamba”r com o sertão, se não tiver uma fiscalização, vai chegar ao ponto da gente querer pegar um peixe e não conseguir pegar. Já tem pouco e o pouco que tem já quer acabar, lá na banda da praia ninguém pega piau não, porque o veneno onde passa acaba, aí eles não pegam lá e vem pra cá, pra esculhambar [...]*.

Esse argumento revela também o estabelecimento de uma identidade entre orador e auditório de acordo com a ideia prévia de que o orador faz do público (auditório) aquilo que vai contribuir na/ para a consolidação do *ethos*. A utilização desse tipo de argumento promove a persuasão por ser apoiado na realidade e, assim, estabelecer uma identidade com o auditório.

Essa realidade atual, oposta à realidade de quando pescava em tempos passados, demonstra as consequências desfavoráveis de atos praticados por pescadores que precisam pegar o peixe, que está cada vez mais difícil, e recorrem a técnicas prejudiciais ao meio ambiente. No próximo fragmento, o mesmo informante relembra a quantidade de peixes que já havia pegado em outras pescarias:

(2) Antigamente vendia e dava também, já cheguei aqui numa pescada só [...] pegar uns cem quilos de peixe, sozinho mesmo, [...] sozinho e Deus, quando terminei de apanhar a rede estava quase se afundando de peixe. Tinha a *cutia*, a *chira*, lá em Belo Monte mesmo, um isopor de cento e vinte litros eu enchia ele... sozinho e Deus. Teve um sábado que eu cheguei aqui [Garru] peguei uns oitenta quilos de *piau* (Inf. 6).

Diferente das primeiras conclusões relacionadas aos argumentos avaliados desfavoravelmente do tempo presente, esse fragmento (2) relacionado ao tempo passado não só confirma a imagem preexistente do locutor ou *ethos prévio* (pré-discurso), mas também demonstra casos de exagero ao relatá-los. Diante da mesma situação argumentativa, com diferença no tempo do relato, percebemos que nessa época não se tinham esses problemas atuais, daí o informante não necessitar “dizer” um *ethos* para ser construído. Ou seja, “não se trata mais da construção de uma imagem de si no discurso, mas de um conjunto de atitudes mostradas tanto no discurso quanto nos posicionamentos do ser empírico” (AMOSSY, 2016, p. 141). De igual modo, confirma o *ethos prévio* de religioso, quando revela que “*sozinho e Deus*” pegava muitos quilos de peixe. Esse *ethos pré-discursivo* influencia também na construção do *ethos* dos pescadores. Vejamos mais um relato:

(3) Eu pescava com rede de arrasto, rede de minhunsa né, pegava a minhunsa, depois passou pra o arrastão que era marinho. Essa rede de minhunsa que pegava a *pilombeta*, nós pegávamos o *aragu* né, o arrastão, o marinho era com três pessoas, joga nas águas, vem e arrasta e puxa o pescado né, hoje são vários tipos de qualidade de arte para pescar que eu não uso né, que é o arpão com aquele farol, no Oiteiro muita gente usa, eu não uso. Se for fazer reunião, chamar os governantes é pouca gente que assina esse negócio, é proibido e prejudica o próprio pescador, onde ele roda ali não fica nada, gera destruição, aquilo ali às vezes, sai rodando ali em menos de uma hora, ele separa não tem o que aproveitar, já peguei, às vezes ele tá até ovado, já perdeu. Muita saudade a gente lembra né, porque quando nós começamos tinha aquela fartura né, hoje nós vamos morrer vendo tudo diferente, o pouco pescado, esse tipo de pescaria que mais tão aplicando hoje é o que tá mais prejudicando, a gente fica querendo ir, mas sendo desestimulado. Eu mesmo se fosse pra fazer abaixo-assinado eu era a favor, pra acabar ou evitar mais né, não pode acabar de uma vez, mas evitar mais né, porque essa pescaria nunca foi liberada, porque esse tipo de gente vai por um esporte, quer se achar como se fosse nadador, nessa hora quem for mais esperto pega, tem muita gente que não tem coragem de mergulhar mesmo, vai esperar por uma tarrafa, uma rede, ele aplica dentro d'água, mergulha na fundura que tiver vai com aqueles pezinhos de pato, vai lá e traz o pescado, naquela região que ele mergulhar ali nada fica, o pescador é prejudicado porque profissional que paga o documento, origem mesmo e sustentou aquela profissão ainda hoje, pode tá velho cansado, mas ainda hoje vai. Antigamente quando nós pescávamos, pegávamos era cinquenta de uma lança, eram três pessoas, arrastávamos, nós fazíamos era aquele balaio, já demos lança de pegar cento e trinta quilo de *aragu*, *tubivin*, *aragu* não existe mais, vinha que era monte, nós subíamos ali pra uma ala de Belo Monte, naquele tempo era os salgados né, pegava duzentos, cento e cinquenta na parte do escuro, na parte do claro aparecia mais, nós saíamos no domingo, chegava na sexta feira, naquela época era uma grandeza, hoje nós nos batemos pra pegarmos vinte quilos de peixe (Inf 07).

O informante (07) relata o modo de pescar de quando começou. Inicia seu discurso, citando a rede de arrasto (minhunsa) e a de arrastão. Esta última necessitava de três pessoas para puxar o pescado. Nos dias de hoje, muitos pescadores se utilizam de novas ferramentas, como por exemplo, a pescaria de arpão não praticada por esse informante, que fala dos danos e da pouca aceitação dessa prática, pois é ilegal. Os governantes não concordam, e as consequências geradas por esse tipo de pesca causam prejuízos àqueles que vivem da atividade pesqueira, pois acabam pegando todos os peixes por onde passam, provocando destruição

("[...] é proibido e prejudica o próprio pescador, onde ele roda ali não fica nada, gera destruição, aquilo ali às vezes, sai rodando ali em menos de uma hora, ele separa não tem o que aproveitar, já peguei às vezes ele [o peixe] tá até ovado, já perdeu [...]), já que nem sempre pegam peixes que possam ser aproveitados.

A diferença entre a quantidade excessiva de peixes do passado causa saudade comparada ao pouco pescado de hoje. O informante relata a diferença das realidades quando morrer (*"Muita saudade a gente lembra né?, porque quando nós começamos tinha aquela fartura né?, hoje nós vamos morrer vendo tudo diferente, o pouco pescado, esse tipo de pescaria que mais tão aplicando hoje é o que tá mais prejudicando, a gente fica querendo ir, mas sendo desestimulado"*). O argumento para essas consequências desfavoráveis, mais uma vez, é reforçado pelo tipo de pescaria que mais está sendo evidenciado no município (pescaria de arpão), que mesmo o pescador querendo ir pescar já não tem mais ânimo. Ele perdeu o estímulo diante de tantos desencontros na atualidade.

O informante estabelece uma diferença entre quem de fato é pescador e quem utiliza esse tipo de pesca, pois para ele, essas pessoas pescam por "esporte", ou seja, sem entender essa prática como parte de uma profissão séria, como se fossem nadadores, usam pés de pato para mergulhar e trazer o pescado que, muitas vezes, foi deixado por pescadores, numa rede, tarrafa. Além disso, esse tipo de pesca é proibido, o que caracteriza ainda mais a falta de seriedade dos que praticam, por onde passam, pegam tudo e prejudicam de fato quem é pescador, profissional que sustenta a profissão. Nessa diferenciação, se coloca do lado dos que respeitam a profissão e dos que praticam o certo ao pescar, se coloca à disposição de contribuir com um "abaixo-assinado" caso seja necessário, nem que seja para diminuir mais esse tipo de pescaria.

O *ethos* aqui é construído, na diferenciação de quem de fato é pescador e quem não é de fato, inclusive o próprio informante se coloca no texto para garantir que ele não usa o tipo de pesca que

mais prejudica. Neste momento se mostra um *ethos* preocupado, indignado. Essa imagem relaciona-se com a memória quando compara o passado com o presente estabelecido pelo uso do argumento pragmático, já que as consequências provocadas pelo tipo de pescaria não estão associadas à sua prática como “verdadeiro” pescador.

Essa noção estabelecida ao “verdadeiro” é admitida de acordo com o *pathos*, pois a verdade é estabelecida na implicação dos fatos como crença, um valor agregado também pelo auditório já que se trata de algo que é existente, pode ser observado e, por isso, aceito pela sociedade como real, o que também estabelece uma *doxa* comum entre eles.

O pescador relembra também a quantidade e variedades de peixes que pegavam num lanço, na época de “grandeza”, saiam viajando pelo rio, de domingo a sexta-feira. Confirma o *ethos prévio* ou pré-discursivo (AMOSSY, 2016) quando relata a quantidade de quilos num só lanço que variava de cento e cinquenta quilos a duzentos na parte que não pegava mais. Quando compara com os dias de hoje, relata que as dificuldades são maiores para pegar vinte quilos de peixe, neste caso, o lugar da quantidade se faz presente de modo efetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Azevedo (2016), faz-se necessário destacar no argumento pragmático o caráter de apropriação que um sujeito demonstra quando se dispõe a apresentar o objeto que parte de acontecimentos de uma determinada época que condicionam os arranjos discursivos. Diante disso, relacionamos o saber extradiscursivo que os pescadores demonstram de sua profissão. Saber este que possibilita a legitimidade do discurso com o argumento pragmático, ao destacar a apropriação do sujeito com o “objeto”, em que destaca essa apropriação com acontecimentos de determinada época. Assim, estabelece-se uma correlação mútua entre argumento pragmático e *ethos*.

A realidade é representada e, ao mesmo tempo, construída e reconstruída por todos os informantes, de modo que se percebe uma coerência argumentativa que acaba especificando um momento histórico capaz de instaurar um *ethos* de qualidade devido à identidade estabelecida entre o locutor e o locutário, quando apresentam uma realidade que pode ser observada e argumentada, defendendo pontos de vista que são comuns entre eles. Contudo, cada justificativa se apresenta de um modo que se façam “diferentes” dos que praticam atos prejudiciais ao rio, até porque os que prejudicam o rio também são denominados pescadores. A relação entre o locutor e o locutário é estabelecida via o processo de estereotipagem, a imagem que um faz do outro.

Assim, são construídos dois (novos) *ethé*, a partir da imagem positiva que se faz de si (enquanto orador) baseada na imagem negativa do outro, um revelado pelos pescadores gararuenses, que são conscientes, e outro, revelado pelos pescadores de outros lugares, que são inconscientes. Como Ferreira (2010, p. 90) nos explica, o conceito de *ethos* se ampliou em sua significação, e esse termo é aceito como “a imagem que o orador constrói *de si e dos outros* no interior do discurso”.

Quando o pescador traz à sua memória coisas do passado, o *ethos prévio* se confirma (era uma época farta, abundante, cheia, rica), então, o exagero se fazia presente; quando ele se refere à realidade atual, busca construir um *ethos* que se fuja das causas e consequências desfavoráveis percebidas pelos atos de alguns pescadores. Desse modo, tenta construir uma imagem de preocupação, indignação, desejo de mudança, de que volte ao que era no passado, e que seu discurso seja legitimado como verdadeiro a partir dos saberes extradiscursivos que apresentam, da vivência, experiência, memórias que se fazem surgir e são compartilhadas pelo universo historicamente especificado.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 119- 144.

AZEVEDO, I. C. M. A construção do discurso argumentativo em perspectiva foucaultiana. *Linha D'Água* (Online), São Paulo, v. 29, n. 2, p. 247-269, dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linha-dagua/article/view/120009>; acesso em: 21/09/2017, às 17h55min.

FERREIRA, Luiz Antônio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-33.

_____. *Ethos*, cenografia, incorporação In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 68-92.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.



A condição da mulher: pedofilia e assédio enquanto acontecimento midiático discursivo

▲ *Wilton James Bernardo-Santos*

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, apresentamos análises de materiais jornalísticos a respeito de assédio e pedofilia contra mulheres/meninas. Problematicamos as regiões periféricas desses materiais: as sequências enunciativas apensas aos Hashtags e aos protocolos de hipertexto (HTTP). Também analisamos manchetes e uma matéria com imagem e um texto verbal. Essas primeiras análises apontam para a erotização e sublimação dos crimes. Como parte de um projeto mais amplo dedicado aos processos de construção do acontecimento discursivo, o trabalho é realizado a partir de instrumentos da Análise de Discurso: sujeito, interdiscurso, formação discursiva, acontecimento discursivo.

Parte do projeto de pesquisa “Acontecimento discursivo: um estudo sobre processos de construção”, esse artigo apresenta algumas análises de diferentes fatos que mobilizaram sentidos sobre a “condição da mulher” na imprensa-mídia brasileira. Postos em circulação social, os sentidos desses diferentes fatos produziram em suas relações justamente o que estamos considerando processos de construção do acontecimento.

Procedimentos básicos. Inicialmente, vem sempre uma análise que deflagra e mobiliza o interesse por um trajeto temático discursivo. A partir dessa definição do objeto, fazemos um levantamento de textos partícipes da construção do acontecimento. Selecionamos as primeiras páginas de jornais impressos e portais de notícia com matérias jornalísticas. Fazemos um levantamento das fórmulas/*slogans* próprios do acontecimento (REBOUL, 1975; PÊCHEUX, 1997a; KRIEG-PLANQUE, 2010). Descrevemos e analisamos fatos de linguagem e os efeitos de sentido produzidos nas materialidades selecionadas, as posições discursivamente construídas. E a partir dessas análises, é possível abrir caminho para a compreensão dos processos de construção do acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1997b).

Em termos práticos, ainda como parte inicial do processo analítico, fazemos um percurso apresentando recortes de diferentes materialidades: em um primeiro recorte, temos as manchetes, os títulos, subtítulos, hashtags; Nessas materialidades, problematizamos um pouco os efeitos de sentido na alocação dos temas e matérias nas seções das editorias da imprensa/mídia, nos sites de notícia etc.. Problematizamos também certos deslizamentos de sentido, a nosso ver, muito próprios dos ambientes em questão.

1 O AMBIENTE DO ACONTECIMENTO E A DEFLAGRAÇÃO DA ANÁLISE

Em meio a todo um movimento que procura reposicionar o debate sobre a condição da mulher em relação aos anos 1960, temos os chamados pós-feministas, neofeminismo, e ativistas de

toda sorte. Em fins do ano passado, no Brasil, um conjunto de diferentes fatos isolados são postos em relação pelas condições midiáticas de produção de sentido. Essas relações irrompem um processo que estamos compreendendo enquanto um acontecimento discursivo que tem como centro do abalo: a mulher.

Um fato decisivo no processo é a aprovação do Projeto de Lei Nº 5.069, DE 2013 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados em 21/10/2015. De autoria do Deputado Federal Eduardo Cunha, o projeto torna crime induzir ou auxiliar uma gestante a abortar. Em resposta imediata à aprovação, foi criada a campanha “Pílula fica, Cunha sai” a partir das “redes sociais” com milhares de adesões já no dia seguinte.

Com isso, várias campanhas para “eventos”, “atos de repúdio”, “manifestações de rua” etc, entram ou retornaram à mídia focalizando a violência contra mulher, seu espaço, sua condição, seu corpo. Desde o “Chega de fiufiu”, contra o assédio sexual em espaços públicos, passando pelo “Vai ter shortinho sim!”, pelo direito das meninas usarem roupas do “mesmo tamanho” que as dos meninos no ambiente escolar. O que a nosso ver é decisivo em toda essa profusão de sentidos é a memória que recorta e restringe a mulher em sua dimensão corpórea.

Por conta da extensão reduzida desse trabalho, vamos nos ater a um trajeto temático discursivo enquanto participe do acontecimento: o assédio. Essa temática entrou fortemente em circulação a partir do dia 20/10/2015 pelo “teor sexual de mensagens direcionadas à participante de 12 anos” do programa MasterChef Júnior da TV Bandeirantes. As mensagens produziram debate sobre assédio sexual contra meninas, ou seja, pedofilia. Do ponto de vista dos direitos individuais, o debate é bastante positivo. O problema é que a circulação de sentidos “positivos” é fortemente apagada pela diversão, pelo entretenimento, erotização e sublimação. Desse modo, nossas primeiras análises apontam para o quanto o acontecimento discursivo centrifuga sentidos para a condição da mulher em uma dimensão específica: o espetáculo (DEBORD, 1997; GREGOLIN, 2003).

A análise que deflagrou o interesse pelo tema assédio-pedofilia veio por um deslizamento de sentido operado por uma memória discursiva (ORLANDI, 2002). O debate sobre as mensagens de “teor sexual” levou mulheres e adolescentes a relatarem nas “redes sociais” as primeiras experiências enquanto vítimas do crime de assédio-pedofilia. Com isso, veio uma campanha do “coletivo feminista ThinkOlga” no Twitter contra o assédio a partir da incentivando mulheres a relatar a primeira vez em que foram assediadas. O fato é que com esse sentido da “primeira vez” a campanha foi atravessada pelo efeito inicialização, de rito de passagem, a partir da hashtag abaixo: ¹

#primeiroassédio

Por esse sentido de passagem, de inicialização conjugado aos efeitos produzidos pelo “relatar” pelo contar história, a nosso ver, o “debate” já nos levou outro lugar, outra posição sujeito. Ocorre que nas situações enunciativas do relato, o que entra em funcionamento são cenas particularizadas e significadas enquanto “reveladoras” e o sujeito já é então constituído pela erotização e sublimação. Essa interdiscursividade afeta fortemente o sujeito de tal modo a romper a materialidade da linguagem. Estamos falando da reformulação da hashtag “primeiro assédio” em um efeito de particularização.

#meuprimeiroassédio

Com a entrada, o encaixe do pronome “meu”, essa reformulação particulariza o sujeito pelos sentidos da “posse individual”.

1 Como se sabe, “Hashtag é um composto de palavras-chave, ou de uma única palavra, que é precedido pelo símbolo cerquilha (#). Tags significam etiquetas e referem-se a palavras relevantes, que associadas ao símbolo # se tornam hashtags que são amplamente utilizadas nas redes sociais, em especial no Twitter [...] Esse tipo de marcação, utilizada nas redes sociais e em outros meios, serve para associar uma informação a um tópico ou discussão”. <<http://canaltech.com.br>>.

Nesse caso, é preciso considerar que estamos diante de uma operação realizada em processos parafrásticos. Mais precisamente, estamos diante de relações entre discursos, uma interdiscursividade operando materialmente. Essa operação se mostrou para nós no processo analítico como um posto privilegiado, um obturador para a observação da circulação de sentidos muito próprios. A entrada do “meu” em “primeiro assédio” é um aceno convidativo, um “venham!” para os enunciados: “meu primeiro amor”, “meu primeiro beijo”, “meu primeiro sutiã”. Como vemos, entra em operação um processo de sublimação do crime. Nessa direção, para finalizar a seção, apresentamos alguns fatos decisivos na configuração do acontecimento. Vejamos a manchete abaixo:

Letícia Sabatella entra em campanha e revela primeiro assédio aos 12 anos
Coletivo Think Olga promove #meuprimeiroassédio para incentivar mulheres a denunciarem violência e abusos

Junto aos sentidos informativos, observemos que o “entra em campanha” produz um efeito que teatraliza a notícia posto que a sequência enunciativa é tomada pelos sentidos de “Letícia Sabatella”; sem abusar da interpretação, de algum modo, um “entra em cena” na oração. De outra parte, o efeito do “revela” é parte da interdiscursividade que erotiza/sublima o crime de assédio-pedofilia. Pois bem, a vinda desses sentidos nos mobilizou a entrar no ambiente contraditório do acontecimento discursivo.

1 O CRIME COMO ESPETÁCULO E ACONTECIMENTO HISTÓRICO

Nessa seção, trabalhamos com três recortes do que consideramos região periférico-introdutória da ordem gráfica a que se submete a textualidade (BERNARDO-SANTOS, 2014): temos com primeiro recorte a barra de abas de um portal da internet que categoriza o ambiente do hipertexto. Temos também um segundo recorte que conta com quatro (04) sequências enunciativas de protocolos de comunicação do hipertexto, os HTTP, que

categorizam e são parte da construção do acontecimento. Ao final dessa seção, temos um terceiro recorte: uma manchete que empresta efeito histórico ao processo.

Observemos que em um portal da internet, como UOL, significado como “empresa de jornalismo, serviços e negócios”, na diversidade de seções que categorizam essas três dimensões, temos uma “dedicada à mulher”, como vemos no recorte abaixo:



Tendo em vista essa ordem gráfica, observemos que “mulher” está em relações de sentido com os demais nomes que categorizam o ambiente. Essas relações significam “mulher” como “serviço” através de “assine, sac e bate-papo”, mas também como objeto a partir de “carro” e ainda como diversão/espetáculo com “entretê” (entretenimento), “tv e famosos” entre outros sentidos. Esse interesse pelos efeitos de sentido do lugar da mulher no ambiente midiático veio à tona porque, como nosso processo analítico recorta um conjunto de peças da região periférica dos textos digitais, um exame mais detalhado nos levou a considerar a categorização do tema, o crime de assédio-pedofilia, como parte fundamental das condições de produção no processo de construção do acontecimento discursivo.

Nesse segundo recorte, trabalhamos a partir da extensão do protocolo de comunicação do hipertexto, o HTTP porque ela já opera na produção de efeitos de sentido. Vejamos as sequências abaixo:

<http://oglobo.globo.com/sociedade/assedio-crianca-do-masterchef-pode-gerar>
28/10/2015

<http://veja.abril.com.br/noticia/entretenimento/leticia-sabatella-narra-assedio>
28/10/2015.

http://www.mundopositivo.com.br/noticias/diversao/leticia_sabatella_desabafa
28/10/2015.

<http://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/m-trends/primeiro-assedio-caso>
22/10/2015

Em sua sintaxe muito particular, a extensão do protocolo aloca temas e matérias nas seções das editorias da imprensa/mídia, nos sites de notícia etc. Elas significam a categorização de temas por parte da empresa de comunicação, da agência de notícia, por exemplo. Nessa categorização, e na dispersão de sentidos, a dramática condição da mulher é fortemente apagada pela diversão, entretenimento, erotização e sublimação. Desse modo, nossas primeiras análises apontam para o quanto o acontecimento discursivo centrifuga a condição da mulher em uma dimensão específica: o espetáculo.

E como parte dessa dimensão, na manchete abaixo, o sujeito é construído por uma demarcação temporal, por uma ruptura histórica, um, por assim dizer, acontecimento discursivo.

O dia em que relatos do primeiro assédio tomaram conta do Twitter
Instadas por campanha, mulheres contam suas histórias de abuso. Muitas assustadoras

Na manchete, a partir da determinação que vem em “o dia em que”, o sujeito é construído não apenas pelos sentidos da notícia enquanto o “novo ocorrido”. Também por relação interdiscursiva, outra demarcação temporal atravessa a dimensão comunicacional. São os sentidos de uma ruptura histórica, de um, por assim dizer, acontecimento discursivo.

3 RELATOS DO “PRIMEIRO ASSÉDIO”

Como vimos na seção anterior, as relações de sentido entre pedofilia e assédio realizadas a partir do “caso Valentina” são discursivamente significadas enquanto “fundadoras” de uma outra ordem: a do “debate” sobre o tema. Nessa segunda seção, procuramos apresentar como a partir de funcionamentos próprios da textualidade (ORLANDI, 1988; BERNARDO-SANTOS, 2014), o discurso trabalha em uma operação de retorno aos sentidos da sexualidade, do corpo da mulher, ou melhor, da menina.

Para tanto, é decisivo compreender como a despeito de “informar”, de “contribuir”, de estar ao “lado da lei”, de exercer seu papel do “quarto poder”, o sujeito da imprensa/mídia é constituído na tensão recorta outros discursos pelo apelo, pela adesão do outro, pela polêmica que no acontecimento em questão, a discursividade produz um retorno às “mensagens com teor sexual”, direcionadas a meninas.



As relações de sentido entre pedofilia e assédio realizadas a partir do “caso Valentina” são discursivamente significadas enquanto “fundadoras” de outra ordem que faz os sentidos deslizarem entre a “discussão”, o debate e a “repercussão” do tema. Pois bem, logo abaixo do espaço da manchete vem uma foto enquanto objeto/referência da notícia. Como vemos na foto abaixo,



Trata-se de uma cena do programa.² O personagem da notícia é o centro óptico do percurso feito no primeiro plano da foto (BARTHES, 1980).³ A imagem textualiza na medida em que responde a uma pergunta não formulada no fluxo linguístico, mas materialmente realizada pelo discurso pragmático da verdade enquanto correspondência relativamente ao real empírico (FERREIRA Jr., 2003). O efeito produzido pela foto é o de aferição; com a foto, atesta-se: o “‘teor sexual’ é ela. O sentido interrogativo/responsivo é: “o ‘teor sexual’ corresponde a esse referente, a essa menina/mulher?”. Ou seja, as relações entre os diferentes códigos (verbal e não-verbal) trabalham exatamente no processo de construção do acontecimento discursivo.

Abaixo da foto, vem o primeiro trecho do texto, uma sequência que, digamos, estende o campo da notícia enquanto o novo ocorrido. Mais que repercutir a repercussão, o trecho faz avançar a circulação de sentidos do “teor sexual”. Ou seja, a notícia, o novo,

2 <http://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/m-trends/primeiro-assedio-caso-valentina-do-masterchef-junior-abre-discussao-sobre-pedofilia-e-assedio-sexual>

3 A referência ao clássico *A Câmara clara* traz a mobilização das categorias “Studium” e “Punctum” introduzidas por R. Barthes, mas enquanto contraponto entre abordagens: uma pragmática que considera a intencionalidade da posição do fotógrafo; limitada, digamos, ao sujeito do aparelho formal da enunciação (BENVENISTE, 1989) e uma abordagem que busca e trabalha outros sentidos, o histórico pela materialidade da imagem.

o argumento enquanto “razão de ser” da textualidade é o “falatório polêmico”, a “repercussão”. Vejamos o primeiro parágrafo:

“A estreia do programa MasterChef Júnior, que reúne crianças de 9 a 13 anos cozinhando ‘que nem gente grande’ [...] O reality, que sempre tem muita **repercussão** na internet, dessa vez ganhou imensa **repercussão** devido aos comentários com **teor sexual** direcionados a uma das participantes, Valentina, de 12 anos”.

Observemos que a oração “que nem gente grande” coloca em jogo a contradição própria do programa, ou seja, põe em confronto, as consequências, as mensagens com “teor sexual”, com as causas, ou seja, a adultização de crianças. Por outro lado, o sujeito vem fortemente afetado pela “repercussão”.

Imediatamente abaixo, aparecem dois comentários “printados” do Twitter: “Sobre essa valentina, se tiver consenso é pedofilia?”; “Essa valentina com 14 anos vai virar secretária de filme pornô”. Essa região central da notícia enquanto o “novo ocorrido” é finalizada no segundo parágrafo, apontando para um artigo jornalístico que analisa as mensagens e, nesse mesmo parágrafo já temos uma ruptura para a construção da região com efeito conclusivo, vem a informação: “Os tweets foram apagados. Mas não podem nem devem ser ignorados”.

A partir dessa adversativa, já estamos sob o efeito de conclusão na textualidade da matéria. Nesse sentido, temos o terceiro e o quarto parágrafos. O terceiro traz um resumo opinativo onde o sujeito é afetado pelos sentidos da Lei, pelo discurso do crime.

É proibido por lei ter relações sexuais com crianças. Ponto. Está no código penal, é crime ter relações sexuais ou cometer ato libidinoso com criança ou adolescente menor de 14 anos. Ato libidinoso é todo ato de satisfação do desejo ou apetite sexual de alguém.

O quarto, último parágrafo do texto, traz um deslizamento de sentidos decisivo no processo de constituição do acontecimento discursivo. É a relação de sentido que explora a condição

da textualidade, ou seja, dizer o já dito de outro modo “para fazer progredir o texto”. Por essa condição, os sentidos deslizam como uma “inofensiva” relação sinonímica de “debate” para “discussão”.

“Motivadas pela **discussão** a respeito dos comentários sobre Valentina, mulheres começaram a **contar** no Twitter sobre as primeiras vezes que foram assediadas. E é comum encontrar **histórias** de mulheres que sofreram seus primeiros assédios aos 7, 8, 9 anos. Mas o fato de ser comum não faz, nem pode fazer isso ser normal.”

A particularidade desse deslizamento diz respeito ao fato de que os efeitos de sentido significam o sujeito em outra ordem discursiva posto que o “contar histórias” constitui o sujeito em uma posição particular que o expõe e, portanto, o desloca da posição do debate para a de objeto do espetáculo. Estamos falando dos relatos do “primeiro assédio” que, construídos em primeira pessoa, abriram outras regiões de sentido para o processo de construção do acontecimento.

Com esse efeito conclusivo que abre em outra direção constitutiva do acontecimento, aparece uma longa sequência de pequenos relatos. Como parte dessa outra ordem específica do acontecimento, os relatos se espalharam pela internet, inclusive, com campanhas como “Conte como foi o seu primeiro assédio”.

Nesse caso, nos parece adequado colocar em operação no processo analítico a noção de formação de formação discursiva introduzida por Jacques Guilhaumou (2006) em seu “Aonde vai a Análise de discurso? Em torno da noção de formação discursiva” em que o autor propõe que consideremos a noção a partir da singularização de “relatos de vida” dos ditos ‘excluídos’. Mas esse é tema para outro trabalho em andamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto está sendo iniciado, mas já conta com alguns trabalhos. Além da condição da mulher, aqui esboçado, estamos abordando outros acontecimentos a partir do “terrorismo na

França” com uma análise sobre as manifestações incendiárias na periferia de Paris em 2005 e os ataques de 2015. O recente processo político no Brasil (incluindo o Impeachment da Presidente Dilma Rousseff - orientação de mestrado). Frentes de trabalho estão sendo projetadas no âmbito da iniciação científica (PIBIC): sobre o “Novembro negro”, sobre os “Relatos da Comissão da verdade”; outro plano se juntará a temática da mulher a partir do próximo “08 de março”, dia internacional da mulher.

REFERÊNCIAS

AUROUX, S. 2000. *A Revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP, Editora da Unicamp.

BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre fotografia*. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

BERNARDO-SANTOS, W. J., CARVALHO, M. L. G. C., & LIMA, G. O. S. (Org.). *Do oral ao escrito: reflexões e práticas desenvolvidas no programa de iniciação à docência em língua portuguesa* (PIBID/SERGIPE). Aracaju, SE, Criação Editora, 2014.

GUILHAUMOU, J. “Aonde vai a Análise de discurso? Em torno da noção de formação discursiva”. In GUIMARÃES & ORLANDI (orgs): *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas, São Paulo, Pontes editores, 2006.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP, Pontes, 2002.

ORLANDI, E. P. *Unidade e dispersão: Uma questão do texto e do sujeito*. Cadernos PUC, n 31, São Paulo. EDUC, 1988.

_____. *Análise de discurso: Princípios e Procedimentos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP, 2001.

PÊCHEUX, M. *O discurso, estrutura ou acontecimento* [trad. EniOrlandi]. Campinas, SP, Pontes, 1997.

COURTINE, J.J. *Os deslizamentos do espetáculo político*. In: GREGOLIN, M. R. São Carlos: Claraluz, 2003.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERREIRA JUNIOR, J. *Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico visual*. São Paulo: Ed. SENAC, 2003.

GREGOLIN, M. R. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002.

KRIEG-PLANQUE. *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ORLANDI, E. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M. “Papel da memória”. In: ACHARD, P. et. al. Campinas: Pontes, 1999.

REBOUL, O. *O slogan*. São Paulo: Cultrix, 1975.



A dimensão argumentativa na atividade discursiva dos aprendizes

▲ *Isolina Bôto Corrêa*
Antônio Ponciano Bezerra

1 ARGUMENTAÇÃO: O PROFESSOR COMO AGENTE FACILITADOR

É na retórica clássica que tem origem a argumentação. Segundo Citelli (2005), os gregos vivenciaram a primeira experiência de democracia. Para tanto, necessário se fazia instrumentalizar determinadas camadas sociais, para o exercício e o domínio das regras e normas argumentativas, facilitando, desse modo, a ação de convencimento e ocorresse um consenso de mando. A partir daí, iniciam-se as reflexões e sistematização relacionadas ao uso da linguagem. Em sua obra *Arte Retórica*, *Aristóteles* apresentou os princípios gerais a serem aplicadas, nos discursos persuasivos.

Citelli (2005), ao analisar a obra de Aristóteles, identificou elementos estruturais comuns, nos discursos de sua época. A partir de então, os estudos retóricos ganham espaço e passaram a contribuir para a compreensão e uso dos mecanismos de persuasão. Entende-se por persuasão a busca de adesão a uma tese, a um entendimento. A questão do entendimento não implica dizer que seja uma verdade, a partir de uma lógica própria, interna. Na verdade, a persuasão é o resultado de uma organização do discurso, cujo objetivo é passar uma ideia de veracidade ao destinatário. Portanto, a Retórica clássica consistia em dar a conhecer as estratégias de organização desse discurso.

A Retórica se sedimenta e ultrapassa os limites de suas origens gregas e alcança o domínio do império romano. O orador romano Cícero introduz o privilégio da Retórica, em Roma, segundo afirma Ferreira (2010), em suas pesquisas, realçando que ele propagava uma ideia de cultura, tendo a arte retórica como papel centralizador e unificador. Com o surgimento de um regime centralizador de governo, os estudos da Retórica entram em um período de esquecimento, uma vez que surgem novos interesses, proporcionando pensamentos, ideologias inférteis e argumentos, que se distanciam do estado de democracia, no qual ela foi pensada, inicialmente. Nessa época, o orador Messala dá uma explicação sobre o declínio da eloquência, segundo estudos de Reboul (2004, p.75):

A arte oratória desenvolvera-se na sociedade em que era indispensável, qual seja, a democracia. Quando todas as decisões eram submetidas a debates públicos, o futuro orador formava-se naturalmente no fórum, ouvindo as discussões e depois tomando parte delas; descobria assim as técnicas dos diversos oradores e, principalmente, as reações do público “Hoje” (na época dos imperadores), quando esses debates não são mais correntes, os jovens aprendem eloquência na escola, ou seja, de modo artificial, sem outro público senão camaradas tão pueris quanto eles, sem outros temas de debate senão assuntos irrealis, absurdos (REBOUL, 2004, p.75).

Para Citelli (2005), esse esquecimento deu origem, no correr do tempo, ao esvaziamento da retórica clássica, como técnica organizacional do discurso e da persuasão. Esse desinteresse aconteceu devido ao fato de o seu foco passar a ter outro alvo. No final do século XIX, o embelezamento do texto, com figuras de linguagem e rebuscamento do estilo cai em desprestígio. O discurso marcadamente retórico é considerado vazio, fantasioso, e, quase sempre, acabava por mascarar as intenções veiculadas pelo conteúdo.

Nos últimos anos, os estudos sobre retórica tem passado por modificações que consistem na redefinição do seu perfil, em relação ao uso de figuras de linguagem e de técnicas argumentativas. As ciências que surgiram a partir da segunda metade do século XX como a linguística e suas modalidades, a semiótica, a pragmática e a análise do discurso têm contribuído para que essa nova feição da retórica torne-se mais abrangente e produtiva, com novas possibilidades e aplicações.

Atualmente, convém frisar, algumas indagações tornaram-se possíveis: o que se entende por argumentação? E qual o seu papel dentro da produção textual escolar? Segundo o dicionário de Antônio Houaiss, o conceito etimológico de argumentação assume cinco possibilidades: “1- apresentar fatos, ideias, razões lógicas, provas etc. que comprovem uma afirmação, uma tese; 2 - apresentar ideias em objeção a outras ideias; entrar em 4 - fazer pregação; ensinar; 5 - trazer como argumento; alegar”. Isso mostra o quão polissêmico é o conceito de argumentação e está, de certa forma, submetido às práticas linguageiras existentes em diferentes esferas sociais. Porém, desde a época dos sofistas, na Grécia antiga, incorporou-se um traço negativo a sua significação. Nesse sentido, todo indivíduo que argumentasse era considerado pessoa causadora de problemas. Então, durante um bom tempo, pensou-se que essa ação (de argumentar) estaria confundindo ou ameaçando o bem estar de uma sociedade. Agiria como uma forma de vencer e forçar o outro à sua vontade. Invertia-se o propósito democrático de suas origens. Estruturar a argumentação

foi o que propôs Aristóteles, ao relacioná-la à ética. Estruturar a argumentação seria remover os obstáculos que podiam dificultar a compreensão ao nível do censo comum, principalmente, em um espaço social que tem a democracia como campo político de ação.

Assim como Aristóteles, Toulmin (2006) trabalhou o conceito de argumentação, buscando esclarecer as funções das diferentes proposições que se manifestam durante uma discussão tanto quanto as relações entre elas. Ele expõe o *campo de argumentos* para demonstrar os diversos tipos de argumentação. Alega também que cada campo do saber possui sua particularidade, durante a produção de um argumento, e que nenhum possui uma verdade absoluta, porque tal valia da argumentação vai depender da área do saber e para qual fim esse foi produzido. O autor coloca em pauta, com esse entendimento, quais os problemas a se definir e quais os elementos argumentativos são viáveis ou não para determinada proposição. Levando em conta o processo discursivo, ele propõe uma análise sobre os argumentos voltada para a prática efetiva, dessa argumentação, em que suas estruturas relacionam-se com as esferas sociais e está diretamente vinculada a ela.

Aristóteles apresenta a argumentação de forma simplificada: o silogismo seria a comparação de uma característica de uma coisa com outra, por meio de uma característica intermediária. A questão é: o entendimento do silogismo seria suficiente para os aprendizes escreverem com maestria? Durante o ato de argumentar é necessário o acréscimo de algumas referências externas que envolvem a esfera sociocultural. Dessa forma, entender essa visão do silogismo, como forma de estruturação da argumentação, não seria o suficiente para que esse aprendiz escrevesse de forma lógica e consistente. Nesse silogismo, as premissas são direcionadas a uma conclusão, mas não leva em consideração a problema da refutação que pode existir.

Remetendo ao ensino da escrita, a argumentação, para ter uma base lógica e racional, seria preciso, tanto da parte do pro-

fessor quanto da parte do aluno, ter um conhecimento prévio do que seria discutido. Isso porque o professor iria funcionar como uma voz argumentativa, no processo da escrita, já que ele seria um professor/orientador e não apenas um espectador. E esse aluno/escritor contaria não só com a voz desse professor/orientador, mas de múltiplas vozes que envolvem sua vivência e seria através dela que ele apresentaria o conhecimento que precisará ter para escrever, com argumento consistente, para defender um determinado ponto de vista.

Assim sendo, todo discurso é concebido em função de um auditório com a intenção de um enunciador. Na argumentação, o enunciador funcionaria como aquele que argumenta sobre uma tese e o auditório seria aquele que o locutor utiliza da argumentação para convencer e persuadir, fazendo com que suas premissas tornem-se verdadeiras aos olhos do auditório. O importante da argumentação não é o locutor considerar a sua verdade como única, mas qual é o parecer daqueles a quem ela se dirige, e, com isso, a qualidade da argumentação vai depender do auditório.

2 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

Segundo Coelho (2005), com a publicação do Tratado da Argumentação, pensadores como Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca desenvolveram pesquisas que retomaram a retórica clássica como fonte de estudos. As suas reflexões sobre o discurso argumentativo acrescentaram os conceitos de auditório interno e universal, ideia presente na retórica aristotélica. Nessa nova retórica, o pluralismo dos valores morais e das opiniões está presentes, sem que teses preestabelecidas sejam impostas, segundo Meyer (2005):

Entre a ontologia, dotada de uma flexibilidade oca, mas infinita, e a racionalidade apodictica, matemática ou silogística, mas limitada, Perelman tomou uma terceira via: a argumentação, que raciocina sem coagir, mas que também

não obriga a renunciar à Razão em proveito do irracional ou do indizível (MEYER, 2005, p. XXI).

A razão e a emoção são elementos que se relacionam, nos procedimentos retóricos, segundo Meyer. A persuasão, para ele, envolve três fatores: o locutor, o tema e o auditório, sem esquecer que também será preciso mobilizar aspectos voltados à racionalidade, à lógica, às evidências e às demais formas de convivência. Como também será preciso articular tudo isso com a imagem do autor, em relação à relevância do tema, para que se possa seduzir o auditório, destino desse discurso. Em conjunto com essa relação também está a dimensão sentimental que implica a capacidade que o enunciador tem de comover o auditório como também sua habilidade de prender a atenção.

Na argumentação, não existe uma alternativa entre a razão e a emoção, diz Reboul (2004). Ele ainda diz que o enunciador, por mais que queira, não consegue desvincular do emocional, uma vez que toda premissa e conclusão têm conteúdos afetivos.

Assim como toda ação humana, a argumentação pressupõe um objetivo. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 46) dizem que a finalidade da argumentação “é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento”. Isso significa dizer que persuadir é mais do que convencer. Um sentido definido não pode ser atribuído à argumentação, porque, segundo os autores, esse argumento pode ser interpretado de maneira diversa:

[...] uma discussão com outrem não é mais do que um meio que utilizamos para nos esclarecer melhor. O acordo consigo mesmo é apenas um caso particular do acordo com os outros. Por isso, do nosso ponto de vista, é a análise da argumentação dirigida a outrem que nos fará compreender melhor a deliberação consigo mesmo, e não o inverso (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p 46).

Convencer e persuadir são dois termos ligados à argumentação para que, perante o interlocutor, o ato de argumentar tenha a sua importância e o valor devido. Esses dois termos mantêm, em alguns momentos, o entendimento de forma pejorativa pelo senso comum, principalmente o segundo, pois a sua significação assume um papel de enganar, ludibriar. Por isso, a importância de se conhecer o interlocutor, para a disposição da articulação de bons argumentos, a fim de convencer o outro. Para que esse fato aconteça, será necessário usar o máximo de informações e de conhecimento sobre o assunto para que esse outro aceite o ponto de vista, ora apresentado pelo locutor, como verdadeiro. Sendo assim, um argumento não será suficiente para uma prova verdadeira, é por isso que se precisa de estratégias, de forma a torná-lo verdadeiro, e essas estratégias precisam estar envolvidas pelo convencimento e pela persuasão. Persuadir e convencer seriam sinônimos. Para Citelli (2005 p. 14), “persuadir é, sobretudo, a busca de adesão a uma tese”. No entanto, Abreu (2004, p. 25-26) tem outra concepção:

Persuadir é falar à emoção do outro [...] Argumentar é, em última análise, a arte de, gerenciando informação, convencer o outro de alguma coisa no plano das ideias e de, gerenciando relação, persuadi-lo, no plano das emoções, a fazer alguma coisa que nós desejamos que o faça (ABREU, 2004, p. 25-26).

De certa forma, tem-se de reconhecer o limite tênue entre convencer e persuadir, pois, muitas vezes, essas palavras são usadas com certa hibridização semântico-pragmática. Percebe-se o quão difícil é diferenciá-las, no ato argumentativo, separar o que está no campo da razão daquilo que está no campo da emoção, visto que esses dois campos podem se entrelaçar, em razão das intenções comunicativas, conforme o propósito da argumentação.

Isso tudo passa pela imagem que o autor tem, no texto, seja ele oral ou escrito. Assim, essa imagem tem um papel fundamen-

tal para a aceitação da ideia apresentada. Por isso, é imprescindível que o autor tenha diferentes predicados para demonstrar suas qualidades, diante de seus interlocutores, para facilitar uma cooperação em torno da argumentação que ele apresentou. Sendo assim, a organização do que é dito não é suficiente, pois será preciso, nesse processo, conquistar a simpatia do auditório, envolvendo o comportamento antes e durante o discurso. Para que se tenha a adesão do auditório, o autor e o discurso precisam atender à expectativa e ao anseio daqueles a que se destina a produção textual.

Sendo assim, o autor precisa ter um suporte mental carregado de crenças e valores culturais e sociais a respeito de seus interlocutores e o ato argumentativo seja compreendido e alvo de envolvimento desses receptores. Sobre isso, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) comentam que:

[...] as opiniões de um homem dependem de seu meio social, de seu círculo, das pessoas que frequentam e com quem convive: “Você quer”, dizia M. Millioud, “que o homem inculto mude de opinião? Transplante-o”. Cada meio poderia ser caracterizado por suas opiniões dominantes, por suas convicções indiscutidas, pelas premissas que acerta sem hesitar, tais concepções fazem parte de sua cultura e todo orador que quer persuadir um auditório particular tem de se adaptar a ele. Por isso a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados [...] (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) comentam, em sua obra, a importância do ato argumentativo e da adesão dos interlocutores a esse ato e a adaptação do discurso ao seu auditório completa o ato argumentativo como produção textual. A nova retórica postula que o autor nunca está sozinho. Sempre se apresenta, em sua argumentação, em concordância com os interlocutores ou mesmo em sua oposição, sempre se relacionando a outros discursos. O

termo auditório, embora se refira ao discurso oral, aqui é utilizado no sentido de mostrar que o escritor, assim como o orador, tem uma finalidade de interação, mas também recorre à persuasão, conforme explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 6):

O objeto da retórica era, acima de tudo, a arte de falar em público de modo persuasivo; referia-se, pois, ao uso da linguagem falada, do discurso, perante uma multidão reunida na praça pública, com o intuito de obter a adesão desta a uma tese que lhe apresentava (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA 2005, p. 6)

É no plano do procedimento que se caracteriza o auditório. Isso porque a argumentação oral conta com a atenção do interlocutor, com a oratória, já que a relação com o locutor é simultânea. E a argumentação escrita não tem essa interação simultânea, precisará de outros procedimentos, como a lógica, para a interação dos interlocutores, segundo Reboul (2004).

3 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

A Teoria da Argumentação na Língua (TAL) teve os primeiros estudos por volta dos anos 80, do século XX, com as pesquisas de Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre. Amossy (2007, p. 123) comenta sobre esses primeiros pesquisadores o seguinte: “foi afetiva e principalmente por intermédio dos trabalhos de Anscombre e Ducrot que os estudos da argumentação penetraram nas ciências da linguagem, nas quais a abordagem pragmático-semântica parece continuar a exercer sua autoridade”.

Diferente da argumentação retórica, a TAL não tem interesse em fazer com que alguém acredite em algo, segundo Ducrot, sobre isso ele diz:

Ela exclui voluntariamente a atividade que visa levar alguém a fazer alguma coisa. Mais exatamente, ela só con-

sidera o levar alguém a fazer se este é apoiado sobre um fazer crer, o que é uma grande limitação, porque há muito evidentemente outros meios de levar alguém a fazer alguma coisa que não seja a estratégia um pouco ingênua que consiste em fazê-lo crer que é bom para ele fazer essa coisa (DUCROT, 2009, p. 20).

O fazer crer, para esse autor, está relacionado com a atividade da fala, por isso leva somente a atividade verbal como princípio dessa teoria. Para ele, a argumentação linguística possui dois segmentos discursivos que representam o encadeamento de apenas duas proposições: o argumento (A) e a conclusão (C). A ligação implícita, dessas duas proposições, ocorre com o uso de conectores, como por exemplo, as conjunções.

A noção de encadeamento da TAL esta na sua terceira etapa, cujo pressuposto diz que a argumentação está na própria língua: a primeira Forma Padrão, a segunda Teoria dos Topoi Argumentativos e a terceira dos Blocos Semânticos (TBS).

A primeira etapa, Forma Padrão, na TAL, parte do princípio de que a língua já é essencialmente argumentativa, cujo sentido vai se formando conforme o encadeamento discursivo. Esse encadeamento argumentativo ocorre através das palavras e das estruturas frasais, independente dos conteúdos apresentados pelos enunciados. “A significação de certas frases contém instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados: a frase indica como se pode, e como não se pode argumentar a partir de seus enunciados” (DUCROT, 2009, p. 18).

Com relação à segunda etapa, tem-se como foco a Teoria dos Topoi Argumentativos, cuja linha de estudo está nos elementos semânticos que venham favorecer os sentidos. Essa teoria tem, no conjunto das conclusões, a forma argumentativa necessária que reforçam o movimento discursivo em que há uma série de argumentos possíveis que levam a diferentes conclusões, presente também nas frases de operações opostas, mas que potencializam a mesma conclusão.

Para Campos (2007), o topoi, na Teoria dos Topoi, permite a obtenção de diferentes conclusões de uma mesma frase. E, para justificar essa proposição, ela aponte três propriedades dos topoi:

- a) são tratados como “universais”, o que não significa que de fato o sejam, mas que são apresentados no enunciado como se fossem compartilhados por uma coletividade – são comuns pelo menos ao enunciador e ao destinatário;
- b) são gerais, porque se aplicam a um grande número de situações, não apenas a do momento em que se fala;
- c) são graduais, característica que permite a passagem para a conclusão e que quer diz é que os topoi relacionam duas escalas, tal que o movimento em uma delas implica movimento também na outra, e a direção do movimento de uma condiciona a direção do movimento da outra; isto é, se o valor apresentado em uma das escalas cresce, o valor presente na outra também crescerá; se ele decresce, o outro também decrescerá (CAMPOS, 2007, p. 144-145).

Campos (2007) diferencia a Forma Padrão da Teoria dos Topoi pelo fato de a primeira argumentação ser feita, a partir dos enunciados, e a segunda, a partir dos enunciadores, através da apresentação do caráter argumentativo dos diversos pontos de vistas possíveis do enunciado.

A Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), terceira etapa, é resultado da pesquisa de Marion Carel, a partir de 1995, e tem, como princípio básico, o aperfeiçoamento desses estudos feitos por Ducrot e Anscrombre, assim como ele mesmo afirma:

Na parte crítica da minha exposição, me apoiei numa teoria linguística que desenvolvo há muito anos, com Claude Anscrombre, a teoria chamada de argumentação na língua, e mais precisamente na forma nova dada a essa teoria pelos trabalhos recentes de Marion Carel, forma que ao mesmo tempo explicita e radicaliza as ideias que Jean-Claude Anscrombre e eu havíamos apresentados (DUCROT, 2009, p. 21-22).

O objeto descrito, nessa etapa do TAL, está voltado para o encadeamento argumentativo. Dessa forma, essa etapa não se apropria mais dos constituintes da TAL, para mostrar o ato argumentativo. Na TBS, a argumentação não está no processo de passagem da argumentação para a conclusão, isso porque tudo se volta para o sentido dos segmentos de enunciados, a união desses segmentos apresenta um bloco semântico, com unidade de sentido, seguindo uma fórmula geral: X CON Y (CAREL; DUCROT, 2005 p. 29).

A ideia básica da TBS é que, no encadeamento argumentativo, uma proposição A precisa da proposição C. Para que ocorra a conclusão, portanto, será necessário observar o sentido de A, pois ele irá completar a C. O autor dá um exemplo “tu diriges depressa demais, tu corres o risco de sofrer um acidente” (DUCROT, 2009, p 22). Existe, segundo o autor, uma relação entre a velocidade presente em A que conclui C, já que a velocidade poderá proporcionar o acidente. Assim, o conteúdo presente no argumento é que dará a conclusão. Essa relação dá a ideia de encadeamento diante do fato da dependência de A que gera um *portanto* para C. Mesmo sendo um encadeamento de forma a unir proposições, não há uma inferência de ideia continuativa entre elas. Cada uma tem seu conjunto de encadeamento é o *portanto* (implícito) só permite imaginar a conclusão possível, diante de palavras desse encadeamento que favorecem a C. Portanto, não existe uma transferência de conteúdo A para o conteúdo C, mesmo que as palavras tendo um sentido diferente, no encadeamento, o enunciado apresenta um único bloco semântico. Daí, a importância do conector *portanto* justificado pelo autor:

Para que serve, portanto, o encadeamento argumentativo? Não para justificar uma afirmação a partir de outra, apresentada como já admitida, mas para qualificar uma coisa ou uma situação (aqui a velocidade) pelo fato de que ela serve de suporte a certa argumentação. O *portanto* é um

meio de descrever e não de provar, de justificar, de tornar verossímil (DUCROT, 2009, p. 22) [grifo do autor].

O autor ainda afirma que a argumentação está presente, na maior parte das expressões, independente de o objetivo ser de persuasão ou não.

Assim, para nós, há encadeamento argumentativo na própria significação das palavras e dos enunciados com os quais o discurso é feito. Nessas condições, toda palavra, tenha ela ou não alcance persuasivo, faz necessário alusão a argumentações. O que mostra no mínimo que não há elo privilegiado entre a argumentação retórica e a argumentação linguística (DUCROT, 2009, p. 23).

O autor dá um exemplo, utilizando o adjetivo *longe*. Ele cria uma situação em que a primeira pessoa sugere ir a pé, a segunda pessoa pode ter uma resposta positiva e querer ir, mesmo o percurso sendo longe ou ele pode dizer que não vai por ser um lugar longe. Veja o que Ducrot (2009) fala sobre esse assunto:

O que é que muda entre a qualificação *perto* e a qualificação *longe*? Não é a distância, que X e Y conhecem, tanto um quanto o outro. É somente a exploração argumentativa dessa distância. Dizendo *perto*, ela é apresentada como permitindo o passeio, dizendo *longe*, como pondo obstáculo a esse passeio. De modo que a escolha das conclusões *sim* ou *não* já está inscrita no próprio sentido dos argumentos é *perto* ou é *longe* (DUCROT, 2009, p.23). [Grifo do autor].

Um bloco semântico pode ser agrupado por meio de conectivos de respostas positivas ou por conectivos com respostas transgressivas de forma a ocorrer dois blocos semânticos de aspectos diferenciados.

4 - A LÍNGUA E A SUA SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA

Segundo Bronckart (2007), é necessária uma tese para que aconteça o raciocínio argumentativo. A tese fornece dados que origina um processo de inferência, para dar uma conclusão ou surgir outra tese. Os suportes moderadores funcionam no processo argumentativo que se direciona a uma conclusão. Ele ainda afirma que a sequência argumentativa tem quatro fases: das premissas, da apresentação de argumentos, da apresentação de contra-argumento e da conclusão. Com relação ao texto, esse modelo pode ser, de modo simplificado: premissas à conclusão dos argumentos, levando em consideração os implícitos das outras fases ou complexo dos argumentos e contra-argumentos para resultar em uma conclusão.

Sobre isso, Adam (2008) apresenta dois níveis para a estruturação das sequências argumentativas, conforme a sua linearidade: nível justificativo é quando se tem domínio do que é apresentado e não aceita inferências do papel do interlocutor, e nível dialógico ou contra-argumentativo, quando ocorre uma parceria com o auditório (contra-argumentador), para a realização da transformação do conhecimento.

Para o autor, há um “encadeamento de argumentos-provas que corresponde aos suportes de uma lei de passagem ou a microcadeias de argumentos, ou a movimentos argumentativos encaixados” (ADAM, 2008, p. 232) que garantem ocorrer entre a premissa (dados e fatos) e a conclusão. Essa argumentação acontece no plano linguístico e extralinguístico, como também pelos implícitos existentes no plano discursivo.

O saber humano, construído pelas operações do pensamento, é muito importante. Ele indica o modo de organização do texto argumentativo, Segundo Charaudeau (2008). Porém, esse argumento, quando não muito bem fundamentado, pode ser anulado, quando ocorrer uma constatação. Isso prova que, para argumentar, não basta apenas utilizar uma sequência de frase, isso porque o processo argumentativo encontra-se no implícito,

sempre levando em conta o papel do interlocutor. Charaudeau (2008) descreve, assim, sobre essa atividade da linguagem:

Os gregos já eram conscientes de que “ter influência sobre outrem” não era o apanágio da *razão*, pois o ser humano é igualmente feito de *paixão*. É por isso que, desde aquela época, distinguia-se o que deriva da pura “ratio”, para a qual devia existir uma técnica expressiva suscetível de “comover e captar” o interesse de um auditório (CHARAUDEAU, 2008, p.202).

É importante entender a diferença entre argumentação e modo de organização, segundo Charaudeau (2007). Ele chama de argumentação o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes que dependem de uma situação que tem finalidade persuasiva, classificando-a em dialogal (argumentação interlocutiva) ou monologal (argumentação escrita). Fala, ainda, sobre modo de organização argumentativo do discurso, pois constitui a mecânica que permite produzir argumentações sob essas diferentes formas. Para ele,

argumentar é uma atividade que inclui numerosos procedimentos, mas o que distingue tais procedimentos de outros modos de discurso é precisamente que eles se inscrevem num propósito racionalizante e representam o jogo do raciocínio que é marcado por uma lógica e um princípio de não contradição (CHARAUDEAU, 2008, p. 204).

A organização lógica e argumentativa, segundo esse autor, tornou-se mais didática e mais fácil de entender e discriminá-la, organizando-a em três elementos: asserção de partida, asserção de chegada e asserção de passagem. A primeira corresponde à apresentação das premissas, a segunda refere-se à conclusão, ou seja, aos resultados da argumentação e a terceira seria o processo de movimento de transformação da asserção de chegada para a asserção de chegada, por meio de inferências, provas e

dos demais argumentos apresentados. Tudo isso, para acontecer, necessita de algumas articulações lógicas que modela o encadeamento enunciativo.

A coesão e a coerência textual são realizadas com a contribuição desses modos de articulação, além disso, trabalham para que ocorra a organização, no processo de orientação argumentativa. Outra função desses modos de articulação é o seu papel de promover a relação entre os enunciados como também de modalizadores enunciativos, reproduzindo índices significativos que levam à construção geral dos sentidos.

Para finalizar, é preciso entender que algumas noções sobre argumentação são importantes como a adequação do texto ao auditório e as estratégias de encadeamento textual. Por isso, na escrita, o autor precisa estar preparado com relação ao tema proposto e ter condições de adequar seu posicionamento às normas e às convenções sociais do local onde esse texto terá circulação, para que tenha êxito, no processo argumentativo. O sujeito escritor torna-se autor de um texto, portanto, é preciso saber mobilizar estratégias argumentativas de forma a sustentá-las até a conclusão. E, para que isso aconteça, o grau de envolvimento com o tema e o domínio dos recursos linguísticos são elementos que colaboram para a efetivação da atividade argumentativa.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. Revisão técnica de Luís Passeggi e João Gomes da Costa. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. São Paulo: Cortez, 2008

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 7. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

AMOSY, Ruth. Introdução. In: _____. (Org.) *Imagem de si no discurso – a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. P. 9-28

AUTHIER-REVUZ, J. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, 1990.

_____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de língua, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo*. Tradução de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. 2.ed. São Paulo: EDUC, 2007.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras: dizer e argumentar*. São Paulo, Contexto, 2011.

CAMPOS, Cláudia Mendes. *O percurso de Ducrot na teoria da argumentação na língua*. *Revista da ABRALIN*, v.6. 2 p. 139-169. / dez. 2017

CAREL, Marion. *Debate sobre a Teoria dos Blocos Semânticos e a Semântica do Acontecimento: quase-bloco, locutor-posição e espaço de enunciação*, <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/21363/14335> (último acesso 28/11/2017).

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização* In: MACHADO, Ida Lúcia; PAULIUKONIS, Aparecida Lino. (Org.). Tradução de Ângela M.S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Editora Ática, 2005, 103p.

COELHO, Fábio Ulhoa. Prefácio à edição brasileira. In: PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. *Argumentação retórica e argumentação linguística*. In: *Letras de Hoje: Porto Alegre*, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan. / mar. 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/5648/4116>. Acesso em: 16 dez. 2017

FERREIRA, Luiz Antônio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

GUIMARÃES, E. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br> Acesso em: 05 de out. 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. *Imagem de autor – não há autor sem imagem*. In: _____. *Doze conceitos em análise do discurso*. Organização de Sírio Possenti e Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. Tradução de Adail Sobral et. Al. São Paulo: Parábola Editora, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Fala e escrita: relações vistas num continuum tipológico com especial atenção para os dêiticos discursivos*. Texto digitado, apresentado em mesa- redonda no II Encontro nacional sobre fala e escrita. Maceió, novembro de 1995. P.1-11.

MEYER, Michel. Prefácio à edição brasileira. In: PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RABATEL, Alain. *Schémas, techniques argumentatives de justification et figures de l'auteur (théoricien et/ou vulgarisateur)*. *Revue d'anthropologie des connaissances*, Paris, v. 4 n. 3 p. 505 – 526, 2010. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-anthropologie-des-connaissances-2010-3-page-505.htm>>. Acesso em: 07 jan.2018

REBOUL, Oliver. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SIGNORINI, I. (Org). *Construindo com a escrita “outras cenas de fala”*. In: *Investigando a relação oral/escrito*. Campinas, SP, Mercado de Letras, 2001.

TOULMIN, S. E. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, 375p.



As faces do mito e do bandido: processos de (re) construção de sentidos em relatos episódicos

▲ *João Paulo Fonseca Nascimento*
Geralda de Oliveira Santos Lima
Thiago Gonçalves Cardoso

INTRODUÇÃO

Lampião, cujo nome de batismo é Virgulino Ferreira da Silva, nasce no Nordeste num período em que essa região era comandada pelos coronéis. De posse de um poder excessivo, “o coronel era um homem rude, pouco polido pela riqueza, semianalfabeto, ostentando um código de honra que não o distinguia do mais pobre sertanejo” (CHIAVENATO, 1990, p. 41). O cidadão comum era forçado a fazer alguma aliança para se manter seguro dentro desse cenário. Muitos deles se tornavam “volantes”, homens contratados pelo Estado, encarregados de fazer a proteção do povo, mas, que na maioria das vezes, geravam mais insegurança

na população, por se tratar de indivíduos violentos, autoritários, analfabetos.

A figura da volante, muitas das vezes, confundia-se com a própria imagem do cangaceiro, pois utilizavam as mesmas vestimentas e as mesmas armas. Há cidadãos que defendem que a volante se vestia de cangaceiro para que pudesse se infiltrar e cometer atrocidades, a fim de associar tais práticas ao cangaço. Em contrapartida, outros se tornavam cangaceiros de um bando qualquer.

É aí, no interior desse contexto, que surgiu a figura de Lampião. Ele não foi o primeiro cangaceiro, mas foi praticamente o último; sem nenhuma dúvida foi o mais importante e o mais famoso de todos eles. Seu nome e seus feitos chegaram a todos os recantos do Brasil e também do exterior. A sua presença, ousadia e destemor tornaram-no figura de destaque nos noticiários diários do país inteiro, exigindo atenção cada vez maior por parte das autoridades e da elite social e econômica, desafiadas pública e nacionalmente a liquidá-lo. Para elas, era uma questão de honra acabar com Lampião e, conseqüentemente, com o cangaço (LIMA, 2008).

Diante dessa relevância da figura de Lampião na história do Nordeste e do Brasil, este trabalho intenta-se verificar como moradores do alto sertão sergipano (re)constroem as mais diversas faces de Lampião, evidenciando a permanência dessa figura na memória social das comunidades pertencentes a essa região.

O que se diz, portanto, é orientado na dinâmica das escolhas feitas pelo locutor, visando persuadir o seu interlocutor do que está sendo posto na interação. Comungamos, portanto, de que a linguagem assume um caráter essencialmente sociointerativo e argumentativo. É possível pressupor, então, que tanto a intencionalidade quanto a aceitabilidade estão a serviço do argumentar.

Dessa maneira, subjaz, pois, este trabalho, uma reflexão em torno de todo um conjunto de lembranças sociais cristalizadas nos relatos dos depoentes. Isso leva a considerar que todo e qualquer texto possui uma orientação, o que nos leva a compreender que o fazer linguístico é motivado por algum tipo de interação social e cognitiva.

Este capítulo ancora-se em estudos desenvolvidos pela Linguística de Texto (doravante LT) e tem como propostas analítico-descriptivas mostrar como a memória discursiva (e/ou social) do cangaceiro Lampião é reproduzida e argumentada a partir de relatos episódicos, como veremos nas discussões teórico-analíticas trazidas nas seções que se segue.

1 REFERENCIAÇÃO: A (RE)CONSTRUÇÃO DE OBJETOS DE DISCURSO EM FOCO

Há uns anos, definia-se referenciação como a atividade de dizer algo sobre alguma coisa do mundo. Era essa, aproximadamente, a concepção de referenciação. Chamava-se, por essa razão, de referência, e não de referenciação. Essa visão representacional da linguagem não é mais plausível nos estudos atuais sobre o texto. Segundo estudos de Koch e Elias (2011), a referenciação é uma atividade discursiva de estabelecimento de entidades (objetos de discurso) no e a partir do material linguístico (superfície textual).

Trata-se de um processo no qual as coisas do mundo às quais nos referimos são introduzidas no texto por meio de formas linguísticas que se constroem e se reconstroem, são ativadas, reativadas e desativadas, no decorrer do discurso. Sobre a atividade referencial dentro do texto, Koch (2002), citada por Lima (2008), menciona três estratégias¹ básicas de referenciação:

a) construção: pela qual um “objeto” textual até então não mencionado é introduzido, passando a preencher um nóculo (‘endereço’ cognitivo, locação) na rede conceptual do modelo de mundo textual: a expressão linguística que o representa é posta em foco na memória de trabalho, de tal forma que esse “objeto” fica saliente no modelo;

¹ Para este trabalho, focaremos na estratégia da reconstrução.

- b) reconstrução: um nódulo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional (ou memória ativa), por meio de uma forma referencial, de modo que o objeto-de-discurso permanece saliente (o nódulo continua em foco);
- c) desfocagem: ocorre quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado do foco, contudo, permanece em estado de ativação parcial ('stand by'), podendo voltar à posição focal a qualquer momento; ou seja, ele continua disponível para utilização imediata na memória dos interlocutores (KOCH, [2002] *apud* LIMA, 2009, p. 82).

No ato da produção da linguagem, faz-se necessária, ante a percepção cognitiva que se tem da realidade, a introdução de um objeto de discurso que seja de acordo com essa percepção. Assim sendo, para que o texto progrida, torna-se eficaz e indispensável, a ativação, a reativação e, não impossível, a desativação desse mesmo objeto. Tais estratégias são ativadas no discurso à medida que o processamento textual se desenvolve, de acordo com os processamentos referenciais ativados pelo contexto.

Partindo dessa propositura teórica, concebemos argumentação, em conformidade com Elias (2016) como

diálogo, porque envolve sujeitos, seus conhecimentos e formas de compreensão da realidade; porque pressupõe liberdade de pensar e expressar o pensamento. Daí não ser suficiente apenas justificar uma tese, mas também considerar a existência de teses contrárias que podem ser evocadas, citadas, refutadas ou em relação às quais podemos fazer alguma concessão. (ELIAS, 2016, p. 192)

Ou seja, sempre que estamos argumentando, buscamos, se não totalmente, ao máximo possível, a adesão do nosso interlocutor. Todavia, mesmo buscando essa adesão, o indivíduo conserva sua subjetividade. Isto é, suas vontades, suas avaliações e



seus juízos de valor são mantidos. Van Dijk (2008), sobre a argumentação, insere o contexto como parte base para o argumentar, afirmando que

crucial para o argumentar não é apenas a relação “psicológica” de inferência ou raciocínio assumida entre as premissas e a conclusão, que pressupõe modelos mentais, representações sociais e conhecimento sociocultural geral. Antes, a argumentação envolve fundamentalmente uma relação entre falantes e receptores reais ou imaginados, a saber, proponentes e opositores, respectivamente. Isto é, a argumentação é acerca de posições assumidas pelos participantes, acerca de intenções e crenças dos usuários da língua e acerca de relações entre participantes, e tem, por isso mesmo, uma base contextual. (VAN DIJK, 2008, p. 268)

O contexto é concebido, aqui, como um modelo mental dinâmico, sobretudo, porque se deve levar em consideração que os depoentes estão fazendo uma representação de si mesmos e para si mesmos, como também para os seus interlocutores. Corresponde, portanto, a algo que está no entorno da ocorrência textual, ao passo que a situação está no espaço tocável, físico, e diz respeito ao momento da interação sociocomunicativa. Temos, portanto, que todo texto, como também o discurso, se desenvolve em dado contexto situacional, visto que aquele ganha origem em meio a ações linguísticas, cognitivas e sociais “por meio das quais se constroem interativamente os objetos-de-discurso e as múltiplas propostas de sentidos” (KOCH, 2006, p. 9).

Decerto, todo o conhecimento, todas as crenças e os pontos de vista que vão sendo adquiridos e construídos durante o curso da vida acumulam-se na memória de cada sujeito e, todo esse arsenal é trazido à tona quando o indivíduo produz seus textos (orais ou escritos), conforme veremos na próxima seção.

2 O MITO, O BANDIDO, O MARCO HISTÓRICO: AS MÚLTIPLAS FACES DO OBJETO DE DISCURSO LAMPIÃO

- (1) [...] eu acho que pelo carinho que o povo de Poço Redondo tem... Ninguém fala da história do cangaço com ódio... né? Fala lembrando a história e os fatos dela, né? como foi, como era... Poço Redondo foi desocupado uma vez, né? Quando chegou os cangaceiros, Poço Redondo era uma cidade que não era cidade, né, mas tinha Poço Redondo de cima, tinha Poço Redondo de baixo, poucas famílias morando... e foi desocupada é... em um período que... chegou um bando de cangaceiros, o povo corria de lá e tal... então muita gente tinha medo (pausa) por outro lado tem esse fato das mulheres ter achado bonito, se interessado pra entrar pro cangaço também, né? Então, muitas mulheres de Poço Redondo. Então, eu não vejo o povo falar com ódio do que foi o cangaço, né, assim, ah, Lampião, não sei, não, o povo fala como um elemento importante da história, né? E se sente, querendo ou não, orgulhoso de ter a Grota do Angico no nosso território, de ter o Maranduba, o lugar do último grande combate no nosso território, né? Nesse município (pausa) então eu acho que Lampião pra o povo, assim, pra mim e pro povo, né? Ele foi um... acho que ele foi um grande lutador, né? Claro que cada um então se faz à medida da compreensão do seu tempo histórico, né? Então, nada está fora da história... imagino que... a forma de desenvolver luta pra eles naquele período era aquela forma... de ser cangaceiros, né? (Inf. L1)

A história do cangaço, sobretudo do seu maior líder, Lampião, continua a ser uma das mais vivas e salutares na memória social do povo nordestino (LIMA, 2008). Diante dessa expressividade, achamos de suma importância fazer um estudo sobre a imagem, ou melhor, a memória social desse mito (HALBWACHS, 1990). Nossas análises, portanto, apoiar-se-ão na concepção de linguagem como uma ação compartilhada, negociada, na relação entre os sujeitos e a realidade, na qual esses interlocutores são vistos como construtores sociais (KOCH; ELIAS, 2011). Nesse bojo, a Linguística de Texto, no ceio das suas investigações, serve-nos de suporte para o estudo da construção argumentativa, levando em consideração os processos de referenciação (MONDADA; DU-BOIS, 2003). Nesse intento, trazemos à baila mais um excerto para análise:

- (2) Lampião para mim foi *um mito*. Um mito, que na verdade, ficou na memória de nosso povo. O povo desse lugar [Alagadiço], assim como o povo do Nordeste inteiro, tem Lampião na cabeça como *uma figura mágica*, uma figura que foge à nossa realidade. Apesar de ele ter vindo aqui em nosso município vezes e todos nós sabemos que ele existiu de verdade, mesmo assim parece que consideramos ele *uma coisa mágica, uma coisa fantástica* (Inf. L2)

Como é possível observar em (2), o depoente externa seu ponto de vista, tão somente o dele (“o povo desse lugar, assim como o povo do Nordeste inteiro, tem Lampião na cabeça como *uma figura mágica*, “*uma figura que foge à nossa realidade*”) sobre a figura de Lampião. Para tanto, recorre a expressões referenciais como: “um mito”, “uma figura mágica”, “uma coisa fantástica”.

Ao trazer ao seu discurso, o do outro, o sujeito legitima o seu ponto de vista como universal. Nesse caso, ele é um membro de uma comunidade de sujeitos que revelam a admiração por esse cangaceiro. São as pessoas que o consideram um homem a serviço dos mais necessitados, ao mesmo tempo em que injustiçado pela vida, e pelo sistema, veem Lampião de forma positiva. Todavia, como nossa pesquisa se propõe a trazer à baila pontos de vista em torno de Lampião, trazemos um depoimento no qual se manifesta um ponto de vista diferente do fragmento anterior (texto 2).

- (3) O bandido do Lampião passou por aqui umas três vezes. O que eu acho dele é que ele foi um *bandido* mesmo, né?! Isso de dizer que ele era um homem bom, que ajudava os pobres, é tudo mentira, isso é coisa de quem quer enfeitar a história de Lampião, viu? [...]. Eu acho é que ele foi *malvado* mesmo, mas, como todo cangaceiro, né mesmo? Não tinha nada demais nele. Era um cangaceiro qualquer: gente ruim, gente que tem sangue no olho, gente que não tem pena de ninguém, que mata sem saber nem por que, [...] (Inf. L3).

As análises apontam como a figura de Lampião é elaborada e reelaborada discursivamente, via o uso de processos de referência, como um mito de múltiplas faces. Isso ocorre, trabalhan-

do as expressões referenciais as quais estarão sendo ativadas, reativadas e/ou desativadas. Parece-nos útil destacar, mesmo que de forma sucinta, algumas formas linguísticas (ou expressões referenciais) que aparecem no interior dos relatos e que vão contribuir decisivamente para a contextualização e/ou discursivização da temática proposta.

Ao passo que em (2) Lampião é visto como “um mito” (*Lampião para mim foi um mito*), como “uma figura mágica” (*O povo desse lugar [...] tem Lampião na cabeça como uma figura mágica, [...] parece que consideramos ele uma coisa mágica, uma coisa fantástica*), em (3) ele é categorizado como “um bandido” (*O bandido do Lampião passou por aqui umas três vezes*) e recategorizado como “malvado” (*Eu acho é que ele foi malvado mesmo, [...] gente ruim, gente que tem sangue no olho, gente que não tem pena de ninguém, que mata sem saber nem por que, [...]*).

De forma clara, temos dois pontos de vista estanques sobre o rei do cangaço. Temos, portanto, expressões referenciais categorizadoras como “Lampião” (em 2); “O bandido do Lampião” (em 3) e recategorizadoras como “um mito”, “uma figura mágica” (em 2); “malvado mesmo” (em 3). Expressões estas que, sendo observadas sob o aspecto de sua multifuncionalidade, têm, além de funções semânticas, pragmáticas e interativas, “uma dimensão simultaneamente construtiva e intersubjetiva” (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGULIN, *apud* KOCH, 2001, p.83). Como multifuncionais elas contribuem para elaborar os sentidos do texto: (i) indicando pontos de vista; (ii) assinalando direções argumentativas; (iii) sinalando o acesso ao referente desfocalizado (Lampião).

Dessa forma, compreendemos que a possibilidade de acesso a esses referentes (objetos de discurso) se dá no texto, realizada por meio de expressões referenciais ou não, é um processo contínuo. As expressões referenciais são todas as formas que designam referentes (“Lampião”, “um mito”, “uma coisa fantástica” “dele”). Formas estas que se diferenciam pelo modo como

indicam ao *coenunciador* e como o enunciador pretende que ele identifique e interprete o referente (CAVALCANTE, 2013). Vejamos, no próximo depoimento, os sintagmas (ou formas linguísticas) sinalizados em itálico:

- (4) Eu sei *aquilo* que *meus pais e avós* me contaram sobre *ele* [Lampião]... *algumas coisas*. Bem, *ele* teve *aqui* [Poço Redondo] *umas vezes*. Em *uma delas* *ele* até matou *um rapaz*, parece que foi por engano, não sei direito não... *Neste dia*, *ele* veio *aqui* atrás do *pai* deste rapaz, era que *ele* tinha *uma vingança* com o *pai dele*, mas, como o *pai* e *ele* eram *muito parecidos* aí *Lampião* se confundiu e matou a *pessoa errada*. Parece até que *alguém* disse a *ele* [Lampião]: “*coronel*, você matou a *pessoa errada!*” Mas aí já era *tarde*. Era *um homem muito cangaceiro mesmo*, matava, invadia as fazendas. Acho que *ele* tinha *uma cobrança* com os *fazendeiros* e se os *fazendeiros* não pagassem, *ele* vinha e pegava *tudo* que tinha na *fazenda*: *vaca, boi, carneiro, dinheiro...Tudo*. Mas também não era *este cão* que o *povo* pensa não [...]. (Inf. L4)

Nesse fragmento, o entrevistado (o enunciador), em sua fala, recorreu ao emprego de empregadas expressões tais como: “*aquilo*” “*meus pais e avós*”, “*ele [Lampião]*”, “*algumas coisas*”, “*um rapaz*”, “*neste dia*”, “*uma vingança*”, “*a pessoa errada*”. Como vemos, essas expressões em itálico são palavras, ou grupo de palavras cujo núcleo é um substantivo ou pronome substantivo. Elas correspondem a cada *objeto de discurso* ou referente construído (“*meus pais e avós*”, “*Lampião*”) ou reconstruído (“*coronel*”, “*um homem muito cangaceiro mesmo*” “*ele*”). Alguns desses objetos, recorrentes na história contada (e recontada), poderão aparecer mais de uma vez, de modo que, a cada vez que aparecer, são ativados. Diante da necessidade de o referente aparecer novamente, ou seja, de ele ser reativado, são possíveis as seguintes menções: (i) a repetição do termo já utilizado: “*Lampião* se confundiu e matou a *pessoa errada*”; (ii) a utilização de um pronome: “Bem, *ele* já teve *aqui* *umas vezes*”; (iii) a elipse: “[...] Ø matava, Ø invadia as fazendas, [...]”; (iv) a utilização de outro item lexical, de uma outra palavra ou expressão, que poderia, inclusive, exprimir algum ponto de vista do produtor do texto: “Era *um homem muito cangaceiro mesmo* [...]”.

É perceptível nos enunciados acima trazidos a presença de algumas formas linguísticas para retomar ou predicar o referente principal introduzido no discurso (Lampião), tais como: “um mito”, “ele”, “um homem muito cangaceiro”, “malvado mesmo”. Os eferentes não sendo mencionados (ativados/reactivados, posto que se tornam acessíveis, também, pela sua retomada), de acordo com o modo como vai sendo construído ao longo do texto. Ou seja, essas expressões referenciais servem de representação de um objeto (uma entidade, uma representação elaborada ou reelaborada a partir do texto ou discurso). Objeto esse que fica saliente já no ato de sua inserção, podendo, ainda, permanecer ali durante a progressão textual por meio das anáforas que projetam o referente para um outro modelo cognitivo.

Pelo que vimos, fica perceptível que o referente vai sendo mencionado, de acordo com o modo como se vai sendo construído ao longo do texto. Para ilustrar os referentes correspondentes de expressões referenciais, nós encontramos no texto do informante alguns casos, tais como: (i) “sobre ele” – o uso deste referente pronominal introduz o objeto discursivo do enunciador, que no caso se trata da entidade Lampião. Para corresponder a essa expressão, o informante se utiliza depois de termos, expressões referenciais, mais explicativos sobre o referente, como é o caso de: “coronel”, “um homem muito cangaceiro mesmo”, “este cão”. Percebe-se que através do termo “coronel” o sujeito do discurso qualifica o objeto-de-discurso, e nas outras duas expressões referenciais, além de qualificar, caracterizar, também emite sua opinião sobre tal entidade.

Prosseguiremos nossa análise, destacando a importância de notar que é justamente no caráter ambíguo dessa figura do Nordeste que residem os pontos de vista em relação ao objeto de discurso Lampião. Vejamos essa ambiguidade nos depoimentos de dois informantes que residem na mesma comunidade.

- (5) [...] para mim, ele foi um mito... Um mito que na verdade ficou na memória do nosso povo. O povo desse lugar [Alagadiço] [...] tem Lampião na cabeça como uma figura [...]. Então, imagine que ele era isto tudo, então é claro que tudo que estava ligado a ele gerava um medo, ninguém queria ter que ficar frente a frente com ele, mas por outro lado, todos queriam ver aquela figura mítica, este homem que era rei, deus do Nordeste, era como se fosse um ídolo da música hoje em dia, que todo mundo quer ver com os próprios olhos, quer poder tocar, como se fosse para certificar de que ele existe de fato ou se é uma ilusão da cabeça [...] Eu não acho que Lampião era uma pessoa boa não. O que eu acho é que ele era um homem malvado, cruel, oportunista (Inf. L2).
- (6) [...]. Isso de dizer que ele era um homem bom, que ajudava os pobres, é tudo mentira, isso é coisa de quem quer enfeitar a história de Lampião, viu [...]. Eu acho é que ele foi malvado mesmo, mas, como todo cangaceiro, né mesmo? Não tinha nada demais nele. Era *um cangaceiro qualquer*: gente ruim, gente que tem sangue no olho, gente que não tem pena de ninguém, que mata sem saber nem por que. Um homem corajoso que enfrentou e fez a polícia toda no Nordeste de otária. Então eu acho que não tem nada a ver isso que ficam falando dele, como se ele fosse um herói. Herói, que nada! Sabe quem foi herói? Os homens de Alagadiço, que matou o grupo de Zé Baiano todo. Isso sim é que é ser herói, por que pra você matar um grupo de cangaceiro tem que ter muita coragem. Repare, que peste! Lampião ficou azedo de raiva, é claro, né! (Inf. L4)

Em (5) e (6), é possível identificar pontos de encontro entre os dois informantes em seus respectivos discursos em torno da entidade “Lampião”, porquanto, eles já salientam uma dualidade de pontos de vista. É interessante perceber que nos dois exemplos acima, os falantes se mostram conhecedores de uma imagem que estaria dentro do quadro da memória coletiva sobre Lampião – a imagem de um homem cruel. Porém, ao mesmo tempo, mostram-se também donos de outras opiniões, a respeito dessa entidade, que nos parece contrárias. Observemos o que diz o informante, no fragmento (6): “*Era ‘um cangaceiro qualquer’: gente ruim, gente que tem sangue no olho, gente que não tem pena de ninguém, que mata sem saber nem por que, ‘um homem corajoso’ que enfrentou e fez a polícia toda no Nordeste de otária*”.

Esta informação, além de estar dentro do que chamamos memória coletiva, faz, também, parte de uma opinião que divide

a entidade do Rei do Cangaço em uma entidade dicotômica, pois, no momento em que o informante, compartilhando sua opinião com a memória coletiva, nos diz que Lampião era “*um homem corajoso que enfrentou e fez a polícia do Nordeste de otária*”, num outro momento o mesmo informante, se distancia da informação contida na memória coletiva, para nos dar uma outra informação, que faz do referente uma imagem de dualidade. Desse modo, são-nos acessíveis, no mínimo, dois referentes: Lampião “o mito” e Lampião “o bandido”, demonstrando a cristalização de dois pontos de vista opostos, como acontece em (2 e 3). Ou seja, vai aparecendo um novo modelo cognitivo para o referente Lampião, uma vez que os sujeitos do discurso vão cristalizando este sentido novo em seus depoimentos. Como podemos perceber, para a memória coletiva esta imagem dicotômica ainda não está cristalizada, partindo do pressuposto de que o que se conhece coletivamente sobre Lampião é a imagem de um sujeito cangaço-cruel, e neste tocante, é que, sim, esse sentido coletivo *duo* de Lampião nos aparece como novo, como um processo que está começando a se cristalizar na memória coletiva e discursiva da comunidade pesquisada.

Esta investigação mostra, a partir da constituição *corpus*, que o objeto de discurso (Lampião) é uma entidade que se constitui durante as práticas sócio-comunicativas dos usuários da língua, já que os referentes textuais, aqui, não são vistos como objetos do mundo, nomeados pelas palavras, mas como uma imagem que se fabrica, que se constrói e reconstrói deles. Percebemos, durante as entrevistas e transcrição do material coletado para a realização desta pesquisa, como a entidade Lampião é construída e reconstruída através da memória dos depoentes, bem como de relatos episódicos, por meio do uso de expressões referenciais anafóricas que designam ou predicam esse personagem da nossa história, bem como lhes servem de argumentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, os depoimentos dos sujeitos revelam uma grande quantidade de informações sobre as idas e vindas de Lampião a Sergipe e sobre alguns episódios que envolveram sua vida como cangaceiro. Os relatos mostram que, ainda hoje, nas práticas enunciativas, os falantes constroem e reconstróem todo um discurso sobre ações e atitudes que envolveram e ainda envolvem a figura do rei do cangaço na comunidade investigada.

A realidade é sempre fruto de uma ação cognitiva; é um contínuo de sensações, de verdades, de fatos, e essa realidade empírica não tem um contorno imediatamente apreensível, visto que a forma de discretização do mundo é um trabalho sociocognitivo sistemático (MARCUSCHI, 2002). Assim sendo, entendemos, também, como salutar a questão do processo (e fatores) que são mobilizados a fim de argumentar, pois eles orientam o processamento estratégico que assegura o resultado desejado pelo produtor do texto. Conquanto, é, pois, nesse processo que o sujeito passa a agir sobre o outro. Essa tessitura será construída por meio da inserção de referentes (objetos de discurso), visto que a escolha desses referentes consiste numa atividade argumentativa.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.

FERREIRA, L. A. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, I. G. V. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. *Veredas, Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v.6, n.1, p. 31-41, 2002.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2011.

LIMA, Geralda O. S. *O rei do cangaço, o governador do sertão, o bandido ousado do sertão, o cangaceiro malvado: processos referenciais na construção da memória discursiva sobre Lampião*. 2008. 304 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. Organização e apresentação de Ingedore G. Villaça Koch. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Caminhos da Linguística).



Desafios de usos de gêneros digitais no ambiente escolar

▲ *Januária Pereira da Silva*
Renato Ezequiel Noia

INTRODUÇÃO

Embora as transformações tecnológicas aconteçam em cada âmbito da vida humana, com uma velocidade impressionante que tem deixado uma gama de diversidades para serem experimentadas, nas aulas de Língua Portuguesa, ainda necessita-se rever o tratamento dado à implementação da internet como um suporte rico e inovador para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem da nossa língua materna. De um lado, temos os professores, com suas dificuldades em trabalhar com esse novo ambiente, e do outro, o aluno/usuário, que não teme, mas se sente estimulado pelas novas práticas de conhecimento.

A prova disso está em se perceber onde começa e termina as alterações nas formas de ler e escrever, que se articulam de tal maneira a ponto de tornar difícil visualizar tal distinção quando

utilizamos o ambiente digital. Podemos também buscar refletir sobre a postura do professor que, muitas vezes, não consegue identificar os desafios sugeridos por mudanças constantes, passando a ser um agente ativo nessa construção do conhecimento através dos atos comunicativos.

Objetivamos, com isso, analisar como esses gêneros textuais em suporte digital têm seu uso no ensino fundamental maior de português, identificando quais são utilizados e investigando quais os principais desafios apresentados por professores e alunos.

A escolha não se deu de forma aleatória uma vez que a escola pública pertence a uma realidade peculiar que enfrenta limitações, a exemplo de: financeiras e estruturais, e ainda assim, constrói um ambiente de conhecimento; servindo-se de estímulo para pesquisadores, já que as possibilidades encontradas no ambiente público poderão trazer fatos inesperados.

Essa pesquisa delimitou-se em coletar informações sobre a relação entre linguagem e tecnologia na sala de aula, tentando identificar o posicionamento do professor e dos alunos em relação ao uso das tecnologias em sala de aula.

“Muitas são as perspectivas teóricas nos estudos dos gêneros” (MARCUSCHI, 2008, p.151). Com o suporte digital disponível, a utilização de outras linguagens, outras formas de ler e de se produzir um texto foram surgindo. Isso provocou novos comportamentos e afetou, dessa maneira, a forma tradicional de ensino. Sabemos que quando um gênero é usado no espaço virtual pode passar por mudanças que exigem posicionamento diferente na leitura e na escrita. É nesse momento em que se encontra o papel do professor como um orientador, um interventor, um educador para ajudar os alunos na percepção desses novos processos de leitura e produção, contribuindo para uso da língua nos diversos contextos de situação.

Sabendo-se que a escola pode e deve se posicionar diante das mudanças que perpassam a sociedade, o avanço das tecnologias, com ênfase à internet e às suas transformações, trouxe desafios para ser enfrentados pelos educadores modernos, tan-

to em aspectos relativos às novas estratégias de comunicação e atuação como o uso delas na sala de aula, quanto às formas de uso linguístico por parte do aluno, que por se diversificarem bastante interferem na escrita bem como na relação interpessoal. As intempéries para que esse processo aconteça são várias. Serão apresentadas algumas perspectivas teóricas acerca dos gêneros textuais, antes que digitais, e seus reflexos no ambiente escolar.

1 GÊNEROS DIGITAIS: DEFINIÇÃO E EVOLUÇÃO

O estudo dos gêneros textuais é realizado há muito tempo, portanto não é um assunto novo. Antes, vinculava-se ao gênero literário; hoje, existe a facilidade em associá-lo a qualquer tipo discursivo. Segundo Marcuschi (2008, p.152), “o estudo dos gêneros textuais encontrava-se concentrado na literatura desde os tempos mais antigos. Ele surgiu com Platão e Aristóteles, tendo origem em Platão a tradição poética e em Aristóteles a tradição retórica, agora ultrapassa as fronteiras e vem para a linguística”.

Atualmente, vivemos na chamada sociedade da informação cuja comunicação é mediada pelo uso de computadores e as questões de linguagem representam um papel fundamental na vida “pós-moderna”. Com a nova tecnologia disponível, a utilização de outras formas de ler e de se produzir um texto foram surgindo, além do que já se tinha no suporte impresso. Após o século XX, os suportes digitais aprofundaram-se em suas transformações, provocando uma mistura entre ler e produzir, gerando outros comportamentos e afetando, assim, a forma tradicional de ensino.

Os gêneros digitais são inseridos na vida das pessoas, e a internet passa a ser fundamental para que essa veiculação ocorra. Além disso, cria-se a diferença entre os meios digitais e impressos. Em meados de 1990, a internet revolucionou o caráter linguístico, embora tenha surgido a partir de 1960, com os e-mails e bate-papos, as pessoas só começaram a usá-la com outros fins décadas mais tarde. Nesse novo ambiente virtual, as pessoas

se depararam com novas linguagens, cheias de gírias e jargões, mudando a língua formal e infringindo regras convencionais de ortografia e de pontuação. A velocidade com que as inovações linguísticas surgiam e circulavam era impressionante. O estudo dos gêneros na comunicação virtual é muito interessante porque, segundo Tom Erickson (apud MARCUSCHI, 2008, p. 198), “a interação online tem o potencial de acelerar enormemente a evolução dos gêneros”.

O ambiente virtual propicia uma interação altamente participativa, o que obrigará rever algumas noções já consagradas. A linguagem digital possui uma grande versatilidade linguística, com características diversas, a qual não se submete a correções ou revisões, isto é, não há regras. Como se pode ver na escrita dos bate-papos (chat) ocorre muito o uso de abreviações, que não estão acordadas à gramática normativa.

Os gêneros têm sofrido uma grande revolução e transformação devido ao aparecimento da era digital. Com isso, surgem novos gêneros digitais, provenientes de gêneros já existentes. Esse processo é designado, por Bakhtin, de “transmutação”, fenômeno que explica a formação dos gêneros complexos, os quais são originados dos gêneros primários que, ao se transmutarem de uma esfera para outra, geram novos gêneros com um estilo similar ao domínio discursivo que o absorveu. Segundo FIORIN (2008, p. 65):

Não só cada gênero está em incessante alteração; também está em contínua mudança seu repertório, pois, à medida que as esferas de atividade se desenvolvem e ficam mais complexas, gêneros desaparecem ou aparecem, gêneros diferenciam-se, gêneros ganham um novo sentido. Com o aparecimento da internet, novos gêneros surgem: o chat, o blog, o mail, etc.

Os gêneros da mídia virtual pelo uso da escrita eletrônica têm um papel histórico, social e tecnológico, cujas formas textuais

são variáveis e versáteis, ou seja, estão sempre em transmutação. Antigamente, as cartas eram utilizadas com mais frequência já que não existia a tecnologia. Hoje, no entanto, o e-mail, que tem a mesma intenção comunicativa, é bastante utilizado.

Esses novos gêneros surgem mediante uma necessidade sociocomunicativa e atratividades exercidas pela mídia eletrônica. Em relação ao e-mail, Jonsson (apud MARCUSCHI, 2005, p. 41) relata que “as mensagens eletrônicas podem partilhar as propriedades da carta tradicional, mas podem partilhar as propriedades do telefonema ou a comunicação face a face. Consequentemente, os e-mails transgridem os limites entre as noções tradicionais de comunicação oral e escrita”.

O e-mail funciona como um correio eletrônico e assemelha-se a alguns gêneros bem conhecidos de todos: da carta, do bilhete do memorando, da conversa informal, da carta comercial, do recado e, até mesmo do telegrama, e dependendo do objetivo, pode ser formal ou informal. O e-mail é uma forma de comunicação escrita assíncrona entre os interlocutores, mas possibilita uma rapidez enorme na troca de informações, independentemente da distância em que as pessoas se encontram. Em geral, os correspondentes são conhecidos ou amigos; nesse caso, o anonimato é raro, pois consiste em uma violação de normas do gênero. Com isso, essa característica o diferencia dos bate-papos. Assim, o propósito comunicativo permanece o mesmo, mudando, apenas, o suporte em que se encontra.

2 OS GÊNEROS DIGITAIS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM E SUA IMPORTÂNCIA DENTRO DA ESCOLA

Nos dois últimos séculos, a humanidade tem experimentado um imenso desenvolvimento tecnológico. Segundo Viviane Mosé, esse crescimento está associado proporcionalmente a uma imaturidade política e social da qual a escola também é responsável. Tivemos um modelo escolar na década de 1950 que, mesmo

voltado à reflexão e ao pensamento, era elitista; e outro com a industrialização, direcionado à massa, que segmenta o conhecimento para alcançar objetivos sociais de disciplina, de passividade, de ausência de questionamento e de crítica, promovendo a repetição e a não criação do conteúdo.

Perde-se a possibilidade da reflexão, do pensar e do sentir. A escola passa a ser um lugar de reprodução, um ambiente isolado, com um conteúdo segmentado para criar um ser humano submisso. Dessa forma, questionamos sobre qual a verdadeira função da escola: será apenas transmitir informações? Qual o papel do professor nesse processo?

Os gêneros digitais podem ser grandes ferramentas educacionais para o processo de ensino e aprendizagem. Isso porque, além de ser o local onde a língua efetivamente é empregada, os gêneros possibilitam, através do estudo desses enunciados, um contato com as “condições específicas e as finalidades de cada campo, não só pelo seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem (seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua), mas, por sua construção composicional” (BAKHTIN, 2000, p.263)

No contexto escolar hodierno, informações passam a ser reproduzidas por equipamentos tecnológicos, como: celular, notebook, tablet, etc., os quais irão demandar outras habilidades e linguagens. Com isso, geram-se novos desafios tanto para os professores quanto para os alunos. Com a internet, novos gêneros foram surgindo - os chamados gêneros digitais, os quais os alunos passaram a ter acesso a uma quantidade infinita de informações. Isso não significa dizer que ter somente esse acesso ajude a construir um processo de educação autônoma. Não são somente as informações que formam o cidadão, mas o que se faz do saber que se adquire e como ele é aplicado à sociedade de forma ética.

As novas tecnologias são ferramentas que podem servir de apoio às disciplinas escolares e que, além de atenderem às neces-

sidades de interação, preparam o indivíduo para atuar em uma sociedade cada vez mais digital. Partindo deste pressuposto, VALENTE (2005, p.3) sugere:

que o professor precisa conhecer as diferentes modalidades de uso da informática na educação – programação, elaboração de multimídia, uso de multimídia, busca da informação na Internet, ou mesmo de comunicação – e entender os recursos que elas oferecem para a construção de conhecimento.

O professor deixa seu papel tradicional de transmissor de informações e passa a ser o educador; não aquele ser superior que é detentor do saber, e sim o facilitador que irá auxiliar na construção do descobrimento do aprendizado e irá também construir junto a seus alunos. O professor não é aquele que tem todas as respostas, mas aquele que ajuda seus alunos a encontrá-las, através de metodologias e ferramentas que possam ajudá-los. O saber deixa de ser imposto para ser construído de forma democrática e participativa, tentando compreender as coisas não em pedaços, mas através das diversas leituras que o indivíduo possa se enxergar inserido na sua realidade.

Aqui, professores, alunos, a escola de forma geral, deixam de lado conceitos como ensinar, e traçarão caminhos novos para a reconstrução desse saber. Todos terão de (re)aprender, construindo na escola um espaço democrático para a produção desse conhecimento. Com essas mudanças, o educador tem que passar a utilizar ferramentas a seu favor nesse processo de ensino-aprendizagem, criando formas de contextualização antes não possíveis na educação, possibilitando um ambiente interativo dentro da sala de aula, trazendo temas atuais para que se construa o saber com profundidade, mexendo com o ver, o sentir, o pensar e o agir de cada um.

Consoante Barton e Lee (2015, p.35), “a participação em atividades online em rápida mudança implica um aprendizado

constante, grande parte do qual é informal. As pessoas aprendem de maneiras novas e diferentes, refletem sobre sua aprendizagem e empreendem projetos intencionais de aprendizagem”.

Dessa forma, deixaremos de lado uma escola pouco criativa, a qual não preparará o aluno somente para o mercado de trabalho, mas para o convívio social, para sua formação intelectual e, conseqüentemente, moral e ética. E, nesse processo de trazer a realidade social para a educação, não se pode deixar de lado as transformações tecnológicas, através da internet como uma importante ferramenta educativa, que hoje faz parte da sociedade.

Quando inserimos os gêneros digitais no ambiente escolar, outras formas de ler e escrever vão sendo solicitadas. Sobre a escrita nos discursos eletrônicos, Crystal (apud MARCUSCHI, 2005, p. 19) menciona três aspectos que devem ser verificados quando estamos falando da linguagem da internet e sobre o efeito da internet em nossa linguagem:

- do ponto de vista dos usos da linguagem: temos uma pontuação minimalista, uma ortografia um tanto bizarra, abundância de siglas, abreviaturas nada convencionais, estruturas frasais pouco ortodoxas e uma escrita semialfabética;
- do ponto de vista da natureza enunciativa dessa linguagem: integram-se mais semioses do que usualmente, tendo em vista a natureza do meio com a participação mais intensa e menos pessoal, surgindo a hiperpessoalidade; e
- do ponto de vista dos gêneros realizados: a internet transmuta, de maneira bastante complexa, gêneros existentes, desenvolve alguns realmente novos e mescla vários outros.

A escola tem que acompanhar essas mudanças sociais, que vieram logo gerando desafios para os educadores, tanto relacionado às novas estratégias de comunicação como com relação ao uso delas dentro da sala de aula, como também na nova forma

desse uso linguístico e como isso vai interferir na escrita e nas relações interpessoais.

Os gêneros digitais geram mudanças na escrita, modificando a relação entre leitor-escritor, pois há momentos em que não fica claro o limite entre ambos, separando um do outro quando se utiliza o ambiente virtual. Na rede social *whatsapp*, notamos essa relação. Somos leitores e escritores concomitantemente, visto que, no envio da mensagem, a resposta é instantânea, fazendo a interpretação e, por conseguinte, a escritura. Essa estrutura linguística possibilita a sensação de os envolvidos falarem através da escrita, caracterizada por aspectos típicos da fala, criando-se uma forma linguística específica para esses ambientes digitais, de forma dinâmica e funcional.

Modificando-se, assim, a leitura e a escrita dentro da escola, e como esta tem seu papel na sociedade, precisa acompanhar as mudanças sociais e estar bem informada. Dentre esses papéis, está o modo de utilização dos meios comunicativos, utilizando todos os recursos possíveis para facilitar a aprendizagem, ampliando o uso da língua e da linguagem.

Alguns aspectos dentro da linguagem são considerados nesse novo ambiente, em relação ao uso e à natureza enunciativa da linguagem. Gêneros são eventos textuais ligados à escrita e constituem uma nova realidade educacional a que os educadores têm que utilizar e participar na construção desse saber, pois como já dissemos antes, informação não é sinônimo de conhecimento. O professor, além de se lançar em um campo diferente daquele em que estava acostumado, construirá novas formas didáticas, como um intermediador nesse processo, onde ele próprio, às vezes, fará o papel de aprendiz também, trabalhando com o compartilhamento das informações, criando outros desafios a ser superados pelos seus alunos e encaminhando-os na busca do conhecimento reflexivo. Este desenvolverá competências comunicativas, possibilitando uma diversidade textual em que o aluno deve ser capaz de ter conhecimento dos possíveis recursos utilizados na linguagem, que contribuem para o sentido desejado em

um texto, diante das tecnologias. O uso dessas tecnologias, além de enriquecer metodologicamente as aulas de língua portuguesa, resgata e valoriza conhecimentos e habilidades já possuídas pelos alunos, com um ensino e uma aprendizagem mais contextualizada e significativa.

Outra função da escola é formar leitores e escritores eficientes e para que isso aconteça, tem que repensar suas abordagens práticas, trazendo essa diversidade textual para seu convívio, podendo utilizar-se das redes sociais como um espaço de escrita colaborativa, criando e desenvolvendo textos, que irão emergir além da escola, pensando essas novas tecnologias como realidades sócio históricas, a exemplo de textos oficiais brasileiros sobre ensino e educação como os PCN's, que apontam a abordagem acadêmica sobre e-mail, blog, chat e outros gêneros digitais.

Segundo Laís [s.d.], “a escola deve aproveitar a competência comunicativa dos adolescentes que usam bem os gêneros digitais disponíveis na rede virtual para transformá-los em bons produtores de gêneros textuais valorizados na sala de aula e no mundo real”.

Sendo assim, está a escola como uma importante instituição que é responsável por primar pelo ensino-aprendizagem dos processos comunicativos, ensinando aos alunos as diversas formas de usar sua língua para estabelecer esse ato comunicativo. Temos como fundamento relacionar a educação escolar à prática social, não podendo dissociar o processo educacional das transformações que surgem na realidade da humanidade, senão criaremos um retrocesso educacional, no qual os alunos serão despreparados para a vida em seus múltiplos aspectos. Nem a escola nem o professor estarão cumprindo com o papel que afirma a razão de sua existência. Desafios têm de sempre existir, seja de que lado for, para promover o desenvolvimento do ser através do conhecimento.

3 ANÁLISE DE DADOS

Utilizamos, como universo de pesquisa, a Escola Estadual Dr. Manoel Luiz, fundada em 02 de fevereiro de 1924, no governo Graccho Cardoso. Recebeu o nome do Grupo Escolar Dr. Manoel Luiz, em 1976 e foi autorizada a funcionar de 1^a a 4^a série, passando em 1980 a funcionar de 5^a a 8^a série, localizada na Av. Pedro Calazans, 1184, centro de Aracaju, no estado de Sergipe. No último ano letivo de 2017, passou pela escola uma média de 374 alunos; sendo 106 em tempo integral, durante os turnos matutinos e vespertinos.

Os sujeitos dessa intervenção foram um professor e dois alunos de língua portuguesa. Escolhemos um aluno do 6^o ano, representando a primeira série do ensino fundamental maior e outro aluno do 9^o ano, representando a série final do ensino fundamental maior. Os objetos da pesquisa serão os usos e as dificuldades dos gêneros digitais na escola, pelo professor e pelos alunos.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista aberta, através de gravação feita pelo aparelho celular, como uma análise-piloto. As entrevistas constaram de nove perguntas para o professor de português e sete para os alunos. As entrevistas foram gravadas em celular e depois transcritas. No caso da entrevista com o professor, devido à dinamicidade, houve outros questionamentos. A pesquisa foi realizada na Escola, no dia 26 de janeiro de 2018, por volta das 8h, na sala do diretor, com os alunos, individualmente; e na biblioteca, com a professora.

A entrevista feita com a professora demonstrou que, apesar de a escola possuir um laboratório de informática, é precário, devido a questões estruturais, pois não há acesso à internet, impossibilitando, assim, as pesquisas escolares. Os professores, mesmo tendo um relativo acesso, não trabalham efetivamente com o estudo dos gêneros digitais, apenas os utilizam, em parte, para exposição de filmes, eventualmente. Vejamos o que diz um professor sobre isso:

- (1) Todas as escolas têm laboratório de informática. Agora assim, começa bonito, como aqui a gente tem. Em 2005, a gente veio para aqui, a escola toda reformada, bonita e arrumadinha; aí vai deteriorando, o material vai, vai, vai, e não tem a manutenção, aí esse curso que ele deu, que ele fez, foi a secretaria, a Secretaria da Educação, núcleo lá, sei lá, convidou ele para poder fazer essa palestra com a gente sobre esses gêneros textuais. A vida inteira foi a primeira vez esse ano, e eu acho assim, é muito fechado, é muito restrito, vamos convidar fulaninho para ser o professor multiplicador. E nunca multiplica. (risos).

Muita dificuldade é enfrentada tanto pelos alunos como pelos professores na hora de tentar utilizar os gêneros digitais. Outro professor assim se expressa:

- (2) Que o trabalho dos gêneros é com livro trazendo material apostilado para eles, quando há possibilidade para eu tirar xerox, porque aqui é também difícil para eu tirar cópia. E é assim, tem laboratório de informática, tudo, mas é assim, a burocracia é grande, e também assim falta mouse. Acho que tinha só uns três ou quatro computadores com mouse para os meninos manusearem, e aí fica aquele transtorno, se for fazer uma produção de texto, acha que é mais individual né? Você vai trabalhar para fazer leitura, tudo, aí tem que juntar, fazer grupo, para poder, por causa do material, o que recurso que você não tem disponível, é aquele transtorno aí eu já evito por isso.

O professor de língua portuguesa se sente pouco preparado para aplicar sobre gêneros digitais em sala de aula, já que não tiveram nenhum curso de capacitação que os auxiliassem a acompanhar essas mudanças tecnológicas. Observemos este outro comentário:

- (3) Esse ano teve um professor de lá do Barão de Mauá, que ele assim, eu até esqueci o nome do professor, ele é até é, Gustavo, ele é professor de português e ele é também autor, e ele é professor da rede de lá do Barão de Mauá e deu um curso, um cursinho assim de três horas, mais uma palestra né? Ele dividiu esse grupo com os professores, alguns professores da rede, e aqui fui eu.

Percebemos também que, apesar de a professora acreditar em que as aulas ministradas com a utilização da tecnologia eram produtivas, essa prática não foi instigada embora tivesse wi-fi na

escola. Alguns alunos têm aparelho celular, todavia o acesso à internet é limitado, devido à condição financeira deles. Mesmo assim, a consulta envolvendo gêneros digitais não foi realizada. Sobre tecnologia na escola pesquisada, os alunos, quando possível, assistem a filmes interdisciplinares. Mais um comentário de outro professor:

- (4) É, depende da programação, se for um filme longo, e tiver duas turmas, um exemplo assim, dois 6º ou dois 7º, aí a gente negocia com a outra professora, porque se for trabalhar um filme uma coisa que for longo, a gente faz uma negociação e traz as duas. Depende da programação, do filme, ou do meu plano o que for trabalhar, isso aí elas colaboram, aqui precisou de gente chegar junto.

Mesmo que eles naveguem nas redes sociais, trocando mensagens sem atenção aos critérios de aprendizagem, é uma das funções do professor, principalmente o de português, estabelecer as diferenças entre linguagem oral e escrita, e as adequações linguísticas. Necessita-se, inclusive, da variação linguística para explicar esses fenômenos. A professora deixou claro que os alunos, de maneira geral, não têm dificuldades na utilização dos gêneros digitais, tampouco na hora de identificá-los, mesmo tendo sido poucas as oportunidades de seu uso. “Não tem não, menina a gente é que está atrasado, eles podem assim não saber a nomenclatura tudo, mas se você jogar ali eles desenvolvem.” (Professora)

Sobre a entrevista com os alunos, observamos concordância em relação à ida ao laboratório de informática com a professora de inglês a fim de dinamizar suas aulas. Vemos, então, as respostas dos alunos do 6º e do 9º anos, respectivamente: “De vez em quando o professor de português leva. A professora de inglês leva mais.” e “A gente nunca foi com o professor de português; só a professora de inglês, umas três vezes”.

Observamos, também, convergência de respostas sobre o fato de não existir acesso à internet na sala de aula. O aluno do 6º ano diz que “não tem internet na escola”. Dos dois alunos en-

trevistados, ambos afirmaram gostar das aulas no laboratório de informática já que, por se tratar de uma aula diferente, a satisfação e o aprendizado tendem a ser progressivos, como se posiciona o aluno do 9º ano: “foi bom quando a gente teve aula com a professora de inglês”.

A maioria das pesquisas mostra que a utilização do celular em sala de aula é crescente. No entanto, na escola em que fizemos a pesquisa, não observamos essa utilização em larga escala. No mundo das novas tecnologias está clara a reorganização do cotidiano em que o tempo e o espaço são regidos pela velocidade, pelos computadores e sistemas de comunicação à distância que deixaram de ser desafios e se tornaram realidade. Para Campoli (2017), o celular, antes tão mal visto no ambiente escolar, vai ocupando cada vez mais espaço na sala de aula: em 2016, 52% das escolas utilizavam o aparelho em atividades com os alunos. É o que aponta a pesquisa TIC Educação 2016, do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação.

Neste contexto, é preciso estudar a presença do computador em sala de aula como dispositivo de construção da educação. Por essa razão, os alunos, em sua maioria, não sentiram/ sentem dificuldade quando o professor utiliza o computador como um diferencial na aula. Nos estudos de Eugênio Coseriu, há a variante linguística diafásica, que diz respeito às variantes em situações de uso formal ou informal. Nas redes sociais, observamos a utilização da linguagem informal, por se tratar de um espaço em que as pessoas falam de modo espontâneo. Somente um aluno utiliza, às vezes, traços da linguagem digital em seu cotidiano.

Com base nas respostas dos alunos, notamos o pouco trabalho dos gêneros digitais, no ensino de língua portuguesa, pelos professores. Os desafios são grandes, inclusive por não haver internet em tempo integral para suprir toda a escola. No entanto, existem maneiras de esses gêneros serem trabalhados; mostrar a diferença na linguagem, a mudança do suporte, a utilização em determinadas situações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando o estudo dos gêneros digitais e como ele é aplicado na escola pública foi possível perceber que, enquanto educadores, existe uma necessidade de aprender a lidar com os novos fenômenos linguísticos, os quais vêm sendo exigidos pelo uso cada vez mais presente e inevitável da internet. Decorrente desse uso, aparecem inovações nos processos comunicativos em nossa sociedade, fazendo com que haja uma constante adaptação por parte de seus alunos/usuários dentro da instituição.

A inclusão dos gêneros digitais em sala de aula representa importante ferramenta educacional para o ensino e aprendizagem dos discentes, aproximando o conhecimento das relações sociais por eles vivenciadas e ajudando na construção do processo educativo, por estimular a criatividade e colocá-los diante do mundo. Essa compreensão da relação entre a linguagem virtual e sua aplicabilidade, tanto facilitará o trabalho do docente como auxiliará o aluno na sua formação do saber.

Apesar de termos encontrado de modo muito vago e, às vezes, distorcido de seu fim, a aplicação dos gêneros digitais em sala de aula, nos foi demonstrado que tanto professores quanto alunos gostariam de poder disponibilizá-los nas classes com mais frequência. Para que isso ocorra, seriam necessários também cursos de capacitação para docentes, além de uma melhoria com relação à estrutura, principalmente no que se refere à obtenção de rede, para que a viabilidade das aulas ocorra. Por exemplo, muitos alunos possuem aparelhos de celular, mas não têm o acesso à internet, o que poderia ser bastante aproveitado nas aulas.

Sendo assim, as escolas públicas necessitam repensar com todo seu corpo funcional, principalmente docente, maneiras de se incluir os gêneros digitais, não como uma ferramenta a mais, mas como um conteúdo a ser trabalhado como provedor de conhecimentos nas aulas de língua portuguesa. Afinal, hoje, eles são parte de uma realidade social que afeta constantemente os

atos comunicativos provocando mudanças significativas que não podem ser mais ignoradas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J.; LEFFA, V. *Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender?* 1.ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARTON, D.; LEE, C. *Linguagem online: textos e práticas digitais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

CAMPOLI, C. *G1 Educação. 52% das instituições de educação básica usam celular em atividades escolares, aponta estudo da Cetic*. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/52-das-instituicoes-de-educacao-basicausam-celular-em-atividades-escolares-aponta-estudo-da-cetic.ghtml>. Acesso em: 19/02/2018 às 15h50.

DELMANTO, E.C.B.; FLAUSINO, V.C.; SHIYYA, A.Y. *Gênero digital no estudo da língua portuguesa*. Monografia. Lins – SP: 2010.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

LAÍS, C. *O uso dos gêneros digitais em sala de aula*. Disponível em: http://geces.com.br/simposio/anais/wp-content/uploads/2014/04/GENEROS_DIGITAIS.pdf. Acesso em 18/02/2018.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAJDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (Org.). 4 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

_____. *Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital*. In: _____; XAVIER, Antônio C. (Org.). *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. *Linguística textual e ensino*. São Paulo: Contexto, 2016.

MOSÉ, V. *Café Filosófico: Os problemas da educação no Brasil*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ULYTfxhytDg>. Acesso em: 20/09/2017.

VALENTE, J. A. *Pesquisa, comunicação e aprendizagem com o computador*. Disponível em: http://cmapspublic.ihmc.us/rid=1HXFX-QKSB23XMNVQ-M9/VALENTE_2005.pdf. Acesso em: 18/02/2018 às 22h48.



Estudo de uma crônica produzida por um estudante em sala de aula

▲ *Maria Leônia Garcia Costa Carvalho*
Genilma Dantas Andrade

INTRODUÇÃO

Quando nas aulas de língua portuguesa valorizam-se a leitura e a escrita, juntamente com textos que são trabalhados os recursos linguísticos necessários para sua compreensão e elaboração, criam-se interesses por parte dos discentes, formando assim, bons leitores. Sempre que esta postura de valorização da escrita e leitura, principalmente nos próprios textos dos alunos ocorrer, há uma junção entre motivação e literatura, propiciando dessa forma, aos estudantes, uma aproximação literária agradável, com uma linguagem mais atraente e acessível.

O leitor em formação ainda possui a chance de aumentar seu nível de conhecimento cultural e linguístico a partir dos diversos

gêneros textuais, assim, a prática de leitura no ambiente escolar é uma ferramenta que cria no aluno o interesse pela análise, pela produção, pelas inferências e pela compreensão do texto. Segundo os PCNs (2002), o educador pode trabalhar com a maior variedade possível de gêneros textuais na escola. Nesse sentido, o professor deve propor atividades reflexivas para que os alunos sejam mediadores do seu próprio conhecimento, desenvolvido através da leitura no campo educacional que estão inseridos.

O objetivo desta pesquisa é analisar uma crônica desenvolvida por um estudante do 9 ano da Escola Augusto Franco, localizada em Aracaju/Se, perceber como sua produção gera efeitos de sentidos. A crônica foi trabalhada com um propósito: a valorização da autoria e da escrita por parte desse aluno.

Partindo desse contexto, a escolha do gênero crônica foi feita por apresentar temática bastante variada: fantástica, esportiva, aventura e acontecimentos nas grandes cidades. É um texto que nos permite dizer que não basta somente narrar, descrever ou comentar, é necessário algo mais, colocar emoção, fazer críticas, ironizar, usar de humor, no qual o estudante colocou o que sentiu ao produzir sua crônica. Assim, foi preciso a aproximação do aluno com crônicas a partir da leitura e análise dos textos de autores renomados que tangem as características desse gênero.

Esta pesquisa foi alicerçada na leitura e análise de textos de teóricos que trabalham com a história da crônica e o ensino desse gênero na língua portuguesa, a exemplo de Cândido (1992), Coutinho (2003), Melo (2002), Arrigucci (1987), Faccioli (1982), Sibert (2016) e Meyer (1992), Santos (2005), Veríssimo (2008), PCNs (2002), Moisés (2007), entre outros.

O texto está organizado em quatro partes: primeiro apresentamos um pequeno resumo histórico sobre o gênero crônica, em seguida, trouxemos informações básicas sobre a crônica no ensino da língua portuguesa, depois as características do gênero crônica e, por fim, a análise da crônica do aluno, considerando os efeitos de sua produção, que trata-se, de acordo com Cândido, como uma linguagem “simplória” que faz com que haja maior

proximidade entre as normas da língua escrita e da falada, pois o cronista elabora seu texto à semelhança de um diálogo entre ele e o leitor. Sendo assim, na crônica, como na língua falada, não cabe a sintaxe rebuscada, com inversões frequentes, nem o vocabulário “opulento” (CÂNDIDO, 1992, p.16). Portanto, sendo assim, exerce uma parte importante na produção do texto.

1 PEQUENO RESUMO HISTÓRICO SOBRE O GÊNERO CRÔNICA

Na crônica permanece a ideia de registrar o ocorrido em um intervalo de tempo, de servir de memória ao que já passou, característica que marca os textos produzidos ao longo da história. Nesse sentido, a crônica é um gênero privilegiado, pois nos permite compreender a relação entre a história da sociedade e a história da linguagem. Assim, desde a mitologia grega se fala do sentido de tempo em relação à crônica. É só realizar uma pesquisa mais aprofundada que teremos maiores detalhes sobre ela. Porém, a intenção aqui é fazer um apanhado breve sobre como a crônica surgiu desde a Antiguidade até os nossos dias.

Os espanhóis e os portugueses, durante a Idade Média, no período das Grandes Navegações, utilizaram o gênero para narrar os acontecimentos durante as expedições. Assim, as crônicas tinham a finalidade de registrar os acontecimentos das novas terras e servirem de documentos que estariam ligados ao relato cronológico dos fatos. Segundo Melo (2002), a crônica histórica assume, portanto, o caráter de relato circunstanciado sobre feitos, cenários e personagens, a partir da observação do próprio narrador ou tomando como fonte de referência as informações coligidas junto a protagonistas ou testemunhas oculares (MELO 2002, p. 140). A crônica funcionava, até o início do século XIX, como relato histórico dos conquistadores do Novo Mundo junto à Corte. Depois do “descobrimento” das Américas, principalmente no Brasil, o termo ganhou outro significado, ou melhor, “a palavra foi ganhando roupagem semântica diferente. ‘Crônica’ e

‘cronista’ passaram a ser usados com o sentido atualmente generalizado na literatura: é um gênero específico, estritamente ligado ao jornalismo” (COUTINHO [1986], 2003, p. 120-121).

Segundo Arrigucci (1987), a crônica tem início nos escritos medievais portugueses, estando a palavra crônica etimologicamente ligada ao termo *Chronos*, deus da mitologia grega que representa o tempo. Por meio de sua tradução para o latim (de *Chronos* para *Saturnus*, ou seja, “saturado de anos”) o termo passou a significar o registro dos fatos atuais (ARRIGUCCI, 1987, p. 51). Nessa acepção, a crônica tem por função registrar os fatos reais ao longo de sua evolução no tempo. Tal sentido pode ser facilmente identificado nas crônicas medievais portuguesas, já que visam primordialmente apresentar determinadas sequências de fatos organizados na ordem temporal de sua ocorrência original.

No Brasil, a crônica nasce na prática da escritura cotidiana, com o surgimento dos primeiros jornais e revistas e, após 1836, encontrou numerosos adeptos que traduziam o termo francês “*feuilleton*” por “*folhetim*”. Na segunda metade do século XIX, o vocábulo “crônica” começou a ser largamente utilizado: “Depois de 1860 passa a existir um número proporcionalmente grande de jornalistas e escritores que praticam a crônica moderna e lhe dão dignidade de gênero literário”, (FACCIOLI, 1982, p. 139). Nomes como os de José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Raul Pompéia e, mais tarde, Júlia Lopes de Almeida, João do Rio, Lima Barreto, entre outros, passaram a desenvolver o exercício da crônica, cada vez mais preocupados em alcançar uma dimensão poética no registro jornalístico dos fatos que marcaram sua época.

Siebert (2016) diz que a mudança semântica começa a ser percebida pela entrada de outro sujeito nesse discurso, o narrador nativo, o brasileiro, a partir da chegada da família real ao Brasil em 1808 e da autorização para a impressão de jornais em terras brasileiras no mesmo ano. Até aqui, quem falava, escrevia e publicava pelo brasileiro era o colonizador, o europeu. Dessa maneira, a Imprensa Brasileira ganha novos escritores, além de

novas formas de produção e circulação (o que não a impede de continuar recebendo influências das publicações portuguesas, inglesas e principalmente francesas). Segundo Meyer, sob a influência dos folhetins franceses, autores brasileiros redigem a crônica à brasileira, publicando-a no rodapé do folhetim: “Tem uma finalidade precisa: é um espaço vazio destinado ao entretenimento. E já se pode dizer tudo o que haverá de constituir a matéria e o modo da crônica à brasileira” (MEYER, 1992, p. 96).

Segundo vários autores, foi José de Alencar quem firmou o gênero nas páginas dos jornais e, segundo Santos (2005), foi a partir de 1854 quando publicou o primeiro folhetim da série “Ao correr da pena”, no *Correio Mercantil*, que o gênero começou a ficar com o jeitão atual” (SANTOS, 2005, p. 16); e Coutinho (2003) escreve: “foi José de Alencar que imprimiu à crônica a mais alta categoria intelectual” (COUTINHO [1986], 2003, p.124).

Assim, produções diversas de narrativas da crônica medieval, das quais a imprensa foi a grande divulgadora, são relevantes para a construção do gênero. Foi no século XIX que a crônica deixou de ter uma conotação historicista e ganhou um sentido precisamente literário. Os anos de 1900 e 1920 são considerados a fase grandiosa da produção da crônica, sendo João do Rio o primeiro. Logo depois, na década de 30, Raquel de Queirós, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Carlos Drummond de Andrade e outros.

Considerado um marco do Modernismo, a Semana de Arte Moderna de 1922 incorporou elementos ligados à linguagem coloquial. A história da crônica brasileira está ligada a esta escola, que modificaria essencialmente a linguagem e os temas abordados pelos cronistas.

A França é considerada o país onde se deu origem a crônica, mas foi no Brasil que passou por modificações intensas, nele podemos dizer que houve a fusão entre dois tipos de textos: o “ensaio”, que despreza em grande parte, o rigor acadêmico, sendo mais informal nos assuntos tratados e o “folhetim”, que requer uma dimensão ficcional dos acontecimentos e temas descritos

por esta forma literária. Sendo assim, a crônica passa de simples fineza sobre o cotidiano carioca à obra relevante na literatura brasileira.

Hoje, em pleno século XXI, a crônica não é tão diferente daquela escrita na Idade Média, porque narra fatos do dia a dia, mesmo para designar relato da vida dos reis, ou dos séculos XIX e XX para ser usada sem regulamento, com comentários sobre a vida cotidiana, como descrito acima. O que a diferencia, além do tempo ser outro, é a liberdade que os cronistas dão a respeito do tratamento de temas, à maneira de enunciar e como dizer, ou seja, a sintonia com os impasses do mundo contemporâneo, explorando um gênero de sensibilidade, que converte assunto de cunho individual para o coletivo. Deve ser por isso que consideram, hoje, a crônica como um gênero aberto, como esclarece Veríssimo (2008), “na verdade, a gente não escreve sobre a rotina, escreve sobre uma quebra de rotina, sobre coisas incomuns que acontecem com pessoas comuns e mudam suas vidas, alguma epifania ou paixão” (VERÍSSMO, 2008, p. 32). Outro fator que a difere é que os autores brasileiros atingem os melhores resultados em suas produções, pois são publicadas nos mais diversos meios de comunicação, sendo o maior deles a *internet*. Isso se justifica por ser um meio de interação mais acessível por parte de todos, sejam letrados ou não. Basta dar um *clac*.

2 A CRÔNICA NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Elaboramos uma reflexão histórica sobre o espaço que os gêneros textuais inferem na prática pedagógica do professor. Para tanto, faremos uma análise do ambiente dedicado à referida temática, em diferentes diretrizes curriculares para o ensino da Língua Portuguesa.

Os PCNs do Ensino Fundamental e Médio, por exemplo, têm como objetivo, orientar e garantir a coerência dos investimentos em toda rede de educação do país. Constituem uma proposta flexível, empreendidos por órgãos responsáveis, professores e esco-

las. Assim, seu foco é uma melhor socialização e participação entre professores e técnicos, baseado nos princípios democráticos, em busca de uma melhoria da qualidade da educação brasileira. Surgiram para reforçar a LDB, aprovada em 1996.

A reforma curricular vem sendo discutida desde 1990 e até hoje é acionada como meio de adequação e ajustamento do ensino-aprendizagem. Como se sabe, as Diretrizes Curriculares Nacionais são uma exigência constitucional. Assim está disposto no art. 22 e no art. 210 da Constituição Federal de 1988: Compete privativamente à União legislar sobre: [...] diretrizes e bases da educação nacional; [...] Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Diante desse fato, a situação da educação no Brasil é debatida por vários pesquisadores e educadores que se preocupam com as práticas desse ensino e aprendizagem, os Parâmetros Curriculares Nacionais são o centro dessas discussões. Temos assim, a informação de que os PCNs de Língua Portuguesa estão alicerçados praticamente na teoria dos gêneros textuais, nos quais os trabalhos com a língua materna possam capacitar os alunos quanto aos recursos expressivos da linguagem oral, escrito e adaptá-los em suas atividades linguísticas nas esferas sociais comunicativas. Esse deve ser o objetivo das diversas possibilidades do uso da linguagem.

Assim, notamos que a problematização e a complexidade do saber docente começam a ser explicitada. Tardif (2002) cita três paradoxos relacionados aos estudos da área da educação no final do século XX:

[1] Querer estudar os saberes profissionais sem associá-los a uma situação de ensino, a práticas de ensino e a um professor [...]. É a mesma coisa que [2] querer estudar uma situação real de trabalho, uma situação real de ensino, sem levar em consideração a atividade do professor e os sabe-

res por ele mobilizados. Finalmente, [3] querer estudar os professores sem estudar o trabalho e os saberes deles seria um absurdo maior ainda (TARDIF, 2002, p. 257).

Esses saberes da área do ensino a que o autor se refere, são relativos aos trabalhos que os professores desenvolvem no seu local de trabalho. Como esses profissionais efetivam os programas escolares, como interagem com alunos, pais e colegas de profissão, ou seja, os pesquisadores produzem os conhecimentos; os formadores transmitem e os professores aplicam-os. Para isto, faz-se necessário os pesquisadores deixar seus postos acadêmicos, vedados em suas salas e laboratórios e procurar ver como esses “outros docentes” atuam. Tardif (2002) afirma que, para compor um repertório de conhecimentos para a formação de professores, é preciso que as pesquisas universitárias se apoiem também nos saberes desses “outros professores”¹.

Outro aspecto dessa problemática é referente aos cursos de licenciatura, que formam os professores, mas não tornam alguém professor. Para Geraldi (2010), essa afirmação incorpora-se à discussão defendida por Tardif, segundo o conhecimento deve constituir a formação de professores. Assim, Geraldi (2010) diz:

[...] nós nos formamos professores ao longo de alguns anos de estudos que adquirimos, que encorpamos, e que nos remodelam, nos tornam a pessoa que não éramos. Seguramente, esse tipo de formação é consequência de um longo processo histórico de construção da identidade profissional do professor, que se mostra nos nossos cursos de formação. Certamente reconhecemos que desta forma nos formamos professores (GERALDI, 2010, p. 82).

1 Ressaltamos que, existem áreas de pesquisa que desenvolvem um estudo voltado à formação de professores, como é o caso da Linguística Aplicada, cujos pesquisadores têm se dedicado às questões relacionadas ao ensino e à aprendizagem, tanto na educação Básica, como na Educação Superior.

Para esse autor, a relação que o sujeito constitui entre o saber a ser ensinado e o aluno, é o que faz compreender a construção social e histórica do ser professor. Essa interação professor/aluno forma esse profissional que se constitui também no acontecimento da aula. Ao avaliar o discurso de professores de Língua Portuguesa, Rodrigues (2009) investigou que:

Embora o professor seja sensível aos discursos da ciência, dos pais, do autor do livro didático, da Direção da escola, do MEC, a voz que dá o horizonte do discurso do professor é a voz do aluno. Mais do que uma voz, é a voz social do grupo, é o outro que o constitui como professor, que permite ao professor se ver como tal. A voz do aluno é o excedente de visão que possibilita ao professor a sua complexidade – o seu ser-professor (RODRIGUES, 2009, p.287).

Os parâmetros para a formação docente foi se ampliando, de modo a possibilitar modificações significativas na legislação que regulamenta os cursos de licenciatura. O Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, que prevê a criação de fóruns estaduais permanentes de apoio à formação docente, com objetivo de organizar os Planos Estratégicos da formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios. Em sintonia com a LDB, Diretrizes, Planos e demais programas do Ministério da Educação, as Diretrizes para a Formação de Professores de Língua Portuguesa apontam que:

Das mudanças necessárias, considerando as diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, a que continua provocando polêmicas (tanto nas instituições formadoras como nas escolas de educação básica) é a carga horária destinada à prática como componente curricular (presente desde o início do curso) e ao estágio curricular

supervisionado e a sua integralização a partir da segunda metade do curso. No contexto dessa regulamentação, o estágio é entendido como um período de aprendizado do fazer docente e, portanto, os acadêmicos devem vivenciar a Educação Básica por mais tempo, como oportunidade de se apropriarem desse saber em um contexto real (BRASIL. PR. Decreto n. 6.755, de 29/1/2009).

Professores preparados e comprometidos com a aprendizagem dos alunos fazem com que o desenvolvimento curricular seja um processo vivo e dão à gestão educacional a dimensão pedagógica da qual ela tanto agrava nos dias atuais. Diante dessa releitura das Políticas Educacionais, percebemos que o gênero crônica não foi tratado especificamente como metodologia de ensino para prática de aprendizagem do aluno. O que os especialistas sugerem é o uso de diferentes gêneros como ferramenta para a produção textual (oral e escrita), práticas de compreensão (modalidade oral e escrita) e análise linguística (oral e escrita). Os pesquisadores apontam ainda para uma concepção da linguagem como forma mediadora e constitutiva das relações sociais, para a percepção dos diferentes dialetos, com o objetivo de se ensinar a partir da diversidade textual.

3 CARACTERÍSTICAS DO GÊNERO CRÔNICA

A primeira característica da crônica diz respeito à brevidade: no geral, é um texto curto de meia coluna de jornal ou de página de revista. Por ser um texto publicado no jornal ou revista, e ter a brevidade como característica fundamental, é que se refletem nela outras características. A subjetividade é outra marca da crônica. A impessoalidade tanto é desconhecida como rejeitada pelos cronistas: é sua visão das coisas que lhes importa também ao leitor; a veracidade positiva dos acontecimentos dá lugar à veracidade emotiva com que os cronistas divisam o mundo (MOISÉS [1967], 2007, p. 116). Essa subjetividade faz com que o diálogo

com o leitor seja seu processonatural e, por ser ao mesmo tempo voltado para o cotidiano e para a ressonânciado “eu”, o cronista estabelece um diálogo virtual com seu interlocutor mudo, mas, sem o qual, sua incursão se torna impossível. Quanto à linguagem, segundo Moisés (2007),

[...] preso ao acontecimento, que lhe serve de motivo e acicate, o cronista não se perde em devaneios. E, invertendo os polos, sua inquietação lírica ancora na realidade do fato real. Acentuando o primeiro polo, o estilo registra a referencialidade da prosa jornalística; emigrando para o segundo, o cronista explora a polissemia da metáfora (MOISÉS, [1967], 2007, p. 117).

Como a crônica é montada em torno de muito pouco ou quase nada, é o estilodo cronista que a sustenta. Entendido estilo como a linguagem, não apenas um arranjo sintático, também como instrumento de certa visão demundo. Ainda quanto à linguagem, podemos observar o que diz Cândido (1992) a respeito do assunto:

[...] a linguagem “simplória” faz com que haja maior proximidade entre as normas da língua escrita e da falada, pois o cronista elabora seu texto à semelhança de um diálogo entre ele e o leitor. Sendo assim, na crônica, como na língua falada, não cabe a sintaxe rebuscada, com inversões frequentes, nem o vocabulário “opulento”, por isso, ela operou milagres de simplificação e naturalidade (CÂNDIDO, 1992, p.16).

Mediante tal afirmação, percebe-se que o cronista busca a aproximação da oralidade na escrita, ouseja, busca a quebra de artifício. Assim, o coloquial e o literário se equilibram, fazendo, por meio do texto escrito, com que o espontâneo e o sensível provoquem outras observações sobre o tema, como ocorre em nos-

sasconversações diárias. Segundo Cândido (1992), cada gênero textual tem suas peculiaridades².

Diante de todas essas características, diversos autores dão um caráter diário e colocam a crônica na intersecção entre o texto jornalístico e o literário. Assim sendo, estabelece um diálogo por ser o texto um gênero acessível no qual podemos perceber a organização e produção de sentido.

4 ANÁLISE DA CRÔNICA

O que se pretende mostrar nesse item é a análise da crônica do aluno, o que é importante ter conhecimento de mundo para compreender o texto, conhecimento que se adquire, principalmente por meio do estudo do gênero crônica. Para isso, segue o texto abaixo.

2 É um gênero literário, narrativo, no qual seu princípio básico é o elemento circunstancial. Sua dialogicidade busca analisar as condições de produção e as estruturas que o autor emprega, recria o cotidiano; A linguagem é simples, acessível, descompromissada, porém, com um tom poético conforme as situações de comunicação que acontecem por meio de enunciados concretos através dos gêneros discursivos; Além de buscar informar e abordar fatos do cotidiano, diverte, estabelecendo uma corrente de simpatia, de proximidade entre leitor e o autor; Com publicações constantes, descrições e comentários a partir da observação direta de fatos que seguem um ritmo ágil do dia a dia; Mesmo com uma estrutura aparentemente simples, o texto precisa ser bem elaborado, muitas vezes com um viés crítico, lírico, humorístico, intimista ou filosófico; Insinuante, reveladora e pode transformar a literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um, e quando passa do jornal ao livro, nós verificamos meio espantados que a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava; Da literatura, o fascínio e a poeticidade; do jornal, a concisão e a pressa. Assim, o texto pode estar repleto de ironia, jogos de significado, linguagem figurada, entre outros; Por ser redigida a partir de atos da fala e por sua brevidade, a crônica torna-se um gênero peculiar; O hibridismo, aspecto importante da crônica moderna ou contemporânea. Isto é, tem características do texto informativo e do texto literário (CÂNDIDO, 1992, p. 14-17).

Texto

Naquele dia ...

Naquele dia, eu estava observando todos naquele recinto. Uns falando sobre futebol, outras sobre coisas corriqueiras do dia a dia, outros tirando as suas dúvidas com a professora, e o resto quietos, comendo biscoitos, mexendo no celulares e outros escrevendo.

Naquele dia eu percebi que a professora estava tentando fazer a chamada e depois tentando explicar a atividade, mas só que ninguém estava prestando a atenção. Até que uma hora entram os atrasados, na correira. Mas a professora disse “Quem chegou agora vai perder 2 pontos”.

Eles ficaram barriados mas ficaram de boa. Depois as pessoas que estavam falando de futebol começaram a mangá um do outro no ritmo do pagadão. Eu fiquei perto na minha. Depois a professora ficou escrevendo, escrevendo, escrevendo, até o fim da aula.

Análise do texto

4.1. Efeitos de espacialização/repetição

A crônica em questão fornece aspectos que identificam o registro coloquial, como por exemplo, erros de pontuação, de concordância, de ortografia, forma de gerúndio que causa o efeito de prolongamento, repetições, entre outros. Isso provavelmente ocorre por desconhecimento ou porque o narrador tenta trazer o ritmo da oralidade para a escrita. Temos:

“Naquele dia, eu estava observando todos naquele recinto. Uns falando sobre futebol, outras sobre coisas corriqueiras do dia a dia, outros tirando as suas dúvidas com a professora, e o resto quietos, comendo biscoitos, mexendo no celulares e outros escrevendo”.

Do ponto de vista lexical, o tópico de uma conversação espontânea vai sendo construído aos poucos, com o desenrolar dos fatos. Neste pequeno trecho, o narrador demonstra uma visão parcial do ambiente, a descrição de espaço seria uma sala de aula. Notamos ainda que o narrador norteia os fatos de forma sequencial e repetitiva a exemplo: *Naquele dia..., Uns falando..., outras sobre..., outros tirando..., o resto quietos...comendo, mexendo e outros escrevendo*. A repetição aqui, tem um efeito de

retomada, já que o circuito de comunicação se quebraria e com frequência, se não fosse o suprimento fornecido pelos segmentos reiterados, distribuídos estrategicamente no fluir da interação (NEVES, 1999, p. 29). Desse ponto em diante, a narrativa gira sobre o comportamento dos sujeitos. Alguns deles agem de forma inadequada, prejudicando, assim, sua aprendizagem. Outra função da repetição é a de se ganhar tempo no processamento da mensagem falada, a exemplo: *Depois a professora ficou escrevendo, escrevendo, escrevendo, até o fim da aula.*

4.2. Uso do EU como estratégia de aproximação ao leitor

Segundo Andrade (2016), a noção de EU ultrapassa a questão da identidade, conceito puramente subjetivo, ou a ideia que o sujeito faz de si mesmo, e dos EU's exteriores a ele na alteridade, partindo de seu Eu interior (ANDRADE, 2016, p. 16). Nesse caso, pode-se considerar a possibilidade de o EU ser algo formado pelo próprio indivíduo dentro do contexto linguístico coletivo. Nos fragmentos abaixo, notamos que o autor faz, algumas vezes, o uso do pronome EU. O “eu” é fundamental no discurso da crônica. É o que a diferencia da ficção, em que se cria um “eu” irreal.

“[...] eu estava observando todos naquele recinto”.

“[...] eu percebi que a professora Estava tentando fazer a chamada e depois tentando explicar a atividade, mas só que ninguém estava. Prestando a atenção”.

“Eu fiquei perto na minha”.

De acordo com esses trechos, há uma relação de comunicação entre o autor e o leitor, quando tenta se justificar: [...] *eu estava observando todos naquele recinto/Eu fiquei perto na minha.* Cabe ao leitor procurar interpretar aquilo que lhe é proposto, ou aceitar o que lê. Para Andrade (2016), os discursos construídos em 1ª pessoa (enunciação enunciada) produzem efeitos de sentido de aproximação do sujeito enunciadador com o que se diz e uma relação dialógica entre os sujeitos da atividade (ANDRADE,

2016, p, 17). Sendo assim, constroem-se interações com efeitos de sentido de subjetividade como emoção, envolvimento, convencimento, etc.

4.3. O pressuposto da referenciação: coesão referencial

O processo de referenciação acontece na reelaboração, remissão e na retomada de elementos linguísticos e é completado por várias inferências. Assim como o sentido, segundo Bentes e Leite (2010), o referente advém do efeito da interação entre enunciadores e coenunciadores em atividades sociais conjuntas (BENTES e LEITE, 2010, p. 234). Constatamos no trecho abaixo os seguintes elementos:

“[...] eu estava observando todos naquele recinto. Uns falando sobre futebol, outras sobre coisas corriqueiras do dia a dia, outros tirando as suas duvidas com a professora, e o resto quietos, comendo biscoitos, mexendo no celulares e outros escrevendo”. A interpretação nem sempre depende da manifestação de expressões no contexto. Assumimos aqui a referenciação em que se fundem aspectos linguísticos, sociocognitivos, discursivos e interacionais. O referente textual “Eu” é introduzido explicitamente, mas o modo como ele é reiterado ultrapassa a mera elipse, correferencial, pois há um processo implícito de recategorização desse referente, que gradativamente delinea para o leitor a imagem de um comportamento passivo do autor em relação aos demais da sala. Assim, se comportam de forma negligente, dada a utilização do celular e do ato de comer biscoito, dispersos – cenário corriqueiro em escolas do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar os gêneros discursivos como modelos que orientam a organização dos textos orais e escritos. Assim, os gêneros textuais são criados por meio das interações comunicativas e funcionam como um apoio para que o aluno compreenda

como ocorre a construção interna do conhecimento sociocomunicativo.

Nesse contexto, como forma de aprimoramento da competência oral e escrita por parte dos alunos, o professor deve trabalhar os gêneros discursivos para proporcionar ao educando um desenvolvimento sócio-reflexivo, até porque a crônica é um gênero textual que está ligada à vivência do dia a dia e também possui uma linguagem simples que aproxima o aluno das práticas de leitura e escrita.

Percebemos que o aluno se tornou um leitor/autor autônomo referente ao que ele, na condição de interlocutor fala ou escreve no texto. Assim, com a utilização do gênero textual crônica em sala de aula, incentivou o educando com uma aprendizagem sociocultural maior, pois o ato de ler e escrever seu texto possibilitou analisar as informações que se encontram explícita no conteúdo do texto. A crônica possui a marca de registro circunstancial feito por um narrador-autor que relata um fato não mais a um só receptor, porém a muitos leitores que formam um público determinado. Quem narra uma crônica é o seu autor mesmo, e tudo que ele diz parece ter acontecido de fato como se nós, leitores, estivéssemos na sala de aula.

Dessa forma, é imprescindível que o professor se torne um orientador didático do ensino e leve para a sala de aula textos que instiguem os alunos a fabulosa arte da leitura, como também despertar o interesse pelo ato escrever de maneira mais intensificada. Partindo desse foco, a crônica é extremamente interessante, pois possibilita no educando a reflexão e o senso crítico sobre as diversas temáticas sociais e culturais que acontecem no seu cotidiano de forma satisfatória e descompromissada, aumentando assim, seu nível de conhecimento cultural e linguístico. Trabalhar uma metodologia, visando a formação de leitores a partir do gênero crônica, contribuirá para uma melhor formação de aprendizagem, buscando através da crônica, o ato de ler, despertando no alunado o verdadeiro gosto pela prática de leitura.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. L. C. V. de. *O gênero crônica e a prática escolar*. In: Filologia linguística português, nº 6, 2004, p. 267-279. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlev/lport/pdf/maluvo17.pdf>. Acessado em: 28 jun2016.

ARRIGUCI JR., D. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BENTES e LEITE. *Linguística de texto e análise da conversação – panorama das pesquisas no Brasil*/Anna Christina Bentes, Marli Quadros Leite (Orgs.) – São Paulo: Cortez, 2010.

BNCC. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: http://base-nacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf, p. 93-137 Acessado em: 02 mai 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: MEC/ SEMTEC, 2002. Brasileiro? – Um convite à pesquisa. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa*. 3º e 4º ciclos. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Fundamental, 1998a. Brasil amanhã e outros mistérios. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

CÂNDIDO, A. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da Unicamp: Fundação Casa de Rui Barbosa. 1992.

COUTINHO, A.A *literatura no Brasil*. Vol. 6, Parte III – Relações e Perspectivas. Codireção Eduardo de Faria Coutinho. 6. ed. São Paulo: Global, [1997], 2003.

FACCIOLI, V. *A crônica de Machado de Assis*. In: BOSI, Alfredo [et al]. Machado de Assis. São Paulo: Ática, 1982.

GAUTHIER, C. [et al.]. *Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente*. Ijuí: Ed. UNIJJUI, 1998.

GERALDI, J. W. *A aula como acontecimento*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

MELO, J. M. de. *A crônica*. In: CASTRO, G. de; GALENO, A. (Orgs.). *Jornalismo e Literatura – A sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras, [1985], 2002.

MEYER, M. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a crônica. In: CÂNDIDO, A. *et al.* *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas (SP): Ed. da Unicamp; Rio de Janeiro: Ed. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

MOISÉS, M. *A criação literária*. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, [1987], 2007.

NEVES, L. J. *Pesquisa qualitativa - Características, usos e possibilidades*. Caderno de pesquisas em Administração, São Paulo, V.1, n^o3, 2^o SEM./[1999], p. 29, 2000. Disponível em: http://ucbweb.castelobranco.br/webcaf/arquivos/15482/2195/artigo_sobre_pesquisa_qualitativa.pdf. Acessado: 06 jan 2017.

RODRIGUES, R. H. *Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin*. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. [orgs.]. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 152-183.

SANTOS, J. F. dos. (Org. e Intr.). *As cem melhores crônicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SIEBERT, S. *A crônica brasileira tecida pela história, pelo jornalismo e pela literatura*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v14n3/1518-7632-ld-14-03-00675.pdf>. Acessado em: 10 maio 2016.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VERISSIMO, L. F. *Entrevista à Caros Amigos*, São Paulo, jan. 2008.



Lampião: bandido ou herói é somente uma questão de referenciação

▲ *Ozéias Pereira da Conceição Filho*

INTRODUÇÃO

Este trabalho se justifica pelas novas acepções imagéticas que a figura de Lampião representa dentro da historiografia oral do Estado de Sergipe, acepções estas que, em muitos casos, distanciam-se da memória social a que estamos acostumados a respeito do fenômeno Lampião. Nesse sentido, objetivamos submeter ao público interessado as variações a respeito da figura história do cangaceiro que marcou a experiência humana no nordeste brasileiro na década de 1930.

O processo de referenciação diz respeito à atividade de construção de referentes (ou objetos de discurso) depreendidos por meio de expressões linguísticas específicas para tal fim, chamadas de expressões referenciais, que são recursos da língua que manifestam os referentes no co(n)texto. A referenciação é um

tema da Linguística do Texto que se tornou muito importante dentro dos estudos da linguagem, que parte de uma perspectiva sociocognitiva e interacional. Esta temática é, sem dúvida, uma via não somente para pesquisas voltadas para o estudo da língua, pois seu espaço de investigação não se circunscreve somente dentro da Linguística, tendo em consideração que a referência leva em conta os aspectos culturais e históricos da construção dos sentidos e, desse modo, estabelece contato com outras áreas das Ciências Humanas.

A preocupação dos estudos que tem como a referência um canal de pesquisa está voltada para questões cognitivas, sociais e linguísticas, que se encontram num cruzamento de informações que ajudam a entender o mundo de uma forma interacional, uma vez que o estudo de referentes envolve outras questões que não somente as da língua, pois investigar referentes dentro de espaços discursivos é levar em consideração aspectos extralinguísticos que se fundem para a construção e reconstrução de memórias.

Estudiosos, preocupados com aspectos externos, sociais e históricos da linguagem, passam a adotar em suas investigações abordagens sociocognitivas e interacionistas no entendimento da relação entre linguagem e mundo. Os estudos acerca da referência têm-se dedicado especialmente a entender o processamento cognitivo, ou seja, como o conhecimento de mundo é ativado para a construção e reconstrução do sentido, e como a memória pode influenciar esse processo. A riqueza de dados que essa abordagem trouxe à tona é inegável, além de ter contribuído para discussões epistemológicas sobre a linguagem e sobre métodos linguísticos.

Ao examinar estudos de pesquisadores brasileiros sobre a referência, pode-se verificar que pouco se tem explorado neste viés teórico que se situa na interface entre a Sociologia e a Linguística, sobretudo, no que diz respeito às atividades referenciais de sujeitos em relação aos processos de construção e reconstrução da memória social. A consulta a fontes especializadas sobre

o fenômeno do cangaço e a articulação entre concepções de linguagem e de memória constituem o alicerce teórico desta investigação.

As atividades de referenciação, desenvolvidas pelos sujeitos da pesquisa, possibilitam a (re)construção dos acontecimentos passados no presente da memória coletiva (social) de um mesmo grupo (HALBWACHS, 1990). Na memória coletiva (social) estão contidas todas as informações cristalizadas sobre determinados referentes, e de que a todo o momento os sujeitos se utilizam para valer seu discurso. Isso corrobora a postulação de Mondada (2005) de que os sujeitos estão, a todo o momento, imersos em espaços complexos de significação, nos quais desenvolvem atividades sociocognitivas e interacionais. Parte-se, portanto, nesta investigação, do pressuposto de que a referenciação é uma atividade discursiva (KOCH, 2003; KOCH; MARCUSCHI, 1998; MONDADA; DUBOIS, 2003); do princípio de que os processos referenciais são escolhas do próprio sujeito do discurso em função de um querer dizer (KOCH, 2003); e de que os objetos de discurso, ou seja, os referentes não se confundem com a realidade extralinguística, mas a constroem e a reconstroem interativamente.

Dessa maneira, a presente investigação tem como pressuposto mostrar como se constrói e se reconstrói a memória discursiva (e social) do cangaceiro Lampião via o uso de expressões referenciais e da recategorização, um processo específico no espaço da referenciação. Esta análise partirá de declarações, depoimentos, mobilizados por cidadãos do município de Itabaiana, localizado na região do centro-oeste do Estado de Sergipe. Assim, este estudo contribuirá para futuras pesquisas que envolvam a história do cangaço no Estado de Sergipe e para outros que se interesse por um levantamento investigativo sobre a historiografia oral sobre Lampião.



1 AS EXPRESSÕES REFERENCIAIS NA FORMAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL DE LAMPIÃO

As expressões referenciais são resultado do processo de elaboração de sentido dentro das atividades comunicativas verbais, elas partem da noção de referenciação, pois, os sujeitos à medida que imergem em campos sociocomunicativos, necessitam de recursos referenciais para retomarem seus objetos-de-discurso, ou seja, seus referentes, estes por sua vez correspondem a uma instância do texto que equivalem à tradução do que seja a experiência do “real” dos sujeitos do discurso. Assim é que as expressões referenciais servem como um canal importante entre o sentido que se quer aplicar ao referente e a relação do sujeito com o mundo. Sobre a referenciação e as expressões referenciais, comenta Custódio Filho (2007):

Como se sabe, a referenciação apresenta como um dos postulados básicos a noção de que o referente é uma entidade textual resultante da elaboração da experiência do “real” por parte dos sujeitos discursivos. Assim, as expressões referenciais acionadas em um texto são resultantes de operações sociocognitivas decorridas de atividades de interação verbal (CUSTÓDIO FILHO, 2007, p. 144).

Os sujeitos do discurso se valem das expressões referenciais para um dizer sobre o mundo, elas servem para traduzir o que cognitivamente os sujeitos pensam a respeito das experiências que o cercam. É possível dizer que é com elas que os indivíduos interferem diretamente na construção de uma memória social (coletiva). Como já foi dito, a memória social corresponde ao conjunto de informações que uma comunidade tem a respeito de um(s) determinado(s) referente(s). É interessante observar também que os sujeitos do discurso, através das expressões referenciais, podem da mesma forma desconstruir o que está cristalizado na memória social sobre um determinado objeto-de-discurso e construir um novo pensar sobre o mesmo.

Dessa maneira, as expressões referenciais podem sugerir juízo de valor, opiniões, julgamento, não somente uma retomada referencial, mas uma remissão embargada de uma carga semântica que pode expressar uma mudança argumentativa sobre um determinado referente, ou reforçar um aspecto do referente já cristalizado na memória social. É o que se observa em algumas declarações conseguidas dos sujeitos-informantes desta pesquisa. Para ilustrar, analisar-se-á a declaração do informante 01 desta investigação:

- (1) Lampião era um assassino malvado, num tinha essa história de amigo com ele não, tudo era na base do punhal, da malvadeza [...] Quem quiser se pegava com ele, mas não sobrava pedaço de gente pra contar história adepois, o homi era um bicho do cão, de vez com o diabo. Tem gente que diz que ele só num tinha rabo, o resto era coisa do cão mesmo. E eu acho que era assim desse mesmo jeitinho mesmo, essas inventação de falar, que o povo fala, de dizer que ele era meio bom, porque disse que ajudava os pobre, êta mentira feia! O homi era o cão na terra, e ainda tem gente doida pra dizer que ele era bom [...] Quem já se viu matar um pobzinho dum anjo, porque ele até matou uma criancinha, e ser bom? Não, não, ele era mesmo era um cabra do demônio!

Nesta ilustração, é interessante notar como elementos reforçadores de uma opinião coletiva e já cristalizada sobre Lampião, a de que ele era um homem malvado, aparece no discurso do informante. Ao mesmo tempo em que ele extrai da memória social alguns dados (“assassino malvado”, morte de “um pobzinho dum anjo”), o informante emite sua opinião sobre o referente (considerando-o “bicho do cão”, “cão na terra”, “cabra do demônio”) ao passo em que justifica sua opinião por meio desses mesmos dados que estão na memória coletiva (“assassino malvado”, morte de “um pobzinho dum anjo”). Além de reforçar dados já cristalizados, o sujeito da pesquisa atribui adjetivações semelhantes ou condizentes com as informações já contidas na memória social do referente Lampião, mas que são próprias de seu parecer pessoal sobre o assunto.

Às expressões referenciais se atribui um caráter muito importante para o processamento textual que, dentro da concepção de linguagem como atividade interacional, deve ser entendido, segundo postula Koch (2001), como uma atividade que envolve tanto elementos linguísticos como sociocognitivos. Para ela, o texto, no interior dessa abordagem, é também considerado como um conjunto de “pistas” que são formadas por elementos linguísticos de diversos tipos. Estes são colocados à disposição dos usuários da língua, durante uma atividade discursiva, de modo a facilitar ao falante não só a construção e reconstrução de sentidos, mas também na interação como prática sociocultural. No curso dessa atividade textual, os sujeitos mobilizam conhecimentos linguístico, enciclopédico e interacional, que os tem depositado na memória por meio de um conjunto de estratégias de processamento de caráter sociocognitivo e textual.

Assim, quando os sujeitos do discurso lançam mão das expressões referenciais como recurso textual, ao mesmo tempo em que eles estão emersos em seus próprios textos reproduzindo conhecimentos linguísticos estão também interagindo sócio culturalmente, à medida que as informações necessárias para a construção de seu discurso partem também de um universo extralinguístico. Este último conhecimento, que também pode ser entendido como conhecimento de mundo, se funde com o linguístico, o enciclopédico, para gerar o sentido específico que cada sujeito do discurso tem a respeito de determinados referentes. No caso explicitado pelo exemplo do informante (O1), o que se pode observar é que o conhecimento dele a respeito de Lampião é tanto produzido linguisticamente como sócio culturalmente, uma vez que ele traz sua experiência de mundo para o espaço textual, e nessa experiência de mundo estão os elementos que também estão circunscritos na língua: elementos culturais e sociais a respeito do referente, objeto de discurso. Todos esses elementos, apesar de se circunscreverem também na língua, eles são ao mesmo tempo extralinguísticos.

As significações encontradas pelos sujeitos do discurso para os referentes fazem parte da própria construção destes objetos de

discurso dentro do espaço textual, que representam a versão da realidade dos indivíduos, captada pela sua relação com o mundo. O processo de construção de referentes implica que, no fundo, o papel da linguagem não é o de expressar fielmente uma realidade pronta e acabada, mas, sim, o de construir, por meio da linguagem, uma versão, uma elaboração dos eventos ocorridos, sabidos, experimentados.

2 O PAPEL DA RECATEGORIZAÇÃO NA RECONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DA MEMÓRIA SOCIAL DE LAMPIÃO

Para entender o fenômeno da recategorização, primeiro é necessário que se compreenda o que é categorizar, pois este pressupõe aquele, e, nesse aspecto, a relação entre categorização e recategorização é intrínseca.

Segundo o dicionário Houaiss, categorizar pode significar: dispor em categorias, classificar. Assim sendo, a atividade discursiva qualifica os referentes de modo a enquadrá-los em determinada posição semântica que melhor corresponda ao pensar do sujeito do discurso. Dito de outra maneira, os referentes são postos em blocos classificatórios pelos sujeitos, onde esta classificação depende da relação do sujeito com seu(s) referente(s), e da relação do sujeito com a memória social, com a cultura.

Desse modo, para Mondada e Dubois (2003), a categorização de referentes representa o resultado de atividades práticas que compreendam discussões, controvérsias, desacordos. Estas categorias estão situadas nas práticas sociais, que para as autoras citadas, são “práticas dependentes tanto de processos de enunciação como de atividades cognitivas não necessariamente verbalizadas; práticas do sujeito ou de interações em que os locutores negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo” (2003, p.29).

Desse modo, para as autoras há uma relação instável entre as coisas e as palavras. E essa inconstância se deve à compreensão intersubjetiva das atividades cognitivas. Fazer tal afirmação é di-

zer que a instabilidade das categorizações das coisas está ligada às volubilidades semânticas produzidas pelos sujeitos do discurso. Destarte, os objetos de discurso emergem, então, de práticas simbólicas que tendem a andar em cadeias categóricas oscilantes. A categorização funciona, dessa maneira, de acordo com as intenções do interlocutor.

A oscilação semântica dos objetos do discurso diz respeito ao movimento dinâmico dos sujeitos com o tempo e com a construção dos sentidos. Sua relação com as coisas está basicamente dependente da interação entre estes dois fatores. A maneira como os sujeitos percebem o mundo é correspondente aos fatores contextuais em que estão inseridos, a materialidade histórica influencia e direciona nossos discursos. Estes aspectos trabalham para um movimento de instabilidade dos referentes, ou melhor dizendo, de como os sujeitos percebem os referentes, que os categorizará ou os recategorizará conforme seu posicionamento na construção dos sentidos e sua relação com o mundo.

Segundo Marcuschi (2005), as coisas não estão no mundo como as dizemos aos outros, a maneira como são ditas as coisas “é decorrência de nossa atuação intersubjetiva sobre o mundo e da inserção sociocognitiva no mundo em que vivemos” (MARCUSCHI, 2005, p. 52). Para entender melhor este argumento, observe a declaração do informante (02):

(2) Lampião era um homem cruel. Isso é o que dizem a respeito dele. Eu, particularmente, acredito também numa outra face de Lampião: que ele, além de ser essa pessoa cruel, era também um sujeito bom, leal aos seus companheiros [...] O que temos que analisar é que Lampião também foi vítima de um sistema social opressor, seus atos se tornou a voz do povo que estava cansado de serem explorados pelos grandes fazendeiros, os ditos latifundiários [...] Se por um lado ele usava a faca para matar, por outro era o Robin Wood para os pobres, era um benfeitor, um amigo para os que precisavam de segurança contra aqueles que supostamente teriam que garantir proteção, que era a própria polícia, os macacos, assim chamados pelo bando de Lampião.

É fácil identificar no depoimento do informante alguns elementos recategorizadores do referente Lampião, assim como

também é sem esforço que se percebe a relação intrínseca entre a categorização e a recategorização. O informante inicia seu discurso inserindo seu objeto (“Lampião era um homem cruel”), e ao trazer Lampião para o seu espaço discursivo ele também traz atrelado ao referente uma categorização já cristalizada sobre ele (“... era um homem cruel”), para depois desconstruí-la, configurá-la ao seu modo, utilizando-se do processo de recategorização para emitir um juízo de valor distinto da primeira informação lançada por ele, e que está na memória coletiva da comunidade em que está inserido.

A recategorização se dá quando o depoente reconstrói o referente Lampião atribuindo-lhe novos atributos que não são comuns dentro da memória social (“sujeito bom”, “vítima”, “Robin Wood”, “benfeitor”, “amigo”). Estas recategorizações não são somente uma nova predicação que é dada ao objeto de discurso, elas também circunscrevem uma argumentação do informante, pois quando adjetiva Lampião com os termos já mostrados, ele justifica seu ponto de vista com outros elementos que pretende convencer o interlocutor de que realmente sua opinião é válida, criteriosa. Como exemplo, ele justifica os atos do referente dizendo que este também foi “vítima de um sistema social opressor”, ou quando afirma que Lampião servia de segurança para as pessoas desprovidas de segurança pública.

Nesse sentido, sua opinião é de construidora de um juízo de valor negativo para (a)firmar na memória social um valor positivo, um valor novo, entendido sob outros olhares, de acordo com o entendimento social, enciclopédico do informante sobre o referente. A recategorização surge de um dizer que discorda do discurso vigente sobre Lampião, a situação de desacordo é uma premissa para a construção de novos sentidos, ao mesmo tempo em que para fixar um novo significado o informante teve que negociar sua opinião, justificando-se, argumentando, convencendo.

Para Lima (2007), a categorização “é o meio utilizado para dar sentido à experiência” (2007, p. 75). A percepção do mundo que perpassa a experiência serve de partida para que os sujeitos



do discurso disponham em categorias os seus referentes. Nominalizar a experiência com a categorização é uma prática cognitiva que também pode dizer de como o sujeito se coloca perante o mundo e de que forma essa relação (sujeito-mundo) se apresenta. Ainda para esta autora:

A habilidade de categorização permite ao indivíduo ordenar o seu meio ambiente, tratando como equivalentes estímulos diferentes, mas que mantêm relações entre si. Em outros termos, permite que o indivíduo interaja significativamente com um número diverso e infinito de situações e objetos a ele expostos. A inexistência dessa habilidade tornaria a vida um caos, uma vez que não se poderia aplicar o conhecimento aprendido par lidar com novas situações (LIMA, 2007, p. 75).

A capacidade de categorização torna o discurso um palco onde a relação dos conhecimentos do sujeito se traduz de maneira ordenada, de modo que vários objetos de discurso podem aparecer sem causar nenhuma interferência um ao outro. Entendido o conceito de categorização é sem dificuldade que se dá a compreensão do que é recategorização. Esta apresenta ao texto progressões linguístico-cognitivas, assim como também o faz a categorização.

A recategorização aparece na negociação discursiva que o interlocutor faz com seu ouvinte, na intenção de tornar seu objeto de discurso compreendido, aceito cognitivamente e socialmente pelo outro. Por isso que as recategorizações aparecem como formas argumentativas nas expressões referenciais, pois fazem parte da negociação de sentidos, da aceitação pelo outro de que o dizer do interlocutor sobre determinado referente é válido, é comportado de relevâncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar que o processo de referenciação utilizado nas relações sociais em favor de um dizer sobre o mundo está ligado diretamente com os elementos dispostos na memória coletiva, que pode ou não influenciar na construção dos sentidos sobre os referentes discursivos. Percebemos também que o movimento de alocação semântica ou deslocamento dos sentidos dos referentes são resultado da complexa relação dos sujeitos com vários conhecimentos: linguístico, enciclopédico, cultural. Em favor de um dizer, os sujeitos negociam sentidos já postulados sobre os seus objetos de discurso ou descontroem cristalizações já concebidas em sua comunidade discursiva sobre os referentes pretendidos. Os depoimentos dos sujeitos revelam uma série de informações sobre a identidade cultural de Lampião dentro do Município de Itabaiana, mostram também que esta identidade é perpassada por um fio multifacetário, que divide o referente em significações que divergem ou encontram sua correspondência na memória social da comunidade.

O objeto de discurso Lampião se apresenta ao interlocutor como uma figura de complexo sentido, mergulhado em antagonismos, em predicções que tanto tangenciam o herói como também o bandido, uma figura emblemática. Sua significação, averiguamos, dependerá da posição referencial do sujeito que declara, que depõe, que contextualiza seu discurso em favor de seu posicionamento. A referenciação, nesse sentido, não só aponta para uma atividade linguística, sinaliza, também, uma tessitura social e histórica de uma figura que se prova suscetível de oscilações semânticas; aponta para o próprio lugar do sujeito no mundo em relação ao conhecimento sobre o referente de que fala; categoriza, inclusive, não somente o objetivo analisado, mas também o sujeito analisador, que deixa pistas em que lado da história ele se posiciona em relação o objeto do discurso.

Os relatos mostram que, ainda hoje, nas práticas enunciativas, os falantes constroem e reconstroem todo um discurso sobre

ações, atitudes, que envolveram e ainda envolvem a figura do Rei do Cangaço na comunidade investigada. A investigação mostra que as expressões referenciais além de desempenharem uma série de funções cognitivo-discursivas relevantes na (re)construção discursiva do cangaceiro, possibilitam uma função condensadora ao operarem uma recategorização ou refocalização desse mito. Assim, pode-se chegar à conclusão que a memória desempenha um papel muito importante na construção de imagens do cangaceiro, ao mesmo tempo em que é a memória a responsável pelos novos dizeres e o reforço dos velhos dizeres sobre o referente Lampião. Foi possível também, a partir do exposto, detectar que os pontos de encontro entre os depoimentos são a principal premissa de cristalização dos dados que vão para a memória coletiva, e que servirão de base discursiva para os usuários da língua da comunidade.

REFERÊNCIAS

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Expressões referenciais, norma lingüística e julgamento de (in)adequação. In: *Texto e Discurso sob múltiplos olhares – referênciação e outros domínios*. CAVALCANTE, Mônica Magalhães; COSTA, Maria Helenice Araújo; JAGUARIBE, Vivência Freitas; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar (Org). Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LIMA, Silvana Maria Calixto de. Recategorização metafórica e humor: uma proposta classificatória. In: *Texto e Discurso sob múltiplos olhares – referênciação e outros domínios*. CAVALCANTE, Mônica Magalhães; COSTA, Maria Helenice Araújo; JAGUARIBE, Vivência Freitas; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar (Org). Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *A referênciação como atividade cognitiva-discursiva e interacional*. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, n. 41, p. 75-89, jul/dez. 2001.

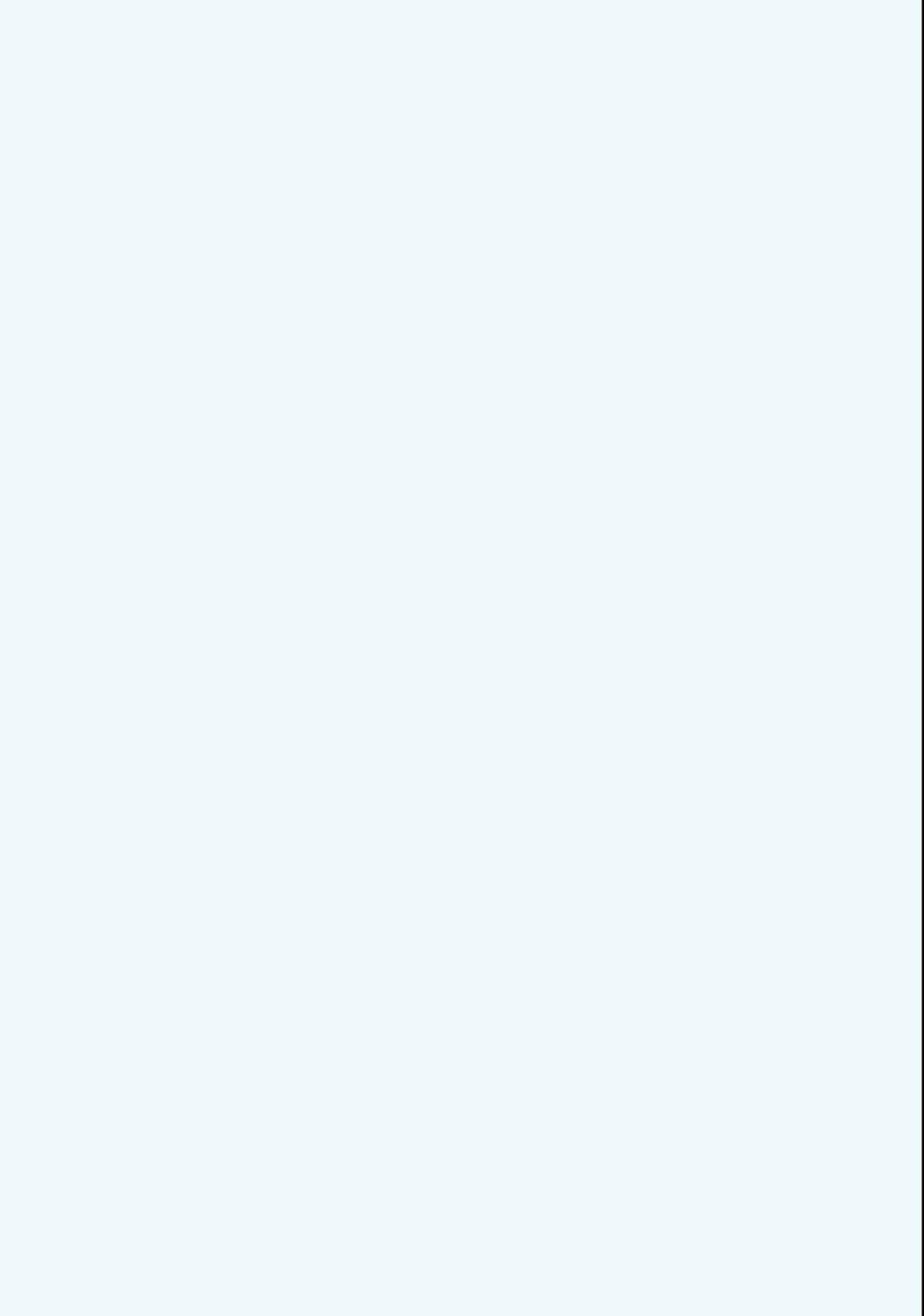
_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; MARCUSCHI, Luis Antônio. *Processos de Referenciação na produção discursiva*. Delta, n. 14, p. 169-90, 1998.

MONDADA, Lorenza. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH; MORATO; BENTES (Org). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-32.

_____; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CALVACANTE; RODRIGUES; CIULLA (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MARCUSCHI, Luis Antônio. *A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização*. In: MIRANDA, Neusa Salim; NAME, Maria Cristina (Orgs). *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. p. 49-77.





Multiletramentos e globalização no ensino de espanhol como LE

▲ *Tarcízio Reis de Jesus*
Maria Leônia Garcia Costa Carvalho

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um recorte de uma dissertação com o título “O uso do cinema como recurso multimodal no ensino de língua espanhola”, e tem como objetivo traçar um breve percurso teórico acerca das novas formas de letramento advindas do contexto de globalização. Para isso, foi preciso atentar para o ensino de Línguas Estrangeiras (LE) inserido nesse conjunto complexo de linguagens.

Considerando a complexidade do processo ensino - aprendizagem de uma língua, tanto estrangeira como materna, conforme indica Santos Gargallo (2010), ou as distinções existentes na relação entre o eu e o outro, apontadas por Castells (1999, 2000), deter-nos-emos, neste trabalho, aos conceitos de globalização,

identidade e multiletramentos, na tentativa de considerar e compreender sua relevância no que concerne ao ensino de Línguas Estrangeiras (LE).

Em um momento histórico em que o mundo se encontra geograficamente ‘interconectado’, por meio de novas formas de relações que se dão em todos os âmbitos da sociedade, e por uma circulação de linguagens mediada por uma variedade de tecnologias, propomos, neste artigo, uma análise crítica acerca das potencialidades multimodais presentes no cinema, com enfoque no ensino de Língua Estrangeira, nesse caso o Espanhol.

Como bem argumentam as OCEM (2006, p.127) sobre a decisão de integrar a Língua Espanhola nos currículos escolares brasileiros:

Estamos diante de um gesto político claro e, sobretudo, de um gesto de política linguística, que exige uma reflexão acerca do lugar que essa língua pode e deve ocupar no processo educativo; reflexão sobre a maneira possível de trabalhá-la com o máximo de qualidade e o menor índice de reducionismo, um reducionismo a que, ao longo da história, se viu afetada a nossa relação com a Língua Espanhola e com os povos que a falam. (OCEM, 2006, p.127)

Essa relação de proximidade entre as línguas portuguesa e espanhola gerou, por muito tempo, uma visão equívoca do ensino de Espanhol como (LE). No entanto, como mostram alguns teóricos nas orientações curriculares, devido às relações econômicas promovidas pelo Tratado do Mercosul, surgiu a necessidade de se repensar o ensino de línguas. Neste caso, conhecer uma língua estrangeira, pode ser visto como uma maneira de se relacionar sem a criação de estereótipos, que afastam ainda mais os falantes de diferentes culturas.

1 IDENTIDADE E MULTILETRAMENTOS

O conceito de globalização é amplamente utilizado quando se tenta explicar processos que envolvem mudanças em escala mundial, nas quais estão relacionadas questões socioeconômicas, políticas e também culturais. Neste tópico, nos deteremos a citações de autores que tomam um viés sociológico, que trazem para discussão o impacto causado pelo fenômeno globalizante e as transformações ocorridas nesse processo que põe em jogo a inter-relação entre identidade local e global, nas trocas frequentes que acontecem, em meio à miríade de linguagens, propiciadas pelos recursos multimodais.

Sobre os impactos da globalização, Stuart Hall (2006, p. 69) explica suas características como “[...] a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância”, a exemplo disso, a repercussão jornalística ao ser noticiado um acontecimento internacional que pode causar comoção ao leitor/telespectador. Tal ocorrência, em nossos dias, também pode ser acompanhado em tempo real, mesmo se estiver na rua, com o uso de *smartphones*, *tablets*¹ e seus aplicativos.

Neste mesmo caminho em que se apontam transformações em escala global, vale destacar outra colocação de Giddens (2002, p. 19), ao considerar que:

Vivemos num mundo de transformações, que afetam quase tudo o que fazemos. Para melhor ou para pior, estamos sendo empurrados para uma ordem global que ainda não compreendemos na sua totalidade, mas cujos efeitos já se fazem sentir em nós. (GIDDENS, 2002. P.19)

1 Dispositivo móvel multimodal, que permite acesso à Internet através de aplicativos instalados.

Existe, porém, uma distinção entre os conceitos de globalização e mundialização, que, por vezes, são tomados pelo mesmo significado. É bastante comum o emprego do termo globalização para referir-se a qualquer processo, seja de ordem econômica ou cultural, que se espalhe em escala mundial. No entanto, alguns autores, como François Chesnais (1995) denominam o fenômeno de globalização como mundialização do capital.

Em “Mundialização e Cultura”, Ortiz (2003) refere-se à globalização como um processo ainda em andamento, sendo muito comum associá-la ao surgimento da modernidade, ou considerá-lo como consequência do advento pós-Revolução Industrial, a partir do século XV, com a expansão do capitalismo. No entanto, segundo o autor, a questão é explicada como um acontecimento não tão recente. O que chamariam de processo de globalização teria surgido desde as primeiras relações comerciais estabelecidas pelas expansões marítimas, quando o globo passou por um encurtamento geográfico devido ao deslocamento promovido pelos países europeus em busca do “Novo Mundo”. A navegação a continentes desconhecidos, a descoberta e conquista de novos territórios, as relações de troca, consumo e serviços passariam então da esfera local para esfera global.

Evidentemente, o avanço tecnológico impulsionou o crescimento no processo de produção em larga escala. E por isso, muitos autores tomam como base a expansão capitalista para explicar o surgimento da globalização. Confirmando este posicionamento, Soares (2001, p. 176) defende que:

O processo de globalização, embora se consolide nas últimas décadas, já estava contido no capitalismo desde sua origem. Este modo de produção já nasceu com vocação internacional, pois a dinâmica da acumulação, concentração, centralização e internacionalização do capital faz parte da sua própria constituição e forma de expansão (SOARES, 2001, p.176).

No entanto, o processo de mundialização, segundo Ortiz (2003, p. 31), seria explicado como “um fenômeno social total

que permeia o conjunto das manifestações culturais”, não cabendo sua utilização no âmbito econômico, como ocorre no fenômeno de globalização.

Desse modo, pode-se explicar o que ocorre com uma língua que, apesar de ter suas manifestações culturais mundializadas, devido a sua enorme difusão através de meios de comunicação, não implica necessariamente o aniquilamento de outras línguas. A língua inglesa, por exemplo, consegue facilmente atravessar barreiras geográficas por meio dos mais variados produtos, destinados não só ao consumidor falante do inglês.

2 A PERSPECTIVA DO NEW LONDON GROUP

Para explicar melhor os multiletramentos, e para suscitar sua ampla natureza, são válidos os exemplos das sociedades de cultura ágrafa, como também de cultura gráfica como usuárias dos multiletramentos, pois segundo a concepção dada pelo *New London Group*² (1996), estes não reduziram a leitura de mundo à escrita ou a códigos gráficos produzidos por aparatos tecnológicos (papel, caneta, computador) – e mais recente o digital – e integraria assim as demais modalidades na construção de significados.

Nas palavras de Ribeiro (2016, p.32),

Em 1996, o New London Group apresentava à comunidade acadêmica, por meio de *Harvard Educational Review*, seu “manifesto programático” para o próximo milênio (isto é, o nosso). O *design* do texto e do discurso surgia como uma preocupação importante, uma vez que a oferta de mídias e objetos de ler se ampliava e, mais do que isso, se diversificava, em dispositivos e em modos de produção. Ler objetos multimodais ficava mais evidente, mais necessário e, provavelmente, era uma ação que faria parte do cotidiano das pessoas. (RIBEIRO, 2016, p.32)

2 Estudiosos que se reuniram para debater questões inerentes à pedagogia e letramentos, dando surgimento ao chamado Marco dos Multiletramento. Ver mais em Lopez Gopar (2007)

Na perspectiva do *New London Group*, as práticas de letramentos, com as configurações advindas de uma sociedade cada vez mais diversificada em modos de leitura, são determinantes na vida social dos indivíduos. O manifesto apresentado pelo Grupo, na verdade propunha uma pedagogia voltada à diversidade cultural, e como se daria essa relação da diversidade entre povos com costumes tão distintos em um mundo globalizado. Levantar essa questão, em meados da década de 1990, foi de grande importância para estudos posteriores, e o pioneirismo desses estudiosos serviu de base teórica para se discutir esse trânsito de identidades no mundo contemporâneo.

As teorias formuladas pelo Grupo apontam para um “hibridismo cultural”, que põe em cheque a ideia dicotômica de cultura erudita e popular. Se os “objetos de leitura que circulam socialmente” (Ribeiro, 2016, p.46) passam por transformações em sua interação uns com os outros, então seria mais relevante falar do resultado dessa troca pela diversidade cultural, da qual trata o Grupo. Esses “objetos de leitura”, se trouxermos para a discussão dos multiletramentos, estão disponíveis no cotidiano do indivíduo contemporâneo, de maneira antes não vista. No entanto, mesmo disponíveis, eles revelam um caráter excludente, caso o leitor não esteja apto a decodificá-lo, pois como afirma Prieto (2015, p.41), “Para que o letramento seja considerado em sala de aula, faz-se necessário refletir sobre como direcionar a diversidade dos alunos, ou seja, negociar suas particularidades de aprendizagem”.

É nesse tocante que a pedagogia dos multiletramentos propõe um papel inclusivo desse indivíduo em sociedade, pois, ao mesmo tempo que a diversidade de semioses presentes nos textos e discursos em circulação pode lhes oferecer oportunidades, também pode retirá-las. Nas palavras de Prieto (2015, p.42)

[...] o termo multiletramentos surgiu como proposta de abarcar em um termo mais amplo essas diversidades tanto dos sujeitos como da produção de significados e do diálogo

entre os meios. O acréscimo do prefixo “multi” se justifica em função da urgência em analisar as novas configurações sociais na atualidade e possui dois sentidos: o primeiro se refere à variação da linguagem de acordo com o contexto de uso, uma vez que ela reflete a existência de identidades diferentes e divergentes. Já o segundo sentido do prefixo está relacionado à multimodalidade, ou seja, à interação entre o texto escrito e outros modos de significados (visual, espacial, gestual, verbal, entre outros). (PRIETO, 2015, p.42)

Segundo essa linha de pensamento, a oferta dessas múltiplas semioses presentes na sociedade contemporânea, cobra do sujeito-leitor não só o conhecimento próprio da escrita, como também de uma variedade maior de significados. Na configuração excludente da pós-modernidade, não saber interpretar o texto, quando elaborado em outras modalidades que não o impresso, como o digital, com sua dinamicidade de informações visuais e os significados presentes nos discursos produzidos pelos meios de comunicação, seria uma forma de tornar-se isolado do mundo a sua volta. Por esse motivo, o prefixo “multi”, como aborda Prieto (2015), expressa essa grandeza de significados que exigem muito mais do leitor.

Em seu trabalho sobre “El Alfabeto Marginante”, Lopez Gopar (2007) investiga as questões que envolvem a exclusão social dos povos ameríndios, especificamente em alguns povos do México, por consequência da não ‘alfabetização’ desses indígenas. Apoiado à pedagogia de multiletramentos do *New London Group*, ele aborda os conceitos multimodalidade e desenho para fazer um contraponto à noção reduzida de letramento. Assim, ele afirma:

El marco de Multilectoescrituras es un nuevo enfoque hacia la pedagogía de la lectoescritura. Fue desarrollado por el grupo de académicos de diferentes disciplinas autodenominado Grupo de New London (Cazden et al., 1996). Estos

autores alegan que la multiplicación de canales comunicativos y el incremento de la diversidad lingüística y cultural en el mundo de hoy requieren una visión más amplia de la lectoescritura que la descrita por los enfoques tradicionales basados en el lenguaje (LOPEZ GOPAR, 2007, p. 51).

Segundo a reflexão feita acerca do trabalho do autor, essa visão mais ampla de letramento estaria atrelada à possibilidade de conceber também como texto outras formas de expressão de uma cultura, citando os exemplos: pintura, vestimentas, música, escultura ou até dramatizações. Ainda como foi possível notar em sua pesquisa, culturas ágrafas utilizam de multimodalidades (multiplicidade de significados) em suas práticas sociais, na sua relação com a natureza, com a lida do campo, com suas crenças religiosas, com o seu conhecimento e significação de mundo. Em se tratando do ensino de língua estrangeira, todas essas colocações contribuem significativamente para a exploração das potencialidades dos multiletramentos.

A partir dessas reflexões, é importante considerar que a compreensão de cultura em sua natureza plural e engendrada no contexto de globalização, no rompimento do espaço-tempo, ao tomar a definição dada por Giddens (1991), os acontecimentos locais alongaram-se rumo ao global, e o global também se fez/faz presente na construção de uma identidade local. É importante destacar que concomitante a esse movimento de inclusão, existe o da exclusão por parte das culturas dominantes, seguindo o modelo econômico neoliberal que, ao privilegiar o letramento por meio do conhecimento dos códigos alfabéticos, empurra as minorias para a margem, assim como evidencia a realidade trazida por Lopez Gopar em seu trabalho, ou como Roxane Rojo (2013) aponta na perspectiva de Kalantzis e Cope (1999), ao afirmar que:

No campo específico dos multiletramentos, isso implica negociar uma crescente variedade de linguagens e dis-

cursos: interagir com outras línguas e linguagens, interpretando ou traduzindo, usando interlínguas específicas de certos contextos, usando inglês como língua franca; criando sentido da multidão de dialetos, discursos, estilos e registros presentes na vida cotidiana, no mais pleno plurilinguismo bakhtiniano. (ROJO, 2013, 17)

Não diferente, a concepção de multiletramentos trazida para as práticas de ensino, amplia os horizontes acerca do papel da escola configurada nessa realidade e repensa a ideia de texto abordada tradicionalmente no ensino de línguas. As novas configurações da sociedade mergulham o aluno em um universo de informações que não se detêm somente ao conteúdo proposto em livros didáticos, gramáticas, dicionários e em currículos não muito eficazes. Em um videoclipe, em um *gameon-line* ou *off-line*, traçando um caminho de hipertextos³ através de *hyperlinks*⁴ na *web*⁵, o aluno tem acesso a múltiplas leituras, e como Moran (1999) refere-se à relação com a mídia eletrônica como algo prazeroso, a aprendizagem do que se joga ou se assiste nos momentos lúdicos se dará de maneira não forçosa.

Convém destacar que nem todo aluno vive essa realidade de acesso às modalidades digitais, mas nem por isso, esse aluno deixa de fazer o que Rojo denomina “multileituras” do seu convívio em sociedade. Reforçando a afirmação da autora, as OCEM – Ensino Médio (2006, p. 97) mostram que “a multimodalidade requer outras habilidades de leitura, interpretação e comunicação, das tradicionais ensinadas na escola”, evidenciando um caráter mais amplo de leitura. Ou seja, o letramento multimodal seria uma forma de tornar o aluno um leitor capaz de se comunicar de

3 Na concepção de Xavier (2003) “hipertextos são dispositivos digitais multimodais e semiolinguísticos (dotados de elementos verbais, imagéticos e sonoros)” (p.285)

4 São mecanismos de leitura que se traçam sem necessidade de linearidade durante a leitura de um hipertexto conectado à *web*. Maiores detalhes em Xavier (2003)

5 “(...) consiste em uma aplicação dos recursos da hipermídia à Internet, combinando os mais variados modos enunciativos (texto verbal, imagem, animação, vídeo, som) em cenários tridimensionais exibidos em páginas eletrônicas”. (*ibidem*, p. 285)

maneira efetiva, diante da complexidade que envolve o processo de leitura dos textos contemporâneos.

3 O ENSINO DE ESPANHOL COMO (LE) NO BRASIL

Com base no que estudiosos interessados nas mudanças inerentes à globalização atentam com os novos paradigmas de leitura de mundo ao acrescentarem o sufixo “multi” aos letramentos, como afirma Rojo (2013, p.08): “Se os textos da contemporaneidade mudaram, as competências/capacidades de leitura e produção de textos exigidos para participar de práticas de letramento atuais não podem ser as mesmas”. Dentro dessa proposta, inicialmente desenvolvida pelo *New London Group*, na qual se entende que múltiplas semioses estão em circulação e em negociação numa nova configuração de sociedade (mais exigente), interpretá-las, então, seria um gesto de leitura crítico, e para que de fato se dê a inclusão por meio disso, o ensino de Línguas Estrangeiras pede assim um novo redirecionamento. Sobre essa questão, as OCEM (2006, p. 87) destacam o seguinte:

As orientações curriculares para Línguas Estrangeiras tem como objetivo: retomar a reflexão sobre a função educacional do ensino de Línguas Estrangeiras no ensino médio e ressaltar a importância dessas; reafirmar a relevância da noção de cidadania e discutir a prática dessa noção no ensino de Línguas Estrangeiras; discutir o problema da exclusão no ensino em face de valores “globalizantes” e o sentimento de inclusão frequentemente aliado ao conhecimento de Línguas Estrangeiras; introduzir as teorias sobre a linguagem e as novas tecnologias (letramentos, multiletramentos, multimodalidade, hipertexto) e dar sugestões sobre a prática do ensino de Línguas Estrangeiras por meio dessas. (OCEM, 2006, p.87)

Para ampliar as perspectivas sobre o ensino de Línguas Estrangeiras, a teoria dos multiletramentos entra como importante

aliada de projetos pedagógicos que visam a compreensão da diversidade cultural presente em uma língua. No caso do Espanhol como (LE), contemplar as variedades linguísticas, tanto peninsular quanto hispano-americana, torna-se uma questão de forte relevância e que pode ser debatida quanto ao seu papel inclusivo e de cidadania.

Outro ponto a ser considerado diz respeito às estatísticas que colocam em número representativo os usuários da língua espanhola a nível global, pontuando questões que envolvem a relação dos falantes e dos aprendizes com as múltiplas linguagens.

No relatório feito pelo Instituto Cervantes em 2017, o espanhol ocupa uma posição de destaque em número de usuários ao redor do mundo. O estudo intitulado “El español: una lengua viva”⁶, que vem sendo realizado desde 2012, revela dados atualizados sobre número de hispano-falantes nativos e, também estudantes de Espanhol como (LE). O último relatório revelou que 7,8% da população mundial é de falantes do espanhol, sendo esse número formado por nativos e aprendizes. Mais de 447 milhões de pessoas têm o espanhol como sua língua materna (Instituto Cervantes, 2017, p.05). Um fato que chama atenção nessa pesquisa é que, nos Estados Unidos, o espanhol é o idioma que mais se estuda nas escolas.

Outro dado que vale ser destacado nessa pesquisa é o que se refere aos usuários de redes sociais no mundo. O relatório mostrou que 7,7% de usuários de Internet se comunica em espanhol, sendo a língua espanhola a segunda mais utilizada nas principais redes sociais, como *Facebook* e *Twitter* (Instituto Cervantes, 2017, p.32). Percebe-se aí, que, a distância não é mais a principal barreira que separa pessoas de diferentes culturas. A presença do espanhol na vida de falantes de outras línguas, assim revela o estudo, está cada vez mais imbricada a suas práticas comunicativas cotidianas, assim como acontece com sua língua materna.

6 Disponível em: <http://saopaulo.cervantes.es/br/exames_espanhol/info_exam_espanhol.htm> Acessado em: 01/08/2017.

Por meio desses novos textos que circulam em sociedade, se dá o contato e a transmissão de experiências com a cultura do outro, no constante trânsito de identidades que não se limita apenas a fatores geográficos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, trazer à discussão esses novos letramentos por meio desses estudos sobre sua relação com o ensino de línguas, seria uma forma de apontar para alternativas mais condizentes com a realidade propiciada por essa diversidade de linguagens em constante processo de mudança, e que exigem um leitor mais atento, mais preparado para decodificá-las. Caso contrário, assim como apontam tais estudos, o ensino de línguas estaria na contramão dos sucessivos movimentos de transformação social, e consequentemente, retirando dos estudantes a oportunidade de conhecer, de forma enriquecedora, outros idiomas, outras culturas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. 5ª edição. Campinas, SP; Editora Pontes, 2008.

BRASIL, *Linguagens, códigos e suas tecnologias*/ Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 1)

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. _____. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1.

COPE, B.; KALANTZIS, M. Multiliteracies: New Literacies, New Learning. Pedagogies: Na *International Journal*, v.4(3), p.164-195, 2009a.

CHESNAIS, François. *A globalização e o capitalismo de fim-de-século*. Economia e Sociedade – Revista do Instituto de Economia da Unicamp.

Campinas, n. 5, p 1-130, Dezembro de 1995.

EDGAR, Andrew, SEDGWICK, Peter. *Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entende o mundo contemporâneo*. Tradução: Marcelo Rollemberg. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991. – (Biblioteca básica). _____. *O mundo na era da globalização*. Trad. Saul Barata. 4ª ed. Lisboa: Presença, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções*. 9ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

LOPEZ GOPAR, M. E (2007). *El alfabeto marginante en la educación indígena: el potencial de las multilectoescrituras* (Themarginalizingalphabet in indigenouseducation: thepotencialsofmultiliteracies). *Lectura e Vida: Revista Latinoamericana de Lectura (Reading and Life: LatinamericanJournalof Reading)* 28 (3) 48-57.

MORAN, J. M. *O uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação na EAD – uma leitura crítica dos meios*. Palestra no evento “Programa TV Escola – Capacitação de Gerentes”. Realizado pela COPEAD/SEED/MEC em Belo Horizonte e Fortaleza. 1999.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. 5ª edição, São Paulo: Editora Contexto, 2013.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PETTER, Margarida. *Linguagem, língua, linguística*. p. 11-24. *Introdução à linguística/ José Luiz Fiorin (Org.)*. – 6ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PRIETO, L. C. M. *Letramento multimodal via tradução e ensino de literatura na terceira idade*. p. 35-56; *Letramentos e mídias: música, te-*

levisão e jogos digitais no ensino de língua e literatura/ Vanderlei J. Zacchi; Vera Helena Gomes Wielewick. (Org.). Maceió: EDUFAL, 2015.

RIBEIRO, Ana Elisa. *Textos multimodais: leitura e produção*. 1ª edição. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

ROJO, Roxane. Cenários futuros para as escolas. Artigo publicado em 2013 no Cadernos Multiletramentos., Fundação Telefônica: São Paulo. _____ . *Escola Conectada. Os multiletramentos e as TICs.* / Adolfo Tanzi Neto; [et.al].; Organização: Roxane Rojo. – 1. Ed. – São Paulo: Parábola, 2013.

SANTAELLA, Lucia. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Editora Paulus, 2003.

SANTOS GARGALLO, I. *Lingüística aplicada la enseñanza-aprendizaje de español como lengua extranjera*. 3ª edição. Madrid: Arco Libros, 2010.

SOARES, M. *Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura*. *Educ. Soc.*, Campinas, (online). 2002, vol. 23, p. 143-160.

TURNER, Graeme. *Cinema como prática social*. Tradução: Mauro Silva. – São Paulo: Editora Summus, 1997.

VIEIRA, J.; SILVESTRE, C. *Introdução à Multimodalidade: Contribuições da Gramática Sistêmico-Funcional, Análise de Discurso Crítica, Semiótica Social*. Brasília, DF. 2015.

XAVIER, A. C. *Hipertexto e intertextualidade*. *Cad. Est. Ling., Campinas*, (44): 283-290, Jan./Jun. 2003



Norma, exclusão e biopolítica: um olhar sobre os discursos em torno da morte de pessoas trans no Brasil

▲ *Ygor Santos de Santana*
Emilly Silva dos Santos

INTRODUÇÃO

O Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais no mundo, o número de assassinatos é três vezes maior que o segundo colocado no ranking mundial, segundo informações da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transsexuais). Ao partirmos de uma perspectiva pós-estruturalista, não podemos ler os assombrosos dados de transfobia no Brasil enquanto fatos isolados, ao contrário, devem ser considerados em associação a um contexto social, histórico e cultural mais amplo. Este estudo principia-se da hipótese de que os altos números referentes

ao assassinato de pessoas transexuais não são despropositados, mas fazem parte de um minucioso cálculo biopolítico, ou seja, entendemos que a excludente gerência política da vida biológica atua de forma incisiva sobre as vidas *trans*, pois são lidas com não normais.

As reflexões aqui tecidas têm o intuito de contribuir para a compreensão do significado das mortes de pessoas *trans* nas sociedades de normalização, notadamente a brasileira. Sob o signo da biopolítica, algumas questões se levantam com urgência, a saber: i) qual o papel do Estado na produção de violências simbólicas e físicas que têm acarretado o genocídio da população *trans*? ii) em que medida essas vidas são tiradas como punição por conta da subversão de suas corporeidades associadas a performances de gênero e sexualidade ditas anormais? Para pensar as questões aventadas, além de construirmos um raciocínio que passará pelos conceitos de gênero (BUTLER, 2018; MISKOLCI, 2009), de norma e de biopolítica (FOUCAULT, 2005[1999]).

Para contribuir com a construção do pensamento aqui proposto, direcionaremos nossas análises aos dados coletados pela ANTRA, uma vez que para além de se tratar da maior rede de apoio a pessoas transexuais e travestis no Brasil, desenvolve um importante trabalho de denúncia da violência a qual essa população está exposta. Não contamos, no Brasil, com informações oficiais sobre o assassinato das pessoas *trans* e a ANTRA, para suprir a ausência de informações, desenvolveu um mapa virtual, o qual é alimentado continuamente com notícias que tratam dessas mortes. Nossa análise se voltará para os dados da região nordeste, divulgados entre janeiro e agosto de 2018, momento em que se deu a escrita desse trabalho. Realizaremos uma análise discursiva de base majoritariamente foucaultiana (FOUCAULT, 2013), que resultará em gestos de leitura qualitativos e quantitativos das informações coletadas pela associação.

O trabalho está disposto em duas seções teóricas e uma seção de análise. Em nível teórico discutiremos conceitos pertinentes a análise de discurso foucaultiana numa relação dialética entre

o tema da normalização e a matriz de gênero vigente, que resultam do caráter excludente da gestão política de vidas biológicas. Em nível analítico, perceberemos como as marcas linguísticas, na superfície dos enunciados (as notícias divulgadas pela Antra), apontam para formações discursivas que põem em circulação a construção, desconstrução ou reforço a norma biopolítica e a identidade de gênero dos transexuais assassinados.

1 O PERIGO DO DISCURSO: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Ao pensarmos a linguagem, sob o prisma da análise do discurso foucaultiana, atentamo-nos não a estrutura ou aos sistemas da língua, antes, a concepção de linguagem deste campo de estudo irrompe dos usos, do seu funcionamento histórico, do que fazemos com a linguagem. No percurso do pensamento de Foucault essa concepção de linguagem se vincula, intrinsecamente, ao contexto em que se dão às práticas não linguísticas. Isto é, o autor propõe uma abordagem de análise histórica que nivela às práticas discursivas na baliza das não discursivas, atentando-se, principalmente, àquelas por meio das quais se exerce o poder (FOUCAULT, 2007[1966]).

Nessa visada, podemos afirmar que o analista, ao se propor a realizar uma descrição arqueogenealógica da linguagem, como aponta Gregolin (2003, p. 13), deve tomar o discurso como sendo “uma prática social, historicamente determinada, que constitui os sujeitos e os objetos”, enfocando-o em sua historicidade, em sua dispersão, em sua materialidade. Portanto, analisar o discurso significa dar conta de relações históricas, de práticas muito concretas que estão vivas no interior do próprio discurso. É preciso que o analista se questione sobre a possibilidade de circulação daquele determinado discurso, bem como sobre a atribuição de valor histórico-social de verdade a ele, como os diferentes grupos sociais se apropriam daquele discurso e sobre como rompem com eles.

O estabelecimento de determinadas práticas discursivas depende, decisivamente, de um conjunto de condições de existência. Assim, os objetos de análise precisam ser desdobrados, isolados ou agrupados. É mister, ainda, estabelecer relações, reuni-los segundo os níveis de pertinência, com vistas a fazer emergir as condições históricas de surgimento dos objetos. É esse caráter da análise arqueogenalógica que permite chegar às condições “que fizeram [fazem] que em um determinado momento somente determinados enunciados tenham sido [sejam] efetivamente possíveis e outros não” (CASTRO, 2016, p.177).

O discurso é um conjunto limitado de enunciados – e estes são a unidade básica do discurso – para os quais se pode definir um conjunto de existência e que provém de um mesmo sistema de formação (MUSSALIM, 2012). A constituição do discurso está marcada por enunciados que o antecedem e o sucedem, que emergem como um acontecimento do qual nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Atribuir ao enunciado o lugar de unidade do discurso, “trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência [...], de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui” (FOUCAULT, 2013, p. 31).

Ao descrever a formação dos enunciados, Foucault (2013) aponta que eles são diferentes em sua forma e estão dispersos no tempo, o que os agrupa enquanto conjunto é o fato de referirem-se a um único e mesmo objeto. Quando se pode especificar uma regularidade na descrição de um certo número de enunciados que se relacionam a um sistema de dispersão semelhante e, no caso em que, “entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas se puder [também] definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva” (FOUCAULT, 2013, p. 47).

A produção de textos, de falas, de coisas pronunciadas ou escritas, em qualquer momento ou lugar da história supõe sempre

lutas, vitórias, ferimentos, dominações e servidões, o que reafirma a condição primordial do discurso como luta e não como um reflexo ou expressão de algo. Assim sendo, em concordância com Foucault, compreende-se que a tarefa do analista do discurso, em seu processo de descrição do enunciado, é a de atentar para as ações que constituem a produção discursiva, a saber: i) a inscrição radicalmente histórica das coisas ditas; ii) a condição inapelável dos discurso como prática; iii) a materialidade dos enunciados; iv) a luta travada na e pela constituição de sujeitos de determinadas verdades e discursos (FISCHER, 2013).

As práticas discursivas não podem ser examinadas se extraídas e isoladas de uma locação situada histórica e socialmente, visto que “elas tomam corpo no conjunto das técnicas, das instituições, dos esquemas de comportamento, dos tipos de transmissão e de difusão, nas formas pedagógicas que, por sua vez, as impõem e as mantêm” (FOUCAULT apud. CASTRO, 2016, p. 119). Essas práticas emergem e funcionam a partir e por meio de uma trama de relações de poder, nas quais se engendram relações de saber.

2 GÊNERO E BIOPOLÍTICA: ENTRE NORMALIZAÇÃO E EXCLUSÃO

Esta seção discutirá os temas do gênero e da sexualidade a partir de uma perspectiva *queer*, evidenciando a sua característica de serem discursivamente produzidos por um dispositivo que atua através de práticas normalizadoras, as quais constroem uma “verdade” sobre o sexo, que define e classifica as existências entre normais e abjetas (*queer*). Essa perspectiva tem por objetivo propor uma análise da normalização, deslocando o olhar daqueles que são considerados anormais para investigar os próprios processos de construção das fronteiras entre o normal e o anormal, por meio das quais se produz a exclusão dos corpos que subvertem os limites estabelecidos para as formas possíveis de existir (MISKOLCI, 2009).

Olhemos, primeiro, para a categoria gênero. É preciso perceber que esse termo não aponta para algo ontológico, já inscrito nos corpos pela própria natureza, de forma pré-discursiva. Com efeito, ele é resultado de uma formação específica de poder que define os gêneros possíveis e os atos constitutivos de cada um. Diferentemente de uma naturalidade, portanto, o gênero é uma construção que se dá por meio de uma série de atos, que podem ser chamados de performativos, eis que é por meio deles que a categoria formada pelo dispositivo é repetida e realizada. O poder, portanto, relaciona-se diretamente com as questões de gênero, porém não somente estruturando a permuta entre categorias prévias, como homem e mulher, o Sujeito e um Outro, mas, antes mesmo disso, produzindo essas categorias mesmas e definindo as identidades possíveis (BUTLER, 2018).

Dispositivo, de que falamos no parágrafo anterior, é um termo cunhado por Foucault para indicar uma rede constituída por um conjunto de práticas discursivas e não discursivas que definem uma verdade sobre um determinado tema. É a soma dos diversos ditos, mas também dos não ditos, que constitui o dispositivo. Há, nesse sentido, uma rede discursiva que forma um dispositivo de poder que produz as categorias de gênero conhecidas, definindo o conjunto de atos que precisam ser realizados pelos corpos para que possam adequar-se a elas e, a partir disso, serem inteligíveis e normais. O dispositivo que define o gênero tem por efeito delimitar o espaço da normalidade, dentro do qual os corpos são aceitos, são identidades possíveis.

Com isso em mente, percebe-se que com a modernidade ocorre a formação de um dispositivo de sexualidade, por meio da proliferação de discursos sobre o sexo, por meio dos quais se produz uma verdade sobre o sexo. Formam-se, nesse contexto, saberes voltados a disciplinar e regulamentar a sexualidade, como é o caso da psiquiatria, da sexologia e da criminologia, que são pensados como saberes classificatórios a partir dos quais se poderá distinguir o normal e a perversão nesse campo discursivamente construído (FOUCAULT, 2017). Essa distinção ocorre

pela formação de uma norma, de um padrão sobre a sexualidade considerado normal e verdadeiro e que, por isso, coage os corpos a se adequarem. Embora construída a partir dessa proliferação discursiva que mencionamos, essa verdade sobre o sexo se apresenta como algo pré-discursivo, como possuindo existência natural e anterior à sociedade e que possuiria características intrínsecas.

Há, pois, um processo de ocultação da vontade de verdade que produz a categoria sexo, por meio de um conjunto de mecanismos que excluem aqueles que tentam expor a sua ação e desnaturalizar a categoria por ela produzida. Essa exclusão é operada por meio de uma rede coercitiva de discursos e práticas que regem nossa vontade de saber, controlando a verdade que será produzida por elas, como, no caso, as categorias da sexualidade, punindo aqueles que delas se afastam. O sexo, pois, é apresentado como algo natural e definidor do corpo dos indivíduos, que lhes confere inteligibilidade. O sujeito é apresentado como naturalmente sexualizado e generificado, segundo a ficção de uma unidade entre sexo, gênero e desejo que lhe conferiria seu sentido universal. A teoria *Queer* opõe-se a essa concepção fundacionista do sujeito, para evidenciar os processos normalizadores que produzem as categorias de sexo e gênero como formas de hierarquizar os corpos e restringir os seus modos de existir. Propõe, sim, uma analítica da normalização, que desnaturalize e exponha a vontade de verdade que constrói essa estrutura (BUTLER, 2018).

Essa norma, que trabalha sutilmente, embora não sem alguma dose de coerção, para delimitar as identidades e apresentá-las como naturais, atua por meio da constituição de um domínio de normalidade, dentro do qual as existências são consideradas aceitas. Isso, porém, ocorre por meio da delimitação de uma fronteira entre o normal e o anormal, de modo que um é necessário à existência do outro, na medida que é em oposição ao anormal que o normal se define enquanto tal. A homossexualidade, portanto, não é uma categoria natural, mas construída dentro do dispositivo de sexualidade que define a heterossexualidade como

norma, de modo que é preciso que determinadas pessoas sejam classificadas como anormais para que outras, de maneira oposta, sejam tidas por normais. Ela, por isso, não é algo fora do dispositivo de sexualidade, mas, precisamente, uma construção dele, de modo a confirmar a normalidade de outras existências.

A ordem social da modernidade apresenta-se como uma ordem sexual, que produz, dentro da mesma economia fálica, a heterossexualidade e a homossexualidade, como dicotomia normal/anormal, para que, pela oposição das categorias, sejam definidas as categorias possíveis de sujeito, desejáveis ou não. Essa ordem é forjada segundo o dispositivo de sexualidade atuante, apresentando-se como uma ordem heteronormativa, que pressupõe a heterossexualidade como norma natural que funda a sociedade. Não se resume à heterossexualidade compulsória, que é apenas um de seus componentes, englobando todo o conjunto de expectativas de que as pessoas sejam heterossexuais e que organizem a sua vida segundo essa norma, mesmo aquelas não heterossexuais. Por essa razão, mesmo alguém não heterossexual pode estar inserido na heteronormatividade, ao regrear suas relações conforme o modelo heterossexual (MISKOLCI, 2009).

Além disso, interessa-nos a noção de biopolítica e compreendê-la passa pelo entendimento de que a análise foucaultiana do poder está centrada em seu funcionamento. A biopolítica é o modo como se passa a racionalizar os problemas colocados para a prática governamental, o exercício da política sobre a vida forma uma massa global – população – que é afetada por processos de conjunto que são próprios da vida. Fenômenos como a produção, a doença, a natalidade, a longevidade, passam a ser de interesse político, visto que no escopo do modelo econômico capitalista se quer utilizar a população enquanto máquina para produzir bens, riquezas e outros indivíduos (FOUCAULT apud CASTRO, 2016, p. 193).

No sistema político, econômico e social da monarquia, anterior a formação do estado moderno, tinha-se um poder de soberania, que atribuía ao soberano um poder de fazer morrer e

de deixar viver. No estado moderno, com a biopolítica e com a captura do homem enquanto ser vivo, o que se verifica é que o poder político – deslocado, segundo Agamben (2002), para a figura da nação – funciona a partir de um fazer viver e de um deixar morrer (FOUCAULT, 2005). Destacar a figura do soberano ou da nação, não significa dizer que o poder procede de uma fonte única, antes, a concepção foucaultiana do poder entende que “ele se materializa horizontalmente no conjunto das práticas discursivas e não discursivas dos diferentes tecidos societários” (CANDIOTTO, 2011, p. 81). As práticas reguladoras da sociedade se manifestam em circuitos de poder, que ao mesmo tempo em que provocam efeitos de poder em processos de subjetivação possibilitam a formação estatal, como a conhecemos na modernidade, por exemplo, e que possibilita que o poder estatal atue diretamente sobre o homem, enquanto espécie.

O direito de fazer viver e de deixar morrer é um poder regulamentador que age sobre a população com vistas a torna-la operante, seja por meio da geração de corpos aptos para a produção, seja por meio da eliminação de corpos inúteis. Nesse sentido, podemos dizer que o poder em sua forma moderna, para Foucault, se exerce no domínio da norma, não apenas reprimindo uma individualidade ou uma natureza já dada, mas, positivamente, a constituindo, a formando (CASTRO, 2016).

O poder, nas sociedades de normalização, como a brasileira, elege e estabiliza uma determinada norma social de acordo com seus interesses econômicos e os que não se encaixam são subjugados, como ainda é o caso do que se entende socialmente por transexuais. O processo de normalização se dá por intermédio da aplicação de técnicas disciplinares sobre os corpos dos indivíduos, com vistas a produzir corpos dóceis, bem como por meio da biopolítica, que atua gerenciando a vida da população. A biopolítica garante a reprodução e a longevidade dos indivíduos, normalizando-os, e relega os corpos abjetos a um deixar morrer. O Estado não pratica a ação efetiva de tirar a vida dos corpos lidos como anormais, mas os mata ao não garantir a manutenção de suas vidas.

3 DISCURSO E EXCLUSÃO: UM OLHAR SOBRE OS RELATOS DE MORTES DE PESSOAS *TRANS*

Os dados que serão analisados na presente seção foram produzidos a partir de um mapeamento realizado pela Antra, como dito anteriormente. A sua escolha justifica-se por serem as suas informações as mais recentes e abrangentes no que trata de morte de transexuais e travestis, não havendo dados produzidos pelo Estado sobre a questão. Por conta disso a associação não conta com nenhum apoio institucional para realizar essa tarefa, de modo que as informações são coletadas diretamente pela própria associação. A coleta se dá por intermédio de pesquisa em mídias impressa e virtual, bem como por grupos de apoio como é o caso das afiliadas da Antra (a exemplo da Associação Sergipana de Travestis e Transexuais – ASTRA) e da Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI (RENOSP LGBTI) e por outros meios (e-mail, facebook, whatsapp).

Por não contar com suporte das instâncias oficiais, os dados produzidos pela ANTRA não são capazes de abranger a totalidade dos casos de mortes de pessoas *trans*, o que leva ao que se chama em Criminologia de cifra oculta (BARATTA, 2011), que corresponde aos casos que ocorrem, mas que não são contabilizados nas estatísticas. Isso indica que o número de assassinatos transfóbicos é sensivelmente superior àquele de que se tem conhecimento. Diferentemente, porém, as violências cometidas contra mulheres e pessoas negras possuem registros em levantamentos oficiais, o que possibilita um conhecimento mais preciso das violências praticadas contra eles, reduzindo a cifra oculta.

A cifra oculta pode também ser lida como uma construção discursiva. Foucault (2014) nos diz que toda produção discursiva se sustenta sobre um não-dito, um discurso ao ser posto em circulação silencia a produção de outras possibilidades discursivas que estão, necessariamente, implicadas por ele. A gerência política da vida, nas sociedades ocidentais, produz uma norma que elege como sujeito social o branco, o homem e o heterosse-

xual, como dito na seção 2. Toda norma, porém, precisa de um Outro que lhe dê condições de existência (BUTLER, 2018), ou seja, a instituição desse sujeito social ideal implica na existência de sujeitos negros, mulheres e homossexuais. Os Outros são considerados socialmente, mesmo que em termos de exclusão. No entanto, as pessoas transexuais e as travestis não estabelecem nenhum tipo de relação com a norma social vigente, o que os torna estranhos, inteligíveis.

Quando as instituições oficiais, por meio de agências como IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e ONU Mulheres Brasil, contabilizam, esquematizam e divulgam dados sobre minorias como mulheres e negros, há um reconhecimento desses grupos como pertencentes àquela ordem social, por meio da exclusão. Ao mesmo tempo em que se deixa de contar uma outra história, em que se apaga as narrativas vivenciadas fora das fronteiras da norma estabelecida. Não produzir informações sobre os assassinatos de pessoas *trans* põe em circulação o discurso essencialista que, ao mesmo tempo que define as identidades normais e anormais, invisibiliza o dito abjeto, as anti-identidades, de modo que se reforça a norma social vigente.

A ausência de um levantamento oficial, institucionalizado e com suporte para acesso à informação de forma ampla, desemboca na produção de uma cifra negra. É impossível, em termos quantitativos, gerar dados reais sobre as mortes de pessoas *trans*. O levantamento da Antra, nesse sentido, é ilustrativo, uma vez que além de recente (2017 e 2018), é manual, individual e diário, o que torna o acesso a informação limitado. Para além de assinalar um número opulento de assassinatos que acometem a população *trans*, o mapeamento da Antra denuncia uma exclusão dessas pessoas por meio da invisibilização e silenciamento de suas mortes.

Mesmo com o silenciamento e a invisibilização dessas mortes, o Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais no mundo, de acordo com a ONG Internacional TransgenderEurope (TGEU). Essa entidade não governamental apontou que entre os anos de

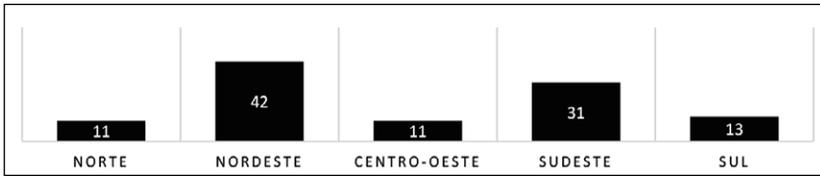
2016 e 2017 o Brasil lidera o Ranking mundial de assassinatos de travestis e transexuais, sendo o responsável por 52% das mortes. O primeiro gesto de mapeamento da Antra acompanhou os assassinatos ocorridos no ano de 2017. Antes da iniciativa dessa instituição, os únicos registros que se tinham eram os do Grupo Gay da Bahia, que em 2008 noticiou 58 assassinatos de pessoas trans. O número subiu para 99 em 2010 e chegou a 179 de 2017. O aumento entre 2008 e 2017 foi de quase 200 por cento.

Os dados do primeiro mapeamento realizado pela Antra apontam que a prática da violência incorre de forma mais efetiva sobre corpos que somam abjeções. Vejamos, 94 por cento assassinatos de pessoas *trans* mapeados em 2017 sucedeu sobre a vida de travestis e mulheres transexuais e em 80 por cento dos casos as pessoas foram identificadas como negras e pardas. A interseccionalidade se apresenta como definidora das mortes. A idade é uma outra característica que se destaca, o Mapa aponta que 67,9% das vítimas tinham entre 16 e 29 anos e que nenhuma das vítimas superou os 53 anos. Em termos regionais, a maior concentração dos Assassinatos foi contabilizada na região nordeste, com 69 assassinatos, seguido da Região Sudeste com 57, Norte e Sul com 19 casos e Centro-Oeste com 15 assassinatos.

A exclusão e a invisibilização não se dá apenas no que diz respeito ao número de mortes e ao noticiamento, mas também no modo como essas notícias são construídas. No ano de 2017, 68% das notícias em mídias e jornais não respeitaram as identidades de gênero e os pronomes de tratamento adequados às pessoas *Trans* nas matérias vinculadas.

A nossa análise se atentará de forma mais direta para os dados gerados pelo mapeamento 2018, que ainda está em curso. Isso porque nosso interesse se centra sobre a atualidade dos dados. Apreciaremos, portanto, para os informes sobre as mortes de pessoas *trans* catalogados pela Antra de janeiro a 30 de agosto de 2018. Podemos perceber, já numa primeira leitura dos dados, que algumas regularidades se mantêm. Vejamos o gráfico.

Gráfico 1 – Morte de pessoas trans por região no Brasil



Em 2018, no espaço-tempo de recorte deste trabalho, 108 assassinatos foram mapeados. O Nordeste continua se apresentando como a região que mais mata pessoas transexuais e travestis, em números absolutos. Devido à proeminência do Nordeste, centraremos nossa análise nas notícias que informam as mortes nessa região. A interseccionalidade marca as mortes que aí ocorreram, há uma tripla invisibilização, a abjeção dos corpos transexuais é ampliada se esses forem, também, marcados pelo Outro da raça e do gênero, negros e mulheres. Soma-se o Outro e o não ser. Dos 42 assassinatos de pessoas *trans* acontecidos no Nordeste, 38 das vítimas foram identificadas como sendo mulheres, sendo que não foi possível identificar o gênero de apenas uma vítima. E 19 eram negros, sendo que sete pessoas não tiveram sua raça assinalada. Entre as que possuíam informação sobre a idade, 21 vítimas tinham menos de 35 anos e apenas quatro ultrapassavam essa marca.

Em termos qualitativos, buscamos analisar o *corpus* selecionado, tendo em vista a seguinte pergunta norteadora: Quais os efeitos de sentidos construídos a partir da relação entre enunciados nas notícias apresentadas e quais os discursos permitem a circulação de tais enunciados? Este trabalho pretende desvelar os discursos que circundam a morte de pessoas *trans* no Brasil, tentando responder a tais questionamentos.

Apesar de nossa análise incidir sobre todas as notícias que informaram o assassinato de pessoas *trans* no Nordeste, em 2018, traremos aqui alguns excertos ilustrativos dos gestos de qualitativos de interpretação dos dados. As notícias serão transcritas *ipsis litteris* a postagem no site da Antra, com nossos grifos realizados em itálico.

Algo que se torna manifesto ao longo de todas as notícias é o caráter violento dos assassinatos, o que aponta o discurso de ódio contra essas pessoas como principal motivação. Para além da morte, percebe-se uma tentativa de macular esses corpos, marcando-os como não dignos de viver. O número excessivo de golpes desferidos contra esses corpos e a execução, muitas vezes, realizada por mais de uma pessoa falam sobre a negação do direito ao corpo e à identidade. O ódio característico dos assassinatos relatados reforça a lógica biopolítica que atua sobre esses corpos. Na construção de uma norma biológica, existe o Sujeito e o Outro que se opõe a ela, mas que, ao mesmo tempo, a sustenta. Além destes, porém, existem aqueles corpos que se situam completamente fora do regime de verdade (FOUCAULT, 2014) instituído por essa norma, situando-se fora do espaço das identidades possíveis. Assim, não há lugar no grupo social para aqueles que não se relacionam como a norma nem em termos de confirmação, nem de oposição, razão pela qual o biopoder invisibiliza esses corpos por meio de práticas discursivas e não discursivas, como revela o seu extermínio do grupo social.

- (1) Uma travesti de aproximadamente 22 anos, foi encontrada morta numa vala na Zona norte de Recife, o corpo foi encontrado por moradores do bairro, *pedras manchadas de sangue no local do crime, apontam que apedrejamento como principal fator da morte.*
- (2) Uma travesti foi encontrada morta, na manhã desta sexta-feira (09), as margens de uma barragem, no sítio Serrote, zona rural de Craíbas Agreste do Estado. De acordo com moradores, a vítima de 18 anos, *foi morta a pauladas. O corpo apresentava marcas de fortes lesões e a cabeça totalmente desfigurada pelas agressões.*
- (3) Foi assassinada a pedradas a travesti Sheila que morava na cidade de Buriticupu, interior do Maranhão. A que tudo indica o homicídio foi por transfobia. Na noite de 23 de agosto dois jovens espancaram até Sheila desmaiar e logo depois usaram uma pedra de aproximadamente 7 kg e amassaram sua cabeça com essa pedra.

Muitos desses assassinatos brutais foram executados na casa, na rua ou no bairro das vítimas e essas foram mortas na

execução de suas atividades cotidianas. A casa emerge para a humanidade, desde o período paleolítico, como meio de refugiar-se dos perigos e ameaças que se abatiam sobre si (TAVEIRA, 2017), como sendo um lugar de proteção, de conforto. Entretanto, para aqueles que borram o valor de verdade atribuído as normas de gênero, não há lugar na cidade. É negado o direito ao lar. A construção de não pertença se reforça quando a violência, nega não somente a vida, mas, também, aquele que deveria ser seu espaço de existência. As travestis e transexuais, seja em vida ou em morte, são relegadas a um não lugar. Os espaços arquitetônicos da cidade não são pensados para as acolher: i) os espaços comuns são perigosos; e ii) não são consideradas socialmente dignas dos espaços individuais.

(4) *A vítima foi encontrada morta dentro de sua residência na Zona Oeste de Recife, a vítima levou 8 facadas no pescoço.*

(5) *Uma travesti foi morta a facadas dentro de casa, na noite de sábado (7), no bairro Ponto Central, em Feira de Santana, a cerca de 100 quilômetros de Salvador.*

(6) *Por volta das 11h do domingo (15), o corpo da vítima de 23 anos foi encontrado pela mãe na casa em que ele morava no Loteamento Jardim Mariana, região do Conjunto Marcos Freire II, em Nossa Senhora do Socorro (SE). Segundo a Polícia Militar, o corpo tinha marcas de espancamento e o suposto homicídio poderia ter ocorrido no sábado (14).*

Os exemplos mencionados até aqui revelam a atuação da norma biopolítica na gestão desses corpos considerados abjetos por meio de práticas não discursivas que lhes negam a existência e o direito ao corpo. O apagamento dessas identidades opera-se, também e antes, pela via de práticas discursivas, em enunciados que marcam em sua superfície linguística uma verdade estabelecida socialmente sobre o sexo, produzindo um apagamento das identidades não-binárias. Por diversas vezes, na construção linguístico-discursivo das notícias, o processo de construção do objeto de recursos lança mão de estratégias de referenciação que

não respeitam as identidades de gênero. O uso do pronome no masculino ou a marca desinencial no masculino para se referir a uma mulher *trans*, por exemplo. Ainda, em enunciados formulados textualmente por processos de referenciação que obedecem às identidades de gênero dessas pessoas, mas põem em destaque o nome de registro e não o nome social.

A luta pelo reconhecimento do nome social de pessoas *trans* remonta a um longo histórico de tensões e enfrentamentos. Antes de 2018, nunca houve um caso paradigmático sobre a questão do direito ao nome, o que havia era um entendimento judicial difuso que convergia no sentido de que a alteração do nome de registro dependia da cirurgia de redesignação de sexo. Essa regularidade do entendimento judicial reforça a norma de que a constituição do Eu deve estar vinculada a uma coerência entre o sexo, o gênero e o desejo. A primeira grande vitória na luta pelo direito ao nome se efetivou em 1º de março de 2018, por meio do acórdão proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275 que prevê a possibilidade de mudança de nome independentemente da realização da mudança de gênero. Nas práticas cotidianas, porém, um caminho ainda muito longo precisa ser percorrido. Como se pode perceber na superfície linguística dos enunciados⁷ e ⁸, nos quais as marcas linguísticas não são utilizadas em alinhamento a identidade de gênero da vítima. Além disso, elege o nome atribuído em seu registro civil como mais adequada forma de nomeação do que o nome social, ao lançar mão da construção frasal “a polícia sabe que a vítima tem o primeiro nome de Cristiano, mas é conhecida na cidade por Pandora”, na qual se percebe a afirmação do nome de registro como verdadeira identidade e a vinculação biologizante dessa identidade. Do mesmo modo, a construção sintagmática “mais conhecida como Benjamim” indica uma fragilidade da identidade *trans*, apresentada como sendo um apelido, uma forma secundária de reconhecimento, inferior àquela constituída discursivamente como verdadeira, pelos poderes hegemônicos, e afirmada institucionalmente.

Vale destacar ainda, no excerto 7, como é descrita a relação afetiva da vítima com o acusado. É que apesar de ser identificada enquanto uma pessoa do gênero feminino e de o texto indicar que o seu parceiro e agressor é um homem cis, a notícia se refere ao relacionamento entre eles como sendo homoafetivo. A construção desse enunciado emerge de uma produção discursiva que não reconhece a identidade de gênero de Lohane, uma vez que afirma, por meios transversos, tratar-se de um relacionamento entre pessoas do mesmo gênero.

- (7) *Uma mulher identificada como Bianca de Jesus Sousa, mais conhecida como Benjamin*, foi assassinada com duas facadas nas costas. O caso aconteceu na manhã desta sexta-feira (6), na Vila Palitolândia, zona Sul de Teresina.
- (8) Uma travesti foi assassinada a tiros na madrugada desta segunda-feira (21), no bairro Alto das Populares, no município de Santa Rita. De acordo com a Polícia Militar, o homicídio aconteceu na comunidade do Onze e até às 06h26 não havia informações de quem seria o suspeito. De acordo com a prima da vítima, a travesti foi vista pela última vez na noite deste domingo (20), quando passou na rua e parou em frente a casa de familiares. Inicialmente, *a polícia sabe que a vítima tem o primeiro nome de Cristiano, mas é conhecida na cidade por Pandora*.
- (9) *A vítima identificada com Lohane mantinha um relacionamento homoafetivo com o acusado*. De acordo com informações preliminares fornecidas por pessoas próximas, o casal teria tido uma discussão motivada por ciúmes, momento em que o homem teria pego uma faca e desferido mais de um golpe na região da garganta de Lohane. Ainda não se tem informações sobre o paradeiro do acusado.

Nessa regularidade enunciativa, percebe-se uma outra prática discursiva violenta sobre esses corpos anormais. Consiste na deslegitimação do seu modo de vida, ao por em destaque características patológicas ou socialmente desvalorizadas, apresentando-os como doentes ou promíscuos, dando a entender que haveria um nexos causal que justificaria a violência sofrida. Nesse sentido, o fragmento 10 descreve não apenas a violência sofrida, mas afirma que a vítima “se encontrava na casa dos pais e usava sutiã e um

short”, o que remete para a produção de um discurso moralista, construindo a subjetividade desse indivíduo ligada a características depreciadas por esse discurso. Nota-se, nessa perspectiva, que a sua vestimenta se sobrepõe à casa de seus pais, onde se encontrava e que seria um lugar de proteção, especialmente por reportar-se à proteção familiar, reforçando a subtração do seu direito à existência apontado acima. Há, pois, uma violência discursiva que aproxima a violência física da aparência, apresentada como causa e justificativa, funcionando para engendrar as práticas violentas não discursivas enquanto mantém oculto o regime de verdade sobre a sexualidade que produz a exclusão desses corpos.

O trecho 11 alinha-se, também, à produção de um discurso moralista, ao salientar que a vítima era alcoólatra (“sofria com problemas de alcoolismo”), construindo a identidade de Palola como atada a traços depreciados e patologizados. Aqui, então, é o consumo excessivo de álcool que funciona como causa da violência, ligada ao modo de vida de quem o suporta, produzindo as práticas não discursivas, enquanto se mantém a norma de gênero e sexualidade oculta, operando sutilmente sob essa superfície discursiva moralista.

(10) A travesti foi encontrada já sem vida segundo a constatação de profissionais de saúde do SAMU. Ela morava em Juazeiro da Bahia, mas se encontrava na casa dos pais e *usava sutiã e um short*. Os acusados se aproximaram das vítimas a pé e, provavelmente, apanharam uma moto mais à frente.

(11) A vítima tinha 34 anos e populares informaram que ela *sofria com problemas de alcoolismo* e era conhecida na região como «Palola». Eles disseram ter ouvido disparos de arma de fogo.

A unidade das construções enunciativas remete a uma mesma temática e converge para a produção de efeitos de sentido que apontam para a necessidade de invisibilização desses corpos, como forma de sustentar a matriz de gênero vigente, perpetuando, assim, a morfologia social na qual ela se manifesta. Os processos que a concretizam ocorrem tanto no nível discursivo

quanto no não discursivo, os quais não são desconectados entre si, mas se relacionam na medida em que são as práticas discursivas que fomentam as não discursivas. Discursos de várias ordens constituem os enunciados analisados, no entanto, todos na baliza de uma mesma formação discursiva. A FD da qual esses discursos provêm é a heteronormatividade, que estabelece formas normais de vivenciar as experiências de gênero, sexualidade e desejo tanto no corpo individual quanto na massa global que constitui a população, do que decorre, por conseguinte, a produção de corpos e modos abjetos de existir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões tecidas até aqui apontam para a formulação discursiva e ética de um regime de verdade sobre o gênero e a sexualidade que define as existências possíveis, em conformidade com a estrutura binária que constrói em termos de oposição as identidades desejáveis e as não desejáveis. Trata-se da heteronormatividade, que não se resume a heterossexualidade compulsória, mas que dita um modo de vida pautado num determinado padrão de heterossexualidade. Dentro do discurso da heteronormatividade, apresenta-se a coerência entre sexo, gênero e desejo como práticas discursivas que constituem os corpos, normalizando-os. No espaço constituído por essa norma, a heterossexualidade e a homossexualidade se constituem enquanto identidades possíveis, uma desejável e a outra não. Diferentemente, a transexualidade localiza-se fora desse espaço e evidencia os seus limites, denunciando, por conseguinte, a sua característica reguladora e restritiva. A presença de corpos *trans* ameaça a perpetuação dessa norma de gênero, isso porque a abjeção desses corpos expõe o sistema violento e excludente sobre o qual a heteronormatividade se funda, restringindo, desse modo, as possibilidades identitárias, de existência.

Com isso em mente, as análises realizadas apontam para um apagamento sistemático desses corpos, cujas identidades desa-

fiam a heteronormatividade. Esse processo de exclusão desponta num um processo que se desvela num nível discursivo e não discursivo, manifestando-se desde a materialidade dos enunciados até as práticas físicas de violência. Percebe-se um elevado número de assassinatos das existências *trans*, de forma continuada e tendente a aumentar, em um número que pode ser já muito maior dada a existência da cifra oculta, reforçada pelo silenciamento das instâncias oficiais sobre essas violências, como se vê nos gestos de análise quantitativos. Isso aponta para a existência de uma gestão biológica da vida que põe em marcha o genocídio dessas pessoas como forma de promoção da lógica biopolítica. Tudo isso se encaminha para reforçar as fronteiras da heteronormatividade que cercam as possibilidades de existir.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA. *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. Brasil, jan. 2018.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CANDIOTTO, César. Cuidado da vida e dispositivos de segurança: a atualidade da biopolítica. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGANETO, Alfredo (orgs.). *Foucault: filosofia e política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução Ingrid Muller Xavier. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

FISCHER, Maria Rosa Bueno. Foucault. In. OLIVEIRA, Luciano Ama-

ral (org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. 1.ed. São Paulo: Parábola Editora, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014. (Leituras filosóficas).

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as Coisas*: uma arqueologia das Ciências Humanas, Música e Pintura. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 4.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GREGOLIN, Maria do Rosário de Fátima Valencise. *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 11, n^o 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In. MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Ana Cristina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 2.v. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TAVEIRA, Tiago Manuel dos Santos. *A habitação personalizada no Ocidente*: Maison La Roche, Maison de Verre e Casa de Serralves. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Artes. Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa.



O discurso sobre Donald Trump em capas de revista de grande circulação

▲ *Fabio Elias Verdiani Tfouni*

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar os discursos e ideologias de capas de revistas brasileiras de grande circulação sobre Donald Trump através dos aportes teórico-metodológicos da Análise de Discurso (doravante AD) francesa de filiação pecheutiana.

Como a figura e os discursos de Trump têm frequentado bastante a mídia, parece razoável partir da hipótese de que a eleição de Trump é um acontecimento histórico (RASSI, 2012) que precisa ser lido e interpretado. Essa tarefa é assumida pela mídia, na medida em que é o principal meio de produção e circulação social dos sentidos. Dada sua importância, o acontecimento histórico é um evento que merece e deve ser registrado (RASSI, 2012), além de interpretado e compreendido.

Por outro lado, sabemos que existe um discurso em que o jornalismo seria neutro e mostraria a realidade como ela é; a mídia mostraria o fato e deixaria sua interpretação a cargo do sujeito. Como afirma Melo (2004, p. 32), “O estereótipo do texto jornalístico é o texto noticioso. Nele se encontram características textuais buscadas pela imprensa: objetividade, neutralidade e clareza nas informações”.

A análise do discurso não leva em conta a visão descrita acima, pois, de acordo com a AD, nenhum discurso é neutro ou livre de ideologias. Todo discurso é ideologicamente marcado e, nesse sentido, não há literalidade de sentidos ou o óbvio. Logo, pode-se dizer que o discurso midiático, assim como todo discurso, produz evidências de sentido. AAD pretende questionar tal produção de evidências nos discursos (PÊCHEUX, 1995), inclusive no midiático.

Assim, pretendemos fixar nosso olhar em capas de revista a fim de compreender, através de um dispositivo analítico, como as formações ideológicas contemporâneas materializam-se na mídia.

1 METODOLOGIA

Segundo Orlandi (2002), a AD não é uma disciplina positivista, portanto, sua metodologia não se assemelha às chamadas “ciências tradicionais”. Além disso, assumimos, assim como Tfouni (1992), que ela é uma disciplina indiciária (GINZBURG, 2003).

Orlandi (2002) também afirma que a AD não tem como objetivo ser exaustiva na coleta de dados (formação do *corpus*). Segundo a autora, a “exaustividade almejada” seria em sua verticalidade (profundidade) e não horizontalidade (quantidade). Por isso, a cronologia no presente estudo não é um critério de levantamento do *corpus*; logo, as datas das capas não são fatores de seleção ou de ordenamento.

Baseado em Gregolin (2007), podemos dizer que os analistas só podem reunir parte do material empírico disponível e que nenhum deles tem a capacidade de capturar todo o processo discursivo. Logo, eles precisam trabalhar com recortes de dados.

Durante o levantamento do *corpus* fizemos uma busca por capas físicas em livrarias e bancas de jornais, e virtuais na internet. A partir do material empírico coletado, elegemos as capas que forneceriam uma entrada analítica a fim de atingir nossos objetivos.

2 ANÁLISES

Nesta seção, vamos analisar três capas de revista selecionadas para o *corpus* de acordo com informações descritas na introdução e na metodologia. São capas de revistas brasileiras de grande circulação, a saber: *Época*, *Veja* e *Istoé*. A análise inicia-se nos enunciados da capa da revista *Época* - edição 961, de 11/nov/2016.



SD1: Ele Riu por último.

SD2: Ninguém imaginava que Donald Trump pudesse ganhar. Sua vitória gera incerteza nos Estados Unidos e no mundo.

A SD 2 “Ninguém imaginava que Donald Trump pudesse ganhar” indica que a eleição de Trump pode ser tratada como um acontecimento histórico, na medida em que o efeito de sentido denota um evento inesperado que rompe com qualquer expectativa prévia acerca dos rumos eleitorais nos EUA. O termo “ninguém” enfatiza tal acontecimento inesperado através do sentido de tota-

lidade, colocando-o como fora de qualquer previsão possível, fato que torna a eleição de Trump um fato surpreendente e impactante.

A imprevisibilidade da eleição também se liga aos rumos de seu governo, pois a mídia e os institutos de estudos políticos, entre outros, imaginavam poder prever, com uma certa margem de segurança, os atos futuros de cada candidato. Tal previsibilidade não ocorreu com Trump; assim, a afirmação em SD2 expressou intertextualidade com as SDs3 e 4, as quais foram publicadas na próxima capa, cujo conteúdo também oferece sentidos de imprevisibilidade e incerteza.

A SD1 “responde” à SD2, ou seja, se ninguém esperava que Trump vencesse (hipótese até então risível), o enunciado “Ele riu por último” dava um sentido contrário ao indicar que o processo eleitoral culminou em sua vitória. A chamada de capa retoma o interdiscurso “Quem ri por último ri melhor”, que não é dito, mas que permanece implícito. Rir por último, nesse sentido, significa vencer ao final, e possui também o sentido de revanche, até mesmo de vingança.

Passemos à análise dos enunciados da revista Veja, número 2504, de 16/11/2016.



SD3 “O Desafio – Como o mundo torce para que as instituições dos EUA contenham os arroubos de Donald Trump”

SD4 “A incerteza – Como a vitória do bilionário americano energiza a direita populista e nacionalista no mundo”.

SD5 “O Brasil: Como as ameaças protecionistas afetam a nossa economia”

pelos termos “desafio” e “incerteza”, faz os sentidos transitarem pelo campo semântico do medo, da antecipação da espera pelo futuro: efeito de suspense (cf. TFOUNI, 2006). Assim, caberia a outros agentes do *stablishment* e a aparelhos de Estado a contenção desse acontecimento como intuito de tranquilizar os sujeitos. No trecho “instituições dos EUA contenham os arroubos”, a palavra “arroubos” também dá a Trump o perfil de uma figura intempestiva e imprevisível, além de rude no trato com o outro. Os sentidos do termo “desafio” em SD3 guardam ligação como significante “incerteza” em SD4.

A preposição “como” está presente nos três enunciados da capa, e sabe-se que seu uso naturaliza o fato que “o mundo torce...”, ou seja, a naturalização dos enunciados deve-se ao funcionamento da preposição, que dá efeito de sentido de algo já ocorrido, de pressuposto. Não é feita a pergunta “se” o mundo irá “torcer”; o fato já está estabelecido, resta saber como ele se dará.

A SD4 aponta a posição ideológica de Trump como de direita, e uma direita populista e nacionalista. Além disso, o termo “incerteza” destacado nessa SD dá margem à seguinte questão: será a direita populista e nacionalista a nova tendência ideológica dominante no mundo? No entanto, após a palavra “incerteza”, temos um enunciado contrário ao senso de “incerteza”, dado o uso do termo “como” e sua indicação de pressuposição. Dá-se como certo que “a vitória do bilionário americano energiza a direita populista e nacionalista no mundo”, resta saber apenas como tal processo acontecerá. Uma vez que os EUA é a maior potência econômica e militar do mundo, fatos ocorridos lá repercutem em todo o mundo.

A leitura conjunta das SDs 5, 3 e 4 possibilita afirmar que os efeitos das palavras “desafio” e “incerteza” ecoam no Brasil, embora o senso de “incerteza” recaia mais específica sobre a questão do comércio e da economia na relação EUA/Brasil. Tal relação, no governo Trump, pode trazer resultados negativos para o Brasil. Isso é depreendido do significante “afetam”. Além disso, podemos dizer que os termos “desafio” e “incerteza” indicam algo pro-

jetado para o futuro, ou seja, uma antecipação (PÊCHEUX 1993) das possíveis ações de Trump a partir do seu discurso prévio.

Passamos agora para a análise da capa da revista Isto é, número 2433, de 22/jul/2016



SD06 “O mal que Trump pode causar ao mundo”.

SD07 “Ele é o maior retrato do retrocesso de ideias que toma conta das nações desenvolvidas”.

Os sentidos da SD6 significam Trump como um “mau sujeito” (PÊCHEUX1995) ao intertextualizar o desafio (SD3) e a “incerteza” (SD4), inclusive, os termos “desafio” e “incerteza” estariam sendo substituídos por um “mal potencial” a partir do uso de “pode”. Ao mesmo tempo em que a incerteza é significada a partir do mal, ela também é reforçada por algo que ainda não aconteceu, mas que permanece no horizonte pelo uso do termo “pode”.

O termo “retrocesso” na SD7 ecoa uma memória discursiva de posições políticas opostas: Progressistas x Conservadores. Aqui, o perfil de Trump demonstra um presidente conservador de direita.

Essa posição evidenciaria o mau sujeito, uma vez que suas ações de governo poderiam resultar em um “mal” não só para os EUA, mas para o mundo. O mal escrito com a letra “l” situa

a identidade de Trump no campo da perversidade; então, as revistas analisadas estariam caracterizando-o de forma negativa. Assim, a tratar Trump de forma negativa, a revista estaria se posicionado contra ele. Embora Trump e a revista possam ser caracterizados como de direita, ambos ocupariam posições diferentes dentro desse espectro ideológico.

Ao analisar esse embate de posições, lembramos que Žižek (2000) afirma que a extrema direita funciona como o que não pertence mais à política liberal tradicional, como o que está fora do jogo político. Nesse sentido, a extrema direita configura-se como o elemento que dá uma face respeitável e aceitável ao liberalismo; assim, o ódio à extrema direita legitima a direita liberal tradicional. Žižek (2000) expõe tal conceito no texto “Porque todos amamos odiar Haider”¹. O ódio a personalidades da extrema direita dá aos sujeitos liberais da direita tradicional o significado de “mochinhos” da história (bom sujeito) e deixa a vilania (mau sujeito) para representantes da extrema direita.

O que esta direita -Buchanan, Le Pen, Haider- proporciona, é o denominador comum negativo de todo o espectro político estabelecido. São os excluídos que, por sua própria exclusão (sua “inaceitabilidade” pelo governo), fornecem prova da benevolência do sistema oficial² (ŽIZEK 2000, p. 37)

Nesta etapa da pesquisa, pensamos que a maior parte das revistas em nosso *corpus* está filiada ao liberalismo “tradicional” dos anos 90 do século XX (então batizada de neoliberalismo). No entanto, outras forças mais radicais de direita entraram agora de modo forte na vida política, fato que talvez tenha motivado as revistas a

1 “Why we all love to hate Haider”

2 Tradução nossa do trecho: “For what this Right—Buchanan, Le Pen, Haider—supplies is the negative common denominator of the entire established political spectrum. These are the excluded ones who, by this very exclusion (their ‘unacceptability’ for governmental office), furnish the proof of the benevolence of the official system.”. Žižek 2000, p. 37)

retratar Trump como o mau (ou mal) sujeito. A imagem negativa de Trump permite à mídia se colocar na posição do “bom sujeito”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do *corpus* nos permitiu compreender que a eleição de Donald Trump como presidente dos EUA foi tratada pela mídia como um acontecimento, na medida em que rompeu com as previsões divulgadas durante o processo eleitoral. Antes das eleições, a mídia em geral não acreditava na vitória de Trump, que deu à sua eleição um significado de rompimento com as expectativas sobre a política. Sua eleição teve repercussões políticas, econômicas e ideológicas no Brasil e no mundo. O incremento dos movimentos da direita radical no mundo foi uma das consequências deste processo.

Ao posicionar o discurso e a ideologia de Trump no campo da extrema direita, o *corpus* também atribui a ele uma imagem de “mau sujeito”, e as capas das revistas selecionadas mostram seu posicionamento contrário ao de Trump, o que as coloca na posição de “bons sujeitos”.

REFERÊNCIAS

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Gregolin, Maria do Rosário. (org.) *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades*. Mídia, comunicação e consumo, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

MELO, Sandra Helena Dias de. *O discurso de neutralidade na imprensa*. Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão, v. 5, n.1, p. 29-40, jul./dez. 2004

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 4ª edição, 2002.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 163-252.

PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso*. In: Gadet, F & Hak, T. *Por Uma Análise Automática do Discurso - Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Péricles Cunha. Campinas: Ed Unicamp, 2ª edição. 1993

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1995.

RASSI, A, P. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das vadias”. *Revista História*, Goiânia, v.1, n.1, p. 43-63, jan./jun. 2012.

TFOUNI, L. V. Autoria e letramento: análise das narrativas orais de ficção de uma mulher analfabeta. In: *Letramento e Alfabetização*. São Paulo: Cortez. 2006.

TFOUNI, LEDA VERDIANI. O dado como indício e a contextualização do(a) pesquisador(a) nos estudos sobre compreensão da linguagem. *D.E.L.T.A.*, Vol 8, No 2. 1992

ZIZEK, Slavoj. Why we all love to hate Haider. In: *New left review* 2, 2000. P. 37-45. Disponível em: <<https://newleftreview.org/ii/2/slavo-j-zizek-why-we-all-love-to-hate-haider>> acesso em 23/08/2018.



O uso de estratégias argumentativas para a construção do ethos tobiense no cordel “na feira dos campos”

▲ *Flávio Passos Santana*

INTRODUÇÃO

O gênero épico foi tido como esgotado no século XVIII, mas como a literatura se renova “constantemente em um diálogo permanente entre o antigo, o novo e a realidade humano-existencial” (RAMALHO, 2013, p.15), esse gênero, por ser uma arte literária, conseguiu se erguer e continua presente em diversas culturas, mesmo com diferentes roupagens, do mesmo modo que qualquer outro baseado nas transformações que sofrem a partir das “manifestações literárias e artísticas em geral” (*Ibdem*). Assim como o gênero épico, a Retórica, por ter sido reduzida à “arte de bem falar”, por consequência dos sofistas, também foi

esquecida e quase deixou de existir nos estudos da linguagem. Com as ideias da Nova Retórica, principalmente com a publicação do *Tratado da Argumentação*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958), a Retórica “renasce” e volta a ocupar espaço nas pesquisas linguísticas. Alicerçados com os apontamentos elencados, podemos dizer que ambos – o gênero épico e a Retórica – adaptaram-se ao mundo moderno e hoje ocupam lugares de interesse nos estudos literários e discursivos.

Levando em consideração a nossa participação no Centro Internacional e Multidisciplinar de Estudos Épicos (CIMEEP), especificamente do GT13 – Olhares textuais e discursivos sobre o epos popular brasileiro –, coordenado pela professora Dra. Márcia Mariano. E também pelo fato de termos trabalhado como professor nas Faculdades Integradas de Sergipe (FISE), localizada na cidade de Tobias Barreto-SE, situada a 128 km de distância da capital, Aracaju, e lá termos desenvolvido algumas atividades acerca da valorização da cultura popular local, tivemos contato com diversos escritores tobienses, sendo um deles cordelista, o qual nos instigou a desenvolver um trabalho sobre o cordel produzido nessa região.

Vale ressaltar que a cidade em questão é famosa pela sua Feira da Coruja, pelo empreendedorismo de seus habitantes, carrega a marca de pessoas habilidosas e inovadoras. Assim, diante dessas e outras imagens discursivas relacionadas a esta urbe e o seu povo, e levando em consideração que os textos trazem vestígios daquele que fala e para quem se fala, propomos analisar as estratégias argumentativas com o intuito de evidenciarmos o ethos dos tobienses no cordel de Pedro Meneses *Na Feira dos Campos*, em que o enunciador nos apresenta, em um tom memorialista, a Feira de Tobias Barreto. Para tanto, tomamos como aporte teórico-metodológico os pressupostos da Argumentação e Retórica, baseando-nos em Aristóteles (2011 [384-322 a. C.]); Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958]), além de nos embasarmos em estudos de Maingueneau (2005) e Amossy (2005), a fim de darmos um alargamento no conceito do ethos aristotélico.

1 VISITANDO TOBIAS BARRETO-SE

O município de Tobias Barreto, está situado no centro-sul do estado de Sergipe, divisa com o estado da Bahia, na região do Vale do Rio Real. Distante 128 km da capital, Aracaju, é a segunda maior cidade em extensão do estado, e a sétima mais populosa.

A princípio, chamava-se Rio Real de Cima, pois está localizada no centro do Vale do Rio Real; depois foi designada de Campos do Rio Real; em seguida, de Campos. Posteriormente, por conta do decreto de Lei estadual nº 377, de 31 de dezembro de 1943, foi nomeada de Tobias Barreto, em homenagem ao poeta, filósofo, jurisconsulto e filho da cidade, Tobias Barreto de Meneses¹.

Por volta da década de 1970, Tobias Barreto ganhou destaque no comércio de confecção em geral. Várias mulheres dos povoados do município confeccionavam bordados e passaram a vender no centro da cidade, o que começou a atrair a visita de vários baianos das regiões vizinhas. Em decorrência disso, surgiu a conhecida *Feira da Coruja*, que se inicia às 17h00 do domingo e se estende até 6h00 da segunda, uma feira com variedade têxtil. Após as 6h00 da segunda, a feira continua e se estende até 17h00, esse outro horário é conhecido como o momento da *Feira Principal da Semana*, em que outros produtos (verduras, hortaliças, frutas), além dos artesanatos e tecidos, passam a ser comercializados.

Diante dessa valorização no mercado de vendas, no ano de 1986 foi inaugurado o Centro Comercial de Tobias Barreto e a feira foi transferida para lá. Entretanto, por conta dos altos impostos que as bordadeiras passaram a pagar, as vendas sofreram uma grande queda, e, para fugir desses impostos se mudaram para a cidade vizinha, Itapicuru, situada no estado da Bahia, ocasionando uma baixa na produção realizada na cidade de Tobias, o que desencadeou uma pequena crise durante esse período.

¹ Fonte: <https://www.tobiasbarreto.se.gov.br/historia>. Último acesso em 29/08/2018.

Vale ressaltar que Tobias Barreto é conhecida em todo o estado de Sergipe pelo seu artesanato de linhas e tecido e toda essa produção fez surgir a Cooperbordados, uma associação que une os artesãos preservando a história do artesanato da cidade. Em consequência, o empreendimento ganhou tamanha repercussão que os seus produtos são comercializados em outros estados e também em outros países como Espanha, Chile, Portugal e Nicarágua. À vista disso, o reconhecimento nacional da Cooperbordados fez com que Tobias Barreto recebesse, no ano de 2012, o selo Mário Covas, de cidade empreendedora.

Considerando os apontamentos apresentados acerca da importância da feira para a cidade e os seus habitantes, na sessão a seguir analisaremos o cordel *Na Feira dos Campos*, de Pedro Meneses, que descreve a feira desde a sua infância até os dias atuais, o que continua igual, as quais mudanças, os locais, as pessoas, o que era comercializado, tudo isso em um tom de valorização e pertencimento do local.

2 A FEIRA DE TOBIAS BARRETO NO CORDEL

No cordel *Na Feira dos Campos*, de Pedro Meneses, o orador/eu lírico narra o poema, em um tom memorialista, visto que a trajetória retratada é desenvolvida com base na ida do narrador, com o seu pai, para a Feira de Campos e nos apresenta o que se encontra(va) lá. Segundo Santana (2016), textos memorialistas tentem a ser mais persuasivos

[...] na medida em que, além de utilizarem a arte da escrita para contar uma história tida como “verdadeira”, tornam-se livros históricos, pelo fato de o escritor buscar fontes históricas e utilizar suas memórias para descrever como era a sociedade e a cultura da época. Sabemos que a literatura possui esse poder, que é o de mostrar aquilo que ocorreu no tempo em que a obra foi escrita, no entanto, o romance memorialista conta as impressões vividas pelo autor (SANTANA, 2016, p. 118-119).

Verificamos essa retomada à infância já nas estrofes 3 e 4

(1) Meu pai disse: Filho
Hoje vamos viajar
Para a cidade de Campos
Você vai apreciar
A grande feira que temos
Ali naquele lugar.

Era chamada de Campos
Hoje chamamos de Tobias
Tem muita coisa pra ver
Lhe dou minhas garantias
Cidade de Zé e João
Dos Tiagos e Marias.

O fato de o pai do narrador chamar a cidade de Campos e depois ser apresentada o seu nome atual na estrofe seguinte já nos aponta essa dualidade passado/presente que esse cordel possui, pois, como vimos, Tobias Barreto, no passado chamava-se Campos. Além disso, em versos posteriores, ocorrerá essa retomada de fatos passados com o intuito de proporcionar uma certa nostalgia em seu auditório, o que acreditamos fazer parte da construção do discurso persuasivo, visto que toda persuasão leva em consideração o auditório, pois esse outro (auditório) guia o orador a criar o seu discurso. Diante dessa interferência do auditório no discurso do orador, apresentamos a ideia de Aristóteles acerca dos meios de persuasão: *ethos*, *pathos* e *logos*.

Há três meios de persuasão supridos pela palavra falada. O primeiro depende do caráter do orador; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espírito; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar. A persuasão é obtida graças ao caráter pessoal do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito. (ARISTÓTELES, 2011 [368 a. C.], p. 45).

Essa ideia de o ethos estar relacionado ao caráter pessoal do orador sofre alteração com estudos mais recentes, visto que, de acordo com Amossy (2005), para construir a imagem de si no discurso o locutor não precisa discursar a respeito dele mesmo, visto que, por meio de seu estilo, suas crenças, suas competências linguísticas obtém-se essa imagem. Indo mais além, Fiorin (2008) enriquece esse conceito afirmando que o ethos é explicitado na enunciação enunciada, que está relacionada, de certa forma, a essas marcas deixadas na enunciação de que fala Amossy (2005).

Complementando esse conceito, Ferreira (2010) defende que, nos dias atuais, o ethos, além de ser considerado a imagem que o orador constrói de si no texto, é também a imagem que ele constrói dos outros em seu discurso. Essa ideia vai ao encontro do que defende Mariano (2016) ao afirmar que pelo fato de sermos considerados sujeitos sociais, pode-se dizer que, ao enunciarmos, evidenciamos, além do ethos individual, um ethos coletivo ou social, que vai nos “denunciar” como pertencente de determinado grupo social, transparecendo a nossa ideologia, as nossas crenças, e os nossos costumes. É partindo dessa noção de Mariano (2016) que nosso trabalho se arquiteta, visto que a imagem produzida pelo orador, Pedro Meneses, no cordel, vai refletir na cultura e nos valores da cidade de Tobias Barreto e de seus habitantes.

A partir da 6ª estrofe do poema, o orador começa a apresentar o que ele e seu pai compram na feira

(2) Paramos em Zé Marroca
Para comprar um chapéu
Na calçada pai comprou
5 livros de cordel
E lá no barracão velho
Compramos bala de mel

Ainda no Barracão
Compramos bolo de fubá
Tomamos café com leite
Na barraca de Sinhá
Que vinha do Candéal
Nessa feira trabalhar

Esse exposição de diversos itens comprados na feira remete ao que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2015, p. 97) falam acerca dos lugares da quantidade “Entendemos por lugares da quantidade os lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas”. Dessa forma, é possível defender que a descrição desses produtos é uma forma de mostrar a variedade de coisas encontradas na feira de Tobias Barreto. E isso se torna mais evidente quando há uma exposição dos produtos e de seus vendedores.

- (3) No mercado central
Encontramos Mariquinha
Que vendia coalhada
Misturada com farinha
Encontrei com seu Artur
E a esposa Joaninha
- Vi tanta coisa na feira
Que hoje já não tem mais
Manué, bolo de milho
Coisas tradicionais
Vi pavio e candeeiro
E aquelas latas de gás
- Um vendedor de alpercatas
Outro vendendo esteira
Menino comprando gude
Que saudosa brincadeira
Doce de pimenta e cocada
Comprada no meio da feira

Além desses produtos e comerciantes, outros irão ser apresentados: a moça que vendia amendoim; bolachão com suco; Zé do açúcar e o refresco; Maria Mulata e o seu doce; Seu Camilo da carroça transportando mercadoria; a bodega de Cabloco; peixe, laranja e banana. Tendo em vista essa ênfase na quantidade de comerciantes destacados no texto, atentamos para a forma como alguns desses são caracterizados no cordel, nas estrofes 10, 12 e 17

(4) Lá na Praça da Bandeira
Falei com Pedro Correia
Que vendia seus produtos
Sem falar da vida alheia
Vi saudoso Zé de Pepedro

Vi o padre celebrar
Isso nunca ignoro
Hojé é a prefeitura
Antigamente era Fórum
Encontrei com seu Edinho
Um homem muito simplório

Fui no mercado da carne
Quase por brincadeira
Avistei dona Raimunda
Aquele humilde fateira
Trabalhando honestamente
Mulher de fibra, guerreira

Diante da construção da imagem de vendedores como sendo pessoas que não são fofoqueiras, que são simples, trabalhadoras e honestas, faz com que remetemos ao que os autores do *Tratado da Argumentação* discorrem acerca do lugar da essência “o fato de conceder um valor superior aos indivíduos enquanto representantes bem caracterizados dessa essência” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 106). Essa adjetivação “positiva”, de forma proposital ou não, está atrelada não apenas aos comerciantes da feira, mas vai além, pois estes são também habitantes da cidade. Com isso, o orador apresenta para o auditório que os tobienses, e ele se inclui nesse grupo, possuem todas aquelas qualidades. Esse modo como essas características são apresentadas vão ao encontro do conceito de modelo

Podem servir de modelo pessoas ou grupos cujo prestígio valoriza os atos. O valor da pessoa reconhecido previamente, constitui a premissa da qual se tirará uma conclusão preconizando um comportamento particular. Não se imita qualquer um; para servir de modelo, é preciso um mínimo de prestígio. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2015, p. 414)

Tendo em mente que os comerciantes são vistos pelo orador como figuras importantes para o comércio, que são os responsáveis por fazer a economia da cidade girar, e os causadores de sua ida à feira toda a semana, essa imagem de modelo de cidadãos tobienses reflete em seu discurso.

Outro importante ponto que vale ressaltar diz respeito ao título *Na feira dos Campos*, pois, como foi visto na apresentação da história da cidade, Tobias Barreto já se chamou Cidade de Campos, no entanto, para isso, o título poderia ser *Na feira de Campos*. O que nos faz acreditar que pode ser uma falácia do tipo anfibologia, a qual, segundo Ferreira (2010, p. 120), é quando “empregam-se frases ou proposições ambíguas e vagas de modo a gerar múltiplas interpretações”. Diante disso, podemos acreditar que, talvez, o orador utilizou a falta de clareza como recurso (preposição no plural) para causar uma ambiguidade, causada pelo fato de a feira que ele propõe apresentar não se resumir apenas à feira de Tobias Barreto, mas a todas as feiras que ocorrem em cidades interioranas, dos campos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises apresentadas e partindo da ideia de Mariano (2016) ao defender que por sermos sujeitos sociais, ao enunciarmos, afirmamos, além do ethos individual, um ethos coletivo ou social, que vai nos “denunciar” como pertencente de determinado grupo social, transparecendo a nossa ideologia, as nossas crenças, e os nossos costumes, podemos dizer que a imagem construída da cidade de Tobias Barreto e de seus habitantes assemelha-se ao resultado de trabalhos nossos anteriores que tinham como foco a cidade de Itabaiana/SE. Evidenciando aí o ethos de um povo que não tem medo do trabalho, que acorda cedo para ir à feira toda a semana vender os seus produtos; de um povo honesto, que não fala mal de ninguém e respeita todos os seus clientes ou não; além de pessoas guerreiras, pois lutam diariamente a fim de conseguir êxito em suas compras e suas vendas.

Além do mais, é um povo que valoriza a cultura e os produtos locais, pois faz questão de apresentar para o leitor o maior número de produtos que pode ser encontrado na feira e as suas qualidades. Essa rica apresentação de produtos vai refletir no auditório a qualidade e a grandiosidade da feira.

Vale ressaltar que as imagens discursivas evidenciadas neste cordel não são suficientes para que possamos falar qual o ethos de Tobias Barreto e seus habitantes, mas já nos dá indícios de uma visão geral acerca dessa urbe e seu povo.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 119-144.

ARISTÓTELES. *Retórica*. [384-322 a.C]. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

FERREIRA, Luiz Antonio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, José Luiz. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARIANO, Márcia Regina Pereira Curado. A construção da imagem discursiva de uma cidade e de um povo na literatura de cordel. In: MARIANO, Márcia Regina Pereira Curado; SANTANA, Flávio Passos (Orgs.). *Diversas faces de Itabaiana: análises de imagens discursivas da Cidade dos Caminhoneiros*. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2016, p. 97-116

MENESES, Pedro. *Na Feira dos Campos*. Literatura de cordel, 2016.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. [1958]. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. – 2 ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RAMALHO, Christina. *Poemas épicos: estratégias de leitura*. 1º ed. Rio de Janeiro: Uapê, 2013.

SANTANA, Flávio Passos. Argumentação e Retórica: a construção das imagens discursivas da cidade de Itabaina/SE em “Os Tabaréus do Sítio Saracura”. In: MARIANO, Márcia Regina Curado Pereira; SANTANA, Flávio Passos (Orgs.). *Diversas faces de Itabaiana: análises de imagens discursivas da Cidade dos Caminhoneiros*. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2016, p. 117-138

SILVA, Anazildo Vasconcelos da Silva; RAMALHO, Christina. *História da epopeia brasileira: teoria crítica e percurso*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.



Relações cognitivas instauradas por uma metáfora

▲ Daniela Cynthia de Sá Rocha

INTRODUÇÃO

O tratamento da metáfora, através da perspectiva cognitiva, passou a ter um tratamento diferenciado a partir da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), com o livro *Metaphors we live by* (1980), escrito por George Lakoff (linguista) e por Mark Johnson (filósofo). A TMC trouxe aos estudos da metáfora aspectos voltados à linguagem, ao pensamento e à ação que antes não estavam analisados de forma sistematizada.

A linguagem, ligada ao pensamento e à ação humana, apresenta um caráter discursivo, já que quem a opera são os sujeitos que se relacionam em meio a uma sociedade, compartilhando pensamentos, culturas e histórias. Assim, é possível afirmar que as relações cognitivas instauradas por uma metáfora acontecem no meio social, no partilhamento de experiências afins.

As análises acerca da metáfora têm uma relevância fincada no uso cotidiano da linguagem, ou seja, “metaphor is pervasive in everyday life, not just in language but in thought and action. Our ordinary conceptual system, in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature” (LAKOFF e JOHNSON, 1980, p. 4)¹. A TCM defende que a metáfora faz parte do nosso cotidiano, desde as coisas mais simples aos textos científicos de biologia, por exemplo.

Algumas relações cognitivas foram analisadas quando aplicadas a uma ocorrência metafórica. O estudo analítico demanda detalhes que não são percebidos cotidianamente ao afirmar que uma determinada expressão é uma metáfora. Por isso, a proposta é verificar tais relações em um dos nomes dados a operações da Polícia Federal. Para tanto, foi selecionada a Operação *Patmos* em decorrência de ser um assunto contemporâneo relevante no cenário político, mas que atinge toda a sociedade.

Será através do nome dado à operação que a análise evidenciará as relações cognitivas presentes na instauração da metáfora construída pelo termo *Patmos*. “The essence of metaphor is understanding and experiencing one kind of thing in terms of another.” (LAKOFF e JOHNSON, 1980, p. 6)². Isso não quer dizer no lugar de outra, mas sim como se fosse outra coisa. Essa analogia é gerada a partir de processos cognitivos mentais, nos quais o sujeito já opera observando tudo a sua volta, isto é, o teor discursivo não se isola desses processamentos analógicos dos quais a metáfora faz parte.

As análises serão realizadas mediante a necessidade do texto, pois a cada explicação dos processos que ocorrem nas relações cognitivas do uso metafórico virão explicitações analíticas baseadas na Operação *Patmos*.

1 Tradução: “a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza”.

2 Tradução: “A essência da metáfora é compreender e experimentar uma coisa em termos de outra.”

1 BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS DA METÁFORA

A abordagem da TCM de Lakoff e Johnson (1980) não isenta aos estudiosos verificar que outros estudos já foram realizados sobre o fenômeno. Portanto, algumas abordagens foram selecionadas para esclarecer como diferem entre si e como a metáfora foi, e ainda é, vista de maneira superficial e sem adentramento teórico profundo.

A começar por Aristóteles em sua *Arte Poética*: “A transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero, ou de uma espécie para outra, por via de analogia” (ARISTÓTELES, p.182). Visão que remete a um estado de transferência do significado, ou seja, o uso de um nome de uma coisa serve para significar outra. Além disso, mostra a utilidade da metáfora na comunicação e afirma que deve ser bem empregada para que não deixe de causar impressão. A colocação aristotélica poderia ser bem traduzida na época em que os empregos da metáfora possuíam uma finalidade que destoava dos usos contemporâneos. Não há de se criticar tal visão, mas é preciso perceber que seu discurso é voltado para interesses de ornamento no campo do texto para que o mesmo se torne aprazível aos olhos e que está num campo temporário bem diferente.

Ao passar dos anos, a metáfora foi desmembrada em muitas figuras de linguagem, mesmo Aristóteles considerando-a como figura mestra. A partir da Renascença houve uma intensificação nesse desmembramento, conforme postula Sardinha (2007, p. 21). Para ele, “foi possivelmente na Renascença que a classificação das figuras de linguagem se intensificou, em conformidade com a tendência da época de classificar o mundo em categorias”.

Essa perspectiva perdurou e ainda habita nossa contemporaneidade com algumas diferenças. As gramáticas, os dicionários e enciclopédias trazem tais figuras de linguagem, incluindo nelas a metáfora, com uma visão estilística de que não é qualquer pessoa que pode usar essas figuras, ficando resguardadas a poetas e escritores consagrados. Nesses ambientes, o uso é regulado, é

restrito. Mesmo permanecendo em ensino na atualidade, compreendemos que tais figuras coexistem com as novas teorias da metáfora. Essa coexistência faz com que as figuras enfraqueçam no sentido de sua atuação estar ligada a um uso da língua normativo, porém um par ainda se mantém: a metáfora e a metonímia. Segundo Fiorin,

metáfora e metonímia não são a substituição de uma palavra por outra, mas uma outra possibilidade, criada pelo contexto, de leitura de um termo. Quando entre a possibilidade de leitura 1 e a 2 houver uma intersecção de traços semânticos, há uma metáfora; quando entre as duas possibilidades de leitura existir uma relação de inclusão, há uma metonímia (FIORIN, 2014, p. 118).

É relevante mostrar que os estudos metonímicos aproximam-se dos metafóricos, mas não significa dizer que a metáfora deve ser estudada em par com a metonímia, pois as relações que a metáfora possui na sua análise são diferentes das relações da metonímia. Observe o seguinte exemplo:

(1) [...] “a análise conjunta dos elementos apurados na Operação *Patmos* e em investigação independente promovida pelo escritório Pinheiro Neto Advogados na Caixa Econômica Federal evidencia maior intensidade na sua atuação como membro da organização criminosa.” (MPF, 2018, p. 4).

No exemplo (1), Operação *Patmos* aparece como uma metáfora, já que *Patmos* aparece em termos de um significado histórico em forma de analogia. Já o escritório Pinheiro Neto Advogados promove uma investigação, ou seja, os advogados que trabalham nesse escritório é quem promovem uma investigação, por isso é uma metonímia.

Ainda fazendo um apanhado sobre os estudos diversos sobre a metáfora, o positivismo, corrente filosófica que surgiu na França no século XIX, fez o interesse pela metáfora decair porque tal corrente se preocupava com a verdade, falsidade e objetividade.

No entanto, quando fundada a era lógico-positivista iniciada por Augusto Comte, a metáfora passou a ser estudada com maior interesse, na medida em que alguns estudiosos passaram a estudar sobre o assunto e formular suas abordagens.

A metáfora conceptual de George Lakoff e Mark Johnson, pesquisadores americanos - um linguista e o outro filósofo, nessa ordem, elaboraram a TCM no livro *Metaphors We Live By*, 1980, onde propõem a metáfora como uma operação cognitiva básica, na qual o domínio se dá na experiência humana e no seu conhecimento. Afirmaram haver dois tipos de domínio: fonte e alvo.

O domínio-fonte é de onde parte um conceito metafórico. E o domínio-alvo é a parte conceitualizada. Segundo essa teoria, um mesmo domínio-fonte pode servir a vários domínios-alvo. Essas relações entre os dois tipos de domínio são chamadas mapeamentos que servem de meios para análise.

Em (1), na expressão Operação *Patmos*, é possível fazer a seguinte análise baseada na TCM: *Patmos* é o nome de uma operação policial, na qual se investigou o Presidente Michel Temer por ter sido gravado conversando com Joesley Batista, dono da empresa JBS, negociando propina, além de Aécio Neves por receber propina e por tentar obstruir a justiça. A escolha do nome *Patmos* não foi arbitrária, já que é uma palavra que possui um significado bíblico, voltado ao apocalipse. *Patmos* é uma ilha grega, onde, possivelmente, João recebeu os sinais do apocalipse. Como a Polícia Federal possuía em seu domínio o poder de destruir de vez Michel Temer, seria análogo com o fato bíblico do apocalipse. Veja a tabela a seguir:

Operação <i>Patmos</i>	
Domínio-Fonte	Domínio-Alvo
Revelação do apocalipse	Revelação de provas contra Michel Temer e Aécio Neves
Destruição	As provas acabariam com a vida pública dos dois.
Punição aos pecadores	Renúncia e prisão
Salvação aos fiéis	O povo brasileiro não teria um governo corrupto

No Domínio-Fonte, foram selecionadas expressões do campo semântico voltado ao que ocorreu em *Patmos* e no Domínio-Alvo, as projeções análogas a cada Domínio-Fonte. Essas projeções são fatos atuais e que revelam o poder anunciado no discurso da Polícia Federal ao escolher esse nome para a operação porque os investigadores acreditavam, assim como muitos brasileiros, que a justiça seria feita. A finalidade dessa análise está em evidenciar um modelo proposto por Lakoff e Johnson (1980) para desvendar as relações cognitivas na instauração de uma metáfora.

[...] we have suggested that there is directionality in metaphor, that is, that we understand one concept in terms of another. Specifically, we tend to structure the less concrete and inherently vaguer concepts (like those for the emotions) in terms of more concrete concepts, which are more clearly delineated in our experience. (LAKOFF e JOHNSON, 1980, p. 113)³

As metáforas são apresentadas em três tipos por Lakoff e Johnson (1980): estruturais, orientacionais e ontológicas.

As estruturais referem-se a um conceito abstrato a partir de um conceito concreto. “É importante notar que a estruturação metafórica envolvida é apenas parcial e não total. Se fosse total, um conceito seria, de fato, o outro e não simplesmente entendido em termos do outro” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 57). Quanto às orientacionais, os autores afirmam que muitas das metáforas conceptuais são construídas com base em nossas experiências corporais, “por exemplo, FELIZ É PARA CIMA. O fato de o conceito FELIZ ser orientado PARA CIMA leva a expressões como “estou me sentindo para cima hoje” (I’m feeling up today)” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 59). E, por último, as metáfo-

3 Tradução: [...] “sugerimos que há direcionalidade na metáfora, quer dizer, entendemos um conceito em termos de outro. Especificamente, tendemos a estruturar os conceitos menos concretos e inerentemente mais vagos (como aqueles para expressar emoções) em termos de conceitos mais concretos, os quais são mais claramente delineados em nossa experiência.”

ras ontológicas “são formas de se conceber eventos, atividades, emoções, ideias, etc. Como entidades e substâncias” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 76), ou seja, essas metáforas são compreendidas através de um aspecto particular delas, fazendo o homem acreditar que realmente as compreende.

As metáforas conceptuais são focadas na língua, por isso apresentam baixa metaforicidade, isto é, ela é imperceptível no cotidiano. Existem ainda as metáforas distribuídas e as situadas que se referem ao discurso e ao texto respectivamente.

Há ainda as consequências geradas pela metáfora conceptual, as inferências, que são chamadas de desdobramentos (*entailments*). A partir da metáfora conceptual, por ser automática, o entendimento é imediato. “Normalmente não precisamos de espaço para entender uma expressão metafórica, pois ela automaticamente aciona a metáfora conceptual correspondente na nossa mente” (SARDINHA, 2007, p. 32). Entende-se, portanto, que os desdobramentos decorrem de uma expressão metafórica que é ativada de forma imediata pelo cognitivo humano. É claro que esse mecanismo precisa de outras habilidades que só se adquirem no meio social. Além das inferências, há uma restrição quando se usam palavras restritas, é o que Lakoff e Turner (1989) chamaram de *Princípio da Invariância*, ou seja, é quando uma expressão tem seu Domínio-Fonte estático semanticamente. Tudo que se refere à morte, por exemplo, não terá no seu Domínio-Alvo termos que expressem sentimentos positivos.

A outra teoria a ser apresentada é a da metáfora sistemática que se iniciou com Lynne Cameron por ceticismo à teoria da metáfora conceptual. Assim, por oposição, a teoria sistemática propõe a metáfora em uso em primeiro plano, ou seja, “ela precisa ser detectada no discurso por meio de evidências de uso” (SARDINHA, 2007, p.39). Além de ser uma contraparte à metáfora conceptual de Lakoff e Johnson, também surgiu para oferecer maior aderência nos estudos sobre o uso da linguagem, principalmente em formato digital porque facilita a sistematização de dados dos usos metafóricos. Observe a descrição na tabela a seguir:

<i>Teoria da metáfora conceitual</i>	<i>Abordagem da metáfora sistemática</i>
O termo “metáfora” significa “metáfora conceitual”, que é mental e abstrata.	O termo “metáfora” representa “metáfora em uso”, que é verbal e concreta.
Ênfase no individual, idealizado.	Ênfase no sociocultural, coletivo, concreto.
Foco na cognição humana.	Foco no uso linguístico.
Interface com a linguística cognitiva, a psicolinguística e a filosofia.	Interface com a análise do discurso, linguística aplicada e linguística de <i>corpus</i> .
Linguagem idealizada. Exemplos inventados ou colecionados. Dados linguísticos não secundários.	Linguagem em uso. Exemplos retirados de <i>corpora</i> autênticos. Dados linguísticos são centrais.
Os critérios para a identificação da metáfora na linguagem não são claros.	Critérios para identificação de metáfora na linguagem são claramente definidos.
Busca de validação psicológica por meio de experimentos controlados em laboratório.	Realidade psicológica é suposta por meio da evidência do uso linguístico.
Tendência generalizante: as metáforas conceituais são formuladas de modo genérico (em “o amor é uma viagem”, não especificamos o tipo de amor nem o tipo de viagem).	Tendência particularizante: as metáforas sistemáticas são formuladas de modo particular, de acordo com as evidências de uso (dependendo dos participantes e dos usos metafóricos feitos por eles, poderíamos especificar o tipo de viagem e o tipo de amor: “amor entre marido e mulher é uma viagem sem volta”).
Interesse pelo universal. Tentativa de entendimento de características universais do ser humano ou do comportamento de grandes grupos humanos (cultura “americana”, “ocidental”, “humana” etc).	Interesse pelo local. Tentativa de entendimento do comportamento de grupos ou indivíduos específicos (pessoas ou comunidades em contextos determinados) ou de tipos de discurso específicos.
Mapeamentos entre domínios são estáveis e previsíveis.	Mapeamentos são emergentes, não previsíveis, construídos em contextos específicos.
Pensamento tem precedência sobre o uso. A linguagem é secundária, pois é apenas uma manifestação do pensamento. Pensamos metaforicamente, portanto falamos metaforicamente.	Uso tem precedência sobre pensamento. Inferências sobre o pensamento devem ser cuidadosas. Há ainda muitas questões abertas sobre o uso de metáforas; por isso, é muito problemático fazer asserções sobre o pensamento a partir das metáforas na linguagem.

Contraste entre pontos principais das duas abordagens (SARDINHA, 2007, p. 44).

Duas teorias opostas: a da metáfora conceptual e a sistemática. A primeira satisfaz a linha da cognição e a segunda, a linha social. O que falta a uma, aparece na outra segundo a perspectiva sociocognitivista, ou seja, a questão social deve ser acoplada à cognição, pois

as ações verbais são ações conjuntas, já que usar a linguagem é sempre engajar-se em alguma ação em que ela é o próprio lugar onde a ação acontece, necessariamente em coordenação com os outros. Essas ações não são simples realizações autônomas de sujeitos livres e iguais (KOCH, 2009, p. 31).

Dentro da abordagem da metáfora sistemática formulada pela norte americana Lynne Cameron, a análise se desenvolve pelo uso da expressão e não por um enquadramento entre domínios. A expressão *Patmos* tomaria o lugar do uso e da argumentatividade, o discurso que o termo provoca é muito ligado à política, ao poder e à sociedade.

Para a Polícia Federal, as investigações finalizariam os trabalhos de Michel Temer e de Aécio Neves, porém o sistema foi articulado para que o que, possivelmente, aconteceu na Grécia, em *Patmos* com João, apóstolo de Jesus, não acontecesse agora. Como não aconteceu, mesmo assim, é sabido que o trabalho realizado pela Polícia Federal foi completo, eficiente e merecedor de ter como nome Operação *Patmos*.

Discourse is taken here as 'language in use'. Language in use, including metaphor, always occurs in a specific context, where it is produced and made sense of, by specific people. A discourse perspective attempts to keep metaphor contextualized⁴ (CAMERON, 2003, p. 3)

4 Discurso é aqui tomado como 'linguagem em uso'. Linguagem em uso, incluindo a metáfora, que sempre ocorre num contexto específico, de onde o sentido é produzido e operado, por pessoas específicas. Uma perspectiva discursiva tenta manter a metáfora contextualizada.

Contudo, o objetivo não é contrapor formas de análise da metáfora, mas trazer uma das formas de análise que contemple a cognição humana e uma teoria que foi um marco nos estudos referentes à metáfora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As colocações aqui feitas foram observar como as metáforas se instauram a partir de relações cognitivas, mas sem deixar de lado o teor discursivo. Como a análise foi centrada na teoria da metáfora conceptual, ela ofereceu um suporte das operações cognitivas. Ao tratar do nome dado à operação da Polícia Federal, sua escolha foi muito importante para que a investigação fosse maior, pois ela se distribuiu muito mais para as metáforas ontológicas, já que seu significado se instaura numa narrativa bíblica, mesmo que breve, é perceptível rapidamente que *Patmos* se configura como metáfora. É um termo pouco partilhado e faz com que quem lê já procure seu significado. O campo discursivo dessa metáfora ontológica é de alta metaforicidade justamente por todos os aspectos apontados.

“As metáforas ontológicas servem a vários propósitos e as diferenças que existem entre elas refletem os diferentes fins.” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 76). Nota-se que *Patmos* serve no nome da operação como uma entidade de significado narrativo com finalidade bem diversificada.

Neste caso específico, há metáforas que estão claras como uma e há metáforas que fazem parte do nosso mundo, do nosso discurso e que são operadas pelos interactantes, muitas vezes, sem notar, sem perceber que seu próprio discurso é metafórico, acreditando que o que é dito apresenta a clareza de sua própria cognição.

Essa análise mostra que estudar metáfora é mais que traduzi-la, é trazê-la a um *status* próprio, no qual cada uma terá sua especificação, seu tipo, sua distribuição, seu grau de metaforicidade, mostrando que o campo de estudos da metáfora centrada na linguagem e no pensamento é fértil.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Arte Poética*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- CAMERON, Lynne. *Metaphor in educational discourse*. New York: A&C Black, 2003.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2014.
- KOCH, Ingedore. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *As metáforas da vida cotidiana*. Campinas - São Paulo: Mercado das Letras/EDUC, 2002.
- LAKOFF, George; TURNER, M. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- MPF, *Petição de denúncia nº 00023654/2018*. Brasília, 2018.
- SARDINHA, Tony Berber. *Metáfora*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.



“Um ídolo do povo; um terror”: diálogos entre referenciação, construção argumentativa e polifonia

▲ *Samuel de Souza Matos*
Thiago Gonçalves Cardoso
João Paulo Fonseca Nascimento

INTRODUÇÃO

- Sabem o que quer dizer o nome Virgulino?
- O nome, seu vigário, foi tirado do Lunário Perpétuo. Respondeu a madrinha.
- Virgulino – explicou o padre – vem de vírgula, quer dizer, pausa, parada. E arregalando os olhos: – Quem sabe, o sertão inteiro e talvez o mundo vão parar de admiração por ele!¹

Virgulino Ferreira da Silva (Lampião) nasceu em 1898 no

¹ MACIEL, F. B. *Lampião, seu tempo e seu reinado: a guerra de guerrilha*. 2.ed. Petrópolis, 1992. p. 80.

município de Serra Talhada/PE e pertencia às famílias da classe de pequenos proprietários rurais, situados entre os latifundiários e a massa de lavradores sem-terra. A sua infância foi marcada por brigas e ofensas entre vizinhos e seus pais por causa de inveja, divisões de terra, entre outros motivos. Isso possibilitou que, anos mais tarde, após a morte injustiçada dos seus pais, ele e dois de seus irmãos decidissem entrar, sem retorno e efetivamente, para o cangaço.

Lampião tornou-se oficialmente cangaceiro no bando do Sinhô Pereira, em 1917. Destacou-se rapidamente como um ótimo atirador e um verdadeiro líder. Suas qualidades (extraordinária inteligência, ótimo estrategista, firme, corajoso, leal, perceptivo, cauteloso, observador, detalhista, artificioso, enérgico, improvisador singular, carismático, forte, generoso e ousado) logo se destacaram em meio aos outros cangaceiros, condições que, anos mais tarde, em 1922, levaram o Sinhô Pereira, ao sair do cangaço, a nomeá-lo como o seu sucessor. Lampião então sobreviveu no cangaço por 22 anos, num período que teve início em 1916 e se estendeu até 1938, quando foi morto no município de Poço Redondo/SE.

Nesse sentido, a história do cangaço, sobretudo, a imagem do seu maior representante (Lampião), continua viva na mente do povo nordestino, instigando-nos à necessidade de um estudo linguístico-textual atrelado à compreensão da construção e reconstrução discursiva (e social) da memória, dentro de uma perspectiva sociocognitivo-interacional. Por essa razão foi desenvolvida, entre os anos 2014 e 2015, a pesquisa “Texto, memória e construção argumentativa: articulando diferentes pontos de vista sobre a imagem de Lampião” (PIBIC/CNPq). *Grosso modo*, essa investigação tomou como arcabouço teórico-analítico estudos da Linguística de Texto (doravante LT) e uma perspectiva social da memória.

Dentro desse escopo, apresentamos aqui alguns dos resultados da pesquisa finalizada, procurando estreitar o diálogo entre estudos linguísticos e estudos da memória no discurso históri-

co contemporâneo. Partimos de uma concepção de linguagem como ação compartilhada na relação entre sujeitos e realidade, estes vistos enquanto construtores sociais (KOCH; ELIAS, 2011), com a tarefa de manter vivo e de divulgar o saber cultural. Nessa visada, destacamos aqui os seguintes temas: a construção argumentativa (FERREIRA, 2010), a referenciação e os processos referenciais (MONDADA; DUBOIS, 2003; CAVALCANTE, 2012), a questão da memória discursiva (VAN DIJK, 2004), a memória social (HALBWACHS, 1990) e a construção do ponto de vista a partir de uma perspectiva polifônica (KOCH, 2011). Por sua vez, o texto é aqui considerado um fenômeno linguístico, cognitivo, social, histórico, cultural, discursivo e interacional. O nosso objetivo neste capítulo consiste em investigar como moradores do sertão sergipano, a partir da memória, do fenômeno polifônico e processos referenciais, constroem argumentativamente uma imagem de Lampião.

O *corpus* da nossa investigação foi construído por meio de uma pesquisa de campo realizada junto a moradores dos municípios sergipanos de Poço Redondo e Monte Alegre, no período que se estendeu de novembro de 2014 a maio de 2015. Foram coletados 09 (nove) depoimentos por meio de entrevistas abertas (em áudio e vídeo) com informantes do sexo masculino e feminino de faixas etárias distintas. Porém, para o enfoque deste capítulo, selecionamos apenas 06 (seis) depoimentos, os quais foram transcritos e analisados, tendo em vista a sua maior adequação aos temas aqui abordados.

Dividimos o presente estudo em duas partes principais, uma teórica e outra analítica. Na primeira, traçamos um breve percurso teórico sobre noções de referenciação, memória discursiva, construção argumentativa e polifonia no âmbito da LT, bem como a questão da memória coletiva (e social) no campo da historiografia social. Na segunda parte, portanto, procedemos à análise linguístico-textual e discursiva do *corpus* constituído para a investigação. É no influxo das nossas reflexões que convidamos o leitor a procurar compreender um fenômeno social

extremamente complexo em torno de duas principais expressões referenciais difusas: “um ídolo do povo” e “um terror”.

1 REFERENCIAÇÃO, MEMÓRIA, CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA E POLIFONIA

A LT apresenta, já há bom tempo, grande interesse por aspectos sociocognitivo-interacionais do texto/discurso. Os estudos dessa disciplina se orientam por uma noção de texto que preza pelo caráter social e cognitivo da interação, tendo como pano de fundo uma gama de fatores contextuais suportados pela bagagem de memória dos interlocutores. De acordo com Koch e Elias (2011), em uma situação de enunciação, quando levamos em conta os sujeitos envolvidos, os conhecimentos partilhados, os propósitos comunicativos, um espaço e um tempo específicos, os papéis sociais e os aspectos histórico-culturais, atuamos com base no contexto e nos seus fatores constitutivos (KOCH; ELIAS, 2011).

De modo geral e didaticamente, podemos entender o contexto sociocognitivo a partir dos três grandes sistemas de conhecimento da memória: linguístico, enciclopédico (de mundo) e interacional². Isso permite aos sujeitos do discurso a produção/compreensão de textos. Destarte Koch (2002) defende que essa discursivização ou textualização do mundo através da linguagem não se dá na elaboração de informações, mas na (re)construção do próprio real. Não há uma perfeita correspondência entre as palavras e as coisas que garanta uma apreensão direta da realidade. Significa dizer que, nas práticas de linguagem, constantemente, entidades são construídas e reconstruídas, mobilizadas pela memória dos sujeitos e pela percepção cognitiva da realidade. Esse é o fenômeno da referenciação.

Em consonância com Cavalcante (2012), a atividade de referenciação é uma elaboração da realidade, um trabalho socio-

2 Para melhor compreensão deste assunto, ver Cavalcante (2012).

cognitivo que resulta da negociação entre interlocutores no uso da língua ao curso do cumprimento de atividades públicas. A referenciação constitui uma atividade discursiva de construção e reconstrução de referentes, isto é, de objetos de discurso. O processo de construção dos referentes implica construir uma versão, uma elaboração de eventos ocorridos, experimentados. Dentro desse marco, os referentes são dinâmicos na interação textual/discursiva.

Para Mondada e Dubois (2003, p. 25), “uma modificação do contexto pode levar a mudanças tanto no léxico, como na organização estrutural das categorias cognitivas”. Desse modo, as mudanças do referente, isto é, as variações categoriais asseguram uma plasticidade linguístico-cognitiva e uma garantia de adaptação contextual. Isto é, quando um contexto discursivo é reenquadrado, os referentes sofrem reavaliação e transformação. Nessa direção, Koch e Elias (2011) apontam que a (re)contextualização diz respeito às relações existentes entre o conhecimento linguístico e os conhecimentos partilhados interativamente. Na organicidade de um texto, há informações dadas e novas³. É com base na informação dada que se introduz a informação nova com o objetivo de ampliar e/ou reformular os conhecimentos já estocados na memória discursiva (e social) sobre os referentes textuais.

Dentro dessa visão, a noção de dado/novo opera com a questão da memória e da construção argumentativa na medida em que a construção de conhecimentos via interação textual/discursiva se realiza com sujeitos/construtores sociais que produzem e reproduzem pontos de vista em vários lugares e tempos. Nesse contexto, Ferreira (2010) compreende que os discursos produzidos jamais são construções exclusivamente novas, pois suas bases se fundamentam em outros discursos previamente elaborados. Para ele, a palavra é reveladora de nossas opiniões, valores e crenças, de nossos sentimentos, convicções, aspirações

3 Para melhor aprofundamento do assunto, remetemos o leitor à obra das autoras.

e impressões sobre o mundo. Isso atribui, por conseguinte, um caráter argumentativo às práticas de linguagem.

No tocante à memória concebida numa perspectiva socio-cognitivo-interacional, entendemos que a história, a cultura e os indivíduos (sujeitos do discurso) possibilitam a construção coletiva de conhecimentos sobre a realidade social. Halbwachs (1990) comenta que quando um grupo social interage, fundamentando-se em valores, percepções e necessidades, há uma tendência em criar esquemas coerentes de reconstrução e de interpretação de fatos vivenciados culturalmente. Assim sendo, lembrar ou recordar é um exercício de reconstrução da memória quando informações conhecidas são retomadas pelos sujeitos em outras situações, outros momentos e tempos. Para o autor, “a lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado com ajuda de dados emprestados do presente” (HALBWACHS, 1990, p. 71).

A memória social é uma construção conjunta, sempre passível de reconstrução, e é a interação, amparada nas mudanças contextuais, que subjaz a esse processo. Sendo assim, podemos afirmar que as experiências do Outro, mobilizadas na interação, alteram dados cristalizados na memória do grupo social (e individual) na medida em que estocam novas informações sobre determinados eventos e entidades. Dessa forma, as imagens presentes na memória, ao serem novamente (re)ativadas, apresentam modificações, uma vez que são influenciadas também pelas mudanças de ideias, juízos de realidade e de valor. Para Halbwachs (1990), então, um sujeito que lembra o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens dele em relação às dos outros, havendo uma diferença de pontos de vista.

A respeito da reconstrução dos fatos passados, Halbwachs (1990) ressalta que é preciso, no entanto, que nos depoimentos, relatos ou confissões do sujeito, também sua memória não tenha cessado de concordar com as memórias dos outros e que haja muitos pontos de ligação entre elas, de modo que as lembranças recordadas possam ser reconstituídas discursivamente sobre um mesmo fundamento.

Em uma orientação de base discursiva e cognitiva, Van Dijk (2004), por sua vez, entende a questão da memória na teoria dos modelos mentais. Para ele, os modelos de memória são, em parte, o registro episódico de nossas experiências pessoais partilhadas com outros membros da sociedade. Todavia, podem também ser subjetivamente construídos, permitindo aos sujeitos construir interpretações específicas de um discurso qualquer, havendo, assim, opiniões, pontos de vista discordantes. Isso significa dizer que a construção do texto/discurso viabiliza o exercício da memória e a mobilização de pontos de vista, considerando-se a linguagem como atividade altamente dotada de construção argumentativa.

A questão da construção argumentativa tem grande relevância aqui, posto que muito nos interesse a noção do ponto de vista. Dentro de uma abordagem enunciativa do sentido, Ducrot (1980, 1984), segundo Koch (2011), reconhece que diversos são os pontos de vista (reais ou virtuais) que participam da atividade de produção dos enunciados. Tal fenômeno é denominado de polifonia, termo cunhado por Mikhail Bakhtin em 1929. É Koch (2011) quem faz um breve resumo dos tipos e categorias de polifonia trabalhados por Ducrot. Assim sendo, no fenômeno polifônico, “incorporam-se ao texto vozes de enunciadores reais ou virtuais, que representam perspectivas, pontos de vista diversos, [...] com os quais o locutor se identifica ou não” (KOCH, 2011, p. 73).

Koch (2011), citando Ducrot (1984), apresenta dois tipos existentes de polifonia: a) num mesmo texto/enunciado, há a presença de mais um locutor além do primeiro (genérico), o que corresponde ao tipo da intertextualidade explícita (referências, citações, discurso relatado, argumentação por autoridade, dentre outros); b) quando, num mesmo texto, há mais de um locutor, isto é, perspectivas diferentes são representadas sem a obrigatoriedade da presença de outros textos efetivamente existentes. Temos, portanto, aí casos bem amplos de práticas discursivas, onde as atitudes dos interlocutores podem aderir ou não à perspectiva polifonicamente introduzida no co(n)texto. Existem, portanto,

casos de adesão e subversão⁴. Nos casos de adesão, encontramos a pressuposição, o parafraseamento e a argumentação por autoridade. Em contrapartida, sobre a subversão à(s) perspectiva(s) polifonicamente introduzida(s) no co(n)texto, podemos listar, segundo Ducrot (1984) citado por Koch (2011), a existência de seis casos: negação (metalinguística ou polêmica), enunciados introduzidos por *ao contrário*, *pelo contrário*, “aspas de distanciamento”, *détournement*, contrajunção e enunciados comparativos.

Tendo feito esse breve percurso teórico sobre referenciação, construção argumentativa, memória e polifonia, partiremos agora para as análises de depoimentos coletados em nossa pesquisa. Com o intuito de estabelecer relações teórico-analíticas neste trabalho, julgamos ser relevante tratar de aspectos específicos (a exemplo de certos casos polifônicos) apenas na apreciação e descrição do nosso *corpus*. Este interesse justifica e configura a seção a seguir.

2 RECONSTRUINDO A MEMÓRIA SOCIAL E DISCURSIVA DE LAMPIÃO: O QUE DIZEM MORADORES DE POÇO REDONDO E MONTE ALEGRE/SE

Nesta seção, temos o objetivo de analisar depoimentos coletados acerca da construção e reconstrução da memória social e discursiva sobre Lampião. Analisaremos 06 (seis) fragmentos de depoimentos, os quais foram coletados com três informantes, sendo dois do município de Poço Redondo/SE e um do município de Monte Alegre/SE. Concebemos a questão da memória como um processo eminentemente polifônico, o que significa que várias “vozes” discursivas contribuem para a construção do texto/discurso dos sujeitos sociais, evidenciando imagens

4 Não trazemos a definição de cada caso ou categoria tendo em vista que nem todos foram contemplados no *corpus* que por ora apresentamos aqui. Dessa maneira, indicamos Koch (2011) ao leitor interessado sobre/para o aprofundamento do assunto.

positivas e/ou negativas sobre entidades (referentes), fatos e eventos experimentados, numa atividade de construção argumentativa. É o que observamos no primeiro fragmento de depoimento abaixo:

- (1) Meu avô, Tomás Aquino dos Santos, nos contava que [...] *Lampião* veio conhecido por *Virgulino*, né? E ele era um cidadão que ele andava, naquele tempo era montanha, não tinha negócio de cidade, essas coisas... Então [...] ele chegava, que os fazendeiros davam um apoio pra ele, era *uma pessoa muito sensível*, era *uma pessoa amigüeira*. Agora, quando chegava num lugar que as pessoas não davam apoio a ele, ele era *um terror*, né? Era *um terror*. Matava gado, judiava criança, família, essas coisas. (PSG, Entrevista 01).

Em (1), percebemos, de início, que a rememoração de fatos e acontecimentos passados pelo depoente retoma informações explicitadas/vivenciadas por outros sujeitos que, nas práticas de linguagem, construíram/constroem o referente *Lampião* sob um ponto de vista ambíguo. As experiências desses sujeitos cristalizaram imagens positivas (“uma pessoa muito sensível”, “uma pessoa amigüeira”) e imagens negativas (“um terror”) sobre fatos vivenciados e recontados acerca do cangaceiro *Lampião* na cultura popular. Como afirma o depoente, seus conhecimentos prévios foram construídos interativamente com outro(s) indivíduo(s) do mesmo grupo social (seu avô, e outros, provavelmente), o que pode revelar que pelo menos a maioria das informações de que ele dispõe acerca do fenômeno configurou-se em interações orais. Halbwachs (1990) preconiza que a tradição oral realiza o jogo da memória com maior intensidade que a escrita. Destarte, as lembranças, as experiências do passado impregnam a mente do sujeito e a dos membros da sociedade e se reelaboram no imaginário social diante dos discursos que ecoam em torno das entidades construídas.

Desse modo, podemos crer que essa imagem ambígua, que tem o depoente sobre *Lampião*, seja o resultado de várias interações com sujeitos do grupo social a que pertence. Além disso, as expressões referenciais (“uma pessoa muito sensível”, “um

terror”, “uma pessoa amigüeira”) nos permitem pensar também que, ao longo do tempo, a imagem de Lampião tem sido construída e reconstruída pelo povo sertanejo. Nesse sentido, o informante, a partir de premissas contrárias, apresenta um ponto de vista, demonstrando conhecimento sobre as ações de Lampião, algo que podemos caracterizar como enunciado conclusivo (DUCROT, 1984 *apud* KOCH, 2011), isto é, um caso polifônico de adesão, quando a construção argumentativa se baseia numa premissa maior polifonicamente existente, podendo ser, na maioria das vezes, a voz da sabedoria popular, o ponto de vista do grupo social a que pertence ou a perspectiva dos valores construídos em sua cultura. Caso semelhante acontece no depoimento abaixo, quando o sujeito inclui em seu discurso pontos de vista controversos, mas sobre os quais faz uma avaliação, explicitando o modo como a imagem de Lampião está representada em sua mente:

- (2) [...] o povo diz que *Lampião* era cangaceiro, era, porque de qualquer maneira era cangaceiro. Mas ele era *um justiceiro*. Ele não matava ninguém por besteira. Agora, se a pessoa fazia o mal, ele estava, era cangaceiro aí... entendeu? ia fazer a justiça, né? porque ele chegava num lugar e dizia: “Eu quero que você me dê tanto”. Ou mandava outro rapaz: “Diga a Fulano que mande tanto”. Se o cara dissesse: “Rapaz, hoje não tenho, só vou ter de hoje a quinze”, ele esperava. Agora, não podia dizer: “E aquele... um nome feio...” Agora, ele ia fazer justiça. Aí dizem: *Lampião* era *ruim*. Não era *ruim*, ele era *justiceiro*. [...] ele era comboieiro de burro, ele viajava com burro nas estradas lá em... perto de Serra Talhada, Pernambuco. Aí ele tinha uma noiva, ele viajou. Lá, o pai de Lampião teve uma discussão com outro vizinho e sei que mataram o pai de Lampião e a noiva e a mãe e tudo. Daí, portanto, Lampião tornou-se cangaceiro. [...] ele não fazia mal a ninguém, a não ser que não fizesse mal a ele. [...] Então, eu acho que Lampião era *justiceiro*, e dos maiores *justiceiros* que já existiram no Nordeste. [...] foi o maior *justiceiro* que existiu no Nordeste. (JR, Entrevista 02).

Notamos em (2) que, além de expor “vozes” discursivas opostas em seu texto, o falante destaca a que mais lhe parece coerente, tendo em vista os conhecimentos prévios dispostos em sua memória sobre a história de Lampião. Expressões referen-

ciais como “um homem ruim” e “um justiceiro” revelam não só a maneira como o referente Lampião está representado em sua memória, mas também na memória das pessoas e das coisas que o rodeiam (LIMA, 2008). Nesse depoimento, verificamos a presença da negação polêmica (DUCROT, 1984 *apud* KOCH, 2011), um caso polifônico de subversão; isto é, diante de um enunciado afirmativo (“Lampião era ruim”) produzido por um enunciador primeiro (o conhecimento do senso comum, por exemplo), o informante, como enunciador secundário, expõe seu ponto de vista contrário, negando a posição discursiva anterior: “[Lampião] não era ruim; ele era justiceiro”. Com base nesse ponto de vista, ele apresenta justificativas, argumentos em torno de fatos que mostram o motivo da entrada de Lampião para a criminalidade (“Lá, o pai de Lampião teve uma discussão com outro vizinho e sei que mataram o pai de Lampião e a noiva e a mãe e tudo. Daí, portanto, Lampião tornou-se cangaceiro”). Este mesmo episódio é recontado no fragmento de outro sujeito a seguir, locutor este conhecedor da história do rei do cangaço:

- (3) Pelas histórias que eu conheço [...] dizem que Lampião perdeu o pai... acho que um conflito que teve lá e ele não conheceu o pai, né? [...] essa é a história que eu vejo dizer, depois ele procurou quem foi que tirou a vida do pai, e dizem que ele não encontrou. Aí ele pirou, ele pirou e disse: “De agora pra frente, o que eu encontrar na frente eu vou devorando”. Quer dizer que foi uma revolta que ele teve, que perdeu o pai, sem conhecer o pai biológico. Então acho que ele foi uma pessoa, que ele se transtornou por perda do tronco, que é o pai, né? (PSG, Entrevista 01).

O depoimento acima (3) expressa, como vemos, a mesma justificativa de entrada de Lampião no cangaço que é apresentada também pelo falante do segundo fragmento. Nesse contexto, várias “vozes” discursivas estão presentes nas práticas conjuntas de linguagem do dia a dia, nas quais a troca de conhecimentos sempre acontece, evidenciando então o fenômeno polifônico como um exercício de memória. Em sua tese de doutorado sobre processos referenciais na construção e reconstrução da memória discursiva sobre Lampião, Lima (2008) afirma que

é na memória coletiva que se encontra essa riqueza cultu-

ral, em que a história aparece intimamente ligada à memória social, na medida em que há uma continuidade entre as recordações, os acontecimentos do passado e o presente da vida da comunidade em relação a esse universo discursivo (LIMA, 2008, p. 125).

Tendo em vista que os depoimentos até agora analisados remetem mais à imagem positiva de Lampião, vejamos o fragmento abaixo, onde o informante, procurando compreender a forma de luta do cangaço e os seus motivos, designa o rei dos cangaceiros como uma figura importante da história:

- (5) [...] eu não vejo o povo falar com ódio do que foi o cangaço [...] ah, *Lampião*, não sei, não, o povo fala como *um elemento importante da história*, né? e se sente, querendo ou não, orgulhoso de ter a Grota do Angico no nosso território, de ter o Maranduba, o lugar do último grande combate no nosso território, né, nesse município [...] então eu acho que Lampião pra o povo, assim, pra mim e pro povo, né, ele foi um... acho que ele foi *um grande lutador*, né, claro que cada um então se faz à medida da compreensão do seu tempo histórico, né, então, nada está fora da história... imagino que... a forma de desenvolver luta pra eles naquele período era aquela forma... de ser cangaceiros, né? [...] Então, *Lampião* se tornou *um ídolo* pro povo (R, Entrevista 03).

Em (4), três expressões referenciais (“um elemento importante da história”, “um grande lutador”, “um ídolo”) só reforçam os pontos de vista positivos sobre o referente Lampião. A informante defende a tese de que o cangaço foi um movimento de resistência camponesa e, por essa razão, não pode ser considerado como um movimento de ações criminosas, visão que o senso comum construiu durante muito tempo sobre o fenômeno. Todavia, ainda nesse mesmo depoimento, é possível encontrar uma menção a várias “vozes” discursivas discordantes sobre os feitos e as atitudes de Lampião. Isso nos leva a compreender ou, quiçá, vislumbrar uma imagem híbrida e complexa de Lampião novamente reforçada, a exemplo do depoimento (2), e de (5), que se segue:

- (6) Têm muitas histórias, tipo, ah, Lampião matava criancinhas, jogava menino pra cima e apanhava no punhal... isso é... muita mentira, né? Ninguém acredita nisso. As pessoas sempre dizem assim, não, quem fazia as atrocidades era o povo da volante, era a polícia, era os macacos, né, que fazia as atrocidades e não estavam vestidos nem configurados como policiais e sim como cangaceiros, então, eles aprontavam, [...] e colocavam a culpa nos cangaceiros pra poder difamar todo o movimento (R, Entrevista 03).

A depoente de (5) explicita que Lampião é diferentemente visto por vários grupos sociais e, por fim, assume um ponto de vista positivo sobre as suas ações. Ressaltamos, a partir daí, que nem todos os que recontam a trajetória de Lampião viveram no ciclo do cangaço nordestino ou tampouco o conheceram pessoalmente. Como vemos nesses depoimentos (1, 2, 3, 4 e 5), o que se sabe sobre ele é o resultado das interações sociais no uso da linguagem, às quais a memória social (e discursiva) oferece suporte substancial. Dessa forma, é possível afirmar que Lampião constitui, sim, uma imagem ambígua, difusa, visto que seus feitos, vivenciados, recontados, por diferentes indivíduos na época do cangaço, em outros momentos e tempos, caracterizaram-se como positivos e negativos ao mesmo tempo.

Sendo assim, podemos identificar, no texto dessa informante, em (5), um caso de pressuposição (DUCROT, 1984 apud KOCH, 2011), onde há marcas de enunciados genéricos que concebem Lampião negativa e positivamente. Poderíamos afirmar talvez que nesse texto encontram-se conteúdos comparativos, o que nos leva a tomá-los como casos próximos de enunciados comparativos, que não apresentam marcas de inversão sintática propriamente dita, mas estabelecem comparações interessantes sobre a construção da imagem positiva de Lampião versus volante.

Para terminarmos, expomos abaixo mais um fragmento que torna a reforçar essa memória social e discursiva altamente complexa sobre “o maior justiceiro do Nordeste”, “um grande lutador”, “um ídolo do povo”, “um terror”:

(7) [...] na mudança da história, hoje, eu acho que ele era uma pessoa assim... um pouco rebelde, né? *Um pouco rebelde*. Agora, que era *homem de verdade*. Porque, aquela coisa, quando ele cismava, ele não respeitava, assim *segundo contam*, que ele não respeitava criança, nem mulher, nem ninguém. *Mas eu...* pelo transtorno que ele vinha sofrendo, a angústia que ele vinha passando... pelas décadas que fora m, eu acho que ele estava *normal*... eu acho que ele estava *normal*. (PSG, Entrevista 01).

Em (6), evidenciamos que a complexa imagem de Lampião pode ser explicada por casos polifônicos de adesão e subversão. No primeiro caso, com um enunciado introduzido pela expressão *segundo X*, em “segundo contam...”, o informante adere seu posicionamento pessoal a uma perspectiva situada no co(n)texto (DUCROT, 1984 *apud* KOCH, 2011). Por outro lado, em segundo lugar, com o uso do operador argumentativo, *mas* o informante subverte pontos de vista anteriormente explicitados, o que evidencia, também, a presença da contrajunção (DUCROT, 1984 *apud* KOCH, 2011) em seu depoimento. Do mesmo modo, com as expressões referenciais “um pouco rebelde”, “homem de verdade”, “normal”, o sujeito do discurso expõe, nessa construção argumentativa, um ponto de vista híbrido, o que não deixa de ser transformado por ele, em seguida, em um positivo. Contudo, em seu texto/discurso há a forte presença de vozes dissonantes que procuram entender o que significou, de fato, o fenômeno do cangaço no sertão do Nordeste brasileiro.

Ademais, resta-nos, ao final desta seção, expor um bloco de expressões nominais referenciais que, com base nos depoimentos acima analisados, concernem à construção e reconstrução da memória social e discursiva sobre Lampião no sertão sergipano, a partir do recorte da pesquisa:

Um justiceiro
 O maior justiceiro
 Uma pessoa amigüeira
 Uma pessoa muito sensível

Um elemento importante da história
Um homem de verdade
Um homem rebelde
Um grande lutador
Um ídolo do povo
Um terror...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sertão do Nordeste brasileiro, diante do que vimos na pesquisa, Lampião, o rei do cangaço, continua vivo, impregnado, na memória do povo, visto que suas atitudes, seus feitos, carregados de vários motivos e possibilidades, apresentam-no, ainda hoje, por meio de imagens complexas, difusas, do que foi o nosso passado. Tais evidências se nos apresentam em nosso percurso teórico-analítico por meio de um diálogo entre referenciação, polifonia, construção argumentativa e memória discursiva e social, o qual nos favorece enquanto suporte para as análises e, ao mesmo tempo, parece corroborar fenômenos constitutivos do saber social instaurado na cultura do povo do sertão sergipano, em especial, do povo de Poço Redondo e Monte Alegre, a partir do recorte feito com os entrevistados.

No tocante às expressões nominais referenciais encontradas ao longo dos depoimentos analisados, organizadas por nós em um bloco semântico de informações na última seção, podemos afirmar, com base no arcabouço teórico utilizado, que processos referenciais, vozes sociais (na perspectiva polifônica) e construção argumentativa fazem vir à tona, na interação textual/discursiva sobre um referente específico, uma gama de saberes contextuais que remetem a uma memória social que não cessa de se reconstruir continuamente, mediante as recorrências que determinado objeto de discurso possa ter nas demais variadas situações enunciativas. Nessa direção, se pensarmos que essas expressões nominais referenciais podem situar, no tempo e no espaço, a dimensão de uma memória social e discursiva sobre

Lampião, conforme as reconstruções que podem ou não provocar mudanças na imagem do povo sobre ele, torna-se interessante a elaboração de uma escala de sentidos com graus positivos e negativos a partir da própria perspectiva de polifonia e de construção argumentativa que foram aqui adotadas — uma provável sugestão de estudo futuro.

Diante das reflexões aqui realizadas, concluímos não ser possível definir o referente Lampião apenas sob um ponto de vista. As análises, sustentadas pelo aporte teórico de abordagens historiográficas e sociocognitivo-interacionais da memória, da referência, da polifonia e da construção argumentativa, nos demonstram que o referente em questão é uma das ricas fontes de que pode se servir não somente a LT, mas também diversas outras áreas do conhecimento que reconhecem a importância da sua natureza social como um elemento importante da nossa cultura e da constituição do saber coletivo. Enfim, acreditam os que com esta pesquisa podemos mostrar a necessidade de um aprofundamento nos estudos da LT em interface com outros campos do saber para a compreensão do fenômeno do cangaço (Lampião) na memória social do povo do sertão sergipano.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.

FERREIRA, L. A. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

KOCH, I. G. V. *Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso*. *Veredas*, Juiz de Fora, v.6, n.1, 2002.em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap022.pdf>

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*.

São Paulo: Contexto, 2011.

LIMA, G. de O. S. *O Rei do Cangaço, O Governador do Sertão, O Bandido Ousado do Sertão, O Cangaceiro Malvado: processos referenciais na construção da memória discursiva sobre Lampião*. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Campinas, 2008.

MONDADA, L; DUBOIS, D. Construção dos objetos e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CALVACANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. Organização e apresentação de Ingedore G. Villaça Koch. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Caminhos da Linguística).

OS AUTORES

Antônio Ponciano Bezerra

Possui graduação em Letras Vernáculas (1973) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), mestrado em Linguística (1979) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutorado em Linguística (1985) pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutorado (1986) pela Universidade de Lisboa. Atualmente, é professor titular da UFS, Diretor do Centro de Educação a Distância (CESAD) e membro do Conselho Estadual de Educação de Sergipe. Tem experiência na área de Linguística e Educação, com ênfase em Sociolinguística, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de língua portuguesa, norma linguística, cultura e identidade linguística. E-mail: ponbez@bol.com.br

Daniela Cynthia de Sá Rocha

Graduação (2006) em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e mestrado (2016), na área de estudos linguísticos, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFS). É doutoranda deste programa na mesma Instituição de Ensino Superior (IES). Tem experiência na área de Letras/Linguística, com ênfase em Língua Portuguesa, Linguística Aplicada e práticas de produção-recepção de gêneros textuais. Pesquisadora envolvida com Linguística de Texto, focalizando os seguintes temas: texto e discurso, referenciação, metáfora, argumentação, cognição, linguagem jurídica e estratégias textual-discursivas. É membro do grupo de pesquisa “Laboratório de Estudos em Texto e Tecnologia” (LETTEC/UFS). Professora Colaboradora do Departamento de Letras Vernáculas (DLEV/UFS). E-mail: dancyn@bol.com.br

Elayne Santana França

Possui graduação em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Participou como aluna pesquisadora e bolsista do Programa de Inclusão à Iniciação Científica (PIIC), no período de 2011.2 a 2012.1, e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no período de 2012.2 a 2015.1, com bolsas COPEs e CNPq. Com experiência na área da Linguística Textual, é membro dos grupos de pesquisa Grupo de Estudos da Linguagem e Ensino (GELINE/UFS) e Laboratório de Estudos em Texto e Tecnologia (LETTEC/UFS), nos quais desenvolve pesquisas que abordam os conceitos de texto, argumentação, gêneros textuais, intertextualidade e multimodalidade - com ênfase em Referenciação - a partir de uma perspectiva sociocognitiva-interacional da linguagem. Além disso, pesquisa sobre o processo de ensino-aprendizagem (da leitura e escrita) em sala de aula. E-mail: santanela1@gmail.com

Emilly Silva dos Santos

Possui graduação em Letras Português (2018) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e mestrado em Estudos Linguísticos (2020) pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) dessa mesma Instituição de Ensino Superior (IES). Participa do Grupo de Pesquisas sobre Argumentação e Retórica (GPARG) e do grupo Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso (ELAD). Desenvolve pesquisas nas áreas de Argumentação, Estudos do Discurso, Linguística Aplicada e Educação, atuando com base nos seguintes temas: relações entre gênero e mídias digitais, gênero e práticas de ensino-aprendizagem, subalternidades, cyberfeminismo, estratégias argumentativo-retóricas, raça, interseccionalidade, biopolítica, identidade e estudos queer. E-mail: emillys@live.com

Fábio Elias Verdiani Tfouni

Possui licenciatura e bacharelado em Psicologia (1993) e graduação em Psicologia (1994) pela Universidade de São Paulo (USP);

mestrado em Linguística (1998) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); doutorado em Letras (2003) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); pós-doutorado (2010) pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP com bolsa FAPESP; pós-doutorado (2018-2019) pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é professor associado da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: análise do discurso, discurso, interdito, silêncio, propaganda, mídia, identificação e identidade. E-mail: fabiotfouni@hotmail.com

Flávio Passos Santana

Possui graduação (2015) em Letras-Português pela Universidade Federal de Sergipe e mestrado (2017), com bolsa da CAPES, em estudos linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFS) e doutorando deste programa da mesma Universidade, com bolsa FAPITEC. É membro pesquisador do Centro Internacional e Multidisciplinar em Estudos Épicas (CIMEEP), vinculado ao GT: Argumentação e Retórica na Poesia Épica, do Grupo de Pesquisa Linguagem, Enunciação e Discurso (LED) e do Grupo de Pesquisa em Argumentação e Retórica Aplicada (GPARA). Tem experiência nas áreas de Linguística, com ênfase em estudos da Argumentação e Retórica e na conversação dessa abordagem com outras abordagens do texto e do discurso. Professor Colaborador do Departamento de Letras Vernáculas (UFS). E-mail: flaviocdb@hotmail.com

Genilma Dantas Andrade

Possui graduação em Letras Português e Francês (2010), especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (2013), mestrado em Estudos Linguísticos (2017) e doutorado (em andamento) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Revisora de textos acadêmicos e avaliadora de redações do Exame Nacional

do Ensino Médio (ENEM), desde 2014. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, desenvolvendo pesquisas sobre os seguintes temas: marcas da oralidade, produção textual, raça e gênero. E-mail: nilma.andrade@bol.com.br

Geralda de Oliveira Santos Lima

Graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); mestrado em Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professora associada do Departamento de Letras Vernáculas (DLEV/UFS) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFS); membro do GT de Linguística de Texto e Análise da conversação da ANPOLL; líder do grupo de pesquisa “Laboratório de Estudos em Texto e Tecnologia” (LETTEC/UFS). Tem experiência na área da Linguística, com ênfase em Linguística de Texto, orientando e desenvolvendo pesquisas sobre os seguintes temas: texto, discurso, referenciação, argumentação, contexto e intertextualidade. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFS - 2015-2016) e organizadora da Coleção PPGL (2016) – Linguística & Literatura: confluências e desafios. E-mail: geraldalima.ufs@gmail.com

Iara Melo dos Santos

Graduada em Letras Português pela Universidade Tiradentes (UNIT). Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Diversidade Linguística pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe (FANESE). Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Foi professora de Língua Portuguesa na Escola Municipal Padre José Thomás de Aquino Menezes (2018-2020). Integrante do Grupo de Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP/UNIT) e do Laboratório de Estudos em Texto e Tecnologia (LETTEC/UFS). Atua nas áreas de Linguística, Argumentação e Educação, desenvolvendo pesquisas sobre os seguintes temas: ethos,

memória, diversidade linguística e ensino de língua portuguesa.
E-mail: iara.lettras.portugues@gmail.com

Isabela Marília Santana

Possui graduação (2011) em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e mestrado (2015) em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) dessa universidade. É doutoranda, em estudos linguísticos, desse Programa de Pós-Graduação na mesma Instituição de Ensino Superior (IES); professora da Educação Básica do Estado de Sergipe, em Simão Dias, e professora colaboradora do Departamento de Letras Vernáculas (DLEV/UFS). Tem experiência na área de Linguística de Texto, leitura, produção de textos e ensino de língua portuguesa. Desenvolve pesquisas em teorias da referenciação e da argumentação, com ênfase em estratégias textual-discursiva e retórica e interesse atual (com olhar textual-discursivo) para o fenômeno das Fake News e discurso político. É membro do Grupo de Pesquisa “Laboratório de Estudos em Texto e Tecnologia” (LETTEC/UFS) e do Grupo de Pesquisa em Argumentação e Retórica Aplicada (GPARA/UFS). E-mail: isabelamarilia41@gmail.com

Isolina Bôto Corrêa

Possui graduação em Letras (2001) e mestrado em Linguística (2018) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); especialização em Gestão e Educação (2010) pela Faculdade Pio Décimo. Atuou como professora em diversas instituições de ensino da rede pública e privada, em Aracaju/SE e São Cristóvão/SE. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração Educacional. Desenvolve pesquisas sobre Educação Continuada para professores, Alfabetização e Letramento, Produção Textual e História da língua. E-mail: isolinaabc@yahoo.com.br

Januária Pereira da Silva

Possui graduação em Educação Física (2003) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e graduação (em andamento) em Letras Português/Espanhol pela mesma Instituição de Ensino Superior (IES). Desenvolve pesquisas sobre os seguintes temas: gêneros digitais, políticas linguísticas, direitos linguísticos e América Latina. E-mail: januarria35@outlook.com

João Paulo Fonseca Nascimento

Possui graduação (2018) em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pesquisador voluntário PIBIC/CNPq/2014-2015; bolsista PIBIC/FAPITEC/2015-2016 e bolsista PIBIC/CNPq/2016-2017, envolvido com projetos focados em Linguística de Texto. É mestrando (2019), em estudos linguísticos, do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFS) e membro do grupo de estudos “Laboratório de Estudos em Texto e Tecnologia” (LETTEC/UFS) da Universidade Federal de Sergipe. É professor do Ensino Médio do Colégio José Augusto Vieira (CJAV), em Lagarto, e da Escola de Educação Básica Monsenhor José de Souza Santos (IBV), em Tobias Barreto. Tem experiências relacionadas às temáticas de texto, discurso, práticas de produção-recepção de gêneros textuais, processos referenciais, fatores de textualidade (coerência, intertextualidade) e desenvolve pesquisas nas áreas da Linguística de Texto, com ênfase em teorias da referenciação e da argumentação. E-mail: fonseca-joaopaulo18@gmail.com

José Eduardo Santos Tavares de Jesus

Graduado em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestrado (em andamento) pela referida Instituição de Ensino Superior (IES). Durante a graduação, atuou como aluno de Iniciação Científica (IC), desenvolvendo trabalhos no campo das seguintes áreas do saber: Mídia Cinematográfica, Análise de Discurso de viés francês, Análise Arquegenealógica de Discurso, Filosofia e História.

Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto Barros

Graduada em Letras (1981) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa (1992) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Doutora (2009) e mestra (2001) em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é professora associada (nível 2) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), atuando na graduação e pós-graduação (DLEV/PPGL/PPGCOM). Tem experiência na área de Linguística Teórica, com ênfase nos Estudos Discursivos de Foucault, na Análise Arquegenealógica do Discurso; na Análise do Discurso, de linha francesa; na área da Linguística Aplicada. Pesquisa sobre os seguintes temas: ensino de Língua Portuguesa (LP), texto, mídia cinematográfica, política, discurso, sentido, relações de poder/saber, poder/verdade, poder/subjetividade. Desenvolve pesquisas acerca do ensino de LP; acerca da mídia. Além da experiência com o ensino universitário, atuou como professora de Língua Portuguesa, nas redes de ensino público (Recife/PE) e particular (Recife/PE; Aracaju/SE). No presente, desenvolve o pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGedu/UFPE). E-mail: mearretob@gmail.com

Maria Leônia Garcia Costa Carvalho

Possui graduação em Letras Português e Inglês (1969) pela Universidade Federal do Ceará (UFC); mestrado em Educação (1997) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); doutorado em Letras e Linguística (2009) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Atualmente, é professora associada IV da UFS, atuando na graduação e na pós-graduação. Tem experiência na área de Língua Portuguesa e suas literaturas e na área Linguística, com ênfase na Análise do Discurso. Desenvolve pesquisas sobre os seguintes temas: oralidade, escrita, aspectos enunciativos, discurso, mídia, gênero, práticas discursivas femininas e imagens discursivas. E-mail: marialeoniagarcia@yahoo.com.br

Mateus de Sá Barreto Barros

Graduado em Turismo pela Universidade Tiradentes (UNIT). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades pela Universidade de São Paulo (USP). Dedicar-se às áreas das humanidades relacionadas ao meio ambiente, a exemplo do turismo, geografia e história, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, história ambiental, ciência política, economia política internacional, economia do turismo, sobretudo às relações entre sociedade-natureza. Hoje dedica-se a análise dos Projetos de Integração Física Regional, especialmente no que diz respeito a Mesoamérica, seus aspectos econômicos, políticos, turísticos. Atualmente, é Professor Adjunto do Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão - Campus São Bernardo. E-mail: masbbarros@yahoo.com.br

Ozéias Pereira da Conceição Filho

Possui graduação em Letras Português e Espanhol (2012) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); mestrado em Estudos Literários (2015) e doutorado (em andamento) em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras dessa mesma Instituição de Ensino Superior (IES). Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFS) durante a graduação. Professor da educação básica pela Secretaria de Educação do Estado de Sergipe (SEES) e professor substituto pelo Departamento de Letras Vernáculas (DLEV) da UFS. É membro do grupo de pesquisa “Laboratório de Estudos em Texto e Tecnologia” (LETTEC/UFS). Tem experiência em Linguística Textual, Literatura Brasileira e Linguística Histórica, desenvolvendo pesquisas sobre os seguintes temas: referência, memória, literatura ocidental e o duplo. E-mail: oziest7@yahoo.com.br

Renato Ezequiel Noia

Graduando em Letras Português e Espanhol pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pesquisador voluntário pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/POS-GRAP/COPEP/UFS), atuando no seguinte projeto de pesquisa: “Socioterminologia e terminografia diacrônicas: variação e mudança na terminologia de manuscritos sergipanos oitocentistas e novecentistas”. Foi monitor da disciplina Fundamentos da Língua Latina (DLEV/UFS) e da ação de extensão “Estudo sintático: estruturas complexas” (DLEV/UFS). E-mail: renatoezequiel10@gmail.com

Samuel de Souza Matos

Possui graduação (2015) em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe; mestrado (2020) e doutorado (em andamento) em estudos linguísticos, com bolsa CAPES, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras dessa mesma Instituição de Ensino Superior (IES). Desenvolve pesquisas na área da Linguística Textual e da Argumentação, com ênfase em estudos do texto e discurso, referenciação, estratégias argumentativo-retóricas, ethos discursivo, ativismo e direitos humanos LGBT, dissidências sexuais e de gênero e ensino/aprendizagem de línguas. É poeta, escritor, ator amador e membro do grupo de pesquisa “Laboratório de Estudos em Texto e Tecnologia” (LETTEC/UFS). E-mail: ssmatos20@gmail.com

Tarcízio Reis de Jesus

Possui graduação em Letras Espanhol (2013) e mestrado em Estudos Linguísticos (2017) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Possui experiência docente através de cursos de Espanhol em níveis técnico, básico e intermediário, ministrados no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 2014. Tem também experiência como professor de Espanhol nos níveis fundamental e médio em instituições de ensino da rede privada. Desenvolve pesquisas sobre os seguintes temas: audiovisual,

multimodalidade, multiletramentos, recursos didáticos e ensino/aprendizagem de língua espanhola. E-mail: tarcizio.reis@hotmail.com

Thiago Gonçalves Cardoso

Possui graduação (2016) em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe, como aluno-pesquisador (bolsista PIBIC-CNPQ/2012/2014/; PIBITI-CNPQ/2014/2015) desta mesma Universidade. É mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras desta Instituição de Ensino Superior (IES). Atua na área da pesquisa em Linguística, com ênfase em Linguística de Texto, destacando questões relacionadas ao texto/discurso, referenciação, argumentação, interação, sociocognição e multimodalidade. Tem desenvolvido, também, estudos sobre quadrinhos no ensino-aprendizagem de línguas. Membro do Grupo de Pesquisa “Laboratório em Estudos de Texto e Tecnologia” (LETTEC/UFS). E-mail: thiago-tche@hotmail.com

Wilton James Bernardo-Santos

Possui graduação em Letras (1991) e Jornalismo (1998) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), mestrado em Linguística Aplicada (2000) pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em Linguística (2008) pela mesma Instituição de Ensino Superior (IES). É professor efetivo da Universidade Federal de Sergipe desde 1996. Tem experiência na área de ensino-aprendizagem de linguagens e suas tecnologias, atuando principalmente a partir da História das Ideias Linguísticas e Teorias do Discurso; dedicando-se a práticas de leitura e de escrita. E-mail: wjames@uol.com.br

Ygor Santos de Santana

Possui graduação em Direito (2018) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); mestrado (em andamento) pelo Programa de Pós-Graduação em Direito dessa mesma Instituição de Ensino Superior (IES). Desenvolve pesquisas na área de Direito, com ên-

fase em Filosofia do Direito, Teoria Geral do Direito, Sociologia Jurídica, Epistemologia e Filosofia da Linguagem, demonstrando interesse pelos seguintes temas: argumentação, discurso, gênero, raça, classe, biopolítica, cinema, violência de Estado, produção de vidas matáveis e estudos queer. E-mail: yssantana76@gmail.com.

